



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Flavio Panhoca

**Entre os paralelos 23°S e 25°S: As causas da Guerra do Pacífico de 1879 a 1884.**

Florianópolis  
2023

Flavio Panhoca

**Entre os paralelos 23°S e 25°S: As causas da Guerra do Pacífico de 1879 a 1884.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Waldir José Rampinelli

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Panhoca, Flavio

Entre os paralelos 23°S e 25°S : As causas da Guerra do  
Pacífico de 1879 a 1884 / Flavio Panhoca ; orientador,  
Waldir José Rampinelli, 2023.  
225 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Guerra do Pacífico. 3. História da América  
Latina. 4. Imperialismo britânico. I. Rampinelli, Waldir  
José. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa  
de Pós-Graduação em História. III. Título.

Flavio Panhoca

**Entre os paralelos 23°S e 25°S: As causas da Guerra do Pacífico de 1879 a 1884.**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 06 de julho de 2023,  
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade  
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fábio Borges  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado  
adequado para obtenção do título de Mestre em História

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli  
Orientador(a)

Florianópolis, 2023

## AGRADECIMENTOS

Devo agradecer a todos e todas que de alguma forma me auxiliaram a realizar este trabalho. Primeiramente ao meu orientador, Waldir José Rampinelli, para além da orientação essencial e pela confiança em mim, compreensão e amizade. Aos professores Everaldo Oliveira de Andrade, Fábio Borges, Márcio Roberto Voigt, Stella Maris Scatena Franco Vildardaga e Enrique Amayo Zevallos por todas as críticas, sugestões e por me ajudarem na última década a formar minha visão sobre o que é historicamente a América Latina hoje.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos que me foi fornecida e ao PPGH-UFSC, que confiou em mim e disponibilizou as condições necessárias para minha viagem imprescindível à La Paz e Lima. Ao Archivo y Biblioteca Diplomática del Ministerio de Relaciones Exteriores da Bolívia, Biblioteca de Ministerio de Economía y Finanzas Públicas da Bolívia e Biblioteca Municipal Mariscal Andrés de Santa Cruz e à Biblioteca Histórica de Palacio Municipal de Lima, além de todos os funcionários/as destas instituições que, além de me permitirem pesquisar com uma cordialidade mais do que exemplar, me ajudarem com tudo o que pudesse vir a ser necessário.

Ao Núcleo de Estudos de História da América Latina (NEHAL-UFSC) e seus membros/as por todos os encontros e debates que tenho o prazer de estar presente há alguns anos. Aos meus irmãos Carlos e Pedro, minha mãe Olga, minha tia Akira, minha companheira Juliana, Guilherme, João, Larissa, Julia, Iver, Thiago e Gabriel, que ao longo dos anos, em diversas formas me apoiaram na minha escolha de estudar um tema tão incomum no Brasil. Finalmente, ao Santos Futebol Clube e à Torcida Jovem Santos por, literalmente desde o dia em que nasci, me fazerem sentir latino-americano de todas as formas possíveis além da acadêmica.

## RESUMO

A Guerra do Pacífico de 1879 foi um conflito entre Chile, Peru e Bolívia que resultou na conquista do litoral boliviano, Tarapacá e Arica por parte dos chilenos. Este trabalho tem como objetivo traçar os interesses políticos e econômicos peruanos, bolivianos e chilenos que desencadearam o conflito. É notável que a região entre os Paralelos 25°S e 23°S foi disputada por Chile e Bolívia desde a década de 1840. Essa disputa normalmente é apontada com o motor principal para o conflito, porém, busca-se aqui levantar e criticar três principais pontos que confluem junto da legitimação territorial, sendo eles: o papel do capital estrangeiro europeu na economia dos três países; a contextualização da série de acordos e tratados entre os países desde a década de 1860; e o súbito interesse pelo guano e pelo salitre ocorrido em Tarapacá e no Atacama, que fez com que as regiões se tornassem centrais para os cofres públicos desses três Estados do Pacífico Sul. Herdeiros dos fardos da época colonial e da guerra de independência contra a Espanha, Bolívia, Chile e Peru se configuraram dentro de uma base político-econômica similar, porém com diferenças cruciais que pavimentaram o pouco mais de meio século que os separaram das respectivas independências à Guerra do Pacífico. Pretende-se aqui analisar as construções histórico-sociais que diferem em algumas posturas dentro de um similar *modus operandi*, caracterizado pela implantação do modelo republicano capitalista em paralelo à manutenção de estruturas tipicamente latino-americanas do século XIX, como a exportação de matérias-primas visando um aumento do fluxo de importações europeias. A análise aqui realizada aponta que o conflito bélico ocorre dentro de um contexto de crescente ação imperialista europeia na região, que teve como resultado a maior penetração dos interesses de empresários particulares europeus, enfraquecendo ainda mais o controle nacional da economia dos países.

**Palavras-chave:** Guerra do Pacífico; História da América Latina; Imperialismo britânico

## RESUMEN

La Guerra del Pacífico de 1879 fue un conflicto entre Chile, Perú y Bolivia que resultó en la conquista de la costa boliviana, Tarapacá y Arica por parte de los chilenos. Este trabajo tiene como objetivo rastrear los intereses políticos y económicos peruanos, bolivianos y chilenos que desencadenaron el conflicto. Cabe destacar que la región entre los paralelos 25°S y 23°S ha sido disputada por Chile y Bolivia desde la década de 1840. Esta disputa, por general es identificada como el principal motor del conflicto, el objetivo aquí es plantear y criticar tres puntos principales que convergen con la legitimidad territorial: el papel del capital extranjero europeo en la economía de los tres países; la contextualización de la serie de acuerdos y tratados entre países desde la década de 1860; y el súbito interés por el guano y el salitre que se produjo en Tarapacá y Atacama, que convirtió a las regiones en centrales de las arcas públicas de estos tres estados del Pacífico Sur. Herederos de las desgracias de la época colonial y la guerra de independencia contra España, Bolivia, Chile y Perú, se configuraron dentro de una base político-económica similar, pero con diferencias cruciales que pavimentaron el poco más de medio siglo que los separa de las respectivas independencias a la Guerra del Pacífico. Se pretende aquí analizar las construcciones histórico-sociales que difieren en algunas posturas dentro de un *modus operandi* similar, caracterizado por la implantación del modelo republicano capitalista en paralelo al mantenimiento de estructuras típicamente latinoamericanas del siglo XIX, como la exportación de materias primas destinadas a incrementar el flujo de importaciones europeas. El análisis aquí realizado señala que el conflicto bélico se da en un contexto de creciente acción imperialista europea en la región, lo que se tradujo en una mayor penetración de los intereses de los empresarios privados europeos, debilitando aún más el control nacional sobre la economía de los países.

**Palabras-claves:** Guerra del Pacífico; Historia de América Latina; Imperialismo Británico.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
1.1	METODOLOGIA DE PESQUISA .....	11
1.2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	12
1.2.1	A América Latina como espaço histórico-social .....	12
1.2.2	O caráter desigual e combinado latino-americano .....	14
1.2.3	As relações pré-capitalistas como capitalistas .....	15
1.2.4	Periferias, semicolônias e colonialidade .....	17
1.2.5	O Imperialismo como continuação do colonialismo .....	20
<b>2</b>	<b>UM OLHAR PRESENTE PARA O CONFLITO</b> .....	<b>24</b>
2.1	DEMANDAS ATUAIS E INSTABILIDADE CONTINUADA .....	25
2.2	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS HISTORIOGRAFIAS CLÁSSICAS .....	33
<b>3</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DOS TRÊS ESTADOS</b> .....	<b>38</b>
3.1	A HERANÇA COLONIAL SUL-AMERICANA E O CRESCENTE MERCADO BRITÂNICO .....	38
3.1.1	Elites herdadas .....	38
3.1.2	Burguesias dependentes .....	39
3.1.3	Estados eurocêntricos .....	42
3.1.4	A Grã-Bretanha como principal credora .....	43
3.2	O INTERESSE IMPERIALISTA NAS REGIÕES ENTÃO “ESQUECIDAS” .....	47
3.2.1	O uti possidetis .....	47
3.2.2	Paposo ou Salado? .....	50
3.2.3	Presença chilena no Atacama .....	53
3.2.4	Monopólio britânico na América do Sul .....	56
3.3	CHILE: O BRAÇO DIREITO DA GRÃ-BRETANHA? .....	62
3.3.1	Crescimento chileno e apoio britânico .....	62
3.3.2	Chile como não-industrial e a questão das terras coletivas .....	66
3.3.3	A destruição do regime de propriedade coletiva .....	68
3.3.4	O Chile etnicamente .....	69
<b>4</b>	<b>A REGIÃO DO GUANO E SALITRE ATÉ A DÉCADA DE 1870</b> .....	<b>72</b>
4.1	A VALORIZAÇÃO DA REGIÃO .....	72
4.1.1	Segundo ciclo de empréstimos como a prosperidade chilena .....	72
4.1.2	A Bolívia estruturalmente atrasada .....	75
4.1.3	Cobija, Arica e a dependência com Peru .....	78
4.1.4	O Guano e o salitre .....	83
4.2	GUANO ENCONTRADO NO ATACAMA E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DE EXPLORAÇÃO DESCONTROLADA .....	87
4.2.1	Expedição chilena de 42 e o deserto disputado .....	87
4.2.2	As “revoluções” bolivianas e o governo Belzu .....	91

4.2.3	Peru e Chile antes da crise de década de 1870.....	93
4.2.4	A “quase guerra” adiada por um antigo inimigo .....	98
4.2.5	O tratado de 1866.....	100
5	<b>AS CRISES NACIONAIS E A GUERRA DO PACÍFICO .....</b>	<b>104</b>
5.1	PROBLEMAS FISCAIS, ADMINISTRATIVOS OU CONSEQUÊNCIAS DO IMPERIALISMO?.....	104
5.1.1	Crise peruana, Dreyfus e Meiggs .....	104
5.1.2	A crise de 1873 e as dívidas nos três países .....	111
5.1.3	A responsabilidade de Melgarejo e Daza .....	116
5.2	A DESCOBERTA DE CARACOLES E OS CRESCENTES ATRITOS CHILENO-BOLIVIANOS .....	118
5.2.1	A prata de Caracoles, Morales e os novos tratados com Chile.....	118
5.2.2	Tratado de Aliança Defensiva .....	124
5.3	O ESTANCO E A NACIONALIZAÇÃO DO SALITRE PERUANO COMO REAÇÃO À CRISE .....	131
5.3.1	Governo Pardo, estanco e nacionalização .....	131
5.3.2	As crises boliviana e chilena pré-guerra.....	140
5.4	A GUERRA COMO INTENSIFICADORA DAS CRISES NACIONAIS.....	145
5.4.1	Campanhas navais e tomada de Tarapacá.....	145
5.4.2	Governo Piérola e a perda de Tacna e Arica .....	149
5.4.3	O preparo para o golpe final e as arbitragens frustradas.....	151
5.4.4	Lima ocupada e a destruição dos aliados .....	156
6	<b>A NÃO-RESOLUÇÃO DE UM CONFLITO .....</b>	<b>162</b>
6.1	OS ACORDOS QUE CESSAM O FOGO.....	162
6.1.1	A Paz de Ancón e o pacto de trégua.....	162
6.1.2	Promessas chilenas e ruptura König .....	165
6.1.3	O Tratado de 1904.....	167
6.2	IMPERIALISMO E MEDITERRANEIDADE .....	169
6.2.1	A intensificação imperialista na região .....	169
6.2.2	A perda do vencedor .....	172
6.2.3	1929 e um novo golpe ao sonho boliviano.....	175
7	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>179</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>183</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>195</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>198</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 6 de setembro de 2016, Chile e Bolívia se enfrentavam em jogo válido pelas Eliminatórias Sul-Americanas da Copa do Mundo, no Estádio Monumental de Santiago do Chile. Durante o jogo, um coro da torcida chilena que entonava "olé, olé, olá, quem não pula não tem mar (tradução feita pelo globoesporte)" foi motivo de uma denúncia feita pela Federação Boliviana de Futebol à FIFA: em nota, a FBF ressaltou que os rivais estavam entoando "cantos discriminatórios e racistas" (BOLÍVIA DENUNCIA, 2016). A perda dos territórios litorâneos pela Bolívia no final da Guerra do Pacífico ainda se apresenta como uma questão delicada até os dias de hoje, não somente entre os diplomatas e oficiais dos governos, mas também entre as populações de ambos os países.

As relações diplomáticas entre o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Chile são historicamente conflitantes ao longo de todo o século XX e começo do XXI. O principal problema que norteia o desentendimento entre as duas nações é a falta de uma saída soberana da Bolívia para o mar, que o país possuía até o início da Guerra do Pacífico, quando o Chile ocupou todo o litoral boliviano. Nestes quase 150 anos, a Bolívia sempre tentou recuperar um acesso soberano ao Pacífico Sul: no ano de 2018, a Corte Internacional de Justiça de Haia, acionada pela Bolívia, declarou que o Chile não seria obrigado judicialmente a negociar o acesso ao oceano Pacífico para os bolivianos, permanecendo sem conclusão o impasse.

A Guerra do Pacífico foi um conflito entre Chile, Bolívia e Peru que ocorreu entre 1879 e 1884. A maior parte da historiografia aponta o principal motivo do conflito sendo o controle da região correspondente entre os paralelos 23°S e 25°S, que tanto Chile quanto Bolívia afirmavam ter a posse legal nas décadas seguintes às suas independências. Dentro dessa área disputada, que correspondia de Paposo a Mejillones – incluindo a área interiorana até os Andes –, o guano, o salitre, a prata, o cobre e outros produtos foram encontradas ao longo das décadas. A guerra tem início após a ocupação militar chilena da cidade de Antofagasta e a expulsão dos representantes do Estado boliviano no dia 14 de fevereiro de 1879.

Essa pesquisa tem como objetivo traçar os interesses políticos e econômicos que desencadearam a guerra. Como fontes primárias de análise, foram utilizados uma série de tratados e acordos bilaterais feitos entre Bolívia, Chile e Peru, visando mapear e contextualizar tanto a questão da fronteira de Chile com Bolívia quanto a das relações econômicas entre os três países como principais manifestações políticas de Estados que viviam dentro de um

semelhante modelo capitalista, ligado à produção de matérias-primas para as então potências capitalistas.

Se a partir de 1866 houve um acordo biletaral chileno-boliviano de estabelecer a linha divisória que separava os Estados no paralelo 24°S, é notável que o regime de mútua exploração em toda a região correspondente entre os paralelos 23°S e 25°S foi um dos pontos cruciais que desencadeou o desentendimento que causou a violação desse estabelecimento. Busca-se neste trabalho compreender que a disputa territorial foi muito mais do que produto do não-cumprimento dos tratados de limites, possuindo outras problemáticas necessárias para compreender a dinâmica da disputa entre os dois países.

Anos antes do começo do conflito, o Tratado de Aliança Defensiva foi firmado por Bolívia e Peru em 1873, porém, a relação entre os dois países possui um contexto histórico que muitas vezes remete à tempos coloniais, fazendo com que seja necessário um levantamento e análise das relações peru-bolivianas para contextualizarmos também a aliança entre ambos os países frente ao Chile, principalmente no que diz respeito à dependência boliviana com os portos então peruanos da região de Arica. Para adentrar no que diz respeito à análise dos documentos oficiais dos Estados e nas questões de embates historiográficos é necessário uma breve contextualização dos acontecimentos das décadas que precedem o conflito.

A guerra se divide em dois períodos, o primeiro é marcado pela tomada de todo o litoral boliviano e das cidades do sul do Peru, incluindo Iquique, Arica e, por fim, Tacna. O segundo período é marcado pelas tropas chilenas ocupando Lima, permanecendo no território peruano por mais de dois anos e nove meses. A principal consequência da guerra é a incorporação, por parte do Chile, da faixa litorânea da Bolívia, que ia do Oceano Pacífico ao vulcão de Licancabur (leste da atual San Pedro de Atacama) e das regiões de Tarapacá e Arica, originalmente peruanas.

O interesse no Atacama e em Tarapacá foi crescente de acordo com a valorização do mercado mundial do guano e do salitre. Compreender a cronologia do salitre e do guano na região faz com que se torne possível entender os pontos cruciais que desencadearam o conflito, uma vez que ambos não são como produtos valorizados na época colonial, pois tinham um “nascimento” e uma “morte” (esta, décadas após a guerra) como fonte de riqueza dependendo do avanço tecnológico das potências capitalistas, diferentemente do ouro, da prata, do estanho ou do cobre.

A região do Atacama se mostrava praticamente inóspita: o clima seco quase impossibilitava a vida; a falta de água e comida e os ocasionais desastres naturais que de tempos em tempos destruíam as cidades da costa eram fatores que favoreciam a falta de interesse pela

região, tanto por parte da Bolívia quanto por parte do Chile, até a descoberta das riquezas. Sendo assim, a região era quase que “inabitada” até as décadas que precedem a guerra, fazendo com que as fronteiras entre Bolívia e Chile não fossem explicitamente demarcadas. A historiografia chilena e a boliviana se contrariam até hoje tentando justificar a posse do deserto desde a época antes da chegada dos europeus.

Enquanto a indústria do salitre em Antofagasta fosse planejada só a partir de 1857, na região peruana de Tarapacá, o salitre era explorado desde o final da década de 1820 e, somado ao guano, se tornava uma fonte de renda não só importante para toda a região, mas para todo o Peru. Após a valorização do guano e do salitre, o Chile e a Bolívia passaram a procurar no território “esquecido” qualquer que fosse o produto que pudesse ser explorado e exportado na região. O fracasso dos tratados de 1866 e 1874 que delimitavam a fronteira chileno-boliviana somado a conturbada trajetória diplomática entre os países culminou na deterioração crescente da relação entre os dois países e seus habitantes, até a invasão militar chilena em 1879.

As independências dos três Estados conflitantes frente à Espanha ocorrem da segunda década do século XIX até meados de sua terceira década. Esses Estados não se encontravam em situação igual pré-independência e não se encontraram mesmo após corte do vínculo com a nação espanhola. Se a historiografia costuma caracterizar o Chile como politicamente estável pós-independência e os vizinhos ao norte como “caóticos”, se proporá neste trabalho algumas críticas para se analisar esta divisão.

Na Bolívia, raríssimos foram os governos que não se encerraram antes de seu término previsto pela legislação. Após a dissolução da Confederação Peru-Bolívia, em 1839, a Bolívia se tornou uma República com uma nova constituição política. Desse período até o começo da guerra em 1879, o país teve 16 presidentes. Desses 16, a grande maioria foi derrubada do poder via golpes de Estado ou renunciaram ao cargo. O Peru vivia situação similar, poucos foram os governos que cumpriram mandatos democráticos estabelecidos pela sua constituição, após a sua consolidação como República única em 1838, o governo teve mais de 20 chefes de governo diferentes, todos militares até a data de 1872 (salvo pequenos períodos transitórios que não duravam muito tempo, sendo o mais extenso tendo pouco menos de dois anos de duração).

As diferenças entre os três países não se davam somente no âmbito de estabilidade política. Economicamente, a historiografia julga o Chile se encontrando em uma situação mais favorável, com o país vivendo na primeira metade do século XIX um período de grande prosperidade envolvendo a agricultura e a mineração. A suposta instalação industrial exigida para a exportação mineral fez com que houvesse no país uma “modernização” nos grandes centros urbanos chilenos. O desenvolvimento econômico e “industrial” frente ao Peru e à

Bolívia é peça-chave para entender como, mesmo lutando sozinho contra dois países, o Chile manteve uma força militar maior e mais bem preparada que seus inimigos ao norte.

A Bolívia se encontrava em situação econômica completamente diferente: era um país sem grandes recursos financeiros antes da descoberta do salitre e guano, em 1846, 51% da renda do governo boliviano vinha do tributo indígena e do imposto referente à coca. A principal atividade econômica do Estado boliviano se transformava na extração do guano e do salitre após a descoberta e a exploração destes, porém, a situação econômica da Bolívia não se alterou muito ao longo do século XIX

Transcurría el año 1868 y el gobierno de Melgarejo se encontraba en más apuros de dinero que nunca a raíz de los problemas que se suscitó a sí mismo por haber puesto en circulación moneda feble que nadie quería aceptar. Era urgente reemplazarla por circulante de buena ley, a fin de salvar el crédito del país, dentro como en las repúblicas vecinas en las que la moneda boliviana había tenido siempre gran acogida por el valor intrínseco de su contenido de plata (QUEREJAZU CALVO, 1995, p.26).

A situação fragilizada da economia boliviana se agravava pela falta de infraestrutura: não existiam estradas de ferro, não dispunham de tecnologia de comunicação e a indústria era praticamente inexistente em todo o território; sua força militar era composta por soldados inexperientes e militares não instruídos e não equipados, o país, durante o século XIX, sequer possuía uma frota naval.

Se na região disputada entre Chile e Bolívia existia uma divisão do lucro do guano e do salitre entre os dois países, no Peru, além da extração e comercialização do guano e do salitre não ser “dividida com algum vizinho”, ela começou décadas antes. O Peru, portanto, tinha em seu território mais produtos lucrativos que a Bolívia, porém se configurava politicamente e economicamente diferente do Chile. A riqueza peruana não foi o suficiente para barrar a crise financeira vivida entre a segunda metade da década de 1860 e a primeira metade da década de 1870.

Analisando as principais obras chilenas do século XIX que tratam da guerra e da questão de limites com a Bolívia, em especial os escritos de Miguel Luis Amunátegui e Diego Barros Arana, se nota que, segundo a noção da época, quanto mais próximo ao modelo europeu capitalista, maior o progresso em que o país se encontrava

[En Chile, las] ciudades i sus campos han estado abiertos a los extranjeros de todos los países, i particularmente a los europeos, a los alemanes que han poblado las colonias del sur de Chile, a los ingleses que han hecho el comercio en grande, a los franceses que negocian con los artículos de lujo i de elegancia o que ejercen diferentes profesiones e industrias (BARROS ARANA, 1880, p. 12).

Além do destino dos produtos comercializados ser praticamente exclusivo para os países fora do continente sul-americano, praticamente todas as companhias (sejam de salitre, guano ou da

construção das ferrovias) que trabalhavam na região se concentravam nas mãos de europeus, sobretudo ingleses. A presença estrangeira teve traços imperialistas desde a sua chegada na primeira metade do século XIX não só no Chile, mas em todo o Pacífico Sul. Se observará como o interesse de grandes capitalistas privados afetou drasticamente a configuração dos três Estados participantes da guerra.

Com um quarto do capital britânico que era investido fora do país tendo destino a América Latina antes da Primeira Guerra Mundial (SOTO CÁRDENAS, 1998, pp. 38-39), é notável que o controle da região salitreira e guaneira tinha uma grande importância para os grandes capitalistas britânicos. Além da influência econômica e dos monopólios na região, “estos capitalistas colocaron a miembros de la aristocracia y de la nobleza britanica como promotores, directores y gerentes para que dirigieran las compañías que habian decidido fundar” (SOTO CÁRDENAS, 1998, p. 32). Melbourne Clark, Antony Gibbs, Jorge Smith, John Thomas North são alguns dos estrangeiros que estiveram à frente da exploração da região, do financiamento e do maquinário que a indústria necessitava.

Estes grandes capitalistas estavam acima de qualquer fronteira demarcada ou não, obtendo muitas vezes em suas mãos companhias de diversas áreas de produção e em diferentes cidades como Iquique, Antofagasta e Caracoles. Uma série de eventos demonstram como ao longo das décadas, o monopólio e o ritmo da exploração do salitre e guano não teve sua estrutura alterada após a guerra. O início dos conflitos armados também não representou uma desaceleração no lucro do salitre: a única região que diminuiu momentaneamente a produção foi a de Tarapacá, e somente no momento em que ocorreu o bloqueio marítimo por parte do Chile, o ritmo de todo o restante da região não só permaneceu intacto como aumentou durante o conflito.

O clima em toda a América do Sul do século XIX era conflituoso: o Chile mantinha uma relação conturbada com a Argentina devido o interesse nas regiões fronteiriças próximas ao canal de Beagle e na Patagônia. A Bolívia tinha problemas similares com a Argentina em sua fronteira sul. O Peru se chocava com o Equador pelo controle de parte da franja da Amazônia. A guerra Hispano-Sulamericana (Chile, Peru, Bolívia e Equador contra a Espanha) de 1866 e a Guerra da Tríplice Aliança (Argentina, Uruguai e Brasil contra Paraguai) de 1864 são exemplos claros de como toda a América do Sul vivia um período de conflitos armados de grandes proporções.

Analisar criticamente as causas da Guerra do Pacífico a partir dos acordos e tratados bilaterais está longe de ser um trabalho com o objetivo de culpabilizar algum dos Estados envolvidos diretamente ou indiretamente no conflito, assim como não se pode somente se

restringir a análise aos interesses ligados às questões territoriais. Esta pesquisa exige a compreensão de uma série de questões referentes aos países envolvidos, como a súbita valorização de todo o território em que se extraía guano e salitre, as concessões e impostos cobrados, os diferentes ritmos de “consolidação da nação” nos três Estados, a presença do capital estrangeiro financiando companhias de diversas áreas de produção e uma série de outros detalhes, que só podem ser analisados pela lógica da América do Sul do século XIX, inserida dentro do sistema capitalista que funcionava em escala global.

## 1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O método seguido por esta pesquisa se deu pela leitura, análise e crítica de fontes primárias contemporâneas à época e fontes secundárias, desde contemporâneas à guerra até as que seguem a historiografia mais atualizada referente ao tema.

Foram tomados como fontes primárias os tratados e protocolos bilaterais entre Chile, Bolívia e Peru desde a década de 1860 até o Protocolo complementar entre Chile e Peru de 3 de junho de 1929<sup>1</sup>. Infelizmente, durante este trabalho se vivia a pandemia do Coronavírus, que afetou em alguns pontos a pesquisa presencial em arquivos (sobretudo peruanos). Embora parte dos arquivos e bibliotecas se encontraram fechados por motivos maiores, se pesquisou presencialmente nas seguintes instituições: *Biblioteca Histórica de Palacio Municipal* (Lima), *Archivo y Biblioteca Diplomática del Ministerio de Relaciones Exteriores* (La Paz), *Biblioteca de Ministerio de Economía y Finanzas Públicas* (La Paz), *Biblioteca Municipal Mariscal Andrés de Santa Cruz* (La Paz). Por serem tratados e protocolos bilaterais, as fontes primárias da pesquisa são centrais por serem a expressão oficial dos Estados. É com estes documentos que se analisou as causas que levaram à guerra. A progressão dos tratados, junto às fontes secundárias, traça o contexto econômico e político dos três países protagonistas no período pré-guerra.

Concomitante ao trabalho de arquivo e interpretação crítica dos tratados, as fontes secundárias também foram analisadas e contextualizadas criticamente. Considera-se como fontes secundárias as obras com relevância historiográfica referentes ao tema e/ou abordagens atuais sobre o conflito; obviamente a maior produção relativa ao tema se encontra nos três países participantes da guerra, porém, se inclui aqui a utilização de obras de outros países latino-

---

<sup>1</sup> Observar Apêndice A no fim deste trabalho.

americanos e de outros continentes. O trabalho com as fontes secundárias têm como objetivo mapear e analisar o contexto em que os acordos e tratados bilaterais foram realizados, são livros, teses e artigos de revistas acadêmicas. Os relatos dos militares e governantes que participaram direta ou indiretamente dos conflitos, escritos contemporaneamente ou pouco tempo após as batalhas também foram abordados na pesquisa. Um dos pontos utilizados para a pesquisa, foi o da crítica à visão destes testemunhos, a ponto que estas obras traçaram as problemáticas das futuras historiografias nacionais dos três países, se tornando fundamentais para a pesquisa

Não é que os documentos desse gênero sejam, mais que outros, isentos de erro ou de mentira. Não faltam falsas bulas, e, assim como todos os relatórios de embaixadores, nenhuma carta de negócios diz a verdade. Mas a deformação aqui, a supor que exista, pelo menos não foi concebida especialmente em intenção da posteridade (BLOCH, 2002, p. 77).

## 1.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

### 1.2.1 A América Latina como espaço histórico-social

Parte-se do conceito de que os países hispânicos (e também o Brasil) “*tienen, no solamente un pasado, una composición y un carácter que se confunden, sino inquietudes paralelas e intereses idénticos, que pueden ser examinados sin molestia para nadie en una atmósfera fraternal.*” (UGARTE, 2010, p. 42), isso é, compartilham do mesmo desenvolvimento histórico, fruto da exploração econômica e social externa via escravismo, imperialismo e colonialismo (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 154). Dois pontos são cruciais para compreender a unidade histórica-política latino-americana: o primeiro se dá pela ação de fenômenos de origem estrangeira no continente – que afetam com maior ou menor intensidade dependendo da região latina observada –, o segundo é o do dinamismo espacial e temporal das populações nativas – indígenas –, que foram afetadas diretamente pelos processos socioeconômicos durante as épocas da Colônia e Independência (HURTADO G., 1974, p. 21); afirma-se aqui que, a base da unidade latino-americana se dá pelo regime de propriedade de terras e pelas relações de trabalho que imperavam – e ainda imperam – na região. Concorde-se com Mariátegui quando o autor afirma que o regime de propriedade de terra determinou o regime político e administrativo das colônias e, que a passagem para o período independente se mostrou como uma continuidade da colônia, pois não resolveu o problema agrário (MARIÁTEGUI, 2007, p. 42): as duas características principais do regime de propriedade de terra, que afastava a região do modelo moderno europeu eram a presença do latifúndio e da servidão “*Expresiones solidarias y consustanciales, cuyo análisis nos conduce a la conclusión*

de que no se puede liquidar la servidumbre, que pesa sobre la raza indígena, sin liquidar el latifúndio” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 40). Se com a decadência do regime colonial os países mais ao sul se tornaram mais “avançados”, julga-se aqui que tal conceito deriva de uma menor intensidade (o que não significa a não-existência) do regime latifundiário – como evidenciado por Bagú (BAGÚ, 1949, p. 105).

Ao longo da segunda metade do século XVIII e do XIX, as burguesias latinas se configuraram principalmente ligadas ao comércio internacional e como detentoras de terras, isso fez com que, diferentemente do que ocorreu na Europa Central<sup>2</sup> com as revoluções industriais e com a aplicação dos conceitos democráticos da ideologia liberal, o século XIX latino-americano ainda contasse com a permanência de uma série de estruturas coloniais. A falta de interesses nacionais como marca característica do capitalismo latino-americano do século XIX configura a política clientelista dos Estados; os detentores de cargos públicos frequentemente trabalhavam para aumentar ainda mais as fortunas privadas (MILLER, 2020, p. 339), aprovando altíssimos empréstimos nacionais e estrangeiros que muitas vezes não eram invertidos de maneira que se pagassem no futuro. A corrupção como característica latino-americana deve ser analisada não somente como uma herança colonial, mas também como produto dessa falta de interesse nacional, crescente desde a abertura econômica gradual do final do século XVIII, piorando ainda mais ao atingir o ápice do endividamento externo dos novos países

En su mayor parte, los cambios en el régimen político y en la naturaleza de la inversión extranjera simplemente alteraron los modos seguidos por la corrupción inherente a las sociedades en América Latina. De hecho, la inversión extranjera, cuando tomó la forma de una participación privada en recursos naturales y servicios públicos, frecuentemente ayudó a institucionalizarla aún más.” (MILLER, 2020, p. 366).

As burguesias latino-americanas assumem, a partir de sua gênese, duas posturas diferentes: de *epifitismo* frente às burguesias europeias e de *parasitismo* frente às camadas produtoras latinas<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Caracteriza aqui a Europa Central não no sentido geográfico, e sim político-econômico, sendo o bloco formado pelos países onde o capitalismo se configurou a partir das Reformas Burguesas, isso é: Inglaterra, França e em menor escala a região da atual Alemanha.

<sup>3</sup> Utiliza-se esse termo importado da botânica. Empregar o termo epifitismo e não somente o de dependência possui uma diferença notável: enquanto o termo “dependente” tende a menosprezar a autonomia e os interesses particulares das burguesias latinas, afirma-se aqui que seus desenvolvimentos possuem características e interesses próprios, mesmo ainda sendo dependentes das burguesias da Europa Central. Uma planta epífita, por não estabelecer contato direto com o solo, depende vitalmente da estrutura de uma segunda planta como apoio, sem retirar dessa os nutrientes necessários para a sua sobrevivência. Por estar atrelada ao mercado capitalista internacional e não ter contado direto com a acumulação de capital, a relação das burguesias latinas com as burguesias da Europa Central não se trata de um parasitismo, uma vez que elas trabalham dentro de uma lógica que, mesmo quando não favorecendo a segunda, não afeta negativamente. Em relação às camadas produtoras, as burguesias latinas assumiram outra postura, a de uma crescente exploração capitalista, porém, diferentemente do ocorrido na Europa, sem a inversão do lucro obtido em áreas voltadas para uma subsistência

A configuração específica das burguesias latinas permitiu, portanto, o controle econômico dos Estados latinos por países estrangeiros, isso fez e faz com que muitos pensadores julguem a globalização da economia como o caminho mais rápido para empobrecer cada dia mais aos países do “terceiro mundo” (BEZERRA DE LA ROCA, 2004, p. 26). Se propõe aqui compreender que, além de uma dominação externa, os movimentos internos dos países latinos são cruciais para a configuração histórica-social do continente e devem estar dentro de uma lógica de dependência e desigualdade frente à estrutura europeia.

### 1.2.2 O caráter desigual e combinado latino-americano

Elaborado por Trotsky (TROTSKY, 1967; TROTSKI, 1975) ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, o capitalismo assume um caráter desigual e combinado nas regiões distantes da Europa Central. Embora haja desdobramentos específicos nas diferentes regiões, concorda-se que

Os trabalhos de sociólogos (ou politicólogos) marxistas sobre as revoluções sociais no Terceiro Mundo — especialmente na Ásia e América Latina — utilizam muitas vezes, de maneira explícita ou não, elementos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para tentar dar conta das particularidades das formações sociais em questão, e das raízes socioeconômicas dos movimentos de liberação (LÖWY, 1995, p. 79).

Ao discorrer sobre as relações capitalistas e pré-capitalistas de produção na América Latina, Quijano, por sua vez, se afasta tanto das posições teóricas do “dualismo estrutural” quanto do “somente capitalismo”, afirmando que o caráter de formação econômica-social dependente, desigual e combinada permite compreender a dependência não como um instrumento único de análise, e sim interligado aos fenômenos histórico-sociais (QUIJANO, 2020b, rodapés das páginas 149 e 150). O autor afirma que existe “La combinación entre relaciones de producción capitalistas y precapitalistas, bajo la hegemonía de las primeras y en servicio de ellas. La configuración total se mueve conducida por las primeras y, desde este punto de vista, es fundamentalmente, pero no homogéneamente, capitalista” (QUIJANO, 2020b, p. 149). Ao longo deste trabalho, se utilizará o termo *pré-capitalista* especificamente compreendido dentro do caráter desigual e combinado do capitalismo latino, não assumindo uma postura etapista e/ou desvinculada do capitalismo como um sistema já em processo de globalização cada vez maior: é crucial compreender que as relações pré-capitalistas são fundamentalmente capitalistas.

---

e/ou uma produção industrial, e sim uma inversão cada vez mais intensiva que focava na produção de matérias-primas e na introdução de produtos importados em todo o território.

Partindo do conceito de que a manutenção de estruturas pré-capitalistas foi – e é – crucial para o funcionamento do capitalismo na América Latina, se discorda de que o desenvolvimento capitalista tenderia a destruir as reminiscências dos modos e formas de produção que precedem a ele, como elaborado por Dieterich (DIETERICH, 1985, p. 40). Se concorda com outros pontos do autor, por exemplo quando ele diz que as *obrajes* coloniais não consistiam uma produção manufatureira (DIETERICH, 1985, p. 179-180), uma vez que, mesmo que operando dentro de um sistema capitalista – o que Dieterich tende a discordar –, também se encontravam dentro de uma hierarquia colonial pré-capitalista, fazendo com que ainda fossem submissas aos Estados espanhol ou português, que não permitiam uma autonomia de produção suficiente para o florescer de uma industrialização similar à ocorrida na Inglaterra ou França.

### 1.2.3 As relações pré-capitalistas como capitalistas

Não se entende aqui o capitalismo como um sistema estático e imutável, e sim como um sistema que se constrói a partir da exploração das colônias europeias dentro do papel de fornecedoras de matérias-primas para o antigo continente. Não se tem como objetivo aqui teorizar sobre o início do capitalismo, mas é crucial sublinhar que a América, desde o começo da exploração pelos europeus, se configurava dentro de um sistema capitalista, uma vez que todas as formas de controle social e de exploração do trabalho foram articuladas em torno da relação capital-salário e do mercado internacional<sup>4</sup>, mesmo que contendo características pré-capitalistas. Algumas características do trabalho e da produção colonial americana, como a servidão e a escravidão, para algumas abordagens, desconfigura o regime latino como capitalista e isso se dá por ignorarem o caráter desigual e combinado do capitalismo nas diferentes regiões do planeta. Concorda-se aqui que acabar com o latifúndio e a servidão – problemas tipicamente pré-capitalistas – só pode ser feito dentro de um processo global de revolução anticapitalista e que a luta do proletário contra o capital é a mesma do campesinato contra a “feudalidade”<sup>5</sup> denunciada por Mariátegui (QUIJANO In: MARTIÁTEGUI, 2007, p.

<sup>4</sup> Existia, em algumas áreas da colônia, uma produção para subsistência do funcionamento da estrutura colonial, porém, fica claro que esse regime de produção colonial tinha caráter complementar: “La producción colonial estuvo, pues, configurada por su carácter de complementaria. Los productos que no competían con los de Portugal o España en el mercado metropolitano, en el internacional o en el colonial, encontraron tolerancia o estímulo.” (QUIJANO, 2020a, pp. 122-123).

<sup>5</sup> Assim como Quijano (QUIJANO, 2005), discorda-se aqui de empregar o termo “feudal” ou “semifeudal” para caracterizar as relações de produção da época colonial, uma vez que o colonialismo funcionava sobre uma lógica, acima de tudo, capitalista.

LXXXII). Afirma-se aqui que a exploração da América Latina não foi de forma alguma feudal e sim capitalista

No fué feudalismo lo que apareció en América en el período que estudiamos, sino capitalismo colonial. No hubo servidumbre en vasta escala, sino esclavitud con múltiples matices, oculta a menudo bajo complejas y engañosas formulaciones jurídicas. Iberoamérica nace para integrar el ciclo del capitalismo naciente, no para prolongar el agónico ciclo feudal.” (BAGÚ, 1949, p. 260).

A escravidão dos povos africanos – além de fazer com que os escravos se tornassem mercadorias dentro de um sistema intercontinental – foi estabelecida e organizada quase que exclusivamente para produção de matérias-primas com destino europeu, servindo primordialmente os propósitos capitalistas. Situação similar foi o da servidão indígena, que não é similar à servidão do feudalismo europeu, e que em algumas regiões latino-americanas perdurou até a segunda metade do século XIX. As relações ainda presentes hoje de desigualdade postas sobre bases raciais, são fundamentalmente produtos do capitalismo latino-americano: para Bagú, “Si la división del trabajo se produce sobre bases raciales, no lo es —aunque parezca paradójico— por motivos raciales, sino económicos y sociales.” (BAGÚ, 1949, p. 209).

O caráter parasitário das futuras burguesias latinas foi também uma herança da classe dominante hispânica e portuguesa das colônias, que durante o período colonial não inverteu a acumulação capitalista em um fortalecimento industrial e burguês, nem nas colônias nem nas metrópoles, como expressado por Celso Furtado ao discorrer sobre a produção açucareira brasileira

O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior. Pertencendo todos os fatores a um mesmo empresário, é evidente que o fluxo de renda se resumia na economia açucareira a simples operações contábeis, reais ou virtuais. Não significa isto que essa economia fosse de outra natureza que não monetária. Tendo cada fator um custo que expressa monetariamente, e o mesmo ocorrendo ao produto final, o empresário deveria de alguma forma saber como combinar melhor os fatores para reduzir o custo de produção e maximizar sua renda real (FURTADO, 1977, p. 50).

Como a América Latina se configurou historicamente como produtora agrícola e mineira, por pertencer a um sistema capitalista, a região se tornou economicamente atrasada em relação à Europa Central, uma vez que o capitalismo beneficia à produção industrial e fundamentalmente se baseia no desenvolvimento desigual e na subalimentação das massas

Enquanto o capitalismo continuar capitalismo, o excedente de capitais será afetado, não para elevar o nível de vida das massas de um dado país pois daí resultaria uma diminuição de lucros para os capitalistas, mas para aumentar estes lucros, mediante exportação de capitais para o estrangeiro, para os países subdesenvolvidos. Aí normalmente os lucros são elevados porquanto escasseiam os capitais, são

relativamente baixos o preço da terra e de igual modo os salários, e as mercadorias têm também um preço baixo (LÊNIN, 1989, p. 61).

Tal como nas regiões europeias, a intensificação do capitalismo avança em direção às piores nas condições de vida dos trabalhadores em detrimento a uma concentração de renda em um pequeno grupo social, no caso latino, nas burguesias, que são paralelamente epífitas e parasitárias.

A caracterização das burguesias latinas como um grupo diverso das burguesias europeias faz com que uma série de autores e autoras caracterizem o capitalismo praticado na América Latina como sendo diferente do praticado na Europa Central. Nahuel Moreno, dentro de uma lógica que considera o caráter desigual combinado, caracteriza o capitalismo praticado na América Latina como *capitalismo bárbaro*<sup>6</sup>. Embora este trabalho não utilize integralmente o conceito proposto por Moreno, concorda-se com uma importante característica que Moreno utiliza para caracterizar o capitalismo latino-americano – para ele, capitalismo bárbaro –, que é a de que não somente coexiste com o capitalismo europeu, mas também é um produto deste

Todos estos son unos pocos ejemplos que demuestran que en nuestro país, al igual que en toda la América española de la colonización, existió un capitalismo bárbaro, un sistema basado en el cambio de mercaderías y en estrecha ligazón con el mercado mundial. Es indudablemente un régimen totalmente distinto al existente o al que está surgiendo en el norte de Europa, en especial en Inglaterra, Holanda y Francia, pero tampoco tiene nada que ver con el régimen feudal. Es una forma aberrante del desarrollo capitalista europeo (MORENO, 2012, p. 299).

Além de coexistir e ser um produto do capitalismo europeu, concorda-se que o interesse nacional capitalista na América Latina<sup>7</sup> não é fundamental para o surgimento das burguesias: não há interesse na substituição da mão de obra escrava pela assalariada, em transformar o capital comercial em capital industrial, em criar um mercado local de crescente circulação de produtos; as elites dos novos Estados na América Latina não realizam esforços para se desvincular de seu caráter epifitista e parasitário.

#### 1.2.4 Periferias, semicolônias e colonialidade

Após o fim das colonizações espanhola e portuguesa na América, os novos Estados assumiram um caráter de semicolônias, isso é, países que dependiam diplomaticamente e financeiramente das grandes potências capitalistas (LÊNIN, 1989, pp. 81-84). Embora

<sup>6</sup> Não se utilizará o conceito de capitalismo bárbaro integralmente neste trabalho, porém, as características apontadas aqui por Moreno são cruciais para qualificar o capitalismo latino-americano em comparação ao europeu moderno.

<sup>7</sup> Caracteriza-se o interesse nacional como dentro dos moldes europeus modernos, isso é, dentro do movimento burguês contrário às monarquias absolutistas que desencadeou as Reformas Burguesas, a configuração do Estado-nação e o Iluminismo como corrente de pensamento predominante.

independentes, “Como consequência da exportação de capital, os países 'independentes' da periferia tornam-se semicolônias do 'centro', com limitações nas suas taxas de alfândega, e propriedade estrangeira da indústria, das obras públicas e das comunicações” (COGGIOLA, 2004, p. 19), portanto, deve se compreender que a condição de semicolônia não necessariamente exige que o país tenha sido em algum momento uma colônia e, a condição de ter sido em algum momento colônia não necessariamente atesta um caráter semicolonial estático do país – vide os EUA a partir do século XIX.

Embora a passagem do regime colonial para o semicolonial não representasse normalmente um grande impacto nos países latinos, é crucial compreender que foi nesse momento em que as potências capitalistas entravam em choque para assumir o controle da região: a corrupção e os carregamentos clandestinos sempre existiram na América Latina, porém, durante as guerras de independência, as disputas entre as potências capitalistas pelo território fizeram com que, por exemplo, a Grã-Bretanha utilizasse sua armada para auxiliar o contrabando de ouro e prata na costa do Pacífico Sul (MILLER, 2020, p. 337). Esse período representou o início da gradual destruição do mercado interno em consequência do maior fluxo de importações europeias (RODRÍGUEZ, 1990, pp. 32; 68), não somente mantendo a antiga relação econômica de colônia-metrópolis, mas intensificando ainda mais o sistema de países europeus como pertencentes a um *centro* produtor de manufaturas avançado industrialmente e das *periferias*<sup>8</sup> como produtoras de matérias-primas.

A história latino-americana pós independência deve ser compreendida como um movimento dos novos Estados se configurando frente ao capitalismo globalizado. Devido ao progresso industrial capitalista estrangeiro e a possibilidade de “acessá-lo” via empréstimos, uma série de choques entre os novos países ocorreram devido ao desejo de controlar antigas regiões fronteiriças – principalmente no que se diz respeito às áreas mais isoladas e menos providas de controle estatal e burocrático. Essas regiões foram palco de disputas tensas entre os novos Estados americanos

La historia de la expansión de la frontera en las Américas fue la historia de la expansión del capitalismo europeo en áreas no europeas. En este sentido, fuera de las señaladas, se puede hablar de la frontera del Caribe, de la frontera ganadera, de la frontera agrícola, de la frontera del café, de la frontera del caucho, entre otras más. En todas estas regiones y actividades económicas capitalistas, extranjeros pusieron su dinero y tecnología al servicio de la explotación de los recursos naturales que los

---

<sup>8</sup> Diferentemente do centro, que possui características comuns entre si, utiliza-se o termo periferias, no plural, pois inclui uma série de regiões em diversos continentes com configurações históricas-sociais diversas, não existindo uma unidade clara das relações pré-capitalistas, embora existam como complementares às relações capitalistas dentro de um caráter desigual e combinado.

países del tercer mundo fueron incapaces de explotar por diversas razones (SOTO CÁRDENAS, 1998, p. 92).

Há, portanto, na América Latina, novas dinâmicas nacionais e internacionais a partir das independências, porém, a economia permaneceu sendo controlado pela Europa Central. É dentro dessa lógica que se explica o porquê das burguesias latinas do século XIX se encontrarem ainda estagnadas e ligadas à atividades econômicas similares as do período colonial: a não ruptura do modelo econômico colonial é produto da “incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial” (FURTADO, 1977, p. 241).

A exploração latino-americana pelos europeus ao longo da História se sustentou em alguns conceitos políticos e sociais que serviam como ferramentas para a manutenção da exploração capitalista das periferias. Para Quijano, o que sustenta os diferentes conceitos para a exploração latina é a *colonialidade*: “La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista” (QUIJANO, 2020c, p. 325), isso é, a colonialidade existe dentro de um capitalismo globalizado e hierarquizado entre o centro e as periferias, e que, invariavelmente permite e depende não só das relações capitalistas tradicionais, mas também das pré-capitalistas.

Se entende aqui a colonialidade como um conceito que afirma o caráter desigual e combinado: a colonialidade não é a continuação estática das estruturas de poder coloniais após as independências dos Estados latinos, e sim a continuação dinâmica, que permite a introdução de novas categorias tipicamente europeias, dentro de uma ressignificação que tem como objetivo a permanência da região como periferia do capitalismo globalizado. O *eurocentrismo*<sup>9</sup> e a colonialidade, embora possam parecer antagônicos, são na verdade complementares para se estruturar a *modernidade*

Las relaciones intersubjetivas correspondientes, en las cuales se fueron fundiendo las experiencias del colonialismo y de la colonialidad con las necesidades del capitalismo, se fueron configurando como un nuevo universo de relaciones intersubjetivas de dominación bajo la hegemonía eurocentrada. Ese específico universo es el que será después denominado modernidad (QUIJANO, 2020c, p. 326).

O capitalismo globalizado do século XIX é fundamentalmente *eurocentrado*<sup>10</sup> e sua manutenção vai além do controle do trabalho mesmo que este continue como primordial (QUIJANO, 2020c, pp. 334-335). Concorde-se com Bagú quando afirma que, como as

<sup>9</sup> O eurocentrismo não deve ser entendido como uma perspectiva cognitiva exclusiva dos setores dominantes do capitalismo, mas sim uma perspectiva “educada baixo sua hegemonia” nas regiões periféricas (QUIJANO, 2020c, p. 327).

<sup>10</sup> O termo é utilizado similarmente ao seu sentido exposto em *Colonialidad del poder y clasificación social* (QUIJANO, 2020c).

sociedades coloniais (e semicoloniais) existem para produzir matérias-primas, o progresso nessas regiões possuem um caráter limitado em comparação às sociedades industriais, fazendo com que os esquemas sociais periféricos sigam as economias periféricas, tendendo a um estancamento (BAGÚ, 1949, p. 207). Grande parte da historiografia sobre a Guerra do Pacífico se configura como eurocêntrica, uma vez que as obras se aliam aos interesses nacionais com o objetivo de caminhar sempre em direção ao progresso unilinear característico do século XIX (PANHOCA, 2022b).

*A colonialidade do poder* articula a população latino-americana em uma estrutura comum em dois principais eixos, o controle da produção de recursos de sobrevivência social e o controle da reprodução biológica da espécie

El primero implica el control de la fuerza de trabajo, de los recursos y productos del trabajo, lo que incluye los recursos “naturales”, y se institucionaliza como “propiedad”. El segundo implica el control del sexo y sus productos (placer y descendencia), en función de la propiedad. La “raza” fue incorporada en el capitalismo eurocentrado en función de ambos ejes (QUIJANO, 2020c, p. 354).

Para Quijano, portanto, embora não seja central a utilização da divisão da sociedade latina por classes sociais, a classificação social ainda se articula fundamentalmente às relações de poder vinculadas ao funcionamento do sistema capitalista, ou seja, somente as relações de subjetivação cujo o sentido gira em torno da questão de exploração e dominação constituem processos de classificação social, se distanciando de análises identitárias à parte das relações capitalistas (QUIJANO, 2020c, p. 356).

### 1.2.5 O Imperialismo como continuação do colonialismo

Segundo Hobson, o termo *imperialismo* segue uma linha comum ao colonialismo praticado nas terras latino-americanas

Cuando el colonialismo consiste en la migración de parte de los miembros de una nación a tierras extranjeras vacías o escasamente pobladas, y los emigrantes conservan los plenos derechos ciudadanos de que disfrutaban en la metrópoli o, en otro caso, crean en dichas tierras un sistema de autogobierno local en todo conforme con las instituciones de la metrópoli y sometido, en última instancia, al control de aquélla, puede considerarse este colonialismo como una legítima expansión de la nacionalidad, como una ampliación territorial de la raza, la lengua y las instituciones de la nación: Pocas son, empero, las colonias que a lo largo de la historia, estando muy distantes de la madre patria, han mantenido las características antes señaladas. Lo que ha solido pasar es que o han cortado los lazos con la metrópoli y se han constituido en nacionalidades distintas, separadas, o han sido mantenidas en una situación de total dependencia política en lo referente a las principales funciones de gobierno, y, en este caso, es, al menos, tan apropiado el término ‘imperialismo’ como el de colonialismo (HOBSON, 1981, pp. 17-18).

Ao denunciar o regime em que uma pequena minoria exerce o poder político e econômico sobre uma maioria de povos subjugados – que por sua vez estão submetidos ao controle político do

governo imperial – (HOBSON, 1981), Hobson demonstra como as relações de poder no colonialismo são similares ao que acontece durante a etapa imperialista na América Latina. Se concorda com Quijano quando o autor afirma que a mudança da dependência colonialista para a dependência imperialista se dá, principalmente pela constituição da região agora em sociedades nacionais dentro de um sistema capitalista industrial (QUIJANO, 2020a, p. 96). Os novos Estados latinos, ao longo do século XIX se encontram sobre uma dominação imperialista: embora a dependência estrutural latino-americana não consista essencialmente na dominação imperialista, o imperialismo como forma operante crescente do capitalismo se torna uma política comum vivida em todo o continente

La dominación imperialista ha engendrado en América Latina –y probablemente también en otras latitudes– formaciones económico-sociales cuyos modos de articulación se caracterizan por la precariedad y la inconsistencia extrema de la estructura global resultante, como consecuencia del hecho de que sus elementos centrales o dominantes son en cada momento el producto de sus cambiantes modos de relación con los centros de dominación del sistema global y no el resultado del desarrollo y modificación orgánica de los elementos que en un determinado momento configuran la estructura de la propia formación dominada. Mientras esa situación persista, esto es, mientras la dominación imperialista perdure no obstante los cambios en sus mecanismos, el carácter dependiente de la estructura económico-social, sujeto a esa dominación, no podría ser eliminado (QUIJANO, 2020b, pp. 155-156).

A dominação imperialista – e o imperialismo em si – deve ser entendida como um processo de longa duração onde se implementa novas ferramentas para a dominação capitalista nas semicolônias; isso não significa que o imperialismo destruiu as estruturas pré-capitalistas, e sim que tais estruturas perduraram e se combinaram contraditoriamente com o capital monopólico em uma estrutura econômica conjunta hierarquizada (QUIJANO In: MARIÁTEGUI, 2007, p. XIX).

Embora à primeira vista o conceito de imperialismo de Quijano pareça excludente do estabelecido por Lenin, sustenta-se aqui que muitos pontos levantados pelo líder soviético são fundamentais para a elaboração de Quijano. Para Lenin o imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, exacerbando as contradições dos regimes políticos e intensificando a opressão nacional tendendo à uma anexação de territórios (LÊNIN, 1989), pode-se entender que desde às guerras de independência na América Latina, as potências capitalistas – principalmente no século XIX, a Grã-Bretanha e após a Primeira Guerra Mundial, os EUA – operam de maneira para intensificar seu controle econômico, político e social em toda a região. É evidente que as ondas de empréstimos<sup>11</sup> operam com intensidades diferentes, porém seguem uma lógica comum e crescente. Como o próprio Lenin afirma, o monopólio não

---

<sup>11</sup>Anexos finais G, H, I e J.

é uma invenção imperialista e sim da política colonial, a crescente importância do capital financeiro vinculado à luta pelas fontes de matérias-primas, exportação de capitais e pela criação de “esferas de influência” (LENIN, 1989, p. 123) tem no Chile e no Peru (e em menor escala na Bolívia) atuação central para o desenvolvimento dos respectivos Estados nacionais. Sustenta-se aqui que as economias nacionais e a configuração do regime de exploração e exportação do guano e do salitre surgiram e se configuraram com relações imperialistas mesmo antes da suposta concretização do imperialismo, nas décadas de 1860 e 1870 com a implantação de grandes malhas ferroviárias, criação dos bancos nacionais, auge da especulação financeira no guano e entre outros fatores que serão discutidos ao longo deste trabalho.

Como afirma Carmagnani, o período de 1850 a 1880<sup>12</sup> – que se estabelece aqui como o de concretização do imperialismo na América Latina – representou também uma continuação da exploração colonialista, porém com uma importante mudança: o controle das regiões estava sob domínio de elites políticas agora configuradas como classe dirigente política, econômica e social (CARMAGNANI, 1984, pp. 19-20). O avanço técnico resultante das políticas imperialistas destruiu ainda mais os mercados internos, fazendo com que as importações chegassem em regiões cada vez mais distantes dos centros urbanos latino-americanos, simultaneamente, as grandes companhias mercantis e bancos financiados por Londres, Berlim ou Paris ganhavam cada vez mais espaço para criar uma oligarquia financiada pelo capital estrangeiro (CARMAGNANI, 1984, p. 39).

É importante ressaltar que o aumento do capital financeiro e a circulação de produtos importados coexistiu com a manutenção de estruturas pré-capitalistas fundamentando um *pacto neocolonial*, que consistia nas novas oligarquias estando aliadas ao imperialismo financeiramente e produtivamente (CARMAGNANI, 1984, pp. 114-115; 122), o que não representou uma ruptura econômica de como operaram os regimes militares vividos no Peru e na Bolívia do século XIX. As concessões das terras e dos meios produtivos ao capitalismo estrangeiro foi uma prática comum durante os governos latino-americanos ao longo de todo o século XIX, a passagem para os governos “oligárquicos” manteve tal prática, porém, permitiu a cristalização do domínio imperialista na região também nas esferas políticas e sociais: as oligarquias aceitavam a subordinação frente ao capital inglês e assumiam a posição de classes

---

<sup>12</sup>A passagem dos governos militares para o regime oligárquico se deu em momentos diferentes nos países do Pacífico Sul: o Chile a partir da década de 1840 já se configurava sobre domínio de uma oligarquia ligada ao controle das principais atividades econômicas do país, já nos vizinhos do norte, toda a segunda metade do século XIX foi marcada pela transição para governos oligárquicos. Se propõe, portanto, estender um pouco mais o período proposto por Carmagnani, para um recorte que vai da década de 1840 à virada do século.

dominantes que viviam na órbita do imperialismo, uma vez que mantinham interesses próprios de enriquecimento particular que convergiam com os estrangeiros

El objetivo de la oligarquía era el de afianzarse, por medio del control absoluto que ejercía sobre los factores productivos, en su papel como centralizadora de todas las decisiones concernientes al empleo de la renta nacional, que por una parte debía servir para ganarse la adhesión de los grupos sociales subalternos y por la otra para procurar que las innovaciones aportadas por el capital inglés no acabaran destruyendo el orden que ella había creado (CARMAGNANI, 1984, pp. 120-121).

A concretização do regime “oligárquico” é, acima de tudo, ferramenta crucial para o funcionamento do imperialismo na América Latina. O alinhamento das elites políticas com a dominação estrangeira é crucial para compreendermos as disputas nacionais e internacionais que operaram durante a segunda metade do século XIX resultando na Guerra do Pacífico de 1879.

## 2 UM OLHAR PRESENTE PARA O CONFLITO

Mesmo após quase 140 anos, a Guerra do Pacífico<sup>13</sup> e suas consequências continuam sendo cruciais ao analisar as relações entre Chile, Peru e Bolívia. A conquista chilena dos territórios peruanos de Arica e Tarapacá e do Atacama boliviano reverberam nacional e internacionalmente e constroem as trajetórias diplomáticas entre os três países há quase um século e meio<sup>14</sup>. Deve-se ter em mente que dentro deste período, houve uma série de aproximações e rupturas – principalmente entre Bolívia e Chile – que configuram o período com uma complexidade muito além do que será tratado neste trabalho, que tem como objetivo se centrar nas causas do conflito. Este capítulo tem como objetivo pincelar um panorama mínimo da construção histórica presente a partir, principalmente, do centenário do conflito (1979), que iniciou um novo período para revisitar e ressignificar uma série de questões ligadas à guerra.

Estabelece-se aqui o período das “novas abordagens” sendo de 1979 até o fim do processo levado ao Tribunal de Haia, que decretou que o Chile não era obrigado a juridicamente negociar uma saída para o mar para a Bolívia em 2018. Além de reedições de escritos clássicos, uma série de novas obras e novos questionamentos são propostos durante este período, principalmente na historiografia boliviana e peruana. A linha de produção historiográfica chilena tende a ser mais conservadora durante todo o período, principalmente nos anos do governo Pinochet, quando o ditador chileno se tornou responsável pelo que se chama de tese “pinochetista”, que deve ser interpretada como a continuação direta das teses clássicas de Amunátegui e Eyzaguirre.

Uma vez que o conflito não é tido como resolvido para os bolivianos e ainda é tema de conflitos diplomáticos e culturais, é de se esperar que no âmbito teórico-conceitual existam uma série de discussões sobre as causas e consequências da guerra. Neste pequeno capítulo, se apresentará rapidamente os principais debates historiográficos que rondam as discussões acaloradas do tema – sobretudo nas obras bolivianas dentro do período das “novas abordagens” – para auxiliar na compreensão do restante do trabalho e no esclarecimento de possíveis choques com outros trabalhos sobre o tema.

---

<sup>13</sup> Afirma-se aqui que a guerra tem início com a invasão de Antofagasta, mas não termina com a retirada chilena de Lima de 1883 como muitos trabalhos indicam, e sim no dia 4 de abril de 1884, com o Pacto de Trégua entre Bolívia e Chile.

<sup>14</sup> Observar apêndice final B.

## 2.1 DEMANDAS ATUAIS E INSTABILIDADE CONTINUADA

Historicamente a Bolívia, desde a perda do Atacama, exige do Chile uma saída soberana para o Oceano Pacífico. Após a guerra, duas principais correntes surgem: uma que reivindica a devolução do Atacama e outra que tem como objetivo controlar parte da região mais ao norte do antigo território boliviano, isso é, Arica e/ou Tacna e/ou Pisagua<sup>15</sup>. Embora menos popular, a corrente que exige a devolução do Atacama ainda é seguida por uma série de jurídicos e historiadores bolivianos; uma das principais teses elaboradas com objetivo de serem avaliadas pela Corte Internacional de Justiça que segue essa corrente é defendida por Uño Acebo, que na obra *Chile le debe, por derecho, un territorio marítimo a Bolivia!* defende a devolução não somente da área dos paralelos 22°S, 23°S e 24°S, mas também dos 25°S e 26°S.

É crucial entender que a corrente que exige a devolução do Atacama boliviano se sustenta na tese de que, como o Chile não cumpriu suas obrigações – de doar para a Bolívia territórios litorâneos ao norte de Tarapacá –, todos os acordos firmados bilateralmente entre Bolívia e Chile são inválidos, incluindo os que afirmam a cessão do Atacama para o governo de Santiago. Os quatro pontos principais da obra de Uño Acebo sustentam que: a) os territórios bolivianos dentro dos paralelos 25°S e 26°S foram “cedidos por Bolivia mediante actos de corrupción y por medio de promesas incumplidas” (UÑO ACEBO, 2013, p. 37) em 1866, sendo, portanto, essa cessão de territórios inválida; b) os territórios bolivianos dentro dos paralelos 24°S, 23°S, e 22°S foram invadidos em uma guerra de agressão e conquista chilena, portanto pertencem à Bolívia; c) o Tratado de 1904, que abre mão oficialmente destes territórios é inválido; d) o Chile não cumpriu a promessa oficial da cessão da região de Arica e Tacna, portanto os acordos com o país devem ser anulados por não terem sido cumpridos. Além dos quatro pontos, o autor exige que o Chile reconheça a Guerra do Pacífico como uma guerra de agressão “que está condenada como ilegal por el nuevo derecho internacional” (UÑO ACEBO, 2013, p. 37) e acusa os representantes políticos bolivianos de traição desde 1884, por não reivindicarem o Atacama como território boliviano.

A corrente boliviana que exige a cessão chilena da região ao norte de Tarapacá se tornou a mais popular nos governos bolivianos desde a perda dos territórios litorâneos<sup>16</sup>. Nas primeiras décadas após a guerra, obter os territórios de Arica e Tacna era o principal objetivo

---

<sup>15</sup> A cidade de Pisagua também foi historicamente um interesse boliviano desde o governo Ballivián de 1841-1847 (QUEREJAZU CALVO, 1991, pp. 19-21).

<sup>16</sup> Todo o território de Tarapacá, Arica e Tacna era peruano desde as independências até a Guerra do Pacífico. O interesse e a legitimação de Arica como parte da Bolívia é uma questão que existe desde o período colonial, como será exposto ao longo dos próximos capítulos deste trabalho.

do governo boliviano e, mesmo após 1929 – quando Tacna ficou definitivamente pertencente ao Peru – a corrente se tornou a principal seguida em toda a Bolívia. A negociação com o Chile, de Arica passar a ser território boliviano, existe desde pelo menos 1880<sup>17</sup> e está presente em diversos documentos oficiais chilenos e bolivianos ao longo de mais de um século. Historicamente, Arica, definida por Querejazu como “geograficamente boliviana”, “historicamente peruana” e “fruto bélico para o Chile” (QUEREJAZU CALVO, 1991, p. 575), foi crucial para a Bolívia desde a época colonial: após as independências – quando nacionalmente só abastecia o departamento de Moquegua (POPELAIRE, 1927, p. 7) –, Arica ainda se mantinha como a principal porta de entrada e saída da comercialização boliviana com o mundo, fazendo com que praticamente todas as teses bolivianas sustentem que os portos em Arica historicamente são muito mais cruciais para a Bolívia que para o Chile ou para o Peru<sup>18</sup>. O Chile se apoia principalmente no Tratado de 1904 com a Bolívia, alegando que devido a esse tratado, não tem obrigação alguma de negociar territórios com o país vizinho.

É necessário compreender que a cessão de territórios chilenos para a Bolívia afeta diretamente o Peru: como será possível evidenciar ao longo deste trabalho, a Bolívia e o Peru nem sempre possuem uma postura de aliados políticos, de acordo com a época os interesses nacionais se tornaram conflitantes em alguns momentos, basta observar que durante os anos de 1852 à 1863, a Bolívia tinha relações diplomáticas rompidas com o Estado peruano (QUEREJAZU CALVO, 1991, pp. 230-231). O Estado boliviano se aproximar (ou se afastar) diplomaticamente do Chile sempre afetou diretamente as relações bolivianas com os governos peruanos: existe historicamente uma desconfiança peruana sobre as negociações chileno-bolivianas (MONTENEGRO, 1987, pp. 138-139) que é completamente justificável, uma vez que além da cessão de Arica para a Bolívia poder afetar drasticamente a região peruana de Tacna, desde o século XIX houveram diversas tentativas chilenas de colocar os bolivianos contra os peruanos diplomaticamente e, em alguns momentos, belicamente.

Além dos interesses próprios dos três Estados, é crucial compreender que após 1929, a cessão de um território marítimo para a Bolívia passou a ter caráter fundamentalmente trinacional, ou seja, o Chile só pode doar território para a Bolívia com a aprovação do Peru, já o Peru só pode doar território para a Bolívia com a aprovação chilena. A historiografia boliviana, portanto, discute não somente como deve ser a postura diplomática com o Chile, mas

---

<sup>17</sup> Uño Acebo defende que é ainda mais antigo, existindo desde as negociações do primeiro Tratado de Limites entre Chile e Bolívia, de 1866.

<sup>18</sup> Existe ainda uma pequena parcela dos pesquisadores bolivianos que defendem que Arica deveria ser devolvida ao Peru e o Chile deveria ceder Pisagua para a Bolívia (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968).

também com o Peru. A grande maioria dos autores e autoras bolivianas estão de acordo com uma aproximação peru-boliviana; concorda-se aqui que, independentemente da aproximação ou afastamento da Bolívia com o Chile, é crucial a aproximação peru-boliviana, fazendo com que as propostas discutidas entre Chile e Bolívia sempre estejam dialogando com o Peru, para um fortalecimento e uma possível “aliança andina” para obter a saída para o mar boliviana (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, pp. 214-215; 315-316).

Se a grande maioria da historiografia boliviana concorda com uma aproximação com o Peru e se divide em duas principais correntes acerca da reivindicação de territórios que não se mostram tão conflitantes assim – pois se baseiam na quebra da promessa chilena –, em relação à posição diplomática boliviana frente ao Chile não existe um consenso. Como construir uma política de Estado para chegar a recuperar uma saída para o mar divide em muito os bolivianos e bolivianas. Deve-se categorizar os planos de Estado em dois ramos, sendo eles: a) romper ao máximo todo tipo de relação com o Chile até o país ceder uma saída para o Oceano Pacífico; b) reatar a diplomacia com o Chile e construir conjuntamente uma solução. Ressalta-se aqui que, os dois ramos defendem quase que uniformemente a recuperação de territórios e uma aproximação com o Peru.

O primeiro ramo incondicionalmente aponta para uma maior aproximação peru-boliviana, pois necessariamente busca romper a dependência boliviana com o porto de Arica. Uma vez que a região de Arica sobrevive principalmente das taxas impostas para a exportação e importação da Bolívia, alguns bolivianos/as propõe que acabar com a demanda boliviana no porto sufocaria Arica, que por ser uma região desinteressante para o Chile, se tornaria um foco de pressão interna para se tornarem boliviana (BEZERRA DE LA ROCA, 2004, pp; 224-246). A alternativa principal para o comércio boliviano seria a saída pelo Peru – normalmente via porto de Ilo (BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p. 265) – mas também pode ser proposta via Rio da Prata e pela Amazônia (UÑO ACEBO, 2013, p. 17) caso não se chegue a um acordo com os peruanos. Além de cortar as relações com o Chile e alterar as rotas econômicas, algumas outras propostas são encontradas dentro dessa linha, como interromper a exportação de gás natural (VELASCO CARRSCO In: BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p. 16) e até mesmo uma possível guerra para recuperar o litoral (UÑO ACEBO, 2013, p. 17).

O segundo ramo defende que somente reatando e mantendo as relações diplomáticas com o Chile que será possível chegar a uma resolução do conflito. Como afirma Montenegro, a iniciativa da aproximação deve partir dos próprios bolivianos, uma vez que o Chile nunca irá propor uma resolução para o conflito, já que há mais de um século declaram como já resolvido e livre de qualquer negociação envolvendo cessão de territórios (MONTENEGRO, 1987). É

notável que, oficialmente, a postura dos últimos anos do governo boliviano tem sido ligada à essa linha e a eleição do presidente Gabriel Boric pode apresentar novos desdobramentos em relação a essa nova tentativa de aproximação diplomática chileno-boliviana. A aproximação com o Peru também é crucial para essa estratégia, uma vez que a cessão de territórios chilenos para a Bolívia depende da aceitação do governo peruano.

Outro ponto que divide a postura boliviana é o de optar por acordos bilaterais (essencialmente com caráter trilateral, envolvendo o Peru) ou o de tomar o caminho de resolução via arbitragens internacionais. Desde o período da guerra, uma série de tentativas de resolução ocorreram, tanto bilaterais quanto mediadas por órgãos internacionais; deve-se atentar aqui dois episódios cruciais que afetaram o período das “novas abordagens”, os acordos bilaterais que se iniciam com o Abraço de Charaña em 1975 e se frustram em 1978 e o julgamento pela Corte Internacional de Justiça de 2013 que terminou em 2018. A postura de acreditar numa resolução internacional sustenta a tese de falta de interesse chileno de negociar: para essa tese, o Chile, se baseando no tratado de 1904 como o final das suas obrigações frente a Bolívia em relação às consequências da guerra, manteve uma postura de encarar as negociações posteriores com interesses próprios, utilizando a possível saída boliviana para o Pacífico como moeda de troca.

A tese boliviana que é contrária à arbitragem internacional é um pouco mais conflitante em si. Como se pode analisar, varia entre o julgamento dos órgãos internacionais como impotentes ou como desinteressados pela pauta boliviana por ter interesses próprios. Montenegro, por exemplo, defende que os órgãos internacionais não têm poderes para resolver a situação e alega que insistir nesse tipo de julgamento desgasta e não favorece a Bolívia (MONTENEGRO, 1987, pp. 165-187; 215). Há também quem sustenta que os órgãos internacionais agem sobre o signo do imperialismo para perpetuar o colonialismo (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, pp. 283-286) e que os países centrais dos órgãos desde a época da Liga das Nações se sustentam “mediante injustos tratados de Paz” (SILES GUEVARA, 1979, p. 55).

Julga-se aqui que ambas as correntes – a pró julgamentos internacionais e a pró acordos bilaterais – estão corretas em suas teses principais: fica claro a impossibilidade de uma decisão final via órgãos internacionais, assim como a falta de interesse chileno em negociar um acordo que resolveria a saída soberana boliviana para o Pacífico. O que melhor reflete essa conclusão é a própria postura oficial da Bolívia no processo julgado pelo Tribunal de Haia. É necessário ter em mente todo o exposto anteriormente para compreender que o governo boliviano em Haia tinha como objetivo alegar que:

- a. Chile tiene la obligación de negociar con Bolivia con el fin de alcanzar un acuerdo que otorgue a Bolivia un acceso plenamente soberano al océano Pacífico;
- b. Chile ha incumplido dicha obligación;
- c. Chile debe cumplir dicha obligación de buena fe, pronta y formalmente, en un plazo razonable y de manera efectiva, a fin de otorgar a Bolivia un acceso plenamente soberano al océano Pacífico (BOLIVIA, 2015, p. 16).

O objetivo da arbitragem internacional nesta tentativa foi o de abrir caminho para a resolução bilateral. Grande parte das pessoas não conseguem compreender exatamente o porquê da postura boliviana “não exigir nada concreto” – como é o caso de Namihás (NAMIHAS, 2013, p. 69) –, fazendo com que parte da população boliviana atestasse esse julgamento como um fracasso boliviano. Discorda-se aqui da suposta irrelevância das exigências em Haia. Embora o problema boliviano não tenha sido resolvido, julga-se necessário as tentativas internacionais pois evidencia toda a disputa diplomática e coloca como problema internacional central, reacendendo uma série de discussões, obras, revisões e novas abordagens para o conflito não resolvido, afetando diretamente não só as bibliografias chilena e boliviana, mas internacional. Se o fracasso do abraço de Charaña somado ao centenário da guerra desencadeou um boom na produção ligada ao tema, deve-se entender que o mesmo ocorreu e ocorre devido ao processo em Haia, basta analisar a seção bibliográfica ao fim deste trabalho.

Após o Tratado de Ancón que selou o fim da invasão chilena no Peru em outubro de 1883, em abril de 1884 foi assinado o pacto de trégua entre Chile e Bolívia. Isso não significou o fim da ameaça de um novo conflito envolvendo os países, a volta de um conflito armado foi por muito tempo esperada de todos os lados, o que fazia com que o governo chileno sempre concentrasse parte de seus recursos no fortalecimento de suas forças armadas: fica claro que durante o final do século XIX e ao longo do XX, um novo conflito entre Bolívia e Chile não ocorreu devido à disparidade da força de seus exércitos, uma vez que a Bolívia era impossibilitada de se preparar para um conflito com o Chile. A falta de um conflito armado por décadas entre os países não significou, para os bolivianos, que a paz tinha sido alcançada, pelo contrário, a situação de mediterraneidade boliviana permanece como uma condição não aceita pelo Estado boliviano como um todo. Concorde-se aqui que a paz continental<sup>19</sup> e a própria independência boliviana<sup>20</sup> só pode ser alcançada após a resolução deste conflito, ou seja, até a definitiva solução do problema da mediterraneidade da Bolívia, que para o povo boliviano, representa o início de uma era de “asfixia espiritual y material” (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, p. 17).

<sup>19</sup> Para Rojas, a falta de resolução afetava a “paz americana”, além de produzir um “entorpecimento funcional de la vida armónica del continente” (ROJAS, 1927, pp. 2; 13).

<sup>20</sup> “La independencia está en razón directa con el poder de transporte por mar” (BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p. 11).

Além das consequências da guerra afetarem diretamente a relação entre os países, funcionaram também como pautas importantes em disputas políticas internas nos três países. Denunciar o fracasso de negociações com o Chile foi diversas vezes utilizado, por diferentes setores, como ataque à grupos políticos na disputa política entre os partidos liberais e conservadores da Bolívia pós-guerra. Movimento similar é presente na História chilena, durante o período pós-guerra, os governos chilenos assumiram posturas diferentes (de aproximação ou distanciamento) ao longo das décadas, porém, as negociações territoriais com a Bolívia – e com o Peru até 1929 – funcionavam como combustível para as oposições internas. A construção da “chilenidade” e de tudo que envolve a política, economia e sociedade chilena a partir do conflito demonstra que, embora sendo impossível uma plena homogeneidade historiográfica nacional sobre o conflito, a postura oficial do Estado sempre foi planejada de acordo com as relações internacionais que mantinha com seus vizinhos, em constante ameaça: a suposta centralidade historiográfica chilena deve ser analisada sobre esse aspecto e não se deve afirmar categoricamente que o povo chileno não buscou/busca uma resolução do conflito. Toma-se o exemplo de Lagos Carmona, que ao tratar da validade ou não dos tratados que norteiam as negociações, afirma que:

Cuando el texto o la letra de un Tratado ofrece dudas en su interpretación, es necesario recurrir a su espíritu, o sea, a la intención que tuvieron las Partes Contratantes, a lo que ellas quisieron decir. Es ésta una regla de hermenéutica jurídica que se aplica cuando la letra de los Tratados no es suficientemente clara. Otro método interpretativo de común aplicación consiste en recurrir a las ya citadas normas de Derecho Internacional.” (LAGOS CARMONA, 1966, p.13).

É, portanto, necessária a análise das obras tendo em mente o contexto em que são produzidas, ignorar os interesses nacionais e a construção do pensamento sobre o conflito em cada um dos três países participantes, além de perigoso, faz com que se caia em conceitos dúbéis, projetando na população dos países a postura oficial do seu respectivo Estado.

Além dos choques de caráter nacionalista, constantemente se tem choques metodológicos e teóricos entre os trabalhos historiográficos referentes à Guerra do Pacífico. Um dos fatores mais gritante que separa as historiografias se dá pela participação ou não da Grã-Bretanha como aliada chilena e, junto a esse debate, separa-se em como abordar o conflito: como guerra de caráter estritamente trinacional ou como guerra causada por relações imperialistas. Como visto anteriormente neste trabalho, se analisará a disputa como produto do imperialismo eurocêntrico da segunda metade do século XIX, porém, julga-se necessário se afastar de uma visão que define o Estado chileno como uma mera marionete britânica, uma vez que, devido à sua configuração política e econômica, mantinha seus próprios interesses juntos aos do monopólio britânico, como afirma Bonilla

Las dos tesis en el problema de la dimensión internacional de la guerra con Chile son o fueron las siguientes: la primera, expuesta por el grueso de la historiografía nacional de estos países, adjudica a la historia de los diez centavos el efecto desencadenante del conflicto. No existe, por consiguiente, una dimensión internacional. La segunda, asociada a una historiografía de signo radical, plantea por el contrario que en el fondo la guerra de Chile contra el Perú era una guerra de Gran Bretaña; es la tesis conspiratoria: los ejércitos peruanos, chilenos y bolivianos, serían una suerte de marionetas cuyos hilos habrían estado manipulados magistralmente desde afuera. Ni una ni otra evidentemente son apreciaciones correctas; la realidad histórica, como siempre ocurre, es irreductible a este tipo de simplezas. (BONILLA, 1980, pp; 157-158).

Embora fique claro que, devido a não resolução do conflito, os interesses nacionais continuam frequentemente norteados as obras relativas ao tema, busca-se aqui uma abordagem que compreenda que o caráter nacionalista não exclui os documentos de serem fontes cruciais para a análise crítica não-nacionalista do tema. Especificamente falando da bibliografia boliviana, o fracasso dos governos liberais no país durante o século XX fez com que cada vez mais se culpasse pela derrota do conflito as elites econômicas e políticas liberais do final do século XIX: “La historiografía liberal boliviana em base a versiones elaboradas cuidadosamente trata de exculpar a los verdaderos culpables de la tragedia y hacer recaer mediante una mixtificación la culpa a otros actores” (BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p. 12). É de caráter crucial, ao analisar as historiografias, compreender o momento político e econômico que os países viviam durante a elaboração dos escritos, pois os culpados, os heróis, os motivos e análise crítica aos agentes diretos envolvidas no conflito mudam ao longo destes quase 150 anos.

Principalmente até o ano de 1929, a possibilidade de uma nova Guerra do Pacífico era uma preocupação para os agentes governamentais e para autores e autoras de obras que revisitavam o conflito, como afirma Rojas em 1920: “No se necesita ser profeta para augurar que un día habrá una nueva guerra del Pacífico, mucho más grave y de mayor alcance continental que la de 1879, si se mantiene en su actual forma precaria y forzada la geografía política de los tres países que fueron los actores de esa contienda” (ROJAS, 1927, p. 95). Deve-se ter em mente que, embora o conflito tenha sido parcialmente resolvido entre Chile e Peru, grande parte das abordagens peruanas seguiram mantendo um tom similar aos trabalhos bolivianos, que por sua vez denunciavam o governo chileno como eterno inimigo (VELASCO CARRASCO In: BEZERRA DE LA ROCA, 2004, p. 15), e ocasionalmente estendendo a antipatia a diferentes aliados chilenos de diferentes épocas, como é o caso de Oblitas Fernández ao afirmar que o Brasil, junto ao Chile “mueven juntos sus tentáculos como convocados por un conjuro que los atrae mutuamente para asfixiar a Bolivia” (OBLITAS FERNÁNDEZ, 1978, p. 74). Os desdobramentos do conflito fundamentaram, portanto, não somente uma antipatia entre os Estados ao longo do século XX, mas também historiografias de cunho revanchistas. O ex-

ministro da Educação chileno Sergio Bitar, por exemplo, chegou a afirmar que o Peru sustenta seu ódio ao país chileno devido às mortes e à violência causadas pela guerra, enquanto a Bolívia nutre um sentimento similar ao culpar o Chile pelo seu “subdesenvolvimento” econômico (RIVERA OLGUÍN In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015, p. 280).

Além das relações diplomáticas, as consequências da guerra podem ser observadas nas relações entre os povos, como por exemplo, na existência de uma “herança de preconceito” frente aos aymaras habitantes na região de Arica (GUIZARDI; VALDEBENITO; NAZAL; LÓPEZ, 2019), que deve ser entendida não somente como o resultado da guerra em si, e sim em como produto das historiografias nacionalistas, junto e a serviço dos Estados Nacionais ao longo do final do século XIX e XX. A ponto de que a guerra foi tratada como um pilar para a “chilenidade”, ao longo das décadas, a diferenciação do Chile frente aos vizinhos ao norte foi se baseando cada vez mais na diferenciação étnico-racial, intensificando ainda mais durante o período em que a lógica neoliberal pairava sobre o Chile (CAVIERES FERNÁNDEZ In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015). Deve-se distanciar das noções nacionalistas que afirmam que os povos sustentam “ódios naturais” a outros povos para compreender a construção nacionalista da guerra nos três países. Se a obra de Eyzaguirre, *Chile y Bolivia – Esquema de un proceso diplomático*, pilar da historiografia do século XX chilena sobre o Atacama, afirma que a Bolívia se constitui como nação somente mediante ao ódio comum ao Chile, concorda-se aqui com Siles Guevara que não há ódio (SILES GUEVARA, 1979, p. 64) e sim interesses nacionais que norteiam grande parte da historiografia boliviana, da mesma forma em que o Chile e o Peru detêm seus próprios objetivos ao longo das negociações.

Algumas obras do século XXI demonstram que é possível um caminho menos conflitante do que já foi produzido - principalmente no primeiro centenário da guerra – para a resolução final da Guerra do Pacífico. Na última década, é possível notar que a postura oficial do governo boliviano tem se baseado em um discurso menos revanchista e mais aberto à resolução via diálogo: no documento *Bolivia y su demanda marítima – Compromisos y obligaciones de Chile*, por exemplo, fora em citações diretas, não está presente o termo “guerra” ao longo do documento, o que é algo extremamente incomum em comparação à linguagem agressiva e aos termos utilizados nos documentos oficiais do governo em todo o século XX. Uma série de trabalhos atuais seguem uma linha de repensar a própria educação básica dos países acerca do tema, levantando a necessidade da criação de uma historiografia crítica, porém não revanchista, nos países conflitantes, como por exemplo o trabalho de Cavieres Fernández (CAVIERES FERNÁNDEZ In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015).

## 2.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS HISTORIOGRAFIAS CLÁSSICAS

Cada um dos três Estados participantes da guerra possui em sua historiografia um objetivo claro estabelecido a partir dos interesses nacionalistas que nortearam e norteiam as obras feitas

Hay países que aspiran a reconquistar provincias perdidas, como el Perú, cuyos más ricos territorios fueron ocupados por Chile después de la guerra del Pacífico; hay naciones, como Chile, la Argentina y el Brasil, que rivalizan entre ellas, persiguiendo una hipotética hegemonía regional; y hay, en fin, entidades más débiles que, amenazadas por la ambición de los vecinos, se debaten y lo enredan todo para salvar su integridad territorial [como Bolivia].” (UGARTE, 2010, p. 86).

Embora exista um suposto “abandono” peruano pós 1929<sup>21</sup>, fica evidente que o país busca uma compensação – que se julga aqui como justa – mais adequada a que foi cedida pelo governo chileno ao longo do século XX. Como as historiografias nacionalistas tendem a estigmatizar o passado comum colonial em detrimento a uma adequação ao modelo de Estado eurocêntrico<sup>22</sup>, é necessário aqui apresentar a grande dicotomia que existe entre as principais obras sobre a Guerra do Pacífico, a de Barros Arana (chileno) e a de Paz Soldan (peruano). Por algumas décadas, grande parte da produção historiográfica sobre o tema teve como objetivo “desmentir” uma das versões oficiais, inclusive as obras escritas em países que não participaram diretamente do conflito, como é o caso da obra do argentino Dámaso Uriburu em que afirma que “Barros Arana no es leal, ni en la exposición ni en la crítica. Sus páginas son alumbramientos de pueril vanidad, imputables á las hazañas del ejército y marina, que según sus propias expresiones, sobrepujan á las de todos los hombres en los siglos de la historia universal” (URIBURU, 1899, p. 7).

A obra de Paz Soldan difere da de Barros Arana pois tem como caráter principal contestar a do autor chileno, assumindo a posição de refutar algo já estabelecido, inaugurando o debate historiográfico acerca da Guerra do Pacífico, porém, dentro dos moldes eurocênicos, fazendo com que ambas as obras sejam direcionadas não somente para as populações dos países do Pacífico Sul em si, e sim para o restante do continente americano e principalmente para os países europeus, que durante e depois da guerra, foram os principais agentes da mediação e arbitragem relativos ao conflito e suas consequências. A produção historiográfica peruana do

<sup>21</sup> Originalmente a obra de Ugarte é de 1924.

<sup>22</sup> Embora esse movimento sendo inaugurado e praticamente inquestionável durante o século XIX, ressalta-se aqui como ainda existem hoje uma série de obras produzidas que continuam seguindo esse mesmo modelo.

século XX, que tem a obra de Basadre como seu grande pilar, utiliza de uma espécie de utopia nacional exaltando, acima de tudo, o heroísmo e os feitos de figuras centrais para o Peru, que participaram do conflito da Guerra do Pacífico (GONZÁLEZ MIRANDA In: CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015) como herança direta ao inaugurado por Paz Soldan. É evidente que o centro da historiografia nacional peruana que discorre sobre o conflito foque nas perdas militares e nas campanhas que arrasaram o país, principalmente na tomada de Lima pelos chilenos “Si la guerra contra los chilenos no hubiese llegado a la capital otro sería el destino al interior de la memoria colectiva” (ROSARIO, In: CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015, p. 144), além da perda do território de Tarapacá, que na época detinha uma enorme importância econômica para todo o país.

É um movimento comum aos três países, após suas respectivas independências, a construção de passados coloniais com objetivos nacionais específicos; no caso chileno, a construção do passado colonial necessitava contemplar tanto a conquista do Atacama boliviano quanto a da região de Tarapacá em movimentos diferentes devido à configuração política das regiões: no caso da legitimação da posse do Atacama boliviano, como sendo uma região “esquecida” durante o período colonial, a construção do passado colonial envolvia o esforço de demonstrar que a área sempre pertenceu ao Chile, já com a região de Tarapacá, a construção foi diferente, envolvendo um suposto abandono peruano na região, que em teoria só teria se desenvolvido a partir dos investimentos “chilenos”<sup>23</sup> ao longo do século XIX.

Para legitimar e servir ao objetivo nacional chileno de finalmente se tornar o país hegemônico no Pacífico Sul, a conquista do Atacama boliviano se mostrou como necessária a partir da década de 1840 e, nas décadas seguintes, inaugurou um projeto de justificação da apropriação do território, culminando na clássica obra de Amunátegui, *La cuestión de límites entre Chile i Bolivia*<sup>24</sup> de 1863, que serviu como a gênese do pensamento chileno que justifica o Atacama como sendo território pertencente ao país. Um dos argumentos principais do autor foi uma suposta ambiguidade gramatical da língua espanhola referente aos termos “hasta” e “desde”, que para ele, permitia entender que todo o Atacama pertencia ao Chile, negando o direito da Bolívia ao litoral. Pouquíssimo tempo depois, a tese de Amunátegui foi duramente contestada (SANTIVÁÑEZ, 1863) e ainda continua sendo criticada por diversas obras (inclusive chilenas). Embora apontando alguns temas passíveis de interpretação – como será

---

<sup>23</sup> Que na verdade eram, sobretudo, britânicos.

<sup>24</sup> Se recomenda a leitura integral da obra, pois é nela que se inaugura a ideia do pertencimento da região do Atacama ao Estado chileno, impasse que “oficialmente” resultou nos acordos de 1866 e 1874 e na Guerra do Pacífico em si.

analisado ao longo de todo este trabalho –, julga-se aqui que o grande foco do autor na ambiguidade linguística é completamente errôneo – como afirma Bezerra de la Roca (BEZERRA DE LA ROCA, 2004, p. 46) – e deve ser descartado de qualquer debate acadêmico sério, e interpretado exclusivamente como uma tentativa (falha) de um malabarismo teórico para atingir o objetivo nacionalista.

Fora o problema de cunho gramatical herdado de Amunátegui, julga-se importante demonstrar o quanto a tese de Eyzaguirre deve ser analisada sobre uma ótica de ser feita para adequar os interesses nacionais chilenos aos fatos, e não o contrário, como se pode analisar em alguns pontos da própria obra: a) diz que pela dependência boliviana (na época colonial, Charcas) ao porto de Arica, o país não detinha litoral, ignorando que a configuração colonial de Charcas dentro do território do Vice-reino do Peru possibilitaria que o território não concentrasse esforços para criar um porto em seu litoral, no deserto do Atacama; b) não explica o porquê do Chile não reivindicar o Atacama após ganhar a guerra contra a Confederação Peru-boliviana em 1839, sendo que os chilenos ocuparam inclusive o porto de Cobija; c) ignora que o libertador do Chile e seu primeiro presidente Bernardo O’Higgins deixa claro que o país não detém nenhum controle ao norte de Mejillones, fazendo que, no mínimo, a Bolívia tivesse controle ao norte dessa região. Como obra feita na segunda metade do século XX, Eyzaguirre deixa claro a indisposição chilena de negociar uma saída litorânea para a Bolívia alegando que todo tratado bilateral assinado, mesmo que por ameaça deve ser cumprido (EYZAGUIRRE, 1963, p. 51) e compara o sentimento boliviano de ter um porto no Pacífico como o nazismo alemão (EYZAGUIRRE, 1963, p. 64), além do extremo cinismo de afirmar uma necessidade de uma “higiene mental” boliviana (EYZAGUIRRE, 1963, p. 67) para compreender que os resultados da guerra são irrelevantes

*¿Qué importa que la lucha armada con Chile haya transcurrido hace más de ochenta años, y que antes de los veinte de haber deseado aniquilarse, los pueblos de Europa firmen convenios de increíble unión? ¿Qué importa que la conflagración con Chile haya sido ínfima en el tiempo y en las pérdidas humanas si se la compara con la cercana y desgastadora guerra del Chaco? ¿Qué importa que el territorio cedido a Chile sea el más pequeño de cuantos ha debido entregar Bolivia a cada uno de sus demás vecinos? ¿Qué importa que Un tratado suscrito libremente veinte cuatro años después de la guerra asegure el libre tránsito hacia el mar? Nada, absolutamente nada. (EYZAGUIRRE, 1963, p. 65).*

Compreende-se que a tese de Eyzaguirre não é algo inédito na historiografia chilena, e sim uma obra que sintetiza os interesses nacionais chilenos. A suposta “corrente pinochetista” é fruto da obra de Eyzaguirre, utilizando em conjunto das versões de Rio Gallardo, Espinoza Moragana influenciados todos por Amunátegui, como afirma Oblitas Fernández (OBLITAS FERNÁNDEZ, 1978, pp. 21; 64).

A legitimação da conquista de Tarapacá envolvia uma disputa econômica entre Chile e Peru<sup>25</sup> que foi se intensificando a partir do período final da colonização. Se até a segunda metade do século XVIII o Chile era uma região de pouco interesse da metrópole, servindo para produzir alguns produtos alimentícios para o Peru e Alto Peru, a partir das reformas borbônicas, as elites chilenas e peruanas passavam a entrar em conflito, disputando a hegemonia do Pacífico Sul. Era de ciência chilena que o país só deteria a dominância do Pacífico Sul após a conquista do rico território de Tarapacá. Esse movimento contrário, de um país que no passado fora o centro da metrópole no continente e agora se encontrava em decadência, e de um país no passado “esquecido” pela metrópole que ascende via financiamento externo, faz com que o Chile seja considerado para Zavaleta Mercado como uma antítese peruana

Chile, un estado constituido contra los indios, a pesar de los indios y con exclusión de los indios; el Perú, un estado constituido en los hombros de los indios y por consiguiente con una tolerancia concupiscente hacia los indios; Chile, el estado conformado a partir de un excedente frugal; Perú, el ejemplo del excedente sin estado. El Perú (en este ideologema se incluía a Potosí), el locus de los grandes recursos naturales, y Chile, dotado de limitados recursos naturales, al menos considerando la época (ZAVALETA MERCADO, 1986, p. 70).

A disputa entre Chile e Peru assume, portanto, para muitos historiadores e historiadoras peruanos e bolivianos caráter central da guerra: a disputa territorial do Atacama boliviano se torna secundária, sendo somente a fâsca necessária para uma guerra com interesses maiores, a Bolívia, portanto, pode ser vista como sendo arrastada para a guerra mais devido sua posição geográfica do que de fato pelas disputas que tinha com o vizinho ao sul (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, pp. 205-120). A tomada de Tarapacá como um objetivo antigo chileno (BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p.15) e a guerra entendida como uma continuação da Guerra da Confederação Peru-boliviana são abordagens presentes em diversas obras que trabalham com a construção do passado colonial durante o período independente. Ressalta-se aqui que tais abordagens são importantes e devem ser consideradas, uma vez que em 1879, o território de Tarapacá se mostrava como muito mais produtivo do que o Atacama boliviano. Por sua vez, grande parte da historiografia chilena alega que a Guerra do Pacífico deve ser entendida como produto de uma ação peruana que pressionava a Bolívia a hostilizar os interesses chilenos (PEPELAIRA, 1927, p. 9) historicamente, utilizando fundamentalmente a existência do Tratado de Aliança Defensiva (entre Bolívia e Peru) de 1873 como ponto central de justificativa de que, o Chile se encontrava ameaçado pelos países ao norte.

---

<sup>25</sup> Em certa medida, a Bolívia detinha um passado comum com o Peru, devido a uma aproximação política e econômica que o Alto Peru sempre deteve com Lima, mesmo durante o período em que Charcas pertenceu ao Vice-Reino da Prata.

O último debate que norteia este trabalho é o do custo da guerra para os chilenos: embora seja consenso que a curto prazo a guerra foi um triunfo chileno, os resultados econômicos a longo prazo dividem as historiografias entre as que afirmam que foi positivo ou negativo para o Chile. Ressalta-se aqui que a guerra teve alguns resultados positivos para a elite política e econômica do Chile e serviu de “catalizador que unió a la población en torno a un objetivo común, [...] agregó nuevos mercados para la alicaída agricultura y creó nuevas fuentes de ingreso fiscal que le permitieron, una vez más, evitar los desagradables efectos sobre su patrimonio de una reforma tributaria” (ORTEGA, 1984, p.64), fortalecendo o regime oligárquico do Estado chileno. Além das reservas presentes de salitre, nota-se que ao longo do século XX outros produtos da região se tornaram cruciais para a economia chilena, como é o caso do cobre, que a Bolívia estima ter rendido mais de 900.000 milhões de dólares somente provenientes do antigo território boliviano (BOLIVIA, 2014, p. 85), fazendo com que, embora tenha existido um alto custo direto, a manutenção de um exército e marinha fortalecidos para um possível revanche peru-boliviano não representou nestes mais de um século uma quantia próxima ao lucro obtido (UÑO ACEBO, 2013, p. 235).

As perdas chilenas envolvem mais do que contas estritamente econômicas e se remetem a fatores um pouco mais complexos. Como será sustentado ao longo deste trabalho, deve-se analisar que o preço pago pelo Chile foi uma abertura ainda maior para o controle econômico e político do monopólio estrangeiro (sobretudo britânico) em todo o país – e consequentemente, também no Peru e Bolívia. Como afirma Zavaleta Mercado, a guerra criou uma “deificación colectiva de lo autoritario iba a cobrar a Chile un elevado precio en sus experiencias posteriores (ZAVALETA MERCADO, 1986, p. 58)” e a tomada de Tarapacá fez com que a participação britânica (e posteriormente estadunidense) na indústria do salitre se tornasse cada vez maior percentualmente, sendo a situação só revertida com a decadência do preço mundial do salitre. O controle das principais fontes de renda chilenas foram cruciais para desdobramentos ocorridos na região conquistada, norteando entre muitos outros, a Guerra Civil de 1891 e os massacres das greves no norte chileno do século XX.

### 3 A CONSTRUÇÃO DOS TRÊS ESTADOS

Chile, Bolívia e Peru tiveram um passado colonial e uma configuração em Estado republicano comum, porém, algumas especificidades são cruciais para compreender o processo que desencadeou a Guerra do Pacífico em 1879. Este capítulo tem como objetivo analisar a relação entre a herança colonial e a passagem da dominação colonialista para a dominação imperialista nos três países. A ação da Grã-Bretanha, hegemônica no sistema capitalista mundial desde a segunda metade do século XVIII, a partir das reformas bourbônicas, foram cruciais para a construção de toda a lógica social, política e econômica nos três países. Diferentemente do capítulo anterior em que as duas seções não possuem subdivisões – já que se trata de um capítulo voltado para debates historiográficos, que estão conectados entre si de forma difícil de poderem ser separados –, este capítulo será mais dividido para uma melhor fluidez na leitura.

Separa-se este capítulo em três seções não necessariamente cronologicamente distintas, com cada uma contendo subdivisões. Na primeira parte, será feito um breve balanço do que a relação de dependência com a Grã-Bretanha representou na formação da elite política e econômica de Peru, Bolívia e Chile. Na segunda parte, se analisará como os novos interesses dos Estados entraram em choque, mesmo que estando dentro de um sistema de características de monopólio estrangeiro. A terceira parte partirá da negação da ideia de um Chile mais avançado que os vizinhos, utilizando das especificidades para reafirmar a existência de uma lógica histórica-social operante nos três países focando em uma breve análise mais voltada para os aspectos de construção social e nacional dos países.

#### 3.1 A HERANÇA COLONIAL SUL-AMERICANA E O CRESCENTE MERCADO BRITÂNICO

##### 3.1.1 Elites herdadas

Chile, Bolívia e Peru, até suas independências, faziam parte da colônia espanhola na América do Sul. Embora o processo de luta contra a Espanha tenha durado anos e custado muito aos cofres dos países hispânicos, as estruturas econômicas e sociais dos novos Estados não foram muito alteradas após o fim do domínio colonial. San Martín e Bolívar buscavam o rompimento com o antigo sistema monárquico, porém, as novas repúblicas se mostraram perfeitamente compatíveis com o regime latifundiário, sistema servil indígena, escravidão

africana e dependência do capital estrangeiro (ABELARDO RAMOS, 2014, pp. 177; 189); os ideais propostos por Bernardo O'Higgins no Chile na prática pouco se diferenciavam desse padrão, mesmo que o país contasse com uma menor presença de latifúndios, escravos e servos indígenas.

As novas nações republicanas se construíram dentro da base eurocêntrica do início século XIX, quando o contexto político-econômico do continente era extremamente conturbado: o longo combate contra a ex-metrópole fez com que os primeiros anos republicanos fossem marcados pelas “novas” elites entrando em conflito entre si, buscando o poder político em meio a uma crise econômica. Como apontado por Vitale, os novos Estados independentes demoraram décadas para estabilizar suas economias, fazendo com que a reinserção plena no mercado mundial tenha sido alcançada somente na segunda metade do século XIX (VITALE, 2011, p. 269).

Diferentemente dos ideais da Pátria Grande, os novos Estados estruturaram e foram estruturados por suas próprias elites dominantes, associando-se ao comércio de exportação e à produção em massa de matérias-primas para a Europa. Ao longo de todo o século XIX, tanto Chile quanto a Bolívia e o Peru caminharam em direção à construção de nacionalidades particulares, que se articulariam fundamentalmente aos interesses das elites nacionais que, mesmo que dentro da mesma lógica capitalista, ocasionalmente entravam em choque, causando uma série de conflitos internacionais, entre estes, a Guerra do Pacífico de 1879.

### **3.1.2 Burguesias dependentes**

A manutenção das estruturas “pré-capitalistas”<sup>26</sup> na América hispânica fez com que os novos Estados se configurassem de uma maneira particular: por não estarem cimentados no mesmo modo de produção capitalista da Europa Central<sup>27</sup>, implantado em toda a extensão de um corpo social, os Estados aqui foram incapazes de surgirem com um objetivo de unidade nacional vinculada a um mercado interno de amplas proporções; a construção dos Estados nacionais se mostrou como economicamente e socialmente problemática uma vez que não contava com “condições concretas de conformação da superestrutura jurídico-política” (CUEVA, 1983, p. 46) que já preexistiam nas potências capitalistas durante a consolidação destes como Estados-nações.

---

<sup>26</sup> Observar a seção de pressupostos teóricos deste trabalho.

<sup>27</sup> Idem.

Com os Estados-nações republicanos permitindo e dependendo da manutenção das principais estruturas pré-capitalistas, é de se esperar que as classes burguesas no continente se configurassem desde sua gênese com aspectos próprios, que as diferenciavam da europeia

A burguesia nasce aqui confundida e entrelaçada, em sua origem e sua estrutura, com a aristocracia latifundiária, e este fato por sua vez não deixa de repercutir sobre o desenvolvimento econômico, ainda que fosse apenas porque neste caso ‘o capitalista nativo – ou melhor, o proprietário – tem o conceito da renda antes de ter o da produção’ (CUEVA, 1983, p. 86).

As burguesias latinas assumiam, portanto, um papel contrário à europeia pois tomava o poder – economicamente em um primeiro momento e futuramente politicamente – sem a necessidade de uma revolução burguesa similar as que ocorreram no século XVIII nas principais potências do velho continente, além de ter como foco principal o enriquecimento privado de uma pequena elite sem estruturar um mercado interno ou uma rede de investimento que beneficiassem as camadas populares da região.

A transição para o modelo capitalista liberal permitia a manutenção das estruturas pré-capitalistas enquanto barrava qualquer revolução burguesa que pudesse vir a “destruir de maneira radical as bases da antiga ordem” (CUEVA, 1983, p. 81); o aparecimento das burguesias nacionais na América Latina, diferentemente das europeias, se deu em um contexto de um mercado mundial já existente, produzindo a falta de um interesse nacional em governos sem uma unidade previamente necessária para uma real independência e autonomia estatal. A dependência das populações latinas ia além de um conjunto de ações unilaterais das potências capitalistas contra as semicolônias, uma vez que as elites latinas se configuravam como grupos locais dominantes que tinham interesses correspondentes ao das burguesias europeias (QUIJANO, 2020a, pp. 94-95). Se em teoria o regime republicano apresentava grandes avanços sociais, na prática se apresentava como uma manutenção do colonialismo.

Ao longo do século XIX, Chile, Bolívia e Peru passaram de Estados comandados por regimes militares para o que comumente se categoriza como Estados oligárquicos<sup>28</sup>. Embora durante os governos militares o controle do Poder Executivo das novas repúblicas se detinha nas mãos de um grupo diferente da elite econômica – como foi o caso do regime oligárquico –, as economias, salvo raras exceções, se encontravam sobre um regime liberal de abertura ao capital estrangeiro. As burguesias nacionais latinas que surgiram durante o século XIX

---

<sup>28</sup> Utiliza-se o termo conforme descrito por Vânia Bambirra, sendo “todos os setores das classes dominantes vinculados direta ou indiretamente ao setor primário-exportador, além dos latifundiários que produzem para o mercado interno ou que detêm a propriedade da terra sem torná-la majoritariamente produtiva” (BAMBIRRA, 2013, p. 80).

possuíam uma vinculação fundamental às oligarquias e a forma de governo favorecia ainda mais as potências capitalistas

...el liberalismo latinoamericano aceptó casi exclusivamente los principios del liberalismo económico, que favorecía a la clase dominante sin perjudicar los intereses del capital extranjero. Con su proceder, la oligarquía vació casi por completo el ideario liberal de los factores de perturbación social que contenía. [...]

Con todo ello, resulta evidente que el influjo del ideario liberal sirvió a las oligarquías para proveerse de bases constitucionales que garantizaran la paz entre los distintos grupos oligárquicos, aunque sin llevar a cabo la organización de un estado verdaderamente moderno (CARMAGNANI, 1984, p. 142).

As burguesias, dependentes ante as oligarquias, e com interesses econômicos comuns, operaram crescentemente na esfera política, por um lado pela desnacionalização da economia e por outro, por um endividamento crescente, permitindo uma dependência frente ao capital estrangeiro (BAMBIRRA, 2013, p. 200).

A passagem dos governos militares para o regime oligárquico teve como fundamental, a transferência do poder político para as elites econômicas nacionais e ocorreu em ritmos e em décadas diferentes nos três países: no Chile, a partir do final da década de 1830 essa transição começa a tomar forma; no Peru e na Bolívia, só se iniciou a partir da década de 1870, sendo consolidada essa transição somente após a Guerra do Pacífico. Deve-se entender que a passagem para o regime oligárquico, a ponto que as elites econômicas passaram a deter controle total das decisões políticas dos respectivos países, significou uma intensificação ainda maior do caráter semicolonial das Repúblicas frente ao imperialismo britânico (e posteriormente estadunidense), uma vez que todos os movimentos contrários aos interesses monopolistas estrangeiros, até as primeiras décadas do século XX, fracassaram na região.

Enquanto na esfera do Poder Executivo o período militar foi marcado por instabilidade e uma série de golpes de Estado, o controle da economia dos países se manteve sem grandes reviravoltas, sendo comum a manutenção das elites coloniais como detentoras das grandes propriedades e/ou dos meios produtivos para a exploração mineradora. Ao analisar a Bolívia, por exemplo, se percebe que em um curto período após a independência, o poder voltava a se concentrar nas mãos dos antigos beneficiados pelo próprio regime monárquico, fazendo com que a noção hierárquica do antigo “regime de castas” permanecesse sem alterações concretas. O Peru não viveu movimento muito diferente no que se diz respeito manutenção do poder colonial, uma vez que no país ao norte, o controle econômico continuasse na antiga elite limenha, ligada ao porto de Callao, à mineração e ao latifúndio em um regime de servidão indígena e de semiescravidão de afroperuanos e imigrantes chineses. O Chile, por não contar com uma elite econômica tão dependente da estrutura colonial, e sim com uma elite local recente, que desde o final do século XVIII se configurou principalmente pela comercialização

com a Europa Central, contou com uma adequação ao modelo oligárquico mais rápida e menos drástica do que os vizinhos andinos, não significando, porém, que os grupos dominantes políticos e econômicos de Santiago-Valparaíso fossem menos excludentes do que seus equivalentes ao norte.

### 3.1.3 Estados eurocêntricos

Os Estados latino-americanos se construíram dentro de uma relação dual frente a Europa: embora negassem o modelo espanhol, utilizando uma série de símbolos nativos para enaltecer a construção social americana *criolla*, a economia e a política tinham bases eurocêntricas. Com a manutenção do poder político e econômico nas elites latinas majoritariamente brancas – que representavam uma minoria populacional dos países –, a sociedade latino-americana ainda se mostrava dividida, não somente em um recorte de classes sociais, mas também em um recorte étnico-racial, fazendo com que a pequena acumulação capitalista nos países se revertesse sobretudo com um aumento do consumo ostentoso das mercadorias de luxo produzidas principalmente na Europa, segregando a população de origem negra, indígena e asiática<sup>29</sup> no continente.

Mesmo na Bolívia, “menos interessante” para o imperialismo, a elite econômica sustentava a ideia de que os grandes capitalistas estrangeiros eram os principais responsáveis por trazerem o progresso à região, e que “Esos hombres infatigables de extraordinária nobleza, hacen contratos con los Gobiernos para ejecutar grandes obras en bien de la humanidad empleando su jenio, su capital y su trabajo personal sin reserva alguna” (ARAMAYO, 1871, pp. 122-123). A aceitação do modelo pelas elites dos três países fez com que, a ponto que as relações entre si se tornassem instáveis, ocorresse um esforço de ressignificação histórica étnica, uma vez que economicamente e politicamente os países se configurassem de forma extremamente semelhante. A passagem do poder executivo dos militares para as oligarquias intensificava ainda mais o eurocentrismo nos países, podendo ser visto como o momento da substituição de uniformes militares pela roupa da moda de Londres e Paris (CARMAGNANI, 1984, p. 62).

Mesmo alguns pensadores que exaltavam a importância de uma América independente e soberana se sustentavam dentro de conceitos tipicamente europeus e capitalistas. Bilbao, por exemplo, ao escrever *La América en peligro*, em um momento em que os Estados latinos se encontravam ameaçados por uma nova invasão europeia – era o momento da invasão francesa

---

<sup>29</sup> Embora praticamente não existindo na Bolívia e no Chile, no Peru, um grande número de chineses/as foi trazido para trabalhar em regime análogo à escravidão.

no México e pouco antes da ameaça espanhola no Peru que desencadeou a Guerra Hispano-sulamericana –, sustentou a necessidade dos próprios americanos “civilizar” o continente (BILBAO, 1862, p. 25), se baseando em conceitos tipicamente iluministas como a ideia de razão pura de Platão, além da rejeição dos princípios católicos representado pela ordem jesuíta como incompatível com um modelo republicano (BILBAO, 1862, pp. 32-33; 59; 67; 81). Mesmo as ideias que visavam uma união latino-americana contra a ameaça europeia, rejeitavam qualquer modelo de Estado que não estivesse dentro dos conceitos eurocêntricos, o que se evidencia, por exemplo, na exclusão do Brasil e do Paraguai<sup>30</sup> no projeto de união defendido por Bilbao (BILBAO, 1862, p. 30). O mesmo raciocínio é observado em *Realidad del equilibrio hispano-americano y necesidad de la neutralizacion perpetua de Bolivia* de Julio Mendez e *Estudios sobre la independencia económica del Perú* de Juan Copello e Luis Petriconi, que no século XIX denunciavam a ação estrangeira imperialista que trabalhavam para o sufocamento de Bolívia e Peru, porém sustentavam a importância de se manterem Estados republicanos capitalistas. Ao longo das décadas, surgiram obras cada vez mais críticas ao modelo eurocêntrico, Casto Rojas, por exemplo, mesmo ainda não rompendo com a base republicana eurocêntrica, já passa a questionar em 1927: “¿Consiste acaso la civilización en el egoísmo de los grandes y en abandono de los pequeños?” (ROJAS, 1927, p. 17).

### 3.1.4 A Grã-Bretanha como principal credora

A postura das potências capitalistas, desde às reformas borbônicas até a Primeira Guerra Mundial, foi crucial para a configuração dos novos Estados latinos e para os conflitos em que foram protagonistas. A abertura dos mercados latino-americanos e a penetração do capital estrangeiro no continente fizeram com que as potências capitalistas, que detinham interesses próprios muitas vezes não convergentes, entrassem em conflito entre si: o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX foram marcados como período em que as potências estrangeiras disputavam o território e a economia de vinte novas repúblicas. A flexibilização mercantil das reformas borbônicas inaugurou a fase em que investir na América hispânica se apresentasse como ótimo negócio para os britânicos, em seguida, com as independências e o processo de balcanização do continente, a região despertou ainda mais a atenção da Grã-Bretanha<sup>31</sup>. Os britânicos viram na América Latina uma nova área para aumentar ainda mais

<sup>30</sup> O Brasil ainda vivia seu período imperial, não estando adequado ao modelo republicano. O Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança era o Estado sul-americano mais distante do modelo eurocêntrico liberal.

<sup>31</sup> Os capitais estadunidense, alemão e francês na América Latina serviram como complementários ao inglês durante todo o século XIX (CARMAGNANI, 1984, p. 110). A hegemonia britânica fez com que o

sua posição hegemônica no capitalismo mundial, o comércio britânico nos países latinos cresceu exponencialmente no início do XIX: se em 1805 o valor das exportações inglesas para o continente girava em torno de 1,8 milhões de libras, quatro anos mais tarde o valor batia mais de 18 milhões de libras – a América Latina se mostrava como um comprador mais desenfreado do que os EUA ou a Índia (ABELARDO RAMOS, 2014, p. 142).

Para Bolívar, a “infância” da América independente necessitava da tutela britânica, porém, o reconhecimento das independências, por acordos de comércio<sup>32</sup> e empréstimos, criaram uma dependência econômica que atravessou todo o século XIX; junto a esse processo de crescente controle da economia, rapidamente, os britânicos exerceram enorme influência nas decisões políticas dos governos latino-americanos. A batalha de Ayacucho é contemporânea a um momento de grande auge especulativo da Bolsa de Londres: dúzias de novas empresas britânicas lançaram uma série de companhias para trabalharem comercialmente na extração de produtos no território latino, concomitantemente, os empréstimos estrangeiros viviam seu primeiro boom do século XIX. Nota-se aqui que praticamente nenhum setor da sociedade latino-americana imaginava nas primeiras décadas do século XIX que os empréstimos estrangeiros assumiriam um caráter de bola de neve<sup>33</sup> secular que afetou drasticamente todo o continente: junto da compra de armas e apetrechos bélicos, necessários para a última fase de libertação latino-americana, os primeiros empréstimos estrangeiros foram realizados para financiar os exércitos e consolidar os novos Estados arruinados pela guerra; Chile e Peru realizaram seus primeiros empréstimos ainda em 1822 (MARICHAL 2014, pp. 32; 37). Para a Inglaterra, além de lucrativo, a presença de seu capital em todo continente garantia o domínio naval, tanto no Oceano Atlântico quanto também no Pacífico. Naturalmente, oferecer a “amizade” e a “segurança” para os países latinos se mostrou como muito interessante para os britânicos: as antigas metrópoles ibéricas e as outras potências capitalistas mundiais não poderiam, na época, de fato ameaçar o poderio de Londres.

Baixo à lógica de acumulação capitalista, a aliança entre as elites latinas com os setores hegemônicos das potências capitalistas alimentou ainda mais a desigualdade interna da América Latina (AMAYO, 1988, pp. 72-73). O mercado interno dos países latinos foi cada vez mais abastecido pelos produtos industriais e culturais das metrópoles, isso excluiu materialmente e

---

financiamento estadunidense fosse impossibilitado, com exceção de pequenas inversões na agricultura e mineração por residentes no Peru (BONILLA, 1980, p. 1980).

<sup>32</sup> Diversos acordos e tratados comerciais são estabelecidos entre a Inglaterra e os novos países americanos. Um bom exemplo sobre como essas ferramentas visavam acima de tudo uma relação de dependência dos latinos frente aos britânicos é o Acordo de Amizade feito entre Inglaterra e Uruguai (AMAYO, 1988, pp. 67-68)

<sup>33</sup> Os empréstimos aos governos locais pelos britânicos constituíam de 65% a 76% do total de inversões inglesas na América Latina durante o período de 1865 a 1885 (CUEVA, 1983, p. 37).

culturalmente os grupos segregados e aumentou o fluxo de artigos de luxo para as elites, caracterizando o regime de subdesenvolvimento, o qual tem como essência, o aumento da já existente debilidade econômica do continente. Consequentemente, a política britânica agiu como desarticuladora de um mercado latino-americano, fazendo com que crescesse os choques entre as elites econômicas latinas (CARMAGNANI, 1984, pp. 155-156).

A febre mineradora da década de 1820 foi concomitante ao final das guerras de independência e exigiu um crescente investimento técnico para a extração e comercialização. Embora a década tenha sido marcada por grandes inversões estrangeiras, o continente permaneceu em crise econômica e a acelerada produção mineradora não se apresentou como suficiente para estancar os gastos dos primeiros anos independentes; os Estados se encontravam em déficit econômico e a nova reestruturação fiscal americana foi insuficiente para equilibrar as balanças econômicas, os empréstimos, como no restante do século já se mostravam como problemáticos – em alguns países, mais críticos, em outros, menos – pois afetavam drasticamente as economias nacionais a longo prazo.

Alguns países hispânicos viveram períodos de suposta prosperidade a partir da década de 1830, como é o caso do Chile, porém, é necessário compreender que tais períodos não representaram um avanço econômico vivenciado pelo povo; o maior ingresso para os cofres dos governos não foi revertido em uma política que visou a formação de uma economia autônoma, que caminhava para a não dependência do capital financeiro estrangeiro, pelo contrário, o crescente ingresso fiscal se convertia em um ciclo que acelerou ainda mais a formação de uma economia baseada na dependência do financiamento estrangeiro, técnico e especulativo. Quanto maior o ingresso para o governo, maior a quantidade de importações realizadas, fragilizando ainda mais os mercados internos de subsistência. No Peru, por exemplo: “Las importaciones terminaron con las artesanías y lo que quedaba de la producción textil obrajera, dado que entre 1820 y 1830 la importación de tejidos ingleses alcanzó el 95 % de las exportaciones británicas” (LYNCH, 1989, p. 8, apud SALAS OLIVARI, 2013, p. 7). A destruição dos mercados internos, em detrimento às importações, fez com que as regiões mais afastadas dos centros urbanos principais dos países – como é o caso do Atacama – se configurassem, acima de tudo, dentro de uma “condición de subalternidad del territorio en el marco de las relaciones capitalistas que articularon a distintos proveedores de materias primas con centros de consumo ubicados en el norte global” (GALAZ-MANDAKOVIC, 2018, p. 11).

Ao longo do século XIX, o imperialismo inglês se consolidou sob uma série de políticas que fizeram com que Bolívia, Peru e Chile – assim como o restante do continente latino – se encontrassem cada vez mais dependentes das potências capitalistas mundiais. A

partir da segunda metade do século XIX, os empréstimos fornecidos pela burguesia inglesa aumentavam exponencialmente, de 61,8 milhões de libras para um total de 445 milhões em 1914 (CARMAGNANI, 1984, p. 109).

O imperialismo britânico como uma política de Estado, não “educava” as colônias em teoria e prática, mas sim proibia o autêntico poder de autogovernos à grande maioria das populações de seu império (HOBSON, 1981, p. 122); a dependência econômica de praticamente toda a América Latina com o capital britânico demonstrou como as práticas imperialistas não estavam restritas somente aos territórios oficiais da rainha, e sim a qualquer Estado que dependia financeiramente dos ingleses. Com isso, o imperialismo britânico permitiu a permanência de uma série de estruturas pré-capitalistas da endividada América Latina; ao longo do século XIX, com o aumento ainda maior do poder do velho continente nos Estados latino-americanos, o monopólio britânico passou a interferir diretamente nas decisões econômicas e políticas tomadas pelas novas Repúblicas. A postura da Grã-Bretanha ao assumir o papel de credora de grandes empréstimos – que muitas vezes não eram necessários –, durante todo o século barrou qualquer tentativa de um desenvolvimento autônomo dos povos latinos; como apontado por Scalabrini Ortiz: “Darle carta blanca a un inglés en asuntos de negocios, es como darle carta blanca al demonio en asuntos espirituales.” (SCALABRINI ORTIZ, 2001, p. 76). O modelo eurocêntrico e republicano, que normalmente minimizava as medidas imperialistas, ignorava que sua configuração política não era necessariamente a “superestrutura ‘natural’ do modo de produção capitalista, e sim a modalidade que tal dominação adquire nos elos mais fortes (ou relativamente fortes) do sistema” (CUEVA, 1983, p. 13), fazendo com que o sistema de dominação estrangeira dentro do próprio território fosse viável para as elites locais: os avanços técnicos introduzidos pelo capital estrangeiro nos países latinos não foi, portanto, contrário à lógica da manutenção do caráter colonial de produtores de matéria-prima, e sim complementar como a própria configuração política dos Estados.

A falta de um projeto que visava defender a autonomia econômica, a industrialização e a criação de um forte mercado interno, permitia que o controle econômico e político caísse nas mãos de uma pequena elite, que reforçava o status de países fornecedores de matérias-primas para as antigas metrópoles. A destruição de qualquer forma de resistência nacional durante o século XIX não foi fenômeno exclusivo da América Latina: governos que – mesmo que possuidores de contradições – assumiam uma postura de defesa aos recursos essenciais para um desenvolvimento nacional foram sufocados em todas as periferias do capitalismo globalizado pelas potências imperialistas. As décadas supostamente “prósperas” para os países latinos foram marcadas por uma crescente quantidade de empréstimos estrangeiros, aumento

das importações e realização de obras que beneficiaram somente a produção e exportação de produtos brutos valorizados pelo mercado internacional. Paralelamente, as crescentes dívidas externas foram arcadas não somente pelas elites econômicas, e sim por toda a população, fazendo com que a condição de vida das camadas historicamente exploradas não fosse alterada de maneira positiva durante o período.

## 3.2 O INTERESSE IMPERIALISTA NAS REGIÕES ENTÃO “ESQUECIDAS”

### 3.2.1 *O uti possidetis*

Tendo em mente que os novos Estados americanos se configuraram como produtores de matérias-primas, necessárias pelo mercado capitalista global, deve-se compreender que as necessidades materiais das potências capitalistas faziam com que áreas não demarcadas e então “esquecidas” pelos latinos viessem a se tornar relevantes de acordo com interesse estrangeiro; mesmo antes das independências, as fronteiras latinas e as problemáticas que as envolviam estiveram já estavam vinculadas à expansão do capitalismo, fazendo, portanto, que as divisões do antigo Império espanhol não tivessem sido estáticas

Hasta la emancipación, habían sido meras divisiones administrativas del Imperio Castellano, adoleciendo sus límites de una relativa vaguedad y fluidez por los cambios y mutaciones incesantes, arreglos circunstanciales para favorecer o disminuir una jurisdicción o nuevos descubrimientos geográficos. Tampoco coincidían necesariamente las jurisdicciones administrativa, judicial o eclesiástica de una misma o diversas autoridades radicadas en un lugar (FERRADA WALKER, 2011, p. 228).

As divisões estabelecidas durante o período das reformas borbônicas foram rechaçadas pela grande maioria das elites locais (CORREA VERA In RUBILAR LUENGO e SÁNCHEZ ANDRÉS, 2019, p. 17), fazendo com que, a partir das independências, fosse necessário um grande esforço para se delimitar as novas fronteiras entre os novos países.

A fragmentação da antiga colônia espanhola na América atrelou ainda mais o desenvolvimento dos novos países à política mundial de preços, regulados pelas potências. A expansão das fronteiras dos Estados seguia a lógica da tomada de territórios que, de acordo com o mercado capitalista, se tornavam interessantes, ocasionalmente resultando na necessidade da incorporação de áreas que não eram bem demarcadas entre as ex-colônias, denominadas por Carmagnani como regiões “não ocupadas economicamente” e de “fronteira aberta” (CARMAGNANI, 1984, p. 24). Era necessário estabelecer e reestabelecer fronteiras para evitar choques entre as novas repúblicas.

Após as independências, os países admitiram a doutrina do *uti possidetis juris*, a qual tardou mais de duas décadas para ser implantada oficialmente sobre norma de direito político internacional, no Congresso de Lima de 1847. A doutrina fazia com que os territórios dos novos Estados fossem correspondentes aos limites geográficos que possuíam no começo do movimento de emancipação frente à Espanha, estabelecido no ano de 1810. Embora aparentasse ser uma medida que resolveria qualquer discussão sobre as fronteiras na América do Sul, a divisão interna da América Hispânica não explicitava o pertencimento de algumas regiões de fronteira aberta, que eram afastadas dos centros urbanos, à alguma subdivisão política da monarquia, fazendo com que as áreas onde não se tinha uma forte presença administrativa do poder governamental espanhol se tornassem motivo de disputas territoriais após as independências. Coexistiam uma série de mapas e documentos oficiais – antes e depois da data de 1810 – que se contradiziam a respeito do pertencimento de algumas regiões a mais de um país, como é o caso do deserto do Atacama. A região amazônica entre Peru e Equador<sup>34</sup>, as fronteiras do Império brasileiro com a República Argentina, a Patagônia e a região de Tarija são alguns outros exemplos de territórios que ao longo do século XIX causaram atritos entre os Estados sul-americanos.

Nesse século, foi realizado uma série de esforços bolivianos e chilenos para justificarem a posse do Atacama: tais políticas realizadas pelos governos contavam com embasamento de diversos documentos da época colonial – e até mesmo fontes que remetiam ao período pré-colombiano<sup>35</sup> – para legitimar a posse do território desértico. O território da Bolívia independente, segundo seu plano fundador, deveria corresponder ao da antiga Real Audiência de Charcas, que tinha sede em Chuquisaca (atualmente Sucre). A particularidade de Charcas que desencadeou os conflitos à cerca das fronteiras bolivianas no século XIX foi a de ter mudado de subordinação vice-real: Charcas pertenceu ao Vice-reino do Peru até o último quarto do século XVIII, porém, após 1776, Charcas passou a ser parte do Vice-reino da Prata<sup>36</sup>. O *uti possidetis* era aceito pela Bolívia, porém, o país alegava que as fronteiras deveriam ser

---

<sup>34</sup> A franja oriental da Amazônia equatoriana foi motivo de conflitos entre os dois países durante o século XIX e XX, caracterizando um histórico de rupturas diplomáticas e conflitos bélicos entre os dois Estados.

<sup>35</sup> Para Guzman, o pertencimento do Atacama e seu litoral à Bolívia obedecia a uma “lei tradicional de conservação necessária”, remontando à época do Império Inca, mais precisamente ao estabelecimento dos limites do Império sendo o rio Maule, após a travessia do Atacama por Topa Inca Yupanqui (GUZMAN, 1879, p. 11). O mesmo sustenta Mendez ao dizer que o termo Atacama traria, em quechua, a ideia de “até onde vai o Império Inca” (MENDEZ, 1874, p. 37.) Amunátegui, por sua vez, afirmou que a divisão do período republicano não deveria seguir os limites do Império Inca e que, mesmo durante esse período, o “despovoado Atacama” não estava incluso no que viria a ser o Peru (e Bolívia) mas sim ao que seria o Chile (AMANUÁTEGUI, 1863, p. 15).

<sup>36</sup> Em 1782, o Vice-reino da Prata era dividido em oito governações-intendências: Buenos Aires, Asunción, Tucumán, Mendoza, Santa Cruz de la Sierra, La Paz, Charcas e Potosí (OBLITAS FERNÁNDEZ, 1978).

correspondentes aos limites que detinham as províncias e suas intendências e não aos vice-reinados

Asi, las Provincias que pertenecieron á cada Audiencia, se agruparon y constituyeron las nacionalidades de la América del Sur. Esta base de formacion es latente. La planta de los cuatro vireynatos en que esta se dividia, han desaparecido, subsistiendo en cambio las nueve Audiencias en que se hallaba subdividida la Seccion Meridional. Atendiendo á este modo de formacion, la posesion ó llámese el *uti possidetis*, que deve servir de norma para determinar los límites de los Estados modernos, no es la de los vireynatos, sinó la que tenia cada Audiencia o cada Provincia (GUZMAN, 1879, p. 5).

Compreende-se os limites da Bolívia, portanto, sendo os da Audiência de Charcas<sup>37</sup> incluindo os territórios de Santa Cruz de la Sierra, La Paz e Potosí. Segundo os documentos bolivianos, o deserto do Atacama, por fazer historicamente parte da jurisdição da Intendência de Potosí, era de posse boliviana pós independência.

Para Uriburu, os problemas levantados pelo *uti possidetis* de 1810 eram causados pelas nações que “tiveram pior sorte na distribuição” e que recorreram a documentos e cartas da realza para legitimar seus interesses (URIBURU, 1899, p. 11). O *uti possidetis*, embora aceito pelos países sul-americanos, foi uma política passível de interpretação de acordo com interesses particulares dos Estados independente: no caso argentino, por exemplo, embora a Argentina aceitasse o pertencimento do litoral do Atacama à Bolívia, afirmava que a região de Tarija deveria estar nas mãos do governo de Buenos Aires, e não dos bolivianos, aceitando algumas fronteiras apresentadas nos documentos coloniais pelo governo da Bolívia e recusando outras, de acordo com seu interesse próprio.

Outra região que ocasionalmente é revisitada na historiografia boliviana como pertencente historicamente ao país é a de Arica. Na principal obra boliviana sobre a região do Atacama, *La provincia de Atacama: 1825–1842*, Cajías de la Vega<sup>38</sup> sustenta que Arica esteve vinculada à cultura altiplânica desde o período pré-colombiano e pertenceu a província de Nova Toledo (base do que seria Charcas) e que durante o primeiro século colonial, o pertencimento de Arica a Charcas ou a Arequipa era ambíguo (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, p. 16). Ocasionalmente a historiografia boliviana sustenta que Arica é “um direito boliviano arrancado desde a colônia” (ROJAS, 1927, p. 73), movimento que é sustentado por uma série de autores

<sup>37</sup> Historicamente pertencente ao Reino do Peru, Chuquisaca era uma das cidades mais ricas e poderosas da América Latina durante o período colonial, contando com uma elite formada por uma classe aristocrática que muitas vezes enfrentava o poder direto das autoridades de Lima e de Buenos Aires, devido a terem um elevado status social na hierarquia dos territórios hispano-americanos.

<sup>38</sup> Se concorda com Cayo Córdoba (CAYO CÓRDOBA, 1979) de que a obra de Cajías de la Vega é a principal obra que comprova com documentação adequada a legitimidade da posse boliviana até 1866.

chilenos até os últimos anos do século XIX que desejavam o abandono das aspirações bolivianas no Atacama e a cessão de Arica como saída boliviana para o Pacífico.

Mesmo após a Guerra do Pacífico, as novas fronteiras que o Chile deteve com Peru e Bolívia não foram aceitas<sup>39</sup> e, até hoje, o país boliviano contesta a divisão de terras que o deixa em condição de Estado sem saída para o mar. Durante todo o primeiro século da América Latina independente, se foi mostrado que a imposição dos poderes estatais nos territórios afastados dos centros urbanos não envolvia interesses de fato nacionais, e sim financeiros e/ou militarmente estratégicos; grande parte das regiões fronteiriças se configuraram sem qualquer tipo de organicidade<sup>40</sup> ou pertencimento aos Estados. As regiões afastadas eram disputadas entre os governos para serem incorporadas somente como regiões produtoras de matérias-primas, que funcionaram especificamente para o enriquecimento das elites nacionais, que quase sempre permaneciam nas capitais ou centros urbanos existentes desde à época colonial.

### 3.2.2 Paposo ou Salado?

Além da discordância acerca da aplicação do *uti possidetis*, a documentação pelo que se apoia a historiografia boliviana utiliza recorrentemente o plano da criação da Bolívia por Bolívar, que delimitava sua fronteira ao sul com os chilenos sendo no rio Salado (no paralelo 26°S, atualmente próximo a cidade de Chañaral), porém, antes que se concretizasse o plano do libertador, já existia a presença de um grupo de pescadores chilenos na faixa litorânea ao norte do rio Salado, até a atual cidade de Paposo (25°S), que foi aderida em 1817 à independência chilena (BASADRE, 2014a, p. 206). Embora o Estado boliviano, após sua independência, não tendo sustentado nenhuma reclamação formal sobre essa pequena perda territorial, o episódio é comumente citado pela historiografia do país ao sustentar a tese de que o Chile possuía caráter expansionista desde antes da independência boliviana.

---

<sup>39</sup> Até mesmo a demarcação das novas fronteiras estabelecidas pelo tratado de 1904 entre Chile e Bolívia foi duramente contestada até 1942 (CARRASCO D., 1991, p. 143).

<sup>40</sup> Devido a controvérsia do Tratado de Ancón, entre 1884 e 1929 ocorreu uma série de conflitos diplomáticos entre Peru e Chile para estabelecer de fato as fronteiras entre ambos os países. A nova fronteira ignorou qualquer possibilidade de uma fronteira baseada nas diferenças étnicas dos povos que ali viviam, tampouco utilizaram marcos naturais como os rios Sama ou Camarones – atropelando qualquer divisão que respeitasse as comunidades locais etnicamente e economicamente; a nova fronteira se deu por um trecho da linha ferroviária presente entre Arica e La Paz. (GONZÁLEZ MIRANDA e OVANDO SANTANA, 2017).

A região do Atacama<sup>41</sup> é habitada por povos nativos há mais de mil anos. A documentação boliviana aponta a região costeira de Arica<sup>42</sup> até Copiapó sendo habitada pelos povos changos e estando sob domínio do Colesuyo desde o século IX, sendo, portanto, “naturalmente” território peruano/alto-peruano devido à configuração étnica dos habitantes da região. Durante o período colonial, o Atacama era dividido em Baixo Atacama, com os principais povos vivendo em Chiuchiu, Caspana, Ayquina, Calama, Conchi e Cobija, e Alto Atacama, que era formado pelos povos de Toconao, Soncor, Socaire, Peyne Susquis e Ingahuasi e pelo centro de toda a região, San Pedro; a presença de espanhóis era baixíssima até o início do século XIX<sup>43</sup>. Atualmente, o Estado boliviano ainda sustenta que o vínculo da região andina com a costa do Atacama remete desde os tempos do Tiwuanaku e que o Estado do Chile, pelas suas próprias constituições, não reconhecia nada ao norte do rio Salado como território chileno até 1833 (BOLIVIA, 2014)<sup>44</sup>. Mesmo com o desmembramento da Audiência de Charcas em 1776, Potosí seguiu mantendo a jurisdição sobre a região do Atacama, porém, pela escassa presença de espanhóis na região, a possessão boliviana foi frágil ao longo da primeira metade do século XIX, permitindo uma anarquia interna (CAJÍAS DE LA VEGA, 1925, pp. 12; 29) que favorecia os planos de conquista chileno.

A discussão do pertencimento de Paposó sempre ocupou um papel secundário nos debates historiográficos dos limites entre Chile e Bolívia. Além de uma região que pouco representava economicamente, somente em 1803 é possível observar uma ordem real contra o povoamento chileno da região, e não fica claro se tal ordem foi de fato cumprida pelas autoridades (SANTIVÁÑEZ, 1863, p. 110). Os próprios bolivianos após a independência não fizeram nenhum movimento de tentar reintegrar o território, somente após a aspiração chilena

---

<sup>41</sup> A área total do deserto do Atacama pode ser assunto conflitante, utiliza-se durante este trabalho a definição dada por Ramon Vidal Gormaz, sendo a região desértica hoje ocupada pelo Chile, que vai de Copiapó a Iquique (VIDAL GORMAZ In OBLITAS FERNÁNDEZ, 1978, p. 12), excluindo em partes a A Puna de Atacama. A própria cidade de Copiapó é apontada como tendo pertencido à esfera de influência dos povos andinos, uma vez que alguns historiadores sustentam que o nome da cidade é originalmente aymara, além de se encontrar uma série de produtos típicos andinos, como a papa, o chuño, a quinoa e a coca (BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p. 22) em trabalhos arqueológicos.

<sup>42</sup> O pertencimento de Arica ao Colesuyo é a principal base para a reivindicação de incorporar o território ao Estado boliviano. O plano de fundação do país, por Bolívar, incluía Arica como porto principal boliviano, porém, o projeto de obter Arica foi cada vez mais perdendo força, principalmente após o início da Confederação Peru-boliviana. Após a perda de Antofagasta, Mejillones e Cobija, a aspiração boliviana para “recuperar” Arica novamente cresceu. Deve-se ter em mente estes dois pontos cruciais ao notar o porquê de Arica estar sempre envolvida nas negociações chileno-bolivianas até os dias atuais. O pertencimento de Arica (e Tarapacá) a Audiência de Charcas não fica claro na documentação colonial do século XVII como apontado por Cajías de la Vega (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, p. 16).

<sup>43</sup> O mesmo vale para a região de Tarapacá, que em 1796 continha 7923 habitantes, sendo somente 500 espanhóis e o restante indígenas, negros e mestiços (BERMUDEZ MIRAL, 1963, p. 50).

<sup>44</sup> Frontaura Argandoña sustenta que a Espanha em 1844 reconhece o Chile territorialmente não contendo nada ao norte de Paposó (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, p. 101).

de conquistar todo o litoral do país. Julga-se aqui que a jurisdição boliviana nos seus primeiros anos independentes foi aplicada até a cidade de Antofagasta, e nunca para terras mais ao sul, portanto, Paposo deve ser entendida como pertencente ao Chile desde os primeiros anos do século XIX, mesmo que tal região se encontre fora de uma unidade etno-histórica revisitada ocasionalmente por parte da historiografia boliviana.

Por sua vez, a bem menos numerosa documentação utilizada pela demanda chilena – baseada em alguns poucos guias de forasteiros, jornais, memórias e relatos de doutores – afirmava que, não somente Paposo, mas todo o Atacama até o rio Loa era chileno, sustentando que a Bolívia não detinha nenhuma porção litorânea. A presença de população chilena, e não boliviana, era um dos principais argumentos de posse do território; tal presença era fundamentada pela existência de missões religiosas chilenas no deserto, além da presença de autoridades do país até 1817 (AMUNÁTEGUI, 1863, pp. 110; 138-143; 152). Para os chilenos, a faixa litorânea da região pertencia à jurisdição de Paposo, e não a de Potosí, porém, a própria tese chilena reconhecia povoados do Alto Atacama como dependentes de Potosí, como é o caso de San Pedro de Atacama (AMUNÁTEGUI, 1863, p. 233). É crucial compreender que as fronteiras do que seria o Atacama para o Chile são ressignificadas ao longo da História, principalmente com o descobrimento das minas de prata de Caracoles em 1870; hoje em dia, grande parte do território conquistado pelo Chile sequer foi contestado como pertencente ao Chile nas primeiras teses elaboradas.

A documentação apresentada pelo Chile durante o século XIX foi extremamente criticada pela maioria dos países sul-americanos: a própria constituição do país afirmava que “El territorio de Chile se estiende desde el desierto de Atacama hasta el cabo de Hornos”, o que não deixava claro os limites do país segundo algumas interpretações. Para Amunátegui, a suposta ambiguidade da frase permitia que fosse interpretada da seguinte forma: “desde tiene significado incluyente; denota que el desierto de Atacama es el principio, la primera parte del territorio chileno” (AMUNÁTEGUI, 1863, pp; 165-166). Outro ponto polêmico que levantava debates, era a fundação da Bolívia em seu plano idealizado por Bolívar e Sucre: a criação da Bolívia incluía o direito de o país ter um porto sobre seu controle, porém, Amunátegui argumenta que Bolívar não fixava qualquer área litorânea para o novo país, uma vez que poderia estar se referindo à criação do porto no rio Loa (AMUNÁTEGUI, 1863, p. 224). Deve-se sublinhar que, desde a década de 1860, as historiografias chilena e boliviana comumente utilizam o termo “usurpação” ao se referir à política do país vizinho sobre o território atacamenho: isso garante para os chilenos a sustentação da tese de que o território foi “recuperado” durante a guerra – portanto não há necessidade de negociar uma saída boliviana

ao Pacífico – e, pelo outro lado, serve para alegar a invalidez dos tratados bilaterais assinados com o Chile.

Ao se analisar os mapas produzidos entre 1830 e 1879, nota-se que a fronteira entre Chile e Bolívia ocasionalmente era traçada de forma diferente<sup>45</sup>. No caso dos mapas publicados por J. H. Colton, a fronteira passou a ser a cidade de Paposo somente no mapa publicado em 1865. Em 1841 – antes do povoamento de Antofagasta –, as cidades de Cobija e Calama já estavam representadas, pertencentes à região de Potosí, no mapa publicado por William Home Lizards. O mapa nacional chileno publicado por Henrich Kiepert, apontava a fronteira com a Bolívia sendo um pouco mais ao norte de Paposo. O *Mapa para la inteligencia de la Historia Física y Política de Chile* de 1854 é um caso curioso, uma vez que não representava nada acima da linha de Paposo, deixando em aberto a posse da área mais ao norte. A linha de raciocínio proposta por Amunátegui, de que a Bolívia não dispunha de nenhuma porção litorânea, não é justificada: os mapas analisados do período – até mesmo o controverso *Nuevo mapa de la República de Chile* de 1876 – demonstram ao menos uma pequena faixa até o encontro do rio Loa com o Pacífico como território boliviano.

### 3.2.3 Presença chilena no Atacama

A presença de chilenos no litoral boliviano é documentada desde às primeiras décadas independentes. Mesmo antes do conflito em que Chile e Argentina combateram a Confederação Peru-boliviana, na segunda metade da década de 1830, existia uma presença de chilenos na faixa litorânea do Pacífico até a região de Arica. Após a independência boliviana, a necessidade de um porto fez com que Cobija fosse loteada entre estrangeiros e bolivianos, a ponto de que desde 1827, o porto livre contasse já com produtos e mão de obra chilena para seu crescimento, contando inclusive com um empréstimo contraído com casas comerciais estabelecidas em Valparaíso, sendo, portanto, o governo boliviano responsável por trazer um grande número de chilenos, que migravam para a região devido à instabilidade política de Santiago e Valparaíso vivida até 1833 (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, pp. 48-49; 55, 97-98; 102). Cobija se tornou rapidamente um porto auxiliar de Valparaíso, dependendo de mão de obra, produtos básicos, alimentos e empréstimos – de empresas estrangeiras estabelecidas em Valparaíso. A segunda grande onda de migrações chilenas para a região foi mais ao sul, após a descoberta do guano na região de Antofagasta na década de 1840.

---

<sup>45</sup> Observar os anexos finais A, B, C, D, E e F.

Na década de 1840, a migração chilena para o Atacama assumiu outra postura: não mais financiada pelo governo boliviano, o contingente de chilenos ocupou principalmente a região de Mejillones e passou a explorar o guano sem autorização da Bolívia. É somente nesse momento em que o Chile se esforçou para demonstrar a legitimidade da posse da região. Para alguns autores chilenos, essa segunda ocupação se deu como resultado, não de um plano de governo nacional, e sim devido aos esforços da iniciativa privada (FERRADA WALKER, 2011, p. 240) que via na região uma possibilidade de enriquecimento via guano, que já era explorado em território peruano de Tarapacá, tendo seu valor subindo cada vez mais no mercado internacional. Discorda-se aqui que o interesse das empresas privadas negue a responsabilidade das campanhas políticas feitas pelo governo chileno para a migração em massa de trabalhadores, uma vez que o próprio Estado se configurou economicamente como vinculado aos interesses privados, normalmente estrangeiros.

A última grande onda de migração chilena para o Atacama pré-guerra foi após a descoberta do salitre e outros minerais na região – destacando a descoberta de Caracoles em 1870 –, uma vez que para os países do Pacífico Sul, as zonas mineiras continuavam seguindo sendo zonas de atração demográfica (CARMAGNANI, 1984, pp. 65-66) ao longo do século XIX, fazendo com que cada vez mais a região necessitasse de crescente mão de obra chilena, abastecida em grande parte do contingente proveniente de Copiapó, região que estava em delicada situação econômica a partir de 1860 (BRAVO QUEZADA, 2000, p. 25).

As migrações para a região fizeram com que já houvesse uma população chilena estabelecida no Atacama boliviano décadas antes da tomada da área pela marinha de Santiago; um movimento similar, porém menor, ocorreu na região peruana de Tarapacá. Conforme as relações entre Chile, Peru e Bolívia se deterioravam politicamente, as cidades se mostraram como palco de conflitos entre chilenos, peruanos e bolivianos antes, durante e depois da guerra. Dos 38.226 habitantes de Tarapacá em 1875, 9.664 eram chilenos, já na cidade de Antofagasta, onde a presença era maior, 6.554 do total de 8.507 habitantes eram chilenos (VITALE, 2011, p. 393). Esse contingente considerável de chilenos em todo o deserto do Atacama fez com que grande parte da historiografia boliviana e peruana julgasse o governo de Santiago detendo uma postura de caráter expansionista planejado. Concomitante às migrações de trabalhadores chilenos para o Atacama, o governo do Chile promoveu uma série de campanhas para a expansão de sua fronteira na Patagônia até o canal de Magalhães, o que desencadeou inclusive uma série de conflitos com a população indígena araucana – que mantinha desde o período colonial uma certa autonomia – e com o governo da Argentina.

A ocupação, e consequente exploração do território do Atacama, somada à reivindicação do Chile pela região, originou o debate acerca da postura expansionista e de dominação do país ao sul frente à Bolívia. A lógica de “levar a civilização” a territórios “abandonados” pelo governo de Santiago foi a principal justificativa para negar um caráter expansionista por parte dos chilenos desde antes da guerra: ao afirmar que, em 1817, a cidade de Paposo representava toda a população do deserto e que tal deserto deveria pertencer aos seus habitantes (AMUNÁTEGUI, 1863, pp. 154-155), a historiografia chilena sustentou sua tese de que todo o litoral do Atacama pertencia ao governo de Santiago; as cidades mais ao norte, a partir das décadas de 1840 e 1850 foram, portanto, regiões que necessitavam do Chile e seus habitantes sempre foram fundamentalmente chilenos (AMUNÁTEGUI, 1863, p. 156). Até o Tratado de Limites de 1866, toda a região do litoral do Atacama foi disputada por Chile e Bolívia, ao longo deste trabalho se mostrará como os desenvolvimentos político e econômico dos países tiveram alguns pontos cruciais diferentes, fazendo com que, cada vez mais, o Chile detivesse controle não só da região do Atacama, mas de setores cruciais para funcionamento do Estado boliviano. A influência crescente chilena sob a economia e política boliviana fez com que, ao assinar o primeiro tratado de limites, se oficializasse o caráter de dependência boliviana com o governo de Santiago que logo poucos anos depois já era evidenciado pela população boliviana como se pode perceber ao analisar a obra de Aramayo ao discorrer sobre o período

El Presidente de la República es un General Chileno. El Ministro Plenipotenciario de Bolivia em Chile es Chileno. Los Banqueros en Bolivia son Chilenos, los grandes empresarios y hasta los cocheros son Chilenos ¿que es ya lo que falta para que Bolivia sea una Provincia Chilena? Nada mas que el título (ARAMAYO, 1871, p. 169).

A noção do expansionismo chileno não deve, portanto, ser tratada somente como tendo objetivo de obter o Atacama boliviano. A configuração política e econômica do Chile o tornou o principal destino do capital estrangeiro na costa do Pacífico Sul, com isso, houve uma maior necessidade de obter matérias-primas, mercado e propriedade produtiva e/ou interessante para a especulação financeira.

Ao longo do século XIX, durante o mesmo período em que exploravam o Atacama boliviano, o Chile entrou em conflito com os povos indígenas e com a Argentina para conquistar o que hoje é sua região sul. A narrativa histórica do governo chileno está presente em muito dos trabalhos historiográficos até os dias de hoje, tentando construir a imagem heroica da conquista, desculpando (ou se silenciando sobre) o caráter expansionista do Estado e responsabilizando a guerra em seus adversários como apontado por Dager Alva (DAGER ALVA In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015, p. 230). Julga-se aqui que o povoamento chileno na região não legitima ou justifica a futura invasão dos territórios a partir

de 1879 e que a expansão territorial chilena se deve por La Moneda manter uma postura aliada ao imperialismo britânico, que necessitava de novas áreas para explorar e especular ao longo do século XIX.

### **3.2.4 Monopólio britânico na América do Sul**

O monopólio britânico no Pacífico Sul não se restringia só ao controle da economia chilena. O controle da economia dos três países se deu de forma financeira e comercial ao mesmo tempo. Já na década seguinte à independência peruana, os comerciantes britânicos se estabeleceram nos principais centros econômicos e portos peruanos, e via Arica e Cobija, abasteciam também a Bolívia. Mesmo que Peru e Bolívia se mostravam em decadência econômica, os principais produtos dos países foram rapidamente submetidos a um regime de controle de exportação e comercialização britânica; o mesmo ocorreu com o Chile após o fim da subordinação dos chilenos como meros exportadores de trigo para os peruanos, fazendo com que os portos de Valdivia, Talcahuano, Valparaíso e Coquimbo se tornassem cada vez mais abertos às nações estrangeiras. O país chileno contou com empréstimos ingleses que tinham como estratégia, além da expansão de mercado, o enfraquecimento do poderio estadunidense na região: já em 1820, os ingleses controlavam a mineração, comércio de exportação e importação do governo de Santiago (ABELARDO RAMOS, 2014, pp. 206-208). A enorme presença do capital britânico no país desde sua independência fez com que Valparaíso e Santiago se tornassem cada vez mais o grande centro econômico no Pacífico Sul, porém, o Chile só assumia o papel de “potência” do Pacífico a partir do começo da década de 1840, com a vitória no conflito contra a Confederação Peru-boliviana.

Devido às especificações do Estado chileno frente a Bolívia e Peru e à vitória na Guerra contra a Confederação Peru-boliviana, o destino preferido do capital britânico se consolidou sendo o Chile – isso pode ser evidenciado pelas condições postas nos empréstimos internacionais – e os interesses de Santiago, até o final da Guerra do Pacífico, convergiu com os interesses britânicos na região: mesmo durante o conflito armado, é notável o esforço chileno para fazer com que o lucro dos estrangeiros não fosse negativamente afetado: se observa que toda a produção salitreira na região de Antofagasta a Tarapacá quase não sofreu perturbações na sua produção, salvo a exceção do período em que houve o bloqueio naval de Tarapacá (CROZIER, 1997, p. 118). A população estrangeira crescentemente controlou a economia chilena, mesmo que representando um pequeno número da população do país

In 1895 only 2.9 percent of Chile's 2,687,985 inhabitants were foreign born, and in 1907 this had increased but to 4 percent of a total population of 3,114,755. While by the early 1900s hundreds of thousands of Italians had become agricultural laborers or

tenant farmers or had settled in urban areas in Argentina, from 1889 until 1914 total net immigration to Chile reached only about 55,000. The largest foreign contingents arrived from Peru, Bolivia, and Spain. Despite their small numbers, however, European immigrants owned nearly one-third of Chile's commercial companies (1907), 20 percent of the 554 most valuable rural estates (1908), and, by 1914, 49 percent of all industrial establishments (LOVEMAN, 2001, 50).

Mesmo com a postura oficial da Grã-Bretanha sendo a de neutralidade durante todo o conflito, na prática, os interesses britânicos na região foram contemplados ao fim do conflito: a produção salitreira de Tarapacá voltou a ser controlada em sua maioria pelos ingleses, a Bolívia foi aberta a um maior investimento técnico e financeiro britânico e o Chile demorou décadas para assumir o controle da produção e exportação dos principais produtos do Atacama, tudo sem a necessidade de uma presença física em massa dos europeus.

Embora a historiografia chilena costume relativizar a presença do capital estrangeiro nas empresas supostamente nacionais – salvo historiadores que costumam ter uma abordagem metodológica de caráter mais marxista, como o caso de Vitale –, a produção e exportação do salitre e guano após a conquista de Tarapacá foi muito mais benéfica para os capitalistas estrangeiros do que para o governo chileno. O Chile demorou décadas para reverter as privatizações nos setores produtivos e de exportação do salitre, quando assumiu o controle da produção seu valor já tinha diminuído devido a introdução de produtos artificiais que desempenhavam a mesma função química do guano e do salitre, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

A ideia do governo de Santiago assumindo caráter de linha auxiliar do interesse europeu, que diversos autores/as como Amayo, Aguirre Lavayén, Querejazu Calvo e Salas Olivari sustentam, embora seja mais elaborada como campo de estudo nos séculos XX e XXI, foi sustentada também com parte da historiografia contemporânea ao conflito. A crítica aos interesses europeus, como sendo cruciais para o desenrolar e desfecho do conflito, pode ser vista em alguns documentos referentes à guerra; como apontado por Hosiasson, o relato do subtenente Daniel Ballivián já continha em seus escritos elementos que antecipavam “uma discussão que viria a ser retomada muito mais tarde pela historiografia e que alude à questão dos interesses econômicos e estratégicos europeus nos destinos dessa guerra” (HOSIASSON, 2011, p. 69). Como Galaz-Mandakovic afirma, o Chile, sob um regime “capitalista mineiro”, assume um caráter expansivo baseado na força militar, na força do trabalho e no território adquirido, sendo ajudado principalmente por um “socio externo” (GALAZ-MANDAKOVIC, 2018, pp. 9-10), que permitia que a acumulação à base da força se estendesse também às mãos estrangeiras.

As grandes casas comerciais estrangeiras instaladas na região do Pacífico Sul, em sua grande maioria, não se concentravam em somente um dos países, ou trabalhavam com somente uma atividade econômica, fazendo com que o capital estrangeiro se apresentasse como um grande monopólio britânico. Deve-se atentar brevemente sobre algumas figuras de empresários estrangeiros que foram cruciais para o (sub)desenvolvimento de toda a região durante o século XIX. O *modus operandi* dos grandes capitalistas ao longo do século XIX e começo do XX era comum: os grandes capitalistas e empresas mantinham a relação com os governos latinos sob acordos para a produção, extração e comercialização, que favoreciam a capitalização estrangeira em decorrência ao pagamento de taxas para os governos – sendo que algumas vezes, esses mesmos acordos não eram cumpridos pela parte estrangeira. Embora uma série de acordos tendo sido feitos durante todo o século XIX, a extração do guano e do salitre seguiu sobre monopólio estrangeiro em toda a região do Atacama, salvo em Tarapacá durante o período do estanco do salitre peruano. Barón de la Riviere, Henry Meiggs, a casa Dreyfus, Anthony Gibbs & Sons, Milbourne Clark, Jorge Smith<sup>46</sup>, John Thomas North, John Dawson<sup>47</sup> são grupos empresariais e grandes capitalistas que assumiram papel de protagonismo, uma vez que interferiram diretamente na economia e política dos três Estados da região. Para Aguirre Lavayén, na sua clássica obra *Guano Maldito*, ao discorrer sobre o papel dos britânicos – e podemos incluir figuras de outras potências capitalistas – afirma que “un cornudo más o un cornudo menos no cambia la historia ni el poder de la influencia británica en estas costas de la América del Sur” (AGUIRRE LAVAYÉN, 1996, p. 71).

O controle britânico das economias do Pacífico Sul era tanto comercial quanto financeiro, como exposto por Lenin, o monopólio de diversas atividades produtivas, comerciais e financeiras nas mãos de um pequeno grupo de detentores de capital fundamentava as relações imperialistas na região

Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre padrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado desconhecido. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também criam-se associações monopolistas gigantescas que se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado e estes grupos “partilham” entre si, por contrato. Monopoliza-se a mão-de-

<sup>46</sup> Talvez a figura de Jorge Smith seja o melhor exemplo da concentração de diversas atividades econômicas nas mãos de poucos empresários: um dos pioneiros da indústria salitreira, detinha uma série de negócios ligados à mineração em Huantalaya (Tarapacá), desde 1850 invertia parte de suas finanças em tecnologias para a produção de água potável na região, financava uma série de explorações para conhecimento geográfico e desde 1854 atuava no mercado de bórax (BERMUDEZ MIRAL, 1963).

<sup>47</sup> Para uma compreensão mais detalhada sobre as figuras e suas especificidades, sugere-se a leitura de *El salitre hasta la Guerra del Pacífico: una revisión* de Ronald D. Crozier e dos anexos finais da obra *La Política Británica en la Guerra del Pacífico* de Enrique Amayo.

obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – estão nas mãos dos monopólios. [...]

A produção torna-se social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência é mantido nominalmente, e o jugo de um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável (LÊNIN, 2011, pp. 130-131).

O monopólio privado estrangeiro, ao consolidar a dependência econômica dos Estados frente a ele, destruía também qualquer atividade econômica que julgasse como inútil aos seus interesses, “El capitalismo extranjero cada vez más ávido lo fue desalojando de sus reductos, obligándolo a trabajos para él infructuosos y de más en más extenuadores y de más en más pésimamente remunerados.” (SCALABRINI ORTIZ, 2001, p. 30), aumentando a dependência dos três países, que entraram em profunda crise na década de 1870.

Durante a Guerra do Pacífico, Barros Arana comumente trata as companhias controladas pelo monopólio estrangeiro como empresas chilenas (BARROS ARANA 1880; 1881); a realidade apresentada pode ser um tanto quanto enganosa: a presença do capital estrangeiro, inclusive nos setores nacionais dos três países era intensa; até mesmo no caso da nacionalização do salitre pelo Estado peruano – a maior tentativa de enfrentar o monopólio estrangeiro da época –, deve-se ressaltar que 40% das ações da *Cia. Salitrera do Peru* pertenciam ao *Banco Nacional* que, embora tenha sido fundado em 1862 por capitalistas peruanos, tinha parte de seu controle ainda nas mãos da *Casa Dreyfus* (AMAYO, 1988, pp. 152-153). Abre-se um parêntese para expor brevemente como funcionava a ação dos principais personagens do monopólio.

Henry Meiggs foi um dos homens de negócio responsável pela implantação de ferrovias no Peru e no Chile. Desde 1859 já se mostrava como um empresário ligado à construção de ferrovias. Em 1861, Meiggs firmava acordos com o governo de Santiago para a ferrovia Quillota-Santiago (LONG, 1930, p. 44) e, no final da década seguinte, se tornou possivelmente o homem mais poderoso do Peru<sup>48</sup>: durante 1869-1877<sup>49</sup>, foi encarregado de ser contratista da construção das ferrovias peruanas, um projeto de obras gigantescas que mobilizou grande parte da economia nacional do Estado, fundando em 1874 a *Compañía de Obras Públicas y de Formento del Perú* e nos anos seguintes passando a emitir bilhetes fiscais – chegando deter ¼ de todos os bilhetes do país. Os valores dos bilhetes emitidos por Meiggs não

<sup>48</sup> Para Amayo, Meiggs além de corrupto é tido como em grande parte responsável pela quebra econômica do país da década de 1870 (AMAYO, 1988, p. 248).

<sup>49</sup> Meiggs, desde o começo de 1870, também foi responsável pela grande obra de irrigação do Vale de Azapa, na região de Arica (BASADRE, 2014a, p. 15).

correspondiam aos títulos reais que a companhia ferroviária representava; os títulos por não possuírem base metálica ou vigilância da autoridade fiscal fizeram com que todo o país passasse por uma gigante inflação enquanto Meiggs lucrava com a manobra (AMAYO, 1988, pp. 112-113). Toda a riqueza que representava o guano para o Peru era convertida – com ajuda de Augusto Dreyfus<sup>50</sup> – em empréstimos astronômicos para a realização das obras, que muitas vezes se mostravam completamente desnecessárias.

Talvez a figura mais importante ligada à economia de Tarapacá e Antofagasta foi a de Antony Gibbs e de sua família<sup>51</sup>, que formavam a *Antony Gibbs & Sons* (AG&S), empresa britânica com sucursais em Lima, Iquique, Valparaíso e Santiago. Na região de Antofagasta, AG&S ajudou a fundar a *Milbourne Clark y Cía* (1868) – que se tornou quatro anos mais tarde *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* –, absorvendo a *Sociedad Exploradora del Desierto* (1866) e fazendo com que tivesse a administração e consignação exclusiva da produção do salitre. No Peru, controlava a venda do guano durante a década de 1850, e junto a Jorge Smith e Clark sob nome de *Compañía de Salitres de Tarapacá*, controlava o monopólio do produto na década de 1860. Mesmo após a nacionalização do salitre, na segunda metade da década de 1870, a AG&S se apresentava como consignatária de vendas na Europa, que representava *La Banca Asociada (bancos del Perú, Providencia, Nacional y Lima)* – administradora do salitre peruano desde 10 de setembro de 1875; mesmo após o rompimento do governo com *La Banca Asociada*, AG&S continuava como influente na negociação do salitre, uma vez que tinha acordos com a *Graham Rowe & Co.*; embora AG&S seguisse participando da comercialização do salitre, a nacionalização peruana fez com que perdessem o controle da produção no Peru, mesmo ainda mantendo as outras esferas do monopólio da região de Antofagasta via *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* (AMAYO, 1988, pp. 155; 251-252).

A figura dos Gibbs não se mostrou poderosa somente na América do Sul, durante a segunda metade do século XIX, a família se tornou um dos grupos mais influentes mundialmente, tendo seus interesses sendo contemplados no sistema de monopólios privados

Además, el Presidente de esa firma [AG&S], Henry Hucks Gibbs, era Director del Banco de Inglaterra y entre 1875 y 1877 fue nada más ni nada menos que Gobernador del mismo. Por otra parte, muchos miembros de la familia Gibbs eran del Partido Conservador y en 1862 su Presidente fue candidato a Miembro del Parlamento. Llegó a ser elegido sólo en 1891. Como si eso fuera poco, cultivaban amistad con Ministros de la Corona Británica como la de Lord Salisbury. Amistades como esa determinaron que finalmente el Presidente de AG&S fuera promovido a miembro de la más rancia

<sup>50</sup> Durante 1869 e 1872, o sistema de exportação do guano peruano se tornou monopólio da casa Dreyfus, como será observado mais para frente neste trabalho.

<sup>51</sup> A casa Gibbs já estava presente no sul peruano, em Arequipa, desde a década de 1820 (MONSALVE ZANATTI, 2019, p. 427).

nobleza, o sea, a nobleza hereditaria (eso significa ser Lord) y él así devino en el Primer Lord Aldenham.

Junto a lo anterior considérese que el Presidente de AG&S no era todo. La familia era y actuaba como un verdadero clan (tal como puede deducirse de su árbol genealógico) y tenía negocios en Londres, Portugal, España, Perú, Chile, México, Australia, etc. Es difícil pensar que los lobbies donde actuaban no tuvieran ninguna influencia en el modo como el gobierno de Gran Bretaña orientó su política respecto al Perú (AMAYO, 1988, p. 224).

Os interesses políticos e econômicos dos grandes capitalistas britânicos eram indissociáveis dos interesses nacionais da monarquia. Mesmo participando da venda do salitre peruano na Europa, o projeto da tomada de Tarapacá por parte dos chilenos que prometiam a reprivatização do setor claramente interessava AG&S que, desde a tomada da região, trabalhou com o governo de Santiago financiando o conflito. Após o desastre fiscal peruano – tendo a figura de Meiggs e Dreyfus como grandes responsáveis –, os britânicos que possuíam títulos peruanos se aliaram ao governo chileno, que planejava, além da reprivatização da produção salitreira, vender 1000.000 toneladas de guano obtidas nos territórios peruanos invadidos em parceria com uma nova companhia anglo-chilena (AMAYO, 1988, pp. 222-223). Ambas as propostas, além de serem aceitas e incentivadas pelos capitalistas estrangeiros, estreitavam ainda mais a relação chilena com o modelo imperialista de monopólio privado. O caos fiscal peruano seguido pela perda de Tarapacá favoreceu sobretudo especuladores e capitalistas estrangeiros: o caso de John Dawson – ex-funcionário do *Banco de Londres, México e Sud-América* e a partir de 1877 gerente do *Banco de Valparaíso* – e do “Rei do Salitre” John Thomas North, que possuía companhias de variadas áreas ao redor do mundo, demonstraram como os interesses do governo chileno e dos grandes capitalistas estrangeiros eram indissociáveis até (pelo menos) o final da guerra. Não à toa, a prisão de Jorge Hicks – gerente da *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* que era britânico – é dada como a justificativa chilena da invasão militar de Antofagasta.

O governo boliviano trabalhava dentro da mesma lógica que o chileno, porém, sua instabilidade e constantes golpes de poder sabotavam as intenções de acordos com grandes capitalistas britânicos, como pode ser evidenciado pelo frustrado acordo com os contratistas Petto y Betts. A “estabilidade política” chilena fazia com que o país fosse um destino mais atrativo que a Bolívia para os europeus e a tomada de Antofagasta e Mejillones pelas tropas chilenas não feriu em nada os interesses britânicos da região. Oficialmente, a guerra foi iniciada devido ao governo da Bolívia aprovar um imposto que exigia o pagamento por parte da *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*, demonstrando como o conflito se configurava mais do que um problema entre Estados, e sim entre uma empresa particular

(apoiada pelo Chile) e Estado, como afirmado por Galaz-Mandakovic (GALAZ-MANDAKOVIC, 2018, p. 9).

É notável que o governo britânico julgava a presença de seus grandes capitalistas na região do Pacífico como extremamente importante para sua política de “livre comércio”, que se apresentava sobre a lógica do monopólio imperialista

Se puede apreciar la importancia que los británicos dieron a esta exportación de capital si se tiene presente que estos capitalistas colocaron a miembros de la aristocracia y de la nobleza británica como promotores, directores y gerentes para que dirigieran las compañías que había decidido fundar (SOTO CÁRDENAS, 1998, p. 32).

A dominação política e econômica britânica no Chile, Peru e Bolívia exigia a manutenção destes em caráter semicolonial. O fim da Guerra do Pacífico não representou uma mudança nessa lógica, pelo contrário, se mostrou como aprofundamento da dependência dos três países com Londres: “Las inversiones británico en América Latina antes de la Primera Guerra Mundial alcanzaron a un cuarto de las inversiones totales de Gran Bretaña en países de ultramar” (SOTO CÁRDENAS, 1998, pp. 38-39). As figuras das empresas e dos grandes capitalistas devem ser entendidas não como empresários descolados de um projeto político nacional, e sim como atores apoiados pelo governo britânico, uma vez que participavam dos mesmos círculos e mantinham os mesmos interesses que os oficiais que atuavam pela Coroa.

Acima de tudo, a guerra se mostrou como período de fortificar a influência europeia – sobretudo a britânica – não somente na indústria salitreira, do guano e da prata, mas também em diversos outros setores. Desde as enormes obras ferroviárias construídas nas décadas pós-guerra nos três países até o controle do monopólio de outras matérias-primas como o iodo fortaleceram ainda mais o monopólio britânico na região. Se a posição oficial da Grã-Bretanha durante o conflito foi a da neutralidade, mesmo com a região tendo sido crucial para seus interesses, é evidente que, se em algum momento a guerra ou seus resultados ameaçassem o lucro ou a influência britânica na região, certamente a postura de Londres teria sido mais enérgica.

### 3.3 CHILE: O BRAÇO DIREITO DA GRÃ-BRETANHA?

#### 3.3.1 Crescimento chileno e apoio britânico

Por ter saído vencedor do conflito e ter seus interesses confluindo com os britânicos até o final da guerra, algumas questões ligadas à construção política e econômica do Chile – desde sua independência até os anos pós conquista dos territórios bolivianos e peruanos – são

necessárias para compreender o papel estrangeiro no Atacama. Como já evidenciado, a influência estrangeira no governo de Santiago é iniciada com fortalecimento de Valparaíso durante as reformas borbônicas. Até as reformas, a região chilena, diferentemente do Peru, não era foco de grandes investimentos e não se mostrava como tão valorizada pela Espanha: Barros Arana afirma que o Chile, durante a época colonial, era “atrasado”, “descuidado” e “desinteressante” para a metrópole (BARROS ARANA, 1880, pp. 6-7)<sup>52</sup>. O maior grau de abandono chileno por parte da Espanha fez com que, durante o período colonial, o Chile fosse praticamente uma região subsistente que tinha como meta a produção alimentícia e de produtos básicos para si próprio, para o Peru e para a Bolívia (LOVEMAN, 2001, pp. 75-76; 86), além de não ser permitido uma comercialização direta com a Espanha sem utilizar a rota via Callao. A posição de território secundário para a Espanha afetou as relações de exploração e trabalho no país criando uma certa autonomia das classes dominantes da região

However, if *inquilinaje* in Chile bore some resemblance to *colono* or *service tenant* labor systems in other Latin American nations, its origins and the predominantly mestizo composition of its work force distinguished it from the harsher arrangements involving Indian labor in Peru, Bolivia, and Ecuador. Even when economic conditions worsened, Chilean *inquilinos* as a class did not experience systematic cultural and ethnic repression on the scale of the rural labor force in the Andes, nor did *debt-peonage* typically restrict their mobility (LOVEMAN, 2001, p. 88).

Mesmo que mantendo certa autonomia, as elites chilenas no período independente mantiveram as mesmas bases colonialistas que seus vizinhos, se configurando em um país igualmente excludente e autoritário.

O primeiro empréstimo (um milhão de libras) foi realizado pelo libertador e então presidente Bernardo O’Higgins ainda em 1822, tinha secundariamente o objetivo de ser revertido em diversas atividades econômicas, fazendo com que o país, mesmo que se mostrando desde cedo economicamente dependente das grandes potências capitalistas, tentasse criar uma infraestrutura voltada para a produção de matérias-primas que pudesse reativar economicamente o país, que estava em crise econômica pós independência. A construção de um Estado mais atrelado ao modelo “civilizado” do capitalismo liberal dependente é a principal base da tradição chilena<sup>53</sup>, que ao longo de todo o século XIX – e também no XX –, julga o país

<sup>52</sup> Para Aramayo, a intensidade com que as regiões coloniais da América Hispânica foram exploradas é diretamente proporcional ao nível de miséria atingido no século XIX: Peru, Bolívia e México, para o autor, por terem sido os centros espanhóis na América, permaneceram no XIX em um regime “primitivo” de agricultura e mineração, e não industrial (ARAMAYO, 1871, pp. 152-153).

<sup>53</sup> A tradição do Chile ser mais atrelado ao modelo “civilizado” existe desde as independências, como pode ser evidenciado nos escritos de Bolívar; na Carta da Jamaica, o autor afirma que “Se alguma [república] haverá de permanecer longo tempo na América, inclino-me a pensar que será a chilena. Jamais se extinguiu ali o espírito da liberdade; os vícios de Europa e da Ásia chegarão tarde ou nunca a corromper os costumes daquele extremo do universo. Seu território é limitado; sempre estará fora do contato corruptível do resto dos homens; não

como historicamente mais desenvolvido que seus vizinhos ao norte, porém, deve-se ter em mente que a consolidação do país como o centro do Pacífico Sul só é concretizada pós Guerra do Pacífico.

O primeiro passo para o fortalecimento chileno se deu a partir de 1831 com a descoberta de uma série de minas de prata e cobre em diversas áreas do país, dando início ao que é categorizado por Cariola Sutter e Sunkel como o primeiro ciclo de expansão chilena, que vai até 1879 (CARIOLA SUTTER e SUNKEL, 1982, pp. 23-24). É durante esse período em que o Chile se tornou cada vez mais crucial para o sistema capitalista global, intensificando seu caráter semicolonial: como consequência, o “renascimento econômico” chileno fez com que se acelerasse o processo de luta política pelas oligarquias apoiadas por burguesias comerciais chilenas: embora grande parte da historiografia sustente uma suposta “estabilidade política” chilena, é crucial compreender que a constituição de 1833 que inaugurou um movimento de centralização do poder chileno

The new constitution created a strong executive with authority to declare a state of siege in any part of the country when Congress was in recess. Declaration of a state of siege entailed suspension of all constitutional guarantees in the affected territory. In each province and administrative subdivision the president appointed intendants and governors as his direct agents. All pretense of provincial initiative, let alone federalism, disappeared. The power of Congress to approve annually the budget, taxes, and the size of the military provided the basis, later in the century, for bitter executive-legislative confrontations and even civil war (1891). But from 1831 to 1861 three strong presidents each served two constitutional five-year terms, rigged congressional and presidential elections, and efficiently suppressed opposition forces (LOVEMAN, 2001, p. 110).

Mesmo durante o ápice econômico chileno, é notável que a repressão política mascarava a instabilidade política chilena, como por exemplo no ano de 1858 em que foi declarado duas vezes estado de sítio para reprimir a oposição política e controlar as eleições para o Congresso, desencadeando no ano seguinte uma guerra civil (LOVEMAN, 2001, p. 3).

É dentro deste contexto de fortalecimento autoritário<sup>54</sup> que o Estado chileno se lançou contra qualquer manifestação de poder que pudesse ameaçar sua soberania no Pacífico Sul durante todo seu primeiro ciclo de expansão. A junção dos dois países ao norte dentro da Confederação Peru-boliviana em 1836 foi crucial para uma consolidação nacional chilena frente a um inimigo em comum, que de fato ameaçava a sonhada hegemonia chilena no Pacífico Sul.

---

alterará suas leis, usos e práticas; preservará sua uniformidade em opiniões políticas e religiosas; numa palavra, o Chile pode ser livre.” (BOLÍVAR, 1983).

<sup>54</sup> Uma série de rebeliões locais contra o Estado foram reprimidas, como por exemplo a dos mineiros de Chañarcillo em 1834.

Com a vitória chilena – que causou o desmembramento da Confederação Peru-boliviana – e a alta das exportações vividas nas décadas seguintes, o Chile mascarava sua crescente desigualdade interna<sup>55</sup>, estruturando um centro “capitalista” na região de Valparaíso-Santiago em detrimento do subdesenvolvimento das províncias ao norte e a sul, enriquecendo ainda mais as oligarquias coniventes com as medidas imperialistas. Isso fez com que o modelo chileno se tornasse “por excelência” o modelo a ser seguido pelas elites econômicas do Pacífico Sul, fundamentando a ideia do Chile como melhor organizado e mais civilizado que o Peru e a Bolívia.

A estabilização da ideia do Chile como Estado mais “civilizado” e “capitalista” da costa oeste do continente foi fenômeno de ações externas e internas durante todo o primeiro ciclo de expansão chilena. A inversão crescente britânica dependia da expansão econômica do país pós 1830 e o sucesso do modelo chileno (para o monopólio britânico) criou um ciclo de inversões cada vez maior, fazendo com que os membros do Governo chileno<sup>56</sup>, cada vez mais estivessem atrelados como acionistas em empresas financiadas pelo capital estrangeiro. A naturalização da suposta superioridade chilena geriu a ideia do país como detentor dos ideais da “civilização” no Pacífico Sul, o que foi replicado na justificativa da conquista dos territórios ao norte – Atacama boliviano e Tarapacá – e ao sul – territórios araucanos –, fazendo com que durante o século XIX o povo chileno fosse categorizado como os “ingleses do sul” (BASADRE, 2014b, p. 293) e posteriormente comparado aos EUA

Chile, al igual que como ocurrió con EE.UU., resolvió los dilemas y las contradicciones del republicanismo mediante la expansión fronteriza, proceso que ocurrió tanto en el ámbito político como en el económico. [...] El análisis del comportamiento de las vanguardias estatales chilenas durante la guerra, algunas con experiencia previa en la Araucanía, nos permite entender no solo el discurso civilizador de quienes asumieron la tarea de integrar los territorios conquistados al ‘comercial universal del mundo’, sino la necesidad de presentar a Bolivia y al Perú como los vestigios de sociedades premodernas. Fue entonces en los márgenes donde el Estado chileno reforzó su poder político y su autonomía económica, a la vez que reformuló su republicanismo que, por ser individualista y competitivo, fue tomando distancia de su americanismo previo (MC EVOY e CID, 2021, p. 68).

É notável que a configuração do Chile como “superior” a Bolívia e Peru se deve por fatores internos herdados da configuração colonial e de fatores externos de caráter imperialista, porém, o modelo adotado por La Moneda durante o século XIX e início do XX seguiu uma linha de

<sup>55</sup> O avanço da tecnologia nas regiões mineiras consistia exclusivamente em uma maior exploração dos trabalhadores e na invasão crescente das terras indígenas ao sul, onde se implantava a lógica latifundiária capitalista.

<sup>56</sup> Além da participação de uma série de membros do poder político chileno nas grandes empresas mineradoras, as grandes casas comerciais britânicas passaram a cada vez mais favorecer as inversões no país em detrimento das feitas no Peru: “Hay una danza de Dreyfuss, Procter, Croyle, Rusell, Antonio Gibbs e hijos, que desde Londres y París manejaban la parte financiera de la empresa de conquista, barajando a la vez los bonos peruanos y en detrimento de éstos, los bonos chilenos” (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, p. 188).

alinhamento às potências do capitalismo mundial; um indício que comprova o raciocínio exposto seria o de ressarcimento de estabelecimentos privados franceses, ingleses, alemães e italianos danificados durante a Guerra do Pacífico, ao ponto em que, os equivalentes de países do Pacífico Sul – incluindo equatorianos, que ficaram neutros durante todo o conflito – não foram alvos do mesmo tratamento governamental chileno (TAPIA FIGUEROA In RUBILAR LUENGO e SÁNCHEZ ANDRÉS, 2019, p. 99), fortalecendo ainda mais a ideia de afastamento do Chile frente às repúblicas vizinhas.

### 3.3.2 Chile como não-industrial e a questão das terras coletivas

Discorda-se aqui da postura de algumas obras, como a de Sater, que apontam o Chile como uma nação em “diferente estágio” no processo de “modernização” frente os vizinhos ao norte (SATER, 2007, p. 25): a “crescente indústria chilena” foi capaz de produzir produtos necessários para sustentar o conflito com os países ao norte, porém, o controle britânico do setor não permitiu uma significativa transformação no centro da dinâmica do desenvolvimento econômico e social<sup>57</sup> como sustentado por Bambirra (BAMBIRRA, 2013, pp. 61-62), uma vez que a também crescente demanda por produtos manufaturados sufocava antigos mercados locais de produtos artesanais, aumentando ainda mais a desigualdade das regiões afastadas de Valparaíso-Santiago<sup>58</sup>. Parte da historiografia projetada no Chile do século XIX um desenvolvimento que só foi alcançado após a Guerra do Pacífico. Ressalta-se que toda a “prosperidade” chilena de 1840 a 1870 culminaria no país entrando em colapso econômico nos meses que precedem a guerra, o mito do Chile industrializado não deve ser projetado desde sua independência<sup>59</sup>.

O Chile viveu durante seu primeiro ciclo de expansão uma proto-industrialização, uma vez que as mudanças socioeconômicas causadas pela industrialização, diferentemente do ocorrido nas potências capitalistas, não atingiu as diferentes camadas da sociedade chilena

Isso [a impossibilidade de conceber a promoção do desenvolvimento na esfera nacional de forma alheia ao desenvolvimento desse sistema em escala mundial] se deve ao fato de que, na medida em que o processo de industrialização nos países dependentes ocorre numa etapa em que a industrialização já atingiu, em outros países, altos níveis de desenvolvimento, tal processo não pode seguir um curso natural, gradual e paulatino de desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional,

<sup>57</sup> Quijano define esse processo como uma “industrialización substitutiva de bienes de consumo” (QUIJANO, 2020a)

<sup>58</sup> No final do século XX, 70% da indústria chilena ainda se encontrava na região do Vale Central (LOVEMAN, 2001, pp. 16-17).

<sup>59</sup> Similar aos seus vizinhos ao norte, até a primeira metade do século XIX, o Chile não tinha uma infraestrutura tão exemplar, contando com, por exemplo, menos de 100km de ferrovias até o ano de 1852 (LONG, 1930, p. 43)

prescindindo das tecnologias mais avançadas já existentes em outros países (BAMBIRRA, 2013, p. 138).

O progresso técnico não avançou em um sentido de fomentar um comércio local e o fluxo de capital interno, pelo contrário, aumentou a dependência internacional e adotou políticas que atrelavam, não somente o Estado chileno, mas também a classe proletária<sup>60</sup> ao capital estrangeiro. Se a partir da vitória da guerra o Chile se mostrou ainda mais atrativo para o investimento estrangeiro, as consequências da proto-industrialização do país a longo prazo foram a perda do controle do setor minerador – controlada pela Grã-Bretanha até o final da Primeira Guerra Mundial e posteriormente pelos EUA<sup>61</sup> – e a falta de uma indústria pesada ao longo de toda a primeira metade do século XX (SOBRADOS MARTIN, 1953, pp. 18; 37; 49-50; 66-69).

O ganho de capital para o governo de Santiago pós Guerra do Pacífico, convertido em mais avanços técnicos de exploração, fez com que a curto prazo o Chile se salvasse de uma delicada situação econômica e entrasse em um período de prosperidade econômica que seria breve. A longo prazo, a proto-industrialização vinculada ao controle estrangeiro da economia nacional fez com que a população chilena se mostrasse cada vez mais descontente<sup>62</sup> com o Estado. Nas regiões distantes do centro do poder político, o Estado ainda era praticamente inoperante, pois o capital privado havia construído as bases que ali imperavam para seu próprio interesse, desencadeando graves problemas sociais internos para o Chile

En esta forma de economía regional se produjo una dualidad en la cual coexistieron paralelamente sectores capitalistas tecnológicamente avanzados y sus periferias: sectores tradicionales y pauperizados. Esto último llevó aparejada una desintegración de los radios regionales, es decir, las inserciones tecnológicas para el extractivismo en el desierto incorporó nuevas formas de concentración de flujos financieros y tecnológicos rompiendo con las tendencias tradicionales de la región. Esto implicó la conformación de una población foránea que manifestó fuertes diferencias con la población local. Desde allí, con este control y tendencia colonizante del empresariado surgieron jerarquías sociales nuevas, en este caso surgió la proletarización y el disciplinamiento de la población sobre la base de las calculadas relaciones capitalistas (GALAZ-MANDAKOVIC, 2018, p. 14).

O final do século XIX e começo do XX foram marcados por uma série de revoltas populares que devem ser compreendidas como contrárias à exploração imperialista auxiliada pelo próprio Estado chileno, que massacrou inúmeros trabalhadores/as.

<sup>60</sup> Era comum o regime de pagamento via fichas-salários, que oficialmente foi abolido em 1852, porém permaneceu em vigor nas regiões de mineração ao longo das décadas seguintes, forçando os trabalhadores a consumirem produtos estrangeiros ou transportados de Valparaíso pelas empresas comerciais vinculadas ao monopólio britânico.

<sup>61</sup> Em 1929, a participação total dos EUA na capitalização do setor mineiro representava 80,8% do montante geral das inversões (SOBRADOS MARTIN, 1953, p. 68).

<sup>62</sup> Para Amayo, a Guerra Civil de 1891 e o início da Era Parlamentar impediu qualquer possibilidade de um real desenvolvimento nacional popular no país (AMAYO, 1988, p. 14).

### 3.3.3 A destruição do regime de propriedade coletiva

Antes de levantar os aspectos étnicos envolvidos no conflito, é necessário um pequeno parêntese sobre o regime de terras e o papel dos indígenas na construção econômica dos Estados peruanos e bolivianos até o início da Guerra do Pacífico. Diferentemente do Chile<sup>63</sup>, o regime de terras coletivas indígenas continuou existindo em várias regiões da Bolívia e do Peru ao longo do século XIX, mesmo que também dentro de um contexto de avanço da propriedade privada capitalista, que causou uma série de revoltas dos nativos. Nas últimas décadas do regime colonial, as terras comunais enfrentaram uma série de instabilidade com o avanço do regime capitalista, que fez com que muitas vezes as terras se configurassem como propriedade de um cacique principal ou mesmo de algum espanhol (HURTAGO G., 1979, p. 93). Com as independências, uma nova política formalmente abolia os regimes de servidão e legitimava as terras comunais para os indígenas, porém, na prática, os herdeiros da aristocracia latifundiária mantiveram seus poderes intactos, fazendo com que os indígenas permanecessem na prática como servos (MARIÁTEGUI, 2007, pp. 35 e 55).

O século XIX foi o período em que os indígenas passaram a serem obrigados a serviços, trabalhos e contribuições humilhantes para o Estado, que agora se aliava aos grandes latifundiários e grande mineradores (BARRAGÁN, 1979, pp. 20-21; 33), portanto, se concorda que a estrutura do gamonalismo<sup>64</sup> foi a reprodução de poder fundamentalmente estatal, e não um fenômeno que contradizia o sistema de domínio existente no Peru e na Bolívia (PEREYRA CHÁVEZ In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015). Embora os Estados seguissem a noção eurocêntrica do progresso, que exigia o desaparecimento do regime de propriedade coletiva indígena e da inserção plena dos povos originários no regime capitalista liberal, Peru e Bolívia<sup>65</sup> dependiam economicamente dos impostos e contribuições indígenas. Quanto menos necessário para a manutenção do Estado era a contribuição indígena, maior era o número de compras de terras antes coletivas. A Bolívia, diferentemente do Peru que em 1854 aboliu a contribuição indígena, não viveu um crescimento econômico suficiente para abolir o

---

<sup>63</sup> Se exclui aqui a região da Araucanía, que só foi completamente ocupada pelo Chile durante a década de 1880.

<sup>64</sup> Define-se aqui o gamonalismo como forma de poder baseada no acesso de uma pequena elite tendo o controle local das instituições estatais empregando diversas formas de violência (POOLE, 2009, apud PEREYRA CHÁVEZ In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015, p. 52) contra as camadas mais periféricas da sociedade sul-americana.

<sup>65</sup> Nacionalmente, o Peru dependia menos dos impostos que a Bolívia, porém, muitas regiões peruanas sobreviviam com a contribuição indígena sendo a principal fonte de renda, como é o caso de Tarapacá, que em 1845 ainda tinha 82,5% dos ingressos arrecadados dessa forma (GONZÁLES CORTEZ; GUNDERMANN KRÖLL; HIDALGO LEHUEDÉ In GONZÁLES CORTEZ e RUZ ZAGAL, 2017, p. 21).

regime de contribuição, fazendo com que para Bonilla, existisse uma maior estabilidade das terras comunitárias no país

El decrecimiento de ciudades como Potosí, Sucre y Cochabamba, asociado al magro incremento de la población de La Paz y Oruro, no permitió una elevación significativa de la demanda interna necesaria para movilizar de manera efectiva los factores de producción y para despertar la avidez de la clase propietaria. En este sentido, el proceso boliviano es radicalmente distinto a lo que ocurre con la economía peruana durante la expansión algodonera y azucarera de las décadas 60 y 70 del siglo XIX. Además, tampoco el mercado externo pudo jugar un papel compensatorio, porque en la década de 1840 la quinina boliviana pierde el acceso al mercado europeo como consecuencia de la competencia presentada por la producción colombiana (Ibid.: 189). Ciertamente que en las décadas de 1860 y 1870 el drástico renacimiento de la economía minera implicó la ampliación del mercado interno pero su demanda, como lo veremos luego, fue satisfecha a través de otros mecanismos (BONILLA, 1980, pp. 129-130).

Mesmo com uma série de tentativas de liquidar as terras indígenas em decretos que foram revistos e/ou revertidos<sup>66</sup>, a Bolívia e o Peru mantiveram até o final do século uma parte significativa de seus territórios como terras indígenas, o que não mudava a marginalização dos habitantes pelos Estados. A própria população variava entre se declarar indígena ou mestiça, uma vez que assumir a condição indígena era vinculado essencialmente a necessidade de pagamento de tributos (MACIEL, 2018, p. 82). As diferentes formas de dependência dos governos peruano e boliviano com sua população majoritariamente descendente de povos originários foi crucial para a construção da diferenciação étnica que o Chile construiu ao longo das décadas, que foi crucial durante a Guerra do Pacífico.

### 3.3.4 O Chile etnicamente

Tanto o Chile como o Peru e a Bolívia foram Estados construídos dentro de um conceito de “darwinismo social”. Os três países, por excluírem as camadas indígenas, negras e asiáticas, necessitaram mascarar que os interesses na guerra representavam somente o das elites políticas e econômicas e fazer com que o conflito se apresentasse como um interesse para toda a sociedade. A construção de um inimigo nacional, diferente em países que se construíram tão similares durante o século XIX, utilizou junto do contexto de diferenças culturais e de classe, um caráter racial para legitimar o conflito popularmente.

Deve-se compreender a linguagem racista e a ideia de uma guerra étnica, de povos descendentes dos incas *versus* povos descendentes dos araucanos, como fruto de um racismo cultural que operava “con una doble funcionalidad al establecer los dispositivos discursivos de

---

<sup>66</sup> A mais importante sendo a de 1868, que declarava o Estado como dono absoluto de todas as terras comunitárias, podendo transferir às terras à particulares e anulando o direito de propriedade dos indígenas (BARRAGÁN, 1979, pp. 53-54).

inclusión y exclusión, recurriendo para ello a metáforas y símbolos de origen cultural o clasistas interpretados bajo una lógica racial” (ARELLANO, 2012, pp. 261-262). Como a guerra exigia de cada um dos países uma suposta unidade nacional que nunca havia se consolidado, a vitória chilena no conflito serviu para a base eurocêntrica criar o mito de superioridade étnica chilena frente aos vizinhos ao norte, que foi construído ao longo da segunda metade do XIX e teve nos relatos escritos dos combatentes um enorme impulso para ser difundido internacionalmente.

A necessidade da construção de uma unidade étnica chilena foi produto da criação de símbolos, utilizando figuras antes renegadas pelas elites do país: a figura do roto e dos povos araucanos – segregadas no país – durante a Guerra do Pacífico são incluídas em um imaginário coletivo que representou o ideal chileno de civilização contrário à barbárie peruana e boliviana. Mesmo que ao mesmo tempo, La Moneda avançava sobre as terras mapuches, o discurso nacionalista chileno declara o povo como “heredero<sup>67</sup> de una raza guerrera<sup>68</sup> como el mítico pueblo araucano y ahora cuenta con un personaje – el roto – que le permite sumar a las masas” (ARELLANO, 2012, p. 252); a situação era similar com a figura do roto, trabalhadores mineiros e urbanos que viviam em condição desumana e serviram como “carne de canhão” nas campanhas de conquista (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, p. 154) e com o final da guerra, não viram seus anseios se tornarem realidade. O mito da incorporação das camadas segregadas pela História chilena em um imaginário coletivo de harmonia não foi acompanhado de uma real mudança da sociedade chilena: a condição dos trabalhadores do campo e da cidade mudou muito pouco e a conjuntura de prosperidade não foi alcançada pelo povo chileno.

A população indígena foi a maior inspiração para os insultos e para construção do ódio racial entre os países, as figuras mestiças dos cholos, cuicos e rotos foram recheadas de estereótipos negativos, sobretudo pela sua herança dos povos nativos<sup>69</sup>. Para os três países, ao atacarem etnicamente o inimigo, a figura do índio era um “recurso discursivo para (des-y re-)clasificar e insultarse mutuamente por medio del antiguo código de castas colonial, que al transponerse en el conflicto comercial y la guerra social sudamericana” (BARROS, 2015, p. 512). No caso chileno, a figura do “indiecito pastor del altiplano que masca coca y come maíz

---

<sup>67</sup> Amador Cueto através do *El Correo de Quillota* define a “raça” chilena como uma mescla das “raças”: sendo forte, robusto um araucano e esbelto, ágil e bonito como um espanhol (ARELLANO, 2012, p. 256).

<sup>68</sup> A legitimação da postura expansionista contrastava também por construírem a imagem dos povos araucanos como sempre ligados à violência e ao combate, mesmo que dentro de uma ótica “positiva”, como se pode analisar na clássica obra *Lautaro – O jovem libertador de Arauco* de Fernando Alegría, importante escritor e diplomata chileno apoiador da candidatura de Salvador Allende.

<sup>69</sup> Como produto dessa trágica construção imaginária por parte dos três países, a historiografia difere em muito sobre a participação dos indígenas na guerra, já que a condição de “ser índio” variava de acordo com a nacionalidade do autor e do sujeito tratado pelas obras.

tostado” (BARROS, 2015, p. 511) passou a ser o inimigo nacional, a ponto de que a “horda ‘araucano-chilena’” (BARROS, 2015, p. 490) foi o equivalente do lado dos aliados.

O cholo, para os chilenos, foi o vocábulo para se referir e caracterizar os povos peruanos e bolivianos, as caricaturas chilenas tratavam os inimigos uniformemente, ressaltando os traços indígenas, sem distinção de classe ou sexo, categorizados como covardes, em contraponto à herança da valentia herdada dos araucanos pelos “brancos” chilenos (IBARRA CIFUENTES, 2019; CAVIERES FERNÁNDEZ In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015). A figura do ex-presidente boliviano, Mariano Melgarejo, retratado como um homem perverso, carente de cultura e sanguinário pelas historiografias dos três países, é comumente justificada pela sua herança indígena. Em contraponto, grande parte dos peruanos e bolivianos naturalizavam o Chile como um país belicoso devido à sua tradição araucana<sup>70</sup>, de um povo bárbaro e não civilizado (GUZMAN, 1879, p. VII; IBARRA CIFUENTES, 2019; BASADRE, 2014b, p. 219). No Peru e na Bolívia, mesmo estigmatizados, os grupos indígenas tinham seus próprios interesses e interpretações sobre o conflito e, ocasionalmente, confluíam com a realidade das elites dos países. A guerra foi para alguns setores populares, uma oportunidade de alterar a balança de poder vigente desde a colonização espanhola (PANHOCA, 2022b).

O controle econômico e político que sofriram Chile, Peru e Bolívia, além de intensificar a dependência externa, reacendia problemáticas impensáveis para as potências mundiais, que não viveram em suas Histórias a tragédia da colonização. Os conflitos étnicos presentes no continente desde a chegada dos europeus seguem presentes até o tempo presente e se adaptando à realidade capitalista, também mutável. Os novos nacionalismos, despertados na época da Guerra do Pacífico, mascaravam os conflitos sociais internos dos países e traziam desdobramentos diferentes em cada um dos Estados. Embora a guerra e o período posterior a ela tenham representado uma oportunidade de ressignificação da estrutura elitista, ressalta-se aqui que as consequências negativas do conflito bélico foram arcadas principalmente pelas camadas historicamente marginalizadas. Os três Estados replicaram o pior do velho continente: realizaram uma guerra contando com o suor e sangue do povo, que nada ganhou no desfecho.

---

<sup>70</sup> Para Querejazu Calvo, os araucanos e os guaranis eram naturalmente povos agressivos e violentos (QUEREJAZU CALVO, 1982, pp. 16 e 23).

## 4 A REGIÃO DO GUANO E SALITRE ATÉ A DÉCADA DE 1870

Até o período colonial tardio, os territórios que correspondem hoje ao Peru, Chile e Bolívia estiveram sujeitos ao controle espanhol sob jurisdição de Lima – capital do vice-reinado do Peru. Mesmo as reformas borbônicas não mudando o status de produtor de matéria-prima dos três futuros países, aumentou-se a presença britânica no fluxo comercial de toda a região, além de fazer com que a rota marítima do Cabo Horn ganhasse mais importância para o mercado internacional. Com o deslocamento do centro econômico do Pacífico Sul para Valparaíso, grande parte da historiografia do século XIX e primeira metade do XX apontava o Chile se configurando sob um modelo de autodesenvolvimento social concomitante à uma suposta uniformidade étnica (BARROS ARANA, 1880; 1881; SALAS OLIVARI, 2013). Até a década de 1870, o avanço tecnológico vinculado ao empréstimo internacional beneficiou em diferentes graus as pequenas elites econômicas dos três países e acentuou cada vez mais as desigualdades em relação ao bem-estar social e à distribuição da riqueza nos novos setores da sociedade sul-americana, que pouco se modificam desde a época colonial.

Com a descoberta do guano e do salitre no litoral boliviano nos primeiros anos da década de 1840, a disputa territorial entre Chile e Bolívia se intensificou crescentemente, em paralelo, o Peru viveu o período de boom do guano, que por uma série de questões que serão analisadas neste capítulo, em vez de contribuir para um projeto de retomada da hegemonia do Pacífico Sul, se mostrou como a fonte de uma colossal dívida externa e interna que desencadeou uma profunda crise econômica. Este capítulo analisará como que o guano, e secundariamente o salitre, afetaram diretamente as economias e as ações políticas dos três Estados até o início da década de 1870.

### 4.1 A VALORIZAÇÃO DA REGIÃO

#### 4.1.1 Segundo ciclo de empréstimos como a prosperidade chilena

Como já mencionado, os primeiros empréstimos estrangeiros para a América Latina foram realizados na década de 1820. Nos últimos anos da década, os países hispânicos<sup>71</sup> estavam arrasados pelas guerras das independências e foram incapazes de arcar com as dívidas contraídas, iniciando um período de conflitos internos e externos e de instabilidade política e

---

<sup>71</sup> O único país latino que não suspendeu o pagamento dos empréstimos realizados foi o Brasil (MARICHAL, 2014, p. 56)

econômica. É a partir do final da década de 1830, com o fim da Confederação Peru-boliviana (1836-1839)<sup>72</sup>, que o Peru e o Chile estabilizaram suas economias em paralelo a uma estagnação boliviana<sup>73</sup>, que devido a sua economia tradicionalmente dependente da prata – produto não mais tão valorizado quanto na época colonial – se permanecia menos interessante para inversões financeiras.

A ponto que o capitalismo imperialista cada vez mais avançava sobre o continente, novas regiões então “esquecidas” se tornaram cruciais, sobretudo por causa do potencial econômico de produção de matérias-primas; era necessário “inserir” dentro da esfera do controle econômico e político dos novos Estados essas regiões, e a porção do Atacama que correspondia do rio Loa a Paposo, a partir da descoberta do guano, se tornou crucial para Bolívia e Chile. Conforme as inversões estrangeiras se tornaram mais frequentes a partir da década de 1840, a região foi cada vez mais alvo de uma modernização técnica, voltada exclusivamente para a exportação, até as primeiras décadas do século seguinte.

O segundo ciclo de grandes empréstimos estrangeiros na América Latina foi iniciado na década de 1840 tendo Chile e Peru como pioneiros nessa reabertura; isso fez com que nas décadas seguintes, até a crise de 1873, o aumento da produção tenha desencadeado o auge da importação de manufaturados e produtos de luxo que fizeram com que – embora apontado por parte da historiografia como um célebre período econômico para a região – se mostrasse também como o momento em que as dívidas externas cresceram exponencialmente, sobretudo no Peru<sup>74</sup>.

Devido a uma circulação cada vez maior do capital financeiro, o avanço técnico e sua necessidade de novos métodos e trabalhadores qualificados faziam com que a busca por novos territórios para exploração lucrativa se tornasse cada vez mais desenfreada, como aponta Lenin:

O capital financeiro não se interessa apenas pelas fontes de matérias-primas já conhecidas. Ele interessa-se igualmente pelas fontes possíveis; com efeito, nos nossos dias, a técnica desenvolve-se com uma rapidez e os territórios hoje inutilizados, podem amanhã tornar-se utilizáveis graças a novos processos (para tal efeito, um grande banco pode organizar uma expedição especial de engenheiros, de agrônomos, etc.) graças ao investimento de capitais importantes. O mesmo sucede com a prospecção de riquezas minerais, com os novos processos de tratamento e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc., etc. Donde a inevitável tendência do capital

---

<sup>72</sup> Entre 1832 e 1835 as relações comerciais de Peru com Chile estavam cada vez mais conflitantes, uma série de produtos peruanos, incluindo o salitre, passaram a ser depositados e comercializados via Valparaíso (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, pp. 118-119). Com a consolidação da Confederação Peru-boliviana de 1836, os aliados visavam reverter a situação de dependência com o Chile, que resultou no pacto chileno-argentino para declarar guerra e desmembrar a confederação, que ameaçava economicamente Valparaíso e Buenos Aires.

<sup>73</sup> Além das dívidas com as potências europeias, era comum dívidas internas e/ou com países vizinhos, como é o caso da Bolívia, após as guerras de independência, contrair uma dívida de 40.000 libras com o Peru e de 140.000 libras com o Exército Libertador (SALAS OLIVARI In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015, p. 23).

<sup>74</sup> Ver anexos finais G e H.

financeiro para alargar o seu território econômico e até o seu território em geral (LÊNIN, 1989, pp. 82-83).

A crescente abertura de todo continente ao comércio estrangeiro fez com que, em poucas décadas, a América se tornasse cada vez mais crucial para a economia mais globalizada: é durante os anos 1850 que as importações britânicas na América Latina cresceram de 300% a 400% (MARICHAL, 2014, p. 73) e os setores mineradores e agropecuários se modernizavam tecnicamente na extração e transporte, fazendo com que crescessem os portos, juntamente da implantação das medidas liberais que reduziam as tarifas, flexibilizando o comércio e o transporte de mercadorias.

Por estar desde à independência mais atrelado ao investimento estrangeiro, o Chile viveu as décadas que precedem à crise da Pax Britannica com menos turbulências que a “desinteressante” Bolívia e o sempre endividado Peru. Os chilenos se tornaram, entre 1840 e 1873, o maior exportador mundial de cobre e tiveram, por Valparaíso, um intenso comércio não somente com as potências europeias e países latino-americanos, mas também com os EUA e a Austrália, que desde 1850 viviam um período marcado pelo descobrimento do ouro em seus territórios. Junto do cobre e do trigo (principal produto agrícola exportado pelo Chile), o salitre, guano e a prata da região do Atacama impulsionaram a proto-industrialização dos setores mineradores e agrícolas na segunda metade do século XIX. Como brevemente apontado no capítulo anterior, é necessário compreender que a suposta industrialização chilena não seguia o modelo das potências capitalistas do século XIX, pois se concentrava na manutenção do Chile na posição periférica do sistema capitalista globalizado, como aponta Vitale

Los autores que han magnificado los avances manufactureros de Chile en el siglo XIX no han diferenciado entre desarrollo artesanal y desarrollo industrial. Entre 1860 y 1890 surgieron las primeras industrias manufactureras y se consolidó la industria gremial del artesanado. Este proceso fue condicionado por el crecimiento de las ciudades y por la necesidad de reparar la maquinaria utilizada en la minería y la agricultura mecanizada, en el transporte y los ferrocarriles. Las principales industrias se levantaron en función de las necesidades de herramientas y repuestos que tenían los mineros y hacendados. Es decir, era una industria que estaba al servicio de las empresas exportadoras de materias primas. No por casualidad las industrias más destacadas eran las fundiciones y maestranzas de la reparación de maquinarias para el agro, las minas y el transporte (VITALE, 2011, p. 309).

É somente dentro dessa lógica que se consegue compreender por que o Chile — mesmo que supostamente “mais avançado” e “economicamente estável” que o Peru e a Bolívia — se encontrava em profunda crise em 1878 e enxergou na guerra com os vizinhos ao norte sua única possível salvação. Nota-se que mesmo com o triunfo da guerra, o Chile possuía um processo de inflação em 1890 muito superior aos anos pré-crise de 1873 (VITALE, 2011, p. 319); isso

se deve a manutenção do caráter semicolonial do Estado chileno, que fez com que estivesse cada vez mais vulnerável às crises do capitalismo estrangeiro.

Não somente o valor das dívidas externas aumentava como também a influência do interesse estrangeiro dentro da política sul-americana. A estratégia dos credores estrangeiros de permitir um valor pouco provável de ser pago pelos devedores não se demonstra como um simples “erro de cálculo”, e sim como instrumento do imperialismo para criar uma situação de impossibilidade dos países sul-americanos de quitarem as obrigações financeiras, conseqüentemente aumentando a dependência econômica e política com as potências capitalistas. O empréstimo não é somente lucrativo, mas também politicamente útil para a elite estrangeira influenciar os Estados endividados (HOBSON, 1981, p. 118) a tomarem decisões que beneficiam acima de tudo os grandes detentores do capital mundial.

No Peru, Bolívia e Chile, a dívida externa funcionou durante o século XIX como parte de uma política estrangeira que aumentava, em três graus diferentes, a desigualdade na região: na esfera regional, se configurou como avanço técnico, aumentando a necessidade de um grande fluxo de trabalhadores para a indústria salitreira, enquanto grande parte dos empresários donos do monopólio se encontravam em centros urbanos; na esfera nacional, se configurou como a debilidade econômica e política boliviana frente a Peru e Chile; na esfera global, se configurou como crises econômicas sofridas pelos três países – decorrentes da crise mundial de 1873 e do final da Guerra do Pacífico – que foram ainda mais abertos às inversões estrangeiras, fazendo com que as potências imperialistas tomassem conta de amplos setores produtivos em diversas regiões dos países como se observará mais para frente neste trabalho.

#### **4.1.2 A Bolívia estruturalmente atrasada**

Diferentemente dos seus vizinhos, a Bolívia não contou com os empréstimos estrangeiros como chave para seu o desenvolvimento técnico voltado à exploração. Até 1873<sup>75</sup>, somente um empréstimo estrangeiro foi contraído pelos bolivianos, no valor de 17 mil libras, em 1872. Mesmo com um financiamento estrangeiro muito menor no país boliviano, destaca-se aqui que sua economia seguia uma lógica pouco diferente da peruana e chilena na prática: a elite mineradora que controlava a economia do país adotava o mesmo modelo liberal, atestava o caráter de produtora de matérias-primas e de compradora de artigos de luxo, porém, devido à sua dependência econômica com a prata, a Bolívia se transformou em um Estado muito mais

---

<sup>75</sup> Toma-se como base o período da década de 1850 e 1873 como segundo grande ciclo de empréstimos estrangeiros para a América Latina, como utilizado por Marichal.

fragilizado que Peru e Chile e viveu até 1884 em constante atrito, tendo seu poder político e econômico sendo disputado entre dois principais grupos: a elite mineradora liberal e classe militar ligada ao funcionalismo público, que mesmo tendo interesses divergentes, não discordavam sobre a aceitação do caráter semicolonial e não pretendiam romper com o modelo imperialista.

É crucial compreender que a Bolívia foi secundária para os investimentos estrangeiros não somente devido à baixa da prata. A partir das reformas borbônicas, a Bolívia colapsava economicamente, entrando no seu período independente praticamente sem comércio interno<sup>76</sup>, destruída pelas guerras e dependente de portos estrangeiros (Arica, Valparaíso e Buenos Aires). Defende-se aqui que a debilidade econômica e política boliviana possui fundamentalmente um caráter capitalista globalizado e de cunho imperialista<sup>77</sup>, uma vez que os setores artesanais e o comércio interior foram impossibilitados de ressurgir por serem desinteressantes para as potências europeias – sobretudo a Grã-Bretanha – e que essa asfixia e ultradependência boliviana são refletidas pela estagnação econômica de 1825 à 1879: mesmo com a presença das riquezas no território atacamenho e com um aumento de produção da prata pós década de 1840, o orçamento nacional boliviano em 1879 praticamente não superava o volume que teve no ano de 1825 (DIETERICH, 1985, p. 273).

Com a falta de modernização na mineração e a agricultura bastante rudimentar, a Bolívia se tornava o “país do atraso” inclusive para sua própria elite econômica. José Avelino Aramayo, importante empresário do ramo de mineração boliviano, por exemplo, ao denunciar a situação de isolamento comercial do país do “mundo civilizado”, cita a organização social, o fanatismo herdado dos tempos coloniais e o militarismo “parasitário” como os culpados pela condição precária boliviana (ARAMAYO, 1871, pp. 1; 29; 51). Concorde-se com Carmagnani ao dizer que as questões de cunho social e político na Bolívia foram produtos de um caráter estrutural explicados pelas peculiaridades da nova inserção da economia boliviana na economia internacional (CARMAGNANI, 1984, pp. 157-158).

A infraestrutura necessária para o escoamento era tão debilitada na Bolívia que o trajeto de 150 milhas para transportar mercadorias de Sucre à Cochabamba demorava em torno de cinco a seis dias em 1870; economicamente falando, em 1846 – ou seja, antes do boom da

---

<sup>76</sup> Estima-se que as importações bolivianas em 1826 ascendiam a mais de 600.000 mil libras, sendo 70% tecidos britânicos (BONILLA, 1980, p. 113).

<sup>77</sup> Concorde-se com Cajías de la Vega que Sucre e Bolívar falharam economicamente, pois o sistema capitalista adotado permitiu a continuação dos aspectos coloniais e desgraçou a economia nacional boliviana (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, p. 217), porém, é notável que a estagnação econômica boliviana, principalmente após 1840, se deu pela influência britânica direta que estabeleceu um monopólio atuando nas principais atividades econômicas do país.

exploração da região do Atacama – o governo boliviano detinha nos impostos indígenas e nos impostas da coca – produto sem valor expressivo no mercado estrangeiro – 51% de sua renda (SATER, 2007, pp. 11-13). Mesmo se tornando uma região cada vez mais valiosa, nota-se que até a década 1870, as cidades – ou seja, os núcleos urbanos necessários para toda a infraestrutura e conexão com La Paz ou Sucre – de Antofagasta e Mejillones não tinham mais do que 400 habitantes cada (ARDILES VEGA e SANTORO CERDA, 2017, pp. 137-138). A debilitação do Estado boliviano fez com que a exploração, transporte e comercialização de todos os produtos encontrados no Atacama tenham sido praticamente exclusividades de empresas chilenas e estrangeiras: a Bolívia teve de se contentar somente com os ingressos fiscais que em pouco tempo representaram grande parte da renda do Estado, porém, não foram invertidos no sentido de tomarem o controle das atividades lucrativas da região.

É comum observar na historiografia tradicional sobre a Guerra do Pacífico que a configuração política dos dois países ao norte durante o século XIX se deu por uma “instabilidade política”. Em sua maioria, os historiadores chilenos do século XIX e do início do XX julgam o país boliviano como tendo uma história “bárbara”, uma sucessão frenética de governos não duradouros que muitas vezes eram impostos através de golpes militares ou “revoluções”. Autores peruanos – e até mesmo bolivianos – muitas vezes seguiram a mesma linha argumentativa crítica à instabilidade, isso fez com que, salvo raras exceções, as figuras dos presidentes bolivianos Mariano Melgarejo e Hilarión Daza apareçam como responsáveis da trágica perda do litoral pela Bolívia; Paz Soldan, ao falar dos aliados bolivianos, afirma que toda a culpa da ruína boliviana (e peruana na guerra) deriva dos governantes bolivianos: “Sin un Melgarejo que abrió las puertas á la codiciosa y astuta Chile, y un Daza que no supo preparar la defensa de su patria, ni combatir con honra y valor, hoy Bolivia y su aliado el Perú no sufrirían los acervos males que los aflijen.” (PAZ SOLDAN, 1884, p. 161).

Concorda-se neste trabalho que as decisões tomadas pelos governantes bolivianos influenciaram diretamente nas causas do conflito; não se deve, porém, tirar o peso do desenvolvimento de um mercado econômico global que “excluiu” o país e o da implantação de um modelo liberal, que permitia a entrega do controle político e econômico na mão dos capitalistas estrangeiros. Julgar que o maior prejuízo foi arcado pela Bolívia devido a uma incompetência governamental, maior do que a dos seus vizinhos, é tão historicamente injusto que beira a atribuição de todo um povo à condição de “bárbaro” – termo comumente empregado na historiografia chilena. Sustenta-se aqui a ideia de que, na verdade, a fragilização do governo boliviano da época não se dava pelas frequentes disputas políticas: as “incoerências” e instabilidades políticas e econômicas do país são produtos da inserção do país no sistema

capitalista globalizado, que não necessitava erradicar uma série de estruturas pré-capitalistas na Bolívia

Postular que el motín origina todos los males bolivianos parece, por lo mismo, tan irrazonable como sostener que obedece al móvil simple de la ambición personal. “Es una estupidez maligna –dice una adecuada sentencia de Bolívar– atribuir a los hombres públicos las vicisitudes que el orden de las cosas produce en los Estados”. No puede negarse, por otra parte, que el motín generó en Bolivia faustos gobiernos aun cuando también hubiese dado lugar al desgobierno. Si incurrió en esto último, pudo el motín mismo, todas las veces, enmendar su yerro (MONTENEGRO, 2016, p. 95).

A instabilidade política que acompanhou a Bolívia em todo o século XIX – e grande parte do XX – deve ser encarada não como sua ruína, mas como um movimento de lutas presente em todo o continente. O desafio do poder é produto da lógica da colonialidade, que não se encerra com a instauração da república (MONTENEGRO, 2016, p. 97), há de fato uma maior quantidade de golpes de Estado em solo boliviano devido a maior permanência de estruturas coloniais no país, além da sua situação política e econômica ter sido ainda mais crítica do que a do Peru e do Chile. Politicamente, os três países não caminharam contrários à condição de semicolônia, se o povo boliviano foi o mais negativamente afetado durante o século XIX, a historiografia clássica julga a experiência boliviana como desastrosa exclusivamente por uma falha de execução do modelo liberal eurocentrado, já que é incabível para essa tradição apontar o modelo de governo em si como responsável. Pretende-se aqui questionar essa base liberal eurocêntrica na medida do possível.

#### **4.1.3 Cobija, Arica e a dependência com Peru**

Além da sua problemática estrutura econômica, a Bolívia quando se tornou independente não contava com um porto dentro de seu território nacional. O litoral boliviano consistia em uma zona desértica de difícil conexão com o altiplano, o Atacama estar separado dos centros urbanos de Sucre, Potosí e La Paz pelos Andes e a escassez de água potável sempre foram problemas de difícil superação para a decadente Bolívia. Desde a luta pela independência, a necessidade de um porto soberano no Pacífico fez com a região de Potosí se tornasse responsável para arquitetar a construção de um porto principal boliviano em Cobija ou Mejillones. A expedição encabeçada por Francisco Burdett O'Connor em 1825 alegou a impossibilidade da construção na região de Mejillones pois não dispunha de nenhuma reserva de água potável, fazendo com que, naturalmente, Cobija fosse escolhida, mesmo não se mostrando em uma situação muito melhor. Além das dificuldades naturais, o comércio de La Paz sobrevivia em grande parte por causa do fluxo de mercadorias bolivianas que tinham como

destino Arica, fazendo com que os comerciantes pacenhos – em grande parte estrangeiros (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, p. 46) – fossem contra a mudança da rota mercantil boliviana.

Cobija, desde sua criação, se configurou como auxiliar à Valparaíso: em 1827, quando se nomeava o primeiro administrador da aduana de Cobija e começava o processo de loteamento da região, se importava mão de obra e produtos básicos de Valparaíso; em 1829, para a estruturação do porto se contraía empréstimos com as empresas localizadas no litoral chileno (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, p. 55) e se importava a maior parte do que era necessário para a sobrevivência via Chile<sup>78</sup>. Durante todo o século XIX, praticamente todo o fluxo de mercadorias dependia da comercialização por empresas chilenas, fazendo com que o principal destino das exportações fosse quase sempre Valparaíso, além de que durante os primeiros anos de funcionamento, o governo boliviano assumira a postura de isenção de impostos e distribuição de terras próximas para muitos estrangeiros, em grande parte chilenos<sup>79</sup>, aumentando na região a presença cada vez maior dos vizinhos ao sul.

Ainda que Cobija até a década de 1870 apresentasse um fluxo bem menos intenso de mercadorias que Callao ou Valparaíso, desde a década de 1830 serviu como porto não somente para a Bolívia, mas também para o extremo sul peruano e parte da região noroeste da Argentina, mostrando inclusive uma modesta rota de exportação de cobre. Além do cobre, o ouro, estanho, chinchila, café, cinchona, baunilha, bálsamos, cacau e lãs eram alguns dos produtos que se exportava pelo porto durante sua existência sobre domínio boliviano.

Manter Cobija como porto livre só beneficiou de fato os ingleses e franceses que habitavam a região, os europeus em Cobija, mesmo sendo minoria, formaram a “elite” econômica da região a partir de 1830. O baixíssimo ingresso que o porto representava para os cofres públicos<sup>80</sup> devido à postura liberal, não minimizava os danos causados pelo frequente contrabando que imperou na região, que logo cedo se tornou palco de conflito entre comerciantes e autoridades governamentais. Além dos benefícios ligados à atividade portuária, uma enorme parte das reservas de cobre da região foram doadas aos estrangeiros desde 1830 (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, pp. 339-342) pois o Estado julgava que essa estratégia fomentaria os interesses estrangeiros e estabeleceria um fluxo maior comercial que

---

<sup>78</sup> Cajías de la Vega aponta que, fora a carne que vinha de Calama e outras regiões próximas, toda a alimentação de Cobija chegava via Valparaíso (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, p. 324).

<sup>79</sup> A primeira colônia chilena foi estabelecida em Cobija no ano de 1828, os chilenos chegaram a representar mais de 20% dos habitantes da cidade ainda em 1832 (ARDILES VEGA e SANTORO CERDA, 2017, p. 110) devido ao conturbado período político que vivia o governo de Santiago. A partir de 1836, chegam também uma série de refugiados argentinos na região.

<sup>80</sup> Até 1840, o máximo de ingresso que o litoral representou foi de 4,7% em 1835 (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, p. 231).

desenvolveria a região, além de não ter possibilidade técnica de extrair e comercializar o produto no momento.

Um florescimento de Cobija poderia torná-lo o único porto pelo qual a Bolívia exportaria seus produtos, o que não seria interessante para os peruanos e chilenos: desde sua estruturação, Cobija sofreu intervenções peruanas em detrimento ao porto de Arica. A situação precária de Cobija fez com que a Bolívia, mesmo após a independência, seguisse dependente do Peru para sustentar parte de sua economia. Sublinha-se aqui que, o fortalecimento de Cobija era de fato a única maneira da Bolívia ter se tornado economicamente independente e que Arica, desde a época colonial até os dias de hoje, sobrevive por causa da dependência dos bolivianos com o porto: fica claro que embora custasse muito, uma forte estruturação de Cobija mataria toda a região de Arica.

Enquanto o Peru assumia a postura de evitar o crescimento de Cobija, Callao mantinha interesse de recuperar a hegemonia portuária do Pacífico, o que desencadeou uma série de atritos com o Chile. O breve período da Confederação Peru-boliviana fez com que diminuísse o investimento no porto boliviano, uma vez que unidos sob um único regime político com o sul peruano, Arica naturalmente se mostrava a opção mais viável para continuar sendo a principal porta de saída e entrada boliviana. Após a guerra e o desmembramento da confederação, Arica voltou a ser propriedade exclusiva do Peru e Cobija, além de ter sido “abandonada” durante a confederação e destruída pelos chilenos, novamente voltou a ser o principal porto sob jurisdição boliviana. A partir de 1839, o governo boliviano voltou a se concentrar em uma série de obras para o porto, como construção de edifícios públicos, moles, alfândegas e faróis, além de algumas tentativas de protecionismo que raramente duravam mais do que alguns anos, devido à pressão estrangeira que cada vez crescia mais na região.

A dependência da Bolívia com o porto de Arica atravessou todo o período pré-guerra como demonstrado por Aramayo

La aduana de Arica [em torno de 1868] produce 2.000.000 de ps. cada año, de los que una cuarta parte pertenece á Bolivia. Por que cuales son sus mercados de consumo? Por parte del Perú, solo el Departamento de Tacna y algo el de Puno. Sus mercados naturales estan en Bolivia, en los departamentos de la Paz, Oruro y Cochabamba, que consumen las 2/3 partes de las internaciones, que se hacen por el puerto de Arica.

La aduana de Cobija (sg Muños) produce 218.068. p.s. Sus mercados estan en los departamentos de Potosí, Sucre, Santa Cruz, Tarija, en fin, todo el Sud de Bolivia, cuya poblacion es mas consumidora de efectos ultramarinos, que la del Norte y ademas pasan por Cobija una gran cantidad de efectos en tránsito, para las Provincias de la República Arjentina.

De donde nace pues esa enorme diferencia de entradas? Siendo iguales como son, los derechos de internacion, creemos que la aduana de Cobija debiera producir, cuando menos, otro tanto que la de Arica y sin embargo no alcanza ni á la sexta perta. El

defecto esta pues en la administracion, en el individualismo que la domina, borrando hasta las primeras nociones de honor (ARAMAYO, 1871, p. 218).

Para o Chile, era essencial que os portos bolivianos não se desenvolvessem, mas fossem mantidos como uma porta de entrada para suas exportações. É por isso que ao longo do século XIX, o Chile apoiava os projetos bolivianos que tinham como interesse obter soberania no porto de Arica, uma vez que, sobre controle da Bolívia, os portos claramente seriam mais dependentes de Valparaíso (QUEREJAZU CALVO, 2004, p. 276), alterando a dependência boliviana com o Peru para com o Chile, enfraquecendo Callao.

Com a descoberta do guano e o fluxo de inversões para a região mais ao sul, se tornou objetivo chileno fazer com que Mejillones e/ou Antofagasta se tornassem os portos principais da Bolívia, desbancando e inutilizando Cobija. Felizmente para Santiago, a fragilidade boliviana e a falta de reais lucros ainda mantinham Cobija como região não central para os governos bolivianos: até 1841, Cobija sequer contava com uma guarnição do exército boliviano e ainda mantinha a contribuição indígena como principal fonte de renda pública.

As condições adversas geográficas e estruturais de Cobija são comuns a todo o restante do litoral boliviano, o modelo de liberalismo econômico que incentivava a presença estrangeira, aliado à debilidade estatal boliviana, foi o motivo principal que fez com que toda a região do Atacama fora, aos poucos, sendo cada vez mais povoada e explorada pelos chilenos, peruanos, argentinos e europeus, que estavam sobre uma administração estatal boliviana que era frágil

El escenario liberal sirvió de estímulo para que diversos empresarios chilenos comenzaran a ocupar la costa boliviana y explotar ilegalmente algunas minas y también el guano, obteniendo pingües ganancias. Así, se abrió el apetito del Estado de Chile, el cual promulgó la llamada Ley del Guano el 31 de octubre de 1842. Dicha ley mencionaba en su Artículo 1º, que se declaraba como propiedad del Estado de Chile las diversas guaneras desde la costa de Coquimbo hasta el litoral del Desierto de Atacama, incluyendo las islas e islotes adyacentes. Para los bolivianos esta ley significó el despojo total y totalmente arbitrario de las posesiones costeras, y así se turbó la propiedad en que se hallaban las islas e islotes (GALAZ-MANDAKOVIC, 2018, p. 8).

Embora sendo um controle “frágil” por parte da Bolívia, toda a região do Atacama era oficialmente reconhecida pelo governo boliviano desde 1825, fazendo parte do Departamento de Potosí; a partir de 1829 com a estruturação de Cobija, se criou uma Província específica para o litoral e, ao longo das décadas se mudaram as nomenclaturas, tendo sido a região administrada pelos órgãos nomeados de: Departamento de Potosí (1825-1829), Província Litoral (1829-1839), Distrito do Litoral (1839-1867) e Departamento do Litoral (1867-1879): compunha essa região as cidades de Cobija, Mejillones, Tocopilla, Antofagasta, Gatico e Paquica, que desempenhavam um papel importante para a vida política e econômica boliviana durante o século XIX. Cobija foi a capital do Departamento do Litoral até 1875, quando se mudou a

capitania para Antofagasta. Fica evidente que, oficialmente, todos os territórios citados se encontravam sob a jurisdição da Bolívia desde sua independência.

A presença (ou ausência) boliviana na região do Atacama também levanta outra questão conflitante na historiografia tradicional: o que exatamente era ser boliviano ou boliviana no século XIX? Para Oporto Ordóñez, afirmar que a maioria da população do Atacama era chilena é um erro histórico: totalizando a população do Departamento Litoral em 1879, dos aproximadamente 21.700 habitantes, somente 9.000 eram chilenos, muito diferente dos números da cidade (porção urbana) de Antofagasta, que chegavam até 77% dos habitantes sendo chilenos (OPORTO ORDÓÑEZ, 2014, pp. 11-12). Deve-se ter em mente que não era incomum as estimativas e censos da época excluírem a população não urbana e/ou de indígenas; o tamanho da população indígena boliviana era considerável em todo o território do país, pois diferentemente do Chile, nas décadas que precedem à guerra, a Bolívia não contou com uma “expansão das suas fronteiras civilizadas” que ocasionou a morte de uma série de grupos nativos que viviam dentro dos limites nacionais. Em 1879, 35% da população boliviana ainda era representada por “indios comunitarios” (OPORTO ORDÓÑEZ, 2014, p. 7), porém, isso não significava a existência um governo harmônico entre as etnias originárias e a elite político-econômica – que representava menos de 1% da população –, pelo contrário, o modelo eurocentrado seguido pelo governo segregava a população nativa

Gobernar a estilo de la Corona española o a usanza del Estado constitucional francés o británico significaba, de todas maneras, someter el país a un régimen extraño. Dicho de otro modo, significaba sujetar un pueblo de aborígenes americanos al imperio de las leyes de Europa. Los gobernantes y los legisladores de Bolívia no suelen percibir que la sola adopción de una estructura política extranjera invalida la libertad y la soberanía del país que la adopta. En la práctica, importa ello negar a la nación el derecho de constituirse a sí misma (MONTENEGRO, 2016, p. 127).

Com grande parte da população originária não sendo cidadã, a presença de parte do povo na região não era evidenciada na época, nem pela Bolívia, nem pelo Chile, sendo um dos desdobramentos do modelo político comum entre ambos os países.

Embora antes da independência ainda estarem sob jurisdição de Buenos Aires, por causa da dependência com Arica o setor minerador da região boliviana dependia muito mais economicamente dos vizinhos peruanos do que dos argentinos, fazendo com que após a instauração da república, o antigo laço entre, agora bolivianos e peruanos, continuasse crucial para a economia e a política de ambos. Embora durante toda a história – desde a pré-colombiana –, muitas vezes os vizinhos se encontrarem unificados, os interesses de Peru e Bolívia nem sempre caminharam juntos nos últimos duzentos anos. Como afirma Rojas: “Arica ha sido para el Perú, en todo tiempo, el gran instrumento de sujeción boliviana, de sometimiento de nuestra

nacionalidad a aquella nación. Esta válvula de seguridad ha servido para explotarnos en lo económico y para medir nuestro desarrollo en lo político” (ROJAS, 1927, p. 25). Ao analisar os tratados de comércio e aduanas entre Peru e Bolívia, nota-se que somente a partir de 1878<sup>81</sup> – com a iminente guerra contra o Chile – a situação entre os países caminhou para uma relação mais igualitária e sem uma balança completamente pró peruana.

#### 4.1.4 O guano e o salitre

É crucial compreender que a exploração do guano e do salitre se configuraram de forma diferente das dos principais produtos extraídos historicamente no Peru e Bolívia: por se encontrarem em regiões litorâneas ou próximas à costa do Pacífico, o guano e o salitre não exigiram um investimento em transporte e escoamento equivalente ao que produtos como o ouro, prata, cobre e carvão, extraídos nos Andes, necessitavam (MARIÁTEGUI, 2007, p. 14). O “surgimento” da valorização do guano e salitre também diferia a dos minerais extraídos durante a colônia: devido ao crescimento populacional europeu – que desencadeava na região uma revolução tecnológica agrária – (MILLER, 2020, p. 157), a necessidade dos produtos que agiam como fertilizantes se tornou cada vez latente, fazendo com que o guano e o salitre se tornassem por algumas décadas produtos extremamente valorizados. Os dois produtos são essencialmente frutos da industrialização europeia e do capitalismo globalizado.

Tanto o guano quanto o nitrato de sódio já eram conhecidos e utilizados de alguma forma na região de Tarapacá durante o período colonial. O guano era utilizado como fertilizante desde 1538 (BERMUDEZ MIRAL, 1963, p. 21), já o caliche – rocha que contém uma série de sais, incluindo o nitrato de sódio – possuía outros usos, mas se estima que provavelmente seja utilizado desde 1630 (BERMUDEZ MIRAL, 1963, p. 44). Do nitrato de sódio se pode produzir tanto a pólvora como o salitre, produto utilizado como fertilizante. A vinculação do guano e do salitre se dá por estarem ocasionalmente distribuídos geograficamente próximos, servirem ambos como fertilizantes, terem sido causadores principais da Guerra do Pacífico e estarem sobre controle do monopólio estrangeiro.

O salitre, por se tratar de um produto derivado de um nitrato, exigia um investimento tecnológico e uma infraestrutura muito mais sofisticada<sup>82</sup> que o substrato de excremento, isso

---

<sup>81</sup> Para uma análise mais completa, observar Tratado de comercio y aduanas de 1864 (principalmente os artigos V, VI e VIII), Protocolo sobre derechos de aduanas de 1867 e os Tratados de Comércios y Aduanas de 1870, 1878 e 1881.

<sup>82</sup> Caso seja de interesse compreender os detalhes sobre o processo de lixiviação, clarificação, cristalização e transformação química do caliche em salitre, recomenda-se a leitura integral da obra de Bermudez Miral. Ao longo do século XIX e XX, se alteraram as formas de produção, viabilizando cada vez mais os depósitos dos

fazia com que o produto se tornasse, ao longo do século XIX, alvo de interesse do mercado estrangeiro duplamente: pelo seu valor como produto e pelas inversões estrangeiras que sua indústria exigia. A complexidade da indústria salitreira afetava, portanto, sua divisão do trabalho: enquanto o guano exigia somente uma estrutura de capatazes e trabalhadores manuais (muito deles não livres), o salitre detinha, além dos mineiros, toda uma força de trabalho operária nas oficinas, além dos empregados ligados ao escoamento via ferrovias (MILLER, 2020, pp. 143-144).

Deve-se sublinhar que a produção de guano ganhava cada vez mais importância na região de Tarapacá – território peruano – a partir da década de 1830<sup>83</sup>, fazendo com que houvesse uma “corrida do guano” em todo o Atacama e Tarapacá devido sua crescente valorização e fácil exploração e transporte. Em 1841 o guano se tornou propriedade do Estado peruano e seguiu como regime de consignação com diversos empresários estrangeiros e peruanos. A partir de 1849, o regime passou a se tornar o de consignações temporárias e exclusivas – destaca-se aqui os dois primeiros consignatários da época sendo Domingo Eliás<sup>84</sup> e Andrés Álvarez-Calderón<sup>85</sup> – fazendo com que, mesmo que aparentemente ainda dentro do controle de peruanos, o regime beneficiasse ainda mais o interesse estrangeiro, fazendo com que a comercialização fosse cada vez mais controlada pelo monopólio internacional

Una característica central de estos contratos después de 1849 fue el empleo de comerciantes para que transportaran y vendieran el guano en ultramar a consignación por un tiempo limitado, a cambio de una comisión y de otros pagos más por sus servicios. El gobierno peruano estipulaba tanto la cantidad del guano a ser exportado como el precio al cual debía ser vendido. Para garantizar los contratos, los consignatarios debían dar al gobierno un adelanto, pagadero con sus ganancias. En el caso de la prórroga de seis años acordada con Antony Gibbs & Sons en 1853 para el mercado europeo (salvo Francia), este adelanto parece haber sido de 1,5 millones de dólares (aproximadamente £ 300.000), una suma muy por encima de las posibilidades de los empresarios peruanos en ese entonces. (MILLER, 2020, p. 138).

Embora o guano fosse oficialmente produto nacional peruano, é crucial compreender que os acordos realizados pelo Estado operavam para maximizar o lucro da pequena elite econômica peruana aliada ao monopólio britânico, desencadeando mais empréstimos internacionais que fizeram com que a decadência do preço do guano fosse brutal para o país peruano.

---

caliches de má qualidade e exigindo uma série de inversões para o progresso técnico em toda a região de Tarapacá à Antofagasta.

<sup>83</sup> Em 1830, 900 toneladas de guano peruano foram exportadas para o exterior, em menos de 30 anos, com a valorização internacional do produto, a quantidade chegou a 78.700 toneladas em 1859 (BOLLAERT, 1861).

<sup>84</sup> Membro da elite econômica peruana, Domingo é um dos exemplos da corrente oligárquica que se chocava no cenário político com os grupos militares. Se autodeclarou Chefe Supremo do Peru em 1844 e foi o primeiro candidato civil à presidência no ano seguinte.

<sup>85</sup> Também parte da elite econômica peruana, Andrés ocupou alguns cargos políticos durante sua trajetória, além de ter sido embaixador peruano na Itália.

Paralelamente à crescente influência guaneira no Peru, que em poucos anos se tornou o produto principal da sua economia – durante o período de 1842-1866 (BASADRE, 2014a, pp. 256-257) o produto se tornou a principal fonte de renda do Estado peruano – a partir da década de 1840, quando se descobre grandes quantidades de guano no litoral boliviano, ocorre uma súbita valorização da região do Atacama. O projeto chileno de ocupar a região também foi afetado pela febre californiana do ouro das décadas de 1840 e 1850, quando estava baixando ainda mais as tarifas alfandegárias para os bens de importação em Valparaíso, fazendo com que o crescente fluxo mercantil necessitasse uma expansão comercial chilena, que via no promissor Atacama uma região que poderia ser ainda mais útil à economia do país como um todo.

Embora comumente utilizados como fertilizantes e coexistindo nas regiões do Atacama boliviano e de Tarapacá, o guano e o salitre viveram ciclos econômicos ligeiramente diferentes: como era avistado na superfície e não necessitava um processo elaborado para extração e transporte, o guano se mostrou como a enorme fonte de riquezas – sobretudo para o Peru, onde representou 75% do ingresso nacional peruano (INP) entre 1861-1866 e 80% entre 1869-1875 (AMAYO, 1988, p. 88). Deve-se se ter em mente que, mesmo estando em decadência a partir da década de 1870, o guano ainda era vital para a economia do Pacífico Sul; o salitre, por sua vez entrou na sua maior ascensão a partir da segunda metade da década de 1860.

A produção de pólvora em Tarapacá já existia desde a segunda metade do século XVIII. Durante a guerra de independência no Chile, a pólvora se tornou um produto essencial, fazendo com que fosse comum importar, ou a pólvora produzida no Peru, ou o caliche para se produzir no Chile. Com o fim das independências hispânicas, a mineração do caliche cessou brevemente. Após alguns anos, o nitrato de potássio começou a ganhar novamente espaço no mercado internacional, fazendo com que sua mineração se intensificasse; em Tarapacá, na década de 1830, a exportação do produto beirava apenas 18.000 quintais de salitre, já em 1854, o número passava de 700.000 (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 72).

O método de exploração do caliche era similar em toda a região peruana e boliviana, se elegia um terreno, abria uma entrada para o solo e se extraía os minerais, descartando a matéria inútil e carregando o caliche para o setor de produção. Os trabalhadores, que contavam com condições desumanas, frequentemente estavam sobre regime praticamente semiescravo e acidentes envolvendo explosivos eram extremamente comuns. Ressalta-se aqui que, mesmo com a produção salitreira no litoral boliviano tendo iniciado posteriormente à peruana, os chilenos em 1835 firmaram um acordo com o governo de Lima que os introduziram logo cedo no comércio internacional do salitre

[...] el 20 de enero del 35 se firmaba un Tratado por seis años concediéndose mutuamente el trato de nación más favorecida a la navegación. El arreglo, firmado por el Ministro Portales y don Santiago de Távora, incluía numerosas cláusulas relativas al comercio marítimo, de interés para ambos países. Valparaíso se hizo el puerto de depósito del salitre de Tarapacá en viaje a los países del Atlántico; aunque las transacciones se efectuaban en el Callao, la influencia de Valparaíso en el mercado del salitre llegó a anular con el tiempo a la del puerto peruano (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, pp. 118-119).

É portanto a partir da década de 1830 que se inicia também, em menor escala ao guano, a “corrida pelo salitre”, que ia além da busca pelas reservas de nitrato no deserto, pois envolvia também o controle da comercialização: o salitre acirrava mais o embate entre Callao e Valparaíso.

Iquique, a partir da década de 1830, passou rapidamente de uma comunidade de pescadores para um importante centro comercial, uma vez que as exportações cresciam em ritmos acelerados. Ressalta-se aqui que, geograficamente, a cidade vivia uma situação menos drástica, mas similar à Cobija, tendo que importar água potável de Arica desde sua estruturação como centro comercial. Durante essa época, os indígenas de San Lorenzo de Tarapacá, que trabalhavam na subsistência da região, desapareciam com a crescente compra de terras por empresários capitalistas (BERMUDEZ MIRAL, 1963, p. 116) – em sua maioria estrangeiros. Cada vez mais crescia a dependência das importações na região, encarecendo o custo de vida exponencialmente durante a expansão de Iquique. Nota-se que nas primeiras décadas de exportação dos derivados do nitrato para a Europa, a indústria de explosivos ainda era a principal em Tarapacá, se invertendo para o salitre com fins fertilizantes somente a partir de 1850.

A valorização do salitre foi diretamente influenciada pela queda do guano, fazendo com que a partir da década de 1870 o nitrato vivesse seu auge na valorização internacional, até o declínio a partir do final da Primeira Guerra Mundial. Nota-se que tanto o guano quanto o salitre eram mais abundantes e de melhor qualidade na região peruana em comparação ao litoral boliviano, porém, a especulação de que a região mais ao sul continha grandes reservas de guano e outros minerais valorizados durante a época – como prata e ouro – existia desde a época colonial. A geografia desértica e a falta de água potável era o principal obstáculo que barrava a exploração do Atacama boliviano; conforme a tecnologia para exploração avançava sobre o continente sul-americano, surgiram as possibilidades para finalmente iniciar as expedições em busca das riquezas da região praticamente inóspita e, por uma série de fatores geográficos e econômicos, o Chile se encontrava em melhor posição para iniciar antes da Bolívia o reconhecimento da região.

O guano e o salitre, embora sendo produtos que foram durante o século XIX valorizados, se mostraram como salvação econômica e ao mesmo tempo intensificadores das principais crises fiscais e financeiras dos países: o modelo político-econômico adotado pelos três países fez com que o enorme ingresso referente à atividade guaneira e salitreira, ao não ser revertido em uma política social que favorecesse o povo, alimentasse a especulação internacional e disparasse o número de importações.

Diferentemente do guano, que era produto governamental peruano, o salitre estava sobre regime ainda mais liberal: salve algumas exceções<sup>86</sup>, até o final de 1868 – quando se declara a cobrança de 4 centavos de sol por quintal via aduana de Iquique – (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, pp. 312- 315) o salitre peruano esteve nas mãos do monopólio estrangeiro sobre o regime de concessões das zonas salitreiras. O empobrecimento popular simultâneo ao enriquecimento da elite acentuou ainda mais a polarização já existente na sociedade peruana (BONILLA, 1984, p. 25), o guano e o salitre no país não tiveram nenhum impacto verdadeiro significativo para a população peruana, sendo o capital que o produto gerava responsável pela conversão de seus beneficiários em uma classe “rentista e parasitária” (BONILLA, 1984, p. 27).

## 4.2 GUANO ENCONTRADO NO ATACAMA E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DE EXPLORAÇÃO DESCONTROLADA

### 4.2.1 Expedição chilena de 42 e o deserto disputado

A partir da década de 1840, a valorização do guano peruano fez com que a região de Tarapacá se tornasse cada vez mais alvo de inversões nacionais e internacionais, atraindo um importante contingente populacional e criando as bases necessárias para se fundamentar a indústria salitreira. Mesmo o salitre tendo seu ápice iniciado somente na década de 1860, devido a necessidade de infraestrutura exigida para sua produção, desde a década de 1840 a maior parte da população de Tarapacá já trabalhava na indústria salitreira, que tinha como principal destino a Europa (CROZIER, 1997). O crescimento das inversões causou o aumento do fluxo de trabalhadores de outras regiões para servirem de mão de obra, porém, as dificuldades de sobrevivência e o regime de trabalho praticamente semiescravo em toda a região explorada de

---

<sup>86</sup> Durante o governo de Santa Cruz se cobrava um pequeno imposto pela exportação dos derivados do caliche, após o fim da Confederação Peru-boliviana, se tornaram produtos livres de direitos de extração e o imposto de exportação de 4% de Santa Cruz foi anulado (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 238).

Tarapacá a Antofagasta durante o século XIX e primeiras décadas do XX causou uma série de revoltas dos trabalhadores. Esta é a representação do que foi a Pax Britannica no Pacífico Sul: para os trabalhadores, seu deslocamento para produção de matérias-primas em condições surreais, para os governos latinos, o ciclo de empréstimos impagáveis.

Paralelamente a estruturalização de Iquique (principal cidade e porto de Tarapacá) pré-1840, o governo boliviano financiava algumas expedições que saíam de Cobija para explorar a região do Atacama boliviano, não para descobrir o salitre, que ainda não era tão valorizado e exigia uma estrutura técnica impossível para a Bolívia, e sim para procurar prata (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, p. 187), isso porque a esperança do Atacama sendo economicamente rico porém impossibilitado de explorar já era sustentada desde as últimas décadas do século XVIII segundo Cajías de La Vega (CAJÍAS DE LA VEGA, 1975, p. 20).

O fluxo constante de chilenos para Cobija e (em menor número) para Iquique fez com que em 1842, o presidente chileno Manuel Bulnes organizasse uma expedição para o Atacama boliviano em busca de guano na região que julgavam, erroneamente, como “esquecida pela Bolívia”. Constataram a presença de uma grande quantidade de guano na região de Mejillones e no dia 31 de outubro desse mesmo ano, o Congresso chileno estabeleceu como propriedades nacionais as guaneiras de Coquimbo – território chileno – e as “do deserto do Atacama e ilhas adjacentes” – território boliviano (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 8). O governo de Santiago decidiu então ampliar o território chileno até o paralelo 23°S, criando a província do Atacama em 31 de outubro de 1847 (GUZMAN, 1879, p. 19); devido a um controle político e econômico debilitado da Bolívia sobre a região, se começou a exploração pelos chilenos. O salitre na região boliviana, por sua vez, só foi descoberto em Antofagasta em 1857 (CROZIER, 1997, p. 96) e teve papel secundário até a década de 1870. Alguns autores bolivianos afirmam que a descoberta do guano em solo boliviano foi o maior desastre da história do país, isso se explica porque ao longo das décadas, a extração, produção e comercialização do salitre e do guano estiveram sempre sobre um controle estrangeiro e chileno, cada vez mais presentes no solo boliviano.

Os acordos de concessões – que incluía os referentes ao guano – feitos pela Bolívia normalmente tinham como objetivo receber a curto prazo um montante considerável em troca de um controle de produção/exportação/venda, fazendo com que a longo prazo se tornassem acordos completamente ineficazes para a superação da condição precária que a economia boliviana vivia. Oficialmente, a Bolívia concedeu na primeira metade da década de 1840 a

exploração do guano para José Santos Ossa<sup>87</sup> (chileno) e desde 1842 oficializava a exportação do guano em acordo com o monopólio britânico<sup>88</sup>. Ossa – e também Pedro López Gama (brasileiro) – foi um dos beneficiados pelas concessões do guano no primeiro ciclo guaneiro boliviano<sup>89</sup>, recebendo do governo boliviano autorização para atuar também futuramente na indústria do salitre. A mudança de governos frequentes ocorridas no país boliviano fazia com que os acordos fortalecessem o monopólio estrangeiro de extração e exportação do guano, política mantida mesmo após a fixação dos limites com o Chile de 1866<sup>90</sup>.

O primeiro ciclo do guano no litoral boliviano foi marcado por uma série conflitos entre Chile e Bolívia que, por se proclamarem como donos legítimos da terra, impunham jurisdições não respeitadas mutuamente. Devido à situação econômica dos países, o controle chileno do guano durante o primeiro ciclo sempre foi maior que o boliviano. A exploração na região pelo Chile também era similar à proposta pela Bolívia, sendo movida pelo capital europeu em regime de concessões privadas e de pouco controle estatal. Similar às medidas do Estado britânico que protegiam suas empresas, o governo chileno desde o princípio entrou em conflito com a Bolívia para que fosse respeitada a não-intervenção boliviana na extração e venda dos produtos da região – mesmo após os tratados de limites que atestavam o pertencimento de Antofagasta e Mejillones à Bolívia.

Desde a primeira década, a região disputada entre os dois países foi palco para o conflito entre autoridades políticas bolivianas e trabalhadores chilenos<sup>91</sup>; até o Tratado de Limites de 1866, devido a menor presença boliviana nas regiões produtivas e proto-urbanas, o Chile detinha o maior controle econômico da região, mesmo com protesto do Estado boliviano. É crucial compreender que logo após o decreto chileno de declarar o guano como pertencente ao país, a Bolívia em janeiro de 1843 publicamente declarava a presença chilena como uma invasão (SANTIVÁÑEZ, 1863, p. 125). Ordens de prisão e extradições bolivianas e

---

<sup>87</sup> Ossa era comerciante ligado à exportação de cobre por Cobija, também foi beneficiado com a posse das salitreiras da região de Toco, também foi o principal estruturador de Antofagasta em 1870 e ligado à exploração da prata em diversas regiões da Bolívia.

<sup>88</sup> Mais especificamente, um acordo de concessão para ter exclusividade na exportação do guano com os beneficiários Myers, Bland, Sansetenea e cia. que compunham uma filial da companhia Myers de Liverpool, tendo o Estado boliviano 70% de participação nas utilidades líquidas da empresa; tal acordo foi transferido de Myers para a casa Gibbs (PEÑALOZA CORDERO, 1984, pp. 62-63)

<sup>89</sup> Estabelece-se aqui o período sendo desde a descoberta do guano em Mejillones até o primeiro acordo de limites com o Chile, de 1866.

<sup>90</sup> Ossa detinha todo o salitre “ainda não descoberto” desde 1863 e, junto de Francisco Puelma, formou a *Sociedad Explotadora del desierto del Atacama*. Após uma série de benefícios que continuaram após a fixação de limites, os dois fundaram a Melbourne Clark e Cia. com Gibbs, Clark e Smith (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, pp. 190-203).

<sup>91</sup> Os conflitos entre chilenos e bolivianos muitas vezes desencadeavam ações dos Governos de ambos os países, causando uma série de atritos diplomáticos entre a Bolívia e Santiago, recomenda-se aqui a leitura integral do segundo capítulo da obra de Carrasco D., *El surgimiento de conflictos*.

contrabando chileno eram comum no ambiente anárquico criado nas guaneiras do Atacama boliviano, durante esse primeiro ciclo, os chilenos chegaram a ocupar inclusive militarmente parte do litoral boliviano três vezes<sup>92</sup> (UÑO ACEBO, 2013, p. 56). As ocupações militares chilenas de parte do Atacama durante o primeiro ciclo guaneiro fizeram com que a Bolívia vivesse todo o período em atritos diplomáticos com seu vizinho ao sul, enquanto paralelamente fortalecesse empresários que nas seguintes décadas apoiariam o Chile na Guerra do Pacífico<sup>93</sup>

A distância do litoral boliviano dos centros políticos e econômicos do país fizeram com que, durante toda a exploração do guano e salitre, a atividade boliviana se resumisse praticamente em agir como uma distante fiscalizadora e taxadora das enormes remessas de salitre, guano e posteriormente prata, que foram extraídas e exportadas na região, permitindo um enorme fluxo de contrabando na região. Não houveram avanços consideráveis em aproximar mais o Atacama às outras regiões bolivianas, em construir uma rede de comércio local ou em firmar um povoamento planejado na região para fazer com que Cobija pudesse se tornar um porto soberano e relevante na costa do Pacífico. As dificuldades da Bolívia permitiam a enorme presença de chilenos, argentinos, peruanos e estrangeiros que aproveitaram a situação para adquirirem fortunas pessoais em troca de uma pequena participação do governo boliviano nos lucros, em acordos completamente questionáveis.

Para a elite boliviana – principalmente até a década de 1870 –, qualquer pequena parte do lucro referente à extração do valoroso guano satisfazia seus desejos pífios

Independientemente, de la delicada política externa que vivían estos países limítrofes y de si estaban regidos por gobiernos militares o civiles elegidos constitucionalmente o no, la expansión económica europea favoreció en correlación el crecimiento de Perú, Bolivia y Chile entre 1840 y 1850 sobre la base de la exportación de sus recursos naturales y la importación de bienes para sostener básicamente el consumo interno de lujo de la elite. En la década de 1850 el comercio exterior creció en América del Sur. Las tasas más altas de crecimiento fueron las del Perú y Chile (MARICHAL, 1992, p. 95, apud SALAS OLIVARI, 2013, p. 13).

A produção guaneira do Atacama era inferior à peruana, porém, crucial para um país com situação econômica tão delicada quanto à Bolívia. A divisão do trabalho na região se configurava basicamente em um esquema onde chilenos compunham a maioria da mão de obra, os europeus desempenhavam as tarefas referentes à comercialização e os bolivianos tomavam

---

<sup>92</sup> Para melhor compreensão de como se deu a ocupação chilena e os primeiros conflitos, se recomenda a leitura integral das obras *El litoral de Bolivia* de Frontaura Argandoña e *Bolívia i Chile una cuestion de limites* de Santiváñez.

<sup>93</sup> Outro caso é o de Pedro Lopez Gama que, mesmo que não estando mais no centro da atividade guaneira e salitreira na região quando se iniciava a guerra, após 1866, entrou em conflito com o Estado boliviano pois as terras concedidas pela Bolívia para o brasileiro entravam em choque com concessões chilenas feitas para outros empresários, resultando na necessidade boliviana de arcar com o suposto prejuízo que o regime pós 1866 causou para Pedro Lopez Gama.

conta da administração governamental, fazendo com que os atritos sociais só aumentassem ao longo da segunda metade do século XIX.

A frágil presença estatal boliviana na região atacamenha abria caminho também para uma série de fraudes das empresas que operavam por ali, fazendo com que ainda mais, a enorme fonte de renda representada pelo guano não rendesse tantos frutos quanto poderia ter rendido para a Bolívia caso detivesse mais controle econômico da própria região. A partir do momento em que o país tentou impor suas medidas – sobretudo taxativas – para um maior lucro aos cofres do país, os chilenos intensificaram os atritos com os poderes de La Paz e Sucre, fomentando cada vez mais a ideia de que, como representavam a maioria de “quem explorava”, deveriam manter o controle também político administrativo de toda a região.

#### **4.2.2 As “revoluções” bolivianas e o governo Belzu**

Os atritos entre as diferentes camadas das sociedades dos países do Pacífico não eram uma dinâmica exclusiva das áreas fronteiriças. A instabilidade política e social tampouco era vivida somente na Bolívia e Peru, onde ocorriam frequentes transições de governos via golpes de Estado. Mesmo que o Chile, durante o início da exploração do guano do Atacama vivesse um período economicamente “próspero”, ressalta-se que entre os anos de 1845 e 1860 o país viveu também uma série de revoltas sociais: os governos chilenos sofriam rebeliões, insurreições, praticavam perseguições políticas, exílios e expandiam sua fronteira sul à base do assassinato dos povos nativos.

A construção do Chile como um Estado oposto aos vizinhos ao norte se dá por uma superioridade étnica e moral (VALDEBENITO TAMBORINO e GUIZARDI, 2014), que tem como um dos principais métodos, evidenciar a instabilidade política dos vizinhos ao norte e minimizar a brutalidade interna do governo chileno até 1879. A diferença principal entre Peru e Bolívia com o Chile se dá pela falta de condições econômicas e histórico-sociais para permitir uma centralização forte o suficiente, para que nas mãos de uma pequena elite fosse possível reprimir às disputas pelo poder por grupos elitistas rivais e/ou grupos subalternos, isso é, a falta de força dos Estados peruano e boliviano fazia com que as disputas internas pelo poder fossem mais desgastantes e destrutivas internamente, causando um efeito cíclico de enfraquecimento dos Estados, que eram alvos de novos levantes.

A divisão do poder na mão das elites bolivianas se configurava sobre a disputa de dois principais setores: o da elite mineradora (apoiada pelo poder legislativo) e o militar-administrativo, que comandou o poder executivo até o final da Guerra do Pacífico, salvo alguns breves períodos. Aramayo, como um dos principais representantes da elite mineradora foi um

dos principais agentes contra o “militarismo” boliviano, alegando que o atraso do país foi devido à herança espanhola do poder militar, que era “elemento destructor de todo bien” (ARAMAYO, 1871, p. 37 e 125). Segundo Montenegro, embora houvesse algumas poucas mudanças de postura política frente ao imperialismo ao longo do século XIX, o poder legislativo do governo boliviano sempre se mostrou como “la classe espiritualmente europeizada” (MONTENEGRO, 2016, p. 137), isso é, a classe que exercia o poder em favor da manutenção do status de semicolônia no país. Concorde-se que o governo Belzu, considerado por grande parte da historiografia boliviana como um dos “menos entreguistas” do século, é um ponto que deve ser minimamente exposto para compreender o *modus operandi* da política boliviana pré guerra.

O período que Manuel Isidoro Belzu ocupou o cargo de Presidente Constitucional (1851-1855) representa a tentativa falha de um governo com interesses nacionais: embora não tenha obtido sucesso e não contasse com uma política de rompimento total com o imperialismo, cabe destacar que, devido à consolidação de grande parte da elite boliviana na condição de semicolônia, “El sentido bolivianista y antiextranjero del belcismo hizo en su tiempo lo que podría hacer en el nuestro una administración que desconociera los fueros de la plutocracia imperante sobre el país” (MONTENEGRO, 2016, p. 92). Mesmo historiadores críticos à postura de Belzu, como Querejazu Calvo, afirmam (mesmo que indiretamente) o caráter anti-imperialista do presidente, que se diferenciou dos seus sucessores ao afirmar que as nações estrangeiras na Bolívia possuíam como interesse a apropriação das riquezas, fazendo com que o presidente tenha tentado fomentar o comércio interno boliviano, afetando diretamente os interesses britânicos, que retiraram sua representação diplomática permanente do país por mais de meio século, desencadeando a suposta fala em que a rainha Victoria disse “Hay que borrar a Bolivia del mapa” (QUEREJAZU CALVO, 2004, p. 294; 304; 309-333).

Se concorda aqui com a historiografia que aponta Belzu como o primeiro governo nacionalista boliviano<sup>94</sup>, tendo o presidente uma posição contrária ao regime de propriedade privada e tendo assumido uma série de medidas protecionistas internas

En el campo económico, Belzu promovió el proteccionismo de la artesanía local, tomó medidas en favor de los productos nacionales, creó monopolios estatales y prohibió a los extranjeros la práctica del comercio. Estas medidas permitieron que el gobierno liberal belcista estuviera apoyado en los artesanos urbanos, que se organizaron en gremios quienes defendieron el régimen ante las amenazas de los latifundistas de tomarse el poder. Otras medidas tomadas durante el Gobierno de Belzú fueron el nuevo reglamento electoral, en el que ampliaba los términos de ciudadanía efectiva; suspendió los pagos de la deuda externa y creó un impuesto sobre la minería. Además,

---

<sup>94</sup> Se exclui desta análise o governo Santa Cruz por geograficamente não corresponder um recorte estruturalmente boliviano, e sim peru-boliviano.

inició el arreglo de los caminos coloniales que unían a La Paz con Potosí, Cochabamba y el oriente boliviano (CIFUENTES ROJAS, 2019, p. 109).

A figura de Belzu como justo, popular e pró-indígenas<sup>95</sup> é sobretudo uma construção da historiografia pós-revolução de 1952, quando os governos liberais começaram a ser mais criticados e os governos militares protecionistas passaram a contar com mais prestígio nas obras.

É dentro do contexto de seu tempo que se deve compreender o porquê do imaginário boliviano, ao tratar das causas da Guerra do Pacífico, apresentava a figura de Belzu sendo vista pelos estrangeiros como o “bruxo líder dos indígenas”, segundo a clássica obra *Guano Maldito* de Aguirre Lavayén. Não se deve, porém, imaginar Belzu como um presidente “comunista” ou “socialista” como alguns autores fazem (negativamente ou positivamente), e sim como o único governo boliviano duradouro do século XIX que teve apoio das camadas médias/baixas urbanas e dos indígenas (sobretudo da região de La Paz), pois governou com objetivo de fortalecer o comércio interno boliviano, tentando barrar o avanço da propriedade privada nas terras indígenas, confrontando, sem muito sucesso, o Legislativo e a elite mineira do país.

#### 4.2.3 Peru e Chile antes da crise de década de 1870

Mesmo a Bolívia não se encontrando em pé de igualdade aos vizinhos, no que diz respeito ao fluxo de investimentos estrangeiros, a manutenção da postura liberal de valorizar a presença internacional era o pilar do pensamento de sua elite: para Aramayo, por exemplo, além de estimar como necessário os estudos científicos de viajantes e naturalistas que, ao longo da História passaram pelo país (ARAMAYO, 1871, p. 22), os trabalhos realizados pelos “verdadeiros empresários” estrangeiros – incluindo realizados por figuras como a de Meiggs – deveriam ser venerados, já que executavam obras de “utilidade pública” (ARAMAYO, 1871, pp. 122-123). Os grandes capitalistas estrangeiros, que atuavam muitas vezes em diversos países da América Latina simultaneamente, ao assumirem o papel de financiadores, não só de empresas privadas, mas sim de obras públicas, se tornaram ao longo do século XIX os principais credores e responsáveis diretamente pelo endividamento externo do continente.

O guano peruano, embora se mostrasse dentro de um sistema diferente, na prática não estava sobre uma lógica muito diferente. Após o breve contrato com o arrendamento do guano para o empresário peruano Francisco Quiroz de 1840 a 1842, o regime adotado foi o de venda

---

<sup>95</sup> A obra *¡Viva Belzu!* de Salmon, adaptada de uma peça de teatro, é um exemplo dessa nova imagem heroica. O pensamento liberal do século XIX para com Belzu é expresso por Aramayo, que evidencia o caráter de sagacidade e patriótico de Belzu, porém, o critica duramente devido à barbaridade, crueldade e violência característica dos governos militares (ARAMAYO, 1871, pp. 91-97).

diretas com participação de empresários nacionais e estrangeiros até 1847, com a propriedade fiscal sendo do Estado. De 1847 a 1861, o regime de consignações foi o estabelecido pelo Peru, criando uma nova elite econômica no país que cada vez mais disputava poder político com os governos militares.

Se até 1845 o Peru se mostrava ingovernável (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 34), o fortalecimento da burguesia<sup>96</sup> guaneira marcou a década de 1850 como uma crescente alta de importações e contrações de empréstimos estrangeiros para um benefício próprio

Hablar de una clase burguesa es un exceso porque se trataba de un conjunto de individuos que se enriquecía, o que aumentaba su capital, gracias a los contratos guaneros, lo cual permitió a la república transitar por el primer momento del capitalismo y de acumulación originaria. A muchos de los consignatarios guaneros se les puede encontrar en otras actividades lucrativas de la época: transporte marítimo, comercio de importación y exportación, importación de culíes chinos, fondos de azúcar y algodón, compra-venta de bienes raíces, banca y finanzas, y construcción de ferrocarriles, entre otras. Algunos de ellos participaban directamente en el Poder Ejecutivo, como Domingo Elías y Julián de Zarándegui, ministros de Hacienda, o formaban parte del entorno político practicando el “lobbismo”, especialmente con Ramón Castilla y José Rufino Echenique. Esta burguesía emergente se desarrolló en forma en comparación con los mercaderes / negociantes del periodo preguanero. La mayoría de actividades en las que se desarrolló (donde se obtenían las más altas ganancias) se relacionaban con la política del gobierno y sus decisiones (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 44).

A burguesia peruana fortalecida passa então a se configurar cada vez mais como uma classe rentista e não produtora, esse aumento de renda fez com que algumas medidas fossem tomadas, como o “fim” da escravidão e a supressão do tributo indígena em 1854 (BONILLA, 1984, p. 24). O Peru, agora “Estado patrimonial guanero”, viveu um período de suposta estabilidade política até 1872 favorecendo sua elite econômica e tornando o país um paraíso fiscal (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, pp. 149-150; 167; 39).

Com o início da decadência do guano, na década de 1860, a indústria guaneira caiu nas mãos do monopólios privados que passaram a controlar praticamente toda a economia do país. A exportação e venda do guano estiveram confiadas a várias companhias estrangeiras – com a posição hegemônica da AG&S – até o ano de 1862, quando o governo Castilla entregou o guano a um regime de consignação de comerciantes peruanos, terminando no ano de 1869, e que devido à sua condição de classe rentista, fez com que o montante não fosse revertido em atividades de crescimento intranacional quando se teve oportunidade para caminhar em direção a esse plano econômico nacional.

Durante todo regime de consignação nacional do guano peruano, mesmo com o produto ainda estando valorizado (mesmo que decaindo), a falta de uma burguesia com

---

<sup>96</sup> Considera-se aqui a elite ligada ao guano como uma burguesia tipicamente latino-americana, que detém interesses divergentes das burguesias da Europa Central como já exposto.

interesses nacionais fez com que o ingresso fosse revertido principalmente em atividade especulativa, além de utilizado para financiar os conflitos militares internos e externos (com o Equador<sup>97</sup> e posteriormente contra a Espanha), ignorando a necessidade de um maior investimento na agricultura, na indústria e na mineração voltadas para um consumo interno. Se para alguns setores do país, o guano se mostrou como causador dos desastres no país<sup>98</sup>, concorda-se com Bonilla, que na verdade foi a posição da elite guaneira a responsável, uma vez que a indústria guaneira, principal fonte de renda peruana na época, jamais assumiu um caráter realmente nacional.

A indústria salitreira funcionou de forma diferente, porém com resultados similares no Peru<sup>99</sup>. O Estado não assumiu praticamente nenhum controle do derivado do nitrato até a segunda metade da década de 1860

Apoyándose en la legislación peruana para la adjudicación de los terrenos, todo el mundo podía solicitarlos tuviese o no los capitales necesarios para su exportación, y los pedimentos podían hacerse de hecho, si no legalmente, en la extensión que se considerara conveniente, recurriéndose al arbitrio de hacerlo a nombre de un grupo de personas, las que posteriormente cedían sus derechos al verdadero interesado. De este modo se generaba una verdadera anarquía en la distribución o reparto de los terrenos salitrales, y como consecuencia, también en su industrialización, Propietarios de grandes extensiones de caliche hacían funcionar en ellas una diminuta oficina de Paradas (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, p. 137).

O monopólio estrangeiro, portanto, historicamente controlava o salitre no Peru até a crise da década de 1870. Dentro de um regime de livre exploração, a casa Gibbs<sup>100</sup> controlava praticamente toda a indústria salitreira peruana, uma vez que essa exigia um alto investimento e o país, ao longo do boom do guano não investiu em atividades extrativas de maior complexidade<sup>101</sup>.

A estagnação de investimentos na região sul peruana<sup>102</sup> (BASADRE, 2014a, p. 62), é fundamentalmente similar à falta de investimentos necessários no litoral boliviano pela Bolívia e influenciaram diretamente a crise da década de 1870 e a Guerra do Pacífico. Paralelamente

---

<sup>97</sup> Ressalta-se aqui que os conflitos entre Peru e Equador também eram norteados pela influência estrangeira e pela dívida externa contraída desde as independências (CIFUENTES ROJAS, 2019, p. 124).

<sup>98</sup> O poema *La Huaneida* de Mariano José Sanz, narra o guano como o responsável por acender guerras, destruir a economia e botar “irmãos contra irmãos”. Similarmente, na década de 1870, Copello e Petriconi afirmaram que o guano destruiu a sociedade peruana (COPELLO e PETRICONI, 2019, pp. 60-63).

<sup>99</sup> Em 1865, a Sociedad de Salitres de Tarapacá já era também formada pelos capitais de Gibbs, Clark e Jorge Smith.

<sup>100</sup> A partir de 1865 como Compañía de Salitres de Tarapacá.

<sup>101</sup> O bórax é encontrado entre o final da década de 1850 e começo da década de 1860 e, como o guano, era também monopólio estatal peruano (BOLLAERT, 1861, p. 116), o que demonstra o caráter rentista da burguesia peruana, que ignorava a posse de produtos que exigiam investimento técnico em detrimento a produtos de fácil exploração que não dependiam de infraestrutura.

<sup>102</sup> Somente com a valorização do salitre e queda do guano que foi, por exemplo, inaugurada a ferrovia de Iquique em 1871.

ao boom guaneiro no Peru, o Chile viveu seu suposto período de prosperidade econômica: mesmo que o país ao sul vivesse também um ciclo de grandes empréstimos, a situação política também era marcada por perturbações

Este crecimiento económico que permitió el establecimiento de más de 500 escuelas de mujeres y hombres en orden al incremento de las entradas fiscales de 4.500.000 de mediados de 1851 al doble en 1861, pese a ello el gobierno concertó un empréstito por 7.000.000 de pesos de oro para impulsar, entre otras obras públicas, los ferrocarriles. Constituyéndose así en el tercer empréstito que celebraba, Chile con Londres. Todo en medio de las dificultades de carácter político que el gobierno de Montt (1851-1861) tuvo que enfrentar, porque el pueblo sentía que el progreso no lo beneficiaba. En consecuencia, la confrontación se reavivó en enero de 1859. La insurrección golpeó a las poblaciones mineras del norte, las de San Felipe, Talca, Talcahuano y las de los araucanos (GALDAMES, 1952, apud SALAS OLIVARI In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015, p. 28).

Mesmo que cristalizando uma burguesia nacional chilena com um regime liberal – e não monopolizando o guano, como no Peru –, as consequências do enriquecimento no Chile foram similares ao enriquecimento peruano. É somente na década de 1870 que as burguesias peruana e chilena tomaram atitudes antagônicas, o Peru caminhando para a nacionalização do salitre e o Chile para a conquista e *reprivatização* do salitre peruano.

Deve-se, portanto, ter em mente que a política de exploração feita pelos governos do Pacífico – assim como a política de ocupação do Atacama pelo governo chileno e a crise peruana da segunda metade do século XIX, que serão tratadas mais para frente neste trabalho – é um reflexo da influência direta do modelo eurocêntrico capitalista, que os Estados sul-americanos tentaram reproduzir em seus territórios. Os três países sofreram diferentes consequências ao tentarem reproduzir um modelo a qual, pela condição de semicolônias, não conseguiram um desenvolvimento que se revertesse em uma melhora para a sua população, e sim um crescente vínculo com as potências capitalistas (PANHOCA, 2022a).

Se o comum no século XIX sul-americano foi apontar o povo e seu despreparo político como o culpado pelo atraso (PRADO, 1987, p. 70), as obras historiográficas contemporâneas à Guerra do Pacífico ao serem direcionados ao público europeu, além de recheadas de estereótipos negativos aos vizinhos combatentes, apontaram o(s) Estado(s) combatido(s) como quem pensava que os estrangeiros eram “malfeitores” (BARROS ARANA, 1880, p. 37).

Tais obras clássicas sobre o conflito utilizaram de argumentos nacionais e, por terem o caráter eurocêntrico, não evidenciam que os três Estados se sustentavam ideologicamente na mesma base

Es un problema rotundo. ¿Cómo encarar la modernización desde una máquina administrativa que está edificada en formaciones obsoletas o caóticas de poder o que no ha recibido sino de un modo difuso y contradictorio aspectos de las instituciones políticas existentes en los países desarrollados? Un Estado subdesarrollado no puede producir, normalmente, sino una débil política económica y está obligado, en cambio,

a recibir condicionamientos externos a él, sin mayores posibilidades de transformarlos en su favor. Depende de un mundo cuya influencia o invasión no es capaz de controlar sino a través de una respuesta patética. Su vida no puede desarrollarse normalmente; si quiere hacerlo, se ve obligada a desarrollarse violentamente, con algún grado de agresividad práctica. Es un círculo vicioso que resulta clásico: la falta de una decidida política económica tampoco de lugar a la modernización del Estado y la ineficacia del Estado no permite la existencia de una resuelta política. Éste es un hecho que tiende a ser obviado como si el subdesarrollo existiera solamente al nivel de la infraestructura. Pero las cosas son al revés. El Estado es el principal obstáculo para el desarrollo de las fuerzas productivas en los países atrasados y la cuestión de la formación del Estado en las colonias, ex colonias y semicolonias está lejos de ser una cuestión secundaria (ZAVALETA MERCADO, 1974, pp. 146-147).

Os interesses peruanos, bolivianos e chilenos entraram em conflito, porém eram frutos de uma mesma tradição. Há de se observar alguns movimentos divergentes, porém, deve-se ter em mente que as raízes dos problemas e as tomadas de decisões seguiram quase sempre a mesma linha de raciocínio que imperava no imaginário político e econômico da época.

Até a segunda metade da década de 1860, a instabilidade política acerca do controle econômico e político do Atacama fez com que os governos de Bolívia e Chile entrassem cada vez menos em acordo, acirrando a disputa pela legitimidade da posse de terra – e consequentemente do guano e do salitre abundante da região de Mejillones e Antofagasta. A guerra entre Bolívia e Chile estava tão próxima de ser iniciada que em 3 de junho de 1863 foi autorizado o Poder Executivo boliviano buscar uma aliança com o Peru, para obter um empréstimo na Europa com fins de se armar para o confronto contra os vizinhos ao sul; além disso, alguns dias depois, foi autorizado pelo Poder Executivo a possibilidade de uma declaração de guerra contra o governo chileno devido à usurpação do território do Atacama. O empréstimo de 7 milhões de pesos que a Bolívia buscava para se armar não foi fornecido; o que foi proposto pelos britânicos foi um valor muito abaixo do esperado, impossibilitando o governo boliviano de resolver a questão militarmente. Era evidente que, após o fracasso para se armar, a guerra se mostrava como uma saída impossível para a Bolívia, a outra possibilidade, a de uma arbitragem internacional – chegando a envolver os governos dos EUA, Nova Granada e Peru – era comumente recusada pelos chilenos (CARRASCO D., 1991, pp. 53-55).

Devido ao crescimento protoindustrial<sup>103</sup>, no Chile, parte da historiografia aponta os governos liberais que se iniciam em 1861 como o período do “salto civilizatório” e democrático do país<sup>104</sup>. Não se deve enxergar esse período como uma grande mudança da realidade chilena:

<sup>103</sup> O caráter protoindustrial é fruto do avanço da tecnologia explorativa industrializada, já discutido neste trabalho.

<sup>104</sup> A tradição democrática chilena é inclusive ressaltada por importantes figuras de tendência marxista, como é o caso de Allende; no discurso inaugural de governo, no dia 5 de novembro de 1970, afirma que a tradição republicana e democrática fazia parte da personalidade chilena, que impregnava a consciência coletiva dos cidadãos (ALLENDE, 1973, p. 14).

a linha política que governava o país continuava seguindo o modelo econômico liberal, apoiado no capital estrangeiro britânico, que beneficiava somente a restrita elite chilena, ignorando as necessidades do povo. A participação da população na vida política do país ainda era minúscula: em 1862, somente 16.813 pessoas estariam aptas a votar em solo chileno, em 1864, atingia-se a marca de 22.261 e em 1869, 41.208 pessoas podiam participar das eleições; para se ter ideia, até o ano de 1886, somente 5% da população chilena tinha direitos para eleger o presidente e seus parlamentos (VITALE, 2011, p. 364). O Chile, na década de 1860, apresentou um crescimento urbano que fez com que em Santiago a população beirasse 100.000 habitantes e em Valparaíso, 60.000, porém, 70% da população total do país ainda se encontrava em zonas rurais (SALAS OLIVARI, 2013, p. 16). Além das condições de vida muitas vezes precárias, o analfabetismo e a exclusão da vida política, aponta-se aqui que sequer o regime assalariado envolvendo de fato a moeda era seguido no Chile na passagem da década de 1860 para 1870

Hacia 1867, los hacendados del sur pagaban a los peones con un pequeño papel que decía: 'Don Fulano, Zutano, ha ganado tanto, déle de la tienda lo que necesite y cárguelo a mi cuenta'. Para sostener sistemas de pago tan particular, los dueños de fundo se valen de una especie de bancos suigéneris que ellos mismos establecen y que se conocen con el nombre de la Tienda-Despacho de la hacienda. El papel hacía las veces de ficha-salario, lo que significaba una doble explotación porque los artículos de la tienda del patrón eran caros y de mala calidad.

En otras zonas, el salario era pagado totalmente en especies. Los patrones se vieron obligados a aumentar los salarios a partir de la década de 1870 para retener la mano de obra que emigraba de los campos. Un colaborador del Boletín de la Sociedad Nacional de Agricultura "asegura que debido a la falta de trabajadores, los hacendados están tratando a su gente con toda consideración para evitar así que los descontentos emigren" (GONZALO IZQUIERDO, 1968, p. 143, apud VITALE, 2011, p. 352).

Paralelamente, até a década de 1860, o regime de propriedade coletiva indígena na Bolívia foi mantido. Até então, o tributo indígena representava 40% do orçamento da sua República; a situação dos indígenas no Chile era bem diferente, o conflito que já durava décadas com a população nativa foi intensificado ainda mais: a partir de 1868, a expansão da sua fronteira sul se chocava com o interesse dos povos araucanos de se manterem autônomos, desencadeando novos episódios de violência e repressão por parte do governo que seguiu ocorrendo nos novos territórios conquistados (ao norte e sul) por Santiago (PANHOCA, 2022a).

#### **4.2.4 A “quase guerra” adiada por um antigo inimigo**

Durante a situação à beira da guerra entre Chile e Bolívia, a Espanha enviou uma esquadra com o propósito de recuperar parte de suas ex-colônias que beiravam o Oceano Pacífico. Os antecedentes da Guerra Hispano-sul-americana começaram com uma viagem supostamente com “propósitos científicos” que em julho de 1863 chegou em uma série de ilhas peruanas – o Peru ainda não era reconhecido como independente pela coroa espanhol; no dia

14 de abril de 1864, os espanhóis ocuparam militarmente as ilhas Chinchas peruanas<sup>105</sup>, onde se encontravam enormes reservas de guano, cruciais para a economia do país, causando um enorme caos interno no Peru, que se via novamente invadido pelo antigo inimigo<sup>106</sup>.

Embora o Chile diretamente não fosse negativamente afetado com a Espanha controlando parte do guano peruano, fica claro que o apoio chileno com os peruanos<sup>107</sup> foi muito além de um suposto sentimento de união americanista: a Espanha controlar territórios no Pacífico Sul ameaçava tanto o desempenho crescente de Valparaíso como também a integridade do território chileno. O Chile, portanto, declarou guerra à Espanha, formando uma aliança com o Peru. Mesmo que a união com o Peru parecesse resolver momentaneamente a disputa peru-chilena do Pacífico, ainda existia uma iminente guerra chileno-boliviana, cada vez mais pulsante desde 1863 (SANTIVÁÑEZ, 1863) já que em 1864 o Chile chegou a ocupar novamente a baía de Mejillones e as minas de Chacava (GUZMAN, 1879 pp. 27-28) – acima do paralelo 23°S, historicamente o limite do território exigido oficialmente pelo Chile até então – causando o protesto da população e do governo boliviano. O Chile necessitava de ao menos uma trégua com a Bolívia pois a guerra contra a Espanha exigia grandes esforços bélicos que poderiam abrir um espaço para um avanço boliviano, paralelamente, existia a necessidade chilena de não permitir que as frotas espanholas tivessem um território neutro no Pacífico para abastecimento e logística<sup>108</sup>: pela primeira vez no século XIX, a Bolívia tinha poder de negociação para resolver o conflito dos limites com Chile.

As disputas políticas entre os países sul-americanos precisaram cessar devido à ameaça do antigo inimigo comum: o território chileno, que desde o começo da invasão espanhola era palco de manifestações contra a coroa pela sua população, revivia o sentimento americanista que desencadeou uma promessa de resolução do conflito com a Bolívia, fazendo com que, durante a Guerra Hispano-sul-americana, oficialmente se formasse uma aliança quádrupla contra a Espanha<sup>109</sup>. O Chile foi o primeiro (24 de setembro de 1865) a declarar formalmente

---

<sup>105</sup> Aguirre Lavayén descreve na sua obra *Guano maldito* tais ilhas como as mais sinistras do mundo, a ponto de parecerem saídas diretamente do Inferno de Dante (AGUIRRE LAVAYÉN, 1996, p. 207). Além das condições naturais, as ilhas eram habitadas majoritariamente por trabalhadores braçais comumente em regime semiescravo.

<sup>106</sup> Além de não reconhecer a independência peruana, a Espanha também exigiu do Peru uma indenização devido aos danos causados nas guerras de independência, similar a indenização após o fim da Guerra Hispano-sul-americana.

<sup>107</sup> É importante analisar que, mesmo assumindo uma postura de dependência frente à Grã-Bretanha, o Chile se posicionou contra as ameaças de invasão territoriais na América Latina por potências capitalistas, como a intervenção francesa no México e a invasão espanhola em Santo Domingo (CIFUENTES ROJAS, 2019).

<sup>108</sup> Guzman, por exemplo, julga que a neutralidade boliviana na guerra poderia desencadear a morte da nacionalidade chilena (GUZMAN, 1879, p. 33).

<sup>109</sup> Embora fosse solicitado o apoio da Argentina e do Uruguai, ambos estavam comprometidos com outro conflito continental na Guerra da Tríplice Aliança.

guerra à antiga metrópole. Após assinar o Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva (5 de dezembro de 1865) com os chilenos, o Peru declarou guerra à Espanha no dia 14 de janeiro de 1866, seguido pela entrada no pacto pelo Equador<sup>110</sup>, e por fim, pela Bolívia no dia 11 de abril. Mesmo não havendo nenhuma legação boliviana em Santiago ou legação chilena em La Paz ou Sucre durante o período da ameaça espanhola, a necessidade chilena de ter apoio boliviano fez com que se restabelecessem laços diplomáticos, antes rompidos pela questão do Atacama. O novo período de trégua<sup>111</sup>, causado pela ameaça secular, foi o cenário para o desastroso Tratado de Limites de 1866. Paralelamente, no Peru, a guerra causou um forte impacto econômico e criou uma instabilidade política intensificando ainda mais as disputas internas pelo poder<sup>112</sup>.

#### 4.2.5 O tratado de 1866

O conflito entre os vizinhos parecia caminhar rumo à uma resolução: foi firmado o *Tratado de límites entre Bolivia y Chile de 10 de agosto de 1866*, que delimitava a fronteira dos dois países sendo o paralelo 24°S. Com o acordo, entra em cena a figura do Barão Arnous de la Rivière, representante do capitalista francês Lucian Armand, que propôs que “Todo el guano sería comprado por Armand y el resultado pecuniario de las operaciones se lo dividiría entre los gobiernos de Bolivia y Chile” (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 26) entre os paralelos 23°S e o 25°S, o que foi aceito por ambos os países. A exploração mútua, afetou além da exploração do guano, os direitos de exportação de minerais extraídos na região. A aduana de Mejillones seria a única oficial que estaria habilitada a receber o guano e os direitos dos minerais, além do porto declarar livre de todo direito de importação dos produtos naturais chilenos, indenizando os comerciantes “chilenos” estabelecidos na região. Na prática, o acordo enfraquecia Cobija e o mercado interno já débil boliviano na região, beneficiando a elite mineira chilena controlada pelo capital britânico.

O acordo de 1866, por mais que definisse a fronteira física dos dois países, economicamente oficializava legalmente a influência chilena – e conseqüentemente estrangeira

---

<sup>110</sup> O Equador se manteve no começo da guerra com neutralidade, uma vez que historicamente mantinha uma relação extremamente conflituosa com o Peru, contra quem disputava o território da franja amazônica no limite entre os dois países.

<sup>111</sup> Entre os quatro países sul-americanos, uma vez que a Espanha, mesmo que retirando suas tropas em 1866, só estabeleceu trégua oficialmente em 1871. Os acordos de paz foram firmados mais de uma década depois do fim do conflito armado, em 1879 com Peru e Bolívia, em 1883 com o Chile e em 1885 com o Equador.

<sup>112</sup> É no início de 1865 que ocorreu uma guerra civil no Peru, sendo Mariano Ignacio Prado apoiado pelo Chile, organizando uma revolta nos territórios do sul peruano e assumindo o poder como ditador e chefe supremo do país, piorando ainda mais a situação econômica peruana que seguia investindo uma alta quantia em sua segurança interna.

– em Antofagasta e Mejillones. Firmado com a proteção do barão, logo se mostrou como prejudicial para ambos os países, uma vez que o francês não cumpriu sua parte do acordo

Arnous de la Rivière, que tenía tan convencido al Gobierno de Chile como al de Bolivia de la solvencia de Armand, se prestó dinero del primero para hacer algunas entregas al segundo y pagar a los trabajadores. Empero, no le fue posible seguir engañando indefinidamente tanto en Santiago como en La Paz. Cuando la quiebra de Armand se hizo noticia internacional, los dos gobiernos rescindieron su contrato (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 31).

O tratado de 1866, após o fiasco do contrato com os franceses, deu início a outra época conturbada entre os dois países. Embora a historiografia chilena normalmente aponte como o Chile foi desfavorecido ao assinar o documento, o tratado favorecia em muitos pontos o país ao sul: o Chile poderia nomear interventores no porto de Mejillones, fazendo com que ganhassem também direito de vigilância sobre uma das alfândegas mais importantes da Bolívia além de que, com a isenção dos impostos, aumentava a entrada dos produtos chilenos e estrangeiros que vinham de diferentes regiões do país para serem consumidos em solo boliviano. Isso garantia para os empresários chilenos, a liberdade para extrair e exportar as riquezas de Mejillones sem o pagamento de grandes impostos. Embora a Bolívia ganhasse os mesmos privilégios no território chileno entre os paralelos 24°S e 25°S, a faixa de terra não possuía nenhuma atividade minimamente lucrativa, nenhuma cidade importante politicamente ou mercantilmente, entre tais paralelos “no había nada más que arena inservible” (QUEREJAZU CALVO, 1997, p. 27).

Para os membros da elite mineradora boliviana, em poucos anos o acordo também se mostrava como trágico, alegando que a administração da Bolívia com o guano era ainda pior que a chilena e a peruana, uma vez que o país tinha menos possibilidade de negociar diretamente com os britânicos, ficando à mercê da relação do monopólio com o Chile (ARAMAYO, 1871, p. 154-157). O fracasso do controle do francês sobre o guano criou um regime caótico, julgado por Aramayo como produto da débil política externa dos governos militares bolivianos (ARAMAYO, 1871, pp; 166-167). Além do fracasso da administração de Melgarejo com o guano, as concessões para a *Sociedad Explotadora del desierto del Atacama* aumentavam ainda mais o descontrole boliviano nas riquezas da região, abrindo caminho para o monopólio, aliado ao governo chileno, ao longo dos anos seguintes insistirem para incluírem no regime mútuo, a exploração dos minerais (salitre, bórax e sulfatos) aumentando os atritos com os representantes administrativos bolivianos.

O funcionamento de uma região que oficialmente pertencia à Bolívia mas que estava sobre duas autoridades nacionais se mostrou problemático logo nos primeiros anos, principalmente pela disputa do controle alfandegário. O governo de Melgarejo continuava uma

tradição de total entrega das riquezas bolivianas nas mãos de estrangeiros<sup>113</sup>, em acordos que sempre favoreciam os capitalistas privados e não o governo, fazendo com que os próprios bolivianos se enfurecessem ainda mais com os chilenos (VITALE, 2011, p. 391) que, mesmo agora oficialmente em território boliviano, ainda detinham controle quase absoluto de todas as esferas que envolviam a indústria guaneira e salitreira. É principalmente a partir do tratado de 1866 que a historiografia chilena sustenta a tese de “injustiça” com os trabalhadores chilenos que “fundaram toda a região”<sup>114</sup> como pode ser analisado na obra de Carrasco D.

De otra parte, chilenos mineros pioneros, guiados por un acendrado espíritu de empresa, fueron dando cauce a un sentido expansionista que, insensiblemente, haría dar renovada patente de nacionalidad a regiones que, en razón de los Tratados de 1866 y de 1874, habían dejado de pertenecer a la soberanía chilena. [...] ¿Qué vínculo efectivo podría existir entonces entre los chilenos de la zona, en su mayoría gentes independientes, de orden y dedicadas a tareas productoras, y aquella minoría boliviana integrada de soldadesca analfabeta o de funcionarios arbitrarios?” (CARRASCO D., 1991, pp. 73-74).

A Bolívia se encontrava em apuros financeiros após o fracasso da negociação com o Barão Arnous de la Rivière e o que deveria ser a resolução dos conflitos com o Chile só piorou ainda mais a situação.

A partir do fracasso do acordo com o barão francês, a Bolívia decidiu negociar com outro grande empresário estrangeiro, Henry Meiggs. Meiggs era já uma figura importante na região, sendo responsável por uma série de obras ferroviárias no Peru e no Chile, rapidamente se tornou figura central para toda a economia boliviana

Meiggs consiguió cuanto quiso del Gobierno Melgarejo: concesión para explotar y exportar guano de Mejillones, concesiones mineras en Caracoles, concesiones en salitre, contrato para resolver los problemas causados por la moneda feble, otorgamiento de un empréstito en favor de Bolivia con tal objeto, concesión para

---

<sup>113</sup> A *Sociedad Exploradora del Desierto*, empresa estrangeira que se tornou *Melbourne Clark & Co.* em 1869, se tornou *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* em 1872, cristalizando o monopólio ferroviário e salitreiro na região de Mejillones e Antofagasta. O controle da casa Gibbs data desde a época em que se nomeava *Melbourne Clark & Co.*: “En apariencia, los accionistas chilenos, Ossa, Puelma y Edwards, tenían participación mayoritaria (56,3%), pero en realidad el control de la compañía era ejercido por Gibbs y Compañía. Gibbs y Cía, eran los socios administradores de la Compañía que era colectiva; eran también agentes representantes judiciales y extrajudiciales. Gibbs se obligaba a adelantar a la compañía, 150.000 pesos, como préstamo, con el interés de 8 por ciento anual. Gibbs y Cía. eran, además, los únicos agentes de la compañía para las ventas a Europa, Estados Unidos y para las que se hicieran en la costa del Pacífico, con una comisión de 2.1%. Igual comisión cobraba sobre todas las compras de la compañía. El 10 de diciembre (1869) se traspasó a Gibbs y Cía la mitad de los derechos salitreros.” (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 120).

<sup>114</sup> Normalmente se vincula a fundação da cidade de Antofagasta com o descobrimento do salitre pelos chilenos, porém, segundo Peñaloza Cordero, a população já estava, e permanecia, ligada principalmente a exploração do cobre (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 124).

establecer un Banco (el ‘Banco Boliviano’) etc (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 54).

O principal acordo garantia para o grande capitalista com exclusividade a exportação do guano e todos os minerais em troca de um empréstimo de quatro milhões de pesos para o governo boliviano (que novamente não foi cumprido). O novo acordo demonstrou a incapacidade de firmar bons acordos com os estrangeiros: o valor do guano boliviano foi estabelecido em seis pesos a tonelada; enquanto isso, um similar acordo foi feito pelo Chile com Meiggs, estabelecia o valor do guano chileno em dez pesos a tonelada (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 32).

A má administração boliviana do governo Melgarejo, a cada ano que passava, se mostrava desastrosa: além do guano e do salitre, com a descoberta da prata em Caracoles em 1870, a situação ficou ainda mais instável entre os dois países. Mesmo as riquezas encontradas acima do Paralelo 23°S não se apresentavam como possível solução para a Bolívia. A região de Toco, por exemplo, loteada em 1867 e tendo salitre “descoberto” em 1870 ainda era concessão de Ossa, que distribuiu os terrenos para empresários ligados à indústria salitreira peruana e estrangeiros – incluindo Meiggs<sup>115</sup>. Quanto mais riquezas se encontrava em solo boliviano, mais visível ficava o flagelo da administração da elite administrava e econômica do país, aliada ao imperialismo britânico e “ignorada” pelo mesmo.

---

<sup>115</sup> Um debate que existe nas historiografias sobre a História do salitre é o dos reais interesses de Meiggs na região de Toco. A partir do estanco e da nacionalização do salitre peruano, uma série de empresários passam a expandir seus negócios para a região e, pela posição que Meiggs assumiu na década de 1870 como principal empresário ligado ao Peru, acusa-se que o Peru tinha como interesse a expansão da sua indústria no território boliviano. Não se entrará em tal debate neste trabalho, uma vez que o foco principal aqui não envolve as especulações historiográficas, e sim as ações concretas que desencadearam o conflito entre os três países do Pacífico Sul.

## 5 AS CRISES NACIONAIS E A GUERRA DO PACÍFICO

A década de 1870 foi um período de intensas crises no Peru, Bolívia e Chile, quando o imperialismo se consolidou como política internacional na região. A decadência do guano e o fortalecimento do salitre foram vividos de diferentes formas pelas três economias nacionais. Divide-se este capítulo em quatro seções: a primeira contempla a crise global de 1873 como fator externo que afetou diretamente os três países, a segunda analisa os conflitos novamente crescentes entre Chile e Bolívia e seus desdobramentos no Peru, a terceira expõe e compara as atitudes pós-crise global tomadas pelo Peru em contraponto à Bolívia e Chile, a quarta foca brevemente no conflito armado em si.

Embora cronologicamente as subseções sobre Caracoles e os governos liberais bolivianos estejam supostamente fora de posição (pois ocorrem antes da crise de 1873), se opta aqui por um recorte temático que engloba tais subseções como indivisíveis da que discorre sobre o tratado de 1874, para compreender o ressurgimento dos atritos diplomáticos entre Chile e Bolívia, uma vez que o descobrimento de prata nas minas de Caracoles não representa uma ruptura na postura econômica sustentada pelos dois países. Por se tratar de um trabalho focado nas causas da guerra, naturalmente este capítulo é o mais denso – e mais extenso – de todo o trabalho e a opção do recorte temático, fugindo um pouco do recorte cronológico, é escolhida para a construção de um raciocínio mais lógico de acordo com a perspectiva proposta.

### 5.1 PROBLEMAS FISCAIS, ADMINISTRATIVOS OU CONSEQUÊNCIAS DO IMPERIALISMO?

#### 5.1.1 Crise peruana, Dreyfus e Meiggs

O Peru, assim como o Chile, até a década de 1870 foi um dos principais destinos dos empréstimos estrangeiros. É necessário demonstrar o porquê o país se cristalizou como um “devedor menos confiável” e passou por uma gravíssima crise “fiscal” a partir da década de 1860. Mesmo com a queda do preço do guano, o produto mais importante para o tesouro nacional, a região continuou sendo um dos principais alvos para os empréstimos estrangeiros da década até a crise global de 1873, isso devido à abundância em recursos agrícolas e minerais, que fazia com que o país contasse com uma altíssima taxa de exportação – e devido ao modelo liberal adotado, de importação – frente ao mercado estrangeiro.

A falta de compreensão – por ignorância ou por interesse – do que significou a etapa imperialista do capitalismo do século XIX faz com que seja extremamente difícil imaginar por qual motivo uma crise financeira e política tão intensa veio a acontecer no país; julga-se aqui que taxar a crise como exclusivamente produto de uma má administração política e econômica é incabível e que a crise peruana foi acima de tudo fruto de um processo similar à toda América do Sul. Se concorda também com o caráter de não exclusividade da crise, e que as situações de “abundância” seguidas de crise econômica, como a vivida pelo Peru de 1860-1873, foi similar, por exemplo, a da Argentina da década de 1880-1890 como afirma Marichal (MARICHAL, 2014, pp. 73; 119), isso por estarem (nos respectivos momentos) entre os maiores destinos dos empréstimos estrangeiros do mundo e, ao explodir uma crise do capital estrangeiro que instabilizou as regiões dependentes, sofressem os maiores prejuízos econômicos.

Como já afirmado, a presença do capitalismo estrangeiro no Peru – como na Bolívia e no Chile – não fez com que se desenvolvesse um interesse nacional fomentando um mercado interno que melhorasse a condição de vida do povo; a fortuna obtida durante o auge do guano incrementava o fluxo de importações que se tornou praticamente insustentável: ao longo da década de 1860, a situação econômica peruana começou a atravessar um momento crítico e com a queda do preço do guano, o país adentrou a década seguinte em uma das crises mais intensas do século XIX. Deve-se abrir novamente um parêntese e voltar algumas décadas para ficar mais clara a situação peruana ao adentrar no final da década de 1860 até a decisão do estanco do salitre.

A reconstrução pós guerra de independência no Peru se mostrou como um período de intensas brigas políticas, fazendo com que sua configuração política do antigo vice-reino abrisse caminho para uma maior instabilidade interna

Perú era un Virreinato en ruinas, su administración y sobre todo, su administración provincial eran de un nivel de complejidad mucho mayor que en Chile. Por espacio, recursos, rol del puerto del Callao, mantenimiento urbano de la ciudad de Lima y Arequipa, -las dos principales ciudades del Virreinato- el nivel de reconstrucción era una tarea gigantesca, tarea que en un contexto de luchas familiares locales para ver quién y cómo se organizaría el país, resultaba mucho más enredada que en los países vecinos (CORREA VERA In RUBILAR LUENGO e SÁNCHEZ ANDRÉS, 2019, p 17).

Sendo um país de proporções gigantescas<sup>116</sup> com regiões geograficamente distintas, a economia do Peru dependia, na época, de seu transporte marítimo. As zonas de Tacna, Arica e Tarapacá durante o século XIX se configuraram como regiões sem ligações terrestres com Lima, uma vez que o país se estruturava como um conjunto de “partimientos estancos, abiertos solo en la

---

<sup>116</sup> Mesmo perdendo a região de Tarapacá e Arica na Guerra do Pacífico, o Peru continua sendo o terceiro maior país da América do Sul em km<sup>2</sup>.

costa por los puertos” (BASADRE, 2014b, p 14). O isolamento geográfico fazia com que todos os meios de subsistência para a população da região de Tarapacá tivessem que passar necessariamente pelos portos de Iquique e/ou Pisagua, pois não eram suficientemente produzidos no solo desértico.

É importante compreender que, devido à sua configuração específica, as burguesias latino-americanas concentravam suas obras públicas nos centros urbanos em que as elites econômicas e políticas se encontravam, fazendo com que os grandes empresários ligados à Tarapacá fossem cada vez mais conflitantes com membros da elite limenha

Esta tendencia ha creado un desnivelamiento entre las zonas de cada país y entre todos ellos, que en algunos casos tiene una protuberancia excepcional, como en el caso de Lima (Perú) por ejemplo, que parece ser uno de los dos casos mayores de primacia urbana nacional en todo el mundo subdesarrollado” (QUIJANO, 2020a, p. 125).

Com isso, desde sua independência, o Peru manteve instabilidades políticas frequentes envolvendo as elites limenhas e as elites locais afastadas do centro. A disputa pelo poder político e econômico no país era refletida por regimes políticos e constituições nacionais frequentemente de curta duração. A capital peruana e o porto de Callao durante todo o século XIX foi o coração da estrutura do poder peruano, que comumente via seus governos ameaçados: a falta de um Estado soberano apoiado pelas diferentes regiões do Peru fazia com que a corrupção e a força militar impossibilitassem um projeto nacional que visasse o desenvolvimento geograficamente orgânico.

O Estado peruano a partir da segunda década do século XIX utilizou parte dos montantes ganhos para fortalecer os grupos hegemônicos de Lima, e por mais que o governo se mantivesse centralizado, com as autoridades regionais sendo nomeadas pelo presidente, ainda se estruturava mais inorganicamente que um regime federal (CARMAGNANI, 1984, p. 144). O Centralismo não-orgânico peruano é descrito como Zavaleta Mercado como um regime baseado no pacto colonial que aproximava a estrutura peruana da boliviana (ZVALETA MERCADO, 1986, p. 91), exigindo um constante investimento em segurança interna nacional. Se com Lima e sua elite no comando do país o Peru já se mostrava instável politicamente, sem Lima, o caos político seria ainda maior: não à toa a estratégia do Chile durante a guerra foi o bloqueio do porto de Callao, seguido da invasão da cidade de Lima. Essa disputa de poder constante, somada à crescente importação destruiu o mercado interno nativo (SALAS OLIVARI, 2013) e fez com que as regiões mais distantes de Lima se tornassem cada vez mais dependentes do capital estrangeiro.

Se a partir de 1847 o guano sustentava praticamente todo o país<sup>117</sup>, a maior parte dessa fortuna foi revertida em expandir a burocracia civil e militar, implantar ferrovias e pagar dívidas contraídas (BONILLA, 1984, pp. 136-137). A anarquia financeira fez com que a partir de 1862, bancos fossem fundados no país atingindo lucros exorbitantes<sup>118</sup> dentro de um regime de quase absoluta liberdade econômica até 1873, quando parte da população já criticava o sistema bancário da época devido à falta de participação do setor no desenvolvimento industrial do país (MORÓN, 1993), que vivia uma explosão da crise “financeira”, agravada pela emissão descontrolada de bilhetes destas instituições. A riqueza do guano fazia com que, além da sua produção, as principais atividades lucrativas durante o período 1860-1875 do país fossem atividades bancárias, de transporte, comerciais e especulativas<sup>119</sup>, com a única exceção sendo o açúcar: o restante das atividades agropecuárias, tal qual a mineração de prata e as atividades industriais eram de caráter extremamente secundário sem grande rentabilidade<sup>120</sup> (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 184).

A replicação de modelos europeus sem ter previamente estrutura social para seu funcionamento é um produto típico do imperialismo, deve-se ver como que a aplicação de avanços técnicos não são necessariamente a causa da ruína das semicolônias, e sim como se dá tal aplicação. No Peru – assim como em diversos países periféricos –, a simbologia do avanço capitalista se deu pelo projeto de uma enorme malha ferroviária, financiada pelo capitalismo estrangeiro com os empréstimos realizados com a garantia do ingresso do guano peruano, que assegurava o pagamento<sup>121</sup>. O projeto ferroviário teve duas etapas distintas, a primeira até o final da década de 1850, que tinha como objetivo um investimento em Lima para reforçar o centralismo do país, a segunda, nas duas décadas seguintes, teve objetivo de aumentar a produção em regiões afastadas do centro, articulando as zonas produtoras, mineradoras e agropecuárias com o mercado mundial (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, pp. 97-98). As ferrovias implementadas nas regiões distantes não surtiram efeito necessário para aumentar a produção a ponto de se tornar um projeto viável: mesmo que sendo indispensáveis no final do

---

<sup>117</sup> Recomenda-se a leitura integral da obra *Guano y Burguesía en el Perú* de Bonilla.

<sup>118</sup> O crescimento dos bancos *Banco de la Providencia*, *Banco del Perú* e *Banco de Londres, México y Sudamérica* foram de respectivamente 700%, 900% e 562% de 1862 a 1876 (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 126).

<sup>119</sup> É crucial compreender que todas essas atividades eram ligadas diretamente à indústria guaneira e estavam sobre controle do monopólio estrangeiro.

<sup>120</sup> O tráfico de trabalhadores asiáticos semiescravos (ou coolies) de 1849 a 1874 também foi um importante negócio empreendido, inclusive por companhias internacionais ligadas ao monopólio que também controlava o guano (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 42). A proibição desse tráfico afetou drasticamente o Peru, tanto pela questão financeira quanto pela falta de mão de obra.

<sup>121</sup> A riqueza que o guano representava era tão grande na época que entre 1861 e 1875 mais de ¼ do total da fonte de renda do governo peruano era referente à indústria guaneira.

século XIX para o crescimento da exportação do cobre, o tráfico agrícola não foi tão afetado, fazendo com que em regiões cruciais, como a serra central peruana – historicamente produtora de prata – não aumentasse a produção em um nível esperado (MILLER, 2020, pp. 213-214; 219; 221).

O grande plano ferroviário para o Peru foi catastrófico para as finanças do país. A malha ferroviária de gigantescas proporções foi arquitetada durante a alta do guano e foi uma das grandes responsáveis do endividamento externo peruano: ao crer que a conexão ferroviária “abriria mais áreas à produção” (AMAYO, 1988, p. 142), o governo de Lima claramente não contava com a queda do guano e com a grande crise global de 1873, que devastaram o país. Embora alguns historiadores como Sater (SATER, 2007, p. 8) apontem que o problema das ferrovias fosse na verdade um imprevisto devido à crise do açúcar e da insuficiência do lucro gerado pelo algodão, as novas ferrovias e obras públicas “faraônicas” (AMAYO, 1988, p. 104) peruanas estavam fadadas ao fracasso desde seu primeiro planejamento. As ferrovias projetadas pelo Peru, não tinham explicitamente o objetivo de um desenvolvimento de fato nacional do país

[...] estos ferrocarriles no se articularon a la estructura interna de la economía peruana, sino que más bien fueron los vehículos de desintegración de la economía campesina y los canales a través de los cuales se reforzó la dependencia exterior del Perú. Lo que Pardo y su clase no pudieron comprender era la imposibilidad de un desarrollo auténtico en el interior de un espacio dominado por el capitalismo europeo. Paradójicamente, el Estado peruano, al construir con sus propios capitales estos ferrocarriles, preparó, a corto plazo, una nueva y definitiva bancarrota financiera y, a largo plazo, el reforzamiento de su dependencia (BONILLA, 1984, p. 55).

O caso peruano demonstra que o controle nacional das atividades econômicas – como foi o caso do guano durante seu auge – nem sempre caminhava contrário aos interesses imperialistas.

Embora a malha ferroviária em si não sendo, de fato, a causadora da crise, representava na prática o pensamento político-econômico eurocêntrico<sup>122</sup>. É inegável, hoje, que a utilização de grande parte da renda estatal em uma obra que – além de funcionar como fonte especulativa dos grandes capitalistas peruanos e estrangeiros – reforçava o caráter de produtor de matéria-prima não faria o Peru superar seu caráter semicolonial, permanecendo uma futura vítima de qualquer turbulência do mercado capitalista globalizado. Nenhuma das grandes obras de fato se mostravam como um impulso para um real desenvolvimento estrutural econômico, pelo contrário, foram instrumentos do imperialismo para dissimular a escravidão capitalista e

<sup>122</sup> Bonilla categoriza o investimento na malha ferroviária como parte de uma missão econômica e também moral: como apontado por Manuel Pardo (Secretário da Fazenda em 1865-1866, Alcaide Metropolitano de Lima em 1869-1870 e Presidente do Peru 1872-1876), as ferrovias seriam “misioneros de la civilización” que levariam o progresso ao Peru como um todo (BONILLA, 1984, pp. 52-53).

vincular a propriedade privada dos meios de produção ao monopólio dos grandes capitalistas britânicos, acentuando ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura peruana e da indústria europeia. O Peru, no começo da década 1870, via seu maior investimento sendo insuficiente para sair de uma ultra dependência com o guano.

O suposto caráter nacional do guano não foi suficiente para evitar a crise peruana. A dívida externa e interna crescia em níveis alarmantes no país e a população sentia os efeitos de uma iminente crise

Es así que a fines de la década de 1860 esta clase [burguesa] se restablece económicamente, gracias al control de la venta del guano, al fraude, a las especulaciones fiscales. Frente a ella existía una masa urbana y rural, cuya situación se deterioraba día a día. Esta polarización de la sociedad, generó la eclosión de los primeros movimientos populares, con un carácter marcadamente social, aunque carecían todavía de la coherencia organizativa e ideológica (BONILLA, 1984, p. 72).

Em 1868, o Peru, sem uma política financeira que barrasse o enriquecimento privado e o aumento da dívida, entrava em uma profunda crise econômica. A falta de infraestrutura longe de Lima seguia sendo a realidade peruana, mesmo décadas após a independência: até 1867, a única linha de telégrafo do país correspondia a ligação da capital com Callao (BASADRE, 2014a, p. 46). A capital aristocrática permanecia com seus costumes coloniais, com uma elite vivendo “como na Europa” (URIBURU, 1899, p. 25), à base de um imenso fluxo de importações de luxo, a cidade dos reis ainda mantinha seu sustento sobretudo no guano e do salitre<sup>123</sup>.

O regime de consignações do guano peruano teve como resultado um enorme endividamento do Estado, fazendo com que, em 1868, se estabelecesse o Contrato Dreyfus, onde o Estado entregou o monopólio do excremento – que já mostrava sinal de esgotamento – para controle quase total de Auguste Dreyfus, grande capitalista francês que acordava com o governo limenho o pagamento de toda a dívida externa peruana contraída. O governo peruano se comprometeu a somente utilizar crédito europeu por meio da Casa Dreyfus e realizou uma série de acordos que entregavam a Henry Meiggs a responsabilidade do projeto ferroviário e de obras públicas<sup>124</sup>.

Se o regime de consignação do guano não rendeu os devidos frutos ao Estado, fica claro que o monopólio do produto nas mãos de Dreyfus, a médio e longo prazo foi ainda pior para a crise peruana: a dependência do governo com a Dreyfus e Meiggs – somados a um pífilo

<sup>123</sup> E em menor número da cana e do algodão, produzidos majoritariamente em regimes latifundiários com trabalhadores semiescravos asiáticos e/ou negros, ganhando maior espaço a partir da década de 1870.

<sup>124</sup> Em 1874, Meiggs funda *La Compañía de Obras Públicas y Fomento del Perú*, que tinha como objetivo, além da implantação de ferrovias, uma série de obras de infraestrutura urbana e rural, além da emissão de bilhetes de crédito que afetaram drasticamente a estrutura financeira e monetária do país.

comércio local sufocado ainda mais com as novas ferrovias – piorava ainda mais a situação de Tarapacá, que tinha Iquique se tornando cada vez mais um centro urbano de especulação financeira e dependente de produtos estrangeiros (em grande parte chilenos). Em poucos anos, Dreyfus não era somente o responsável pelo guano, e sim um dos principais agentes financeiros que lucrava constantemente com os empréstimos<sup>125</sup> realizados pelo governo peruano.

Es preciso mencionar que con la entrega en monopolio del negocio del guano a la compañía francesa Dreyfus (un megacontrato de acuerdo con Francisco Quiroz), mediante lo aprobado el 17 de agosto de 1869 por el joven Piérola, entonces ministro de Hacienda, la deuda externa se incrementó astronómicamente de 42.930.280 pesos en 1869 a 143.058.530 pesos en 1873,17 y el déficit público alcanzó las proporciones probablemente más significativas de la historia republicana en cifras relativas: 34% de los ingresos en 1870 y aproximadamente el 50% en 1871 (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 40).

O Peru adentrava a década de 1870 entregando o controle do país nas mãos de Meiggs e Dreyfus, caminhando para o pior momento de sua crise.

No começo da década de 1870, a principal fonte de renda do Estado peruano, o guano, servia quase que exclusivamente para pagar a crise intensificada pela implantação da monstruosa malha ferroviária: em 1872, 60% do total de exportações peruanas seriam para cobrir parte da dívida peruana, “todas las ganancias del guano estaban comprometidas para el pago, pero, no eran suficientes, ya que en 1872 produjeron sólo 1018,615 libras (22,5%) de un total de exportaciones peruanas que sumaba £ 4544,664 (100%)“ (AMAYO, 1988, 133-134). Simultaneamente, o guano estava se esgotando<sup>126</sup> e já não valia tanto quanto nas décadas passadas, fazendo com que os bilhetes fiscais emitidos pelos bancos e por Meiggs – que tinham o guano como segurança fiscal – valessem cada vez menos, afetando diretamente os grandes capitalistas estrangeiros e principalmente a população peruana. Mesmo a valorização do açúcar e algodão peruano no período pós 1873 não foi suficiente para resolver a situação.

É claro que a debilidade fiscal e a corrupção envolvidas nos regimes de exploração do guano propostos pelo Peru, durante as décadas de 1860 e 1870, impulsionaram ainda mais a crise, porém, deve-se analisar o caráter da crise peruana sendo decorrente também do modelo estrutural do governo no Peru. A centralização do poder peruano nas mãos de uma pequena elite de Lima também contribuiu para que a crise se tornasse tão devastadora no país. A proibição do tráfico de escravos chineses também foi outro golpe sentido pela economia peruana na década de 1870, fazendo com que o setor agrário entrasse em crise por falta de mão

<sup>125</sup> Entre 1870 e 1872, dois empréstimos, de 59,6 milhões e 900 milhões de soles são feitos com Dreyfus, aumentando a dívida peruana e tornando o Peru um dos maiores devedores do mundo (BONILLA, 1984, p. 92-94)

<sup>126</sup> “Para 1872, el guano rico de las islas de Chincha se había agotado y los depósitos de las islas Guañape y Macabí estaban muy cerca de dicho punto.” (MILLER, 2020, p. 40).

de obra, além de aumentar a pressão dos britânicos para a cobrança das enormes dívidas, que o Peru deixou de pagar em 1876.

A influência do monopólio britânico foi crucial para o surgimento da crise peruana: mesmo que durante o período da exploração nacional do guano, a burguesia guaneira, agora com o poder econômico e político nas mãos, seguiu um projeto de convivência com os interesses estrangeiros<sup>127</sup>. Anos após o começo da crise (em 1877), a obra *Estudios sobre la independencia económica del Perú* aponta como que as medidas adotadas pelo governo peruano fomentaram a crise vivida: a dependência dos empréstimos estrangeiros, a destruição do mercado interno pelas ferrovias, a importação de luxo, a destruição da agricultura peruana pelo latifúndio, o regime liberal sem qualquer medida protecionista para produtos peruanos e a falta de atividades bancárias incentivando a agricultura (COPELLO e PETRICONI, 2019, pp. 66; 70; 74; 77-78; 84; 120; 128) são medidas cruciais apontadas ao denunciar o papel do governo peruano<sup>128</sup>. É, porém, necessário compreender que todas essas medidas são comuns e funcionam como ferramentas para a manutenção do regime capitalista de cunho imperialista nas semicolônias.

### 5.1.2 A crise de 1873 e as dívidas nos três países

A década de 1870 não foi marcada por uma grande crise somente no Peru: a crise da Pax Britannica de 1873 afetou toda economia globalizada e foi sentida em todos os Estados que dependiam da Grã-Bretanha economicamente. A historiografia eurocêntrica costuma denominar de Pax Britannica o período correspondente do final das Guerras Napoleônicas até o início da Primeira Guerra Mundial. Embora o nome do período aponte uma suposta “paz”, é crucial compreender que todo o período da “Pax” Britannica representou, nas periferias do mundo, “La apertura violenta de mercados, el reparto de un continente, los acuerdos entre potencias europeas para “recuperar” colonias del nuevo mundo, la represión de movimientos nacionalistas emergentes y las guerras entre estados nacionales periféricos” (AMAYO, 1988, p. 10). É durante a Pax Britannica que se foi consolidada a hegemonia econômica e política global da Grã-Bretanha, seguida pelas potências europeias e os EUA, sobre o restante do mundo; além disso, é durante esse período que o liberalismo econômico alinhado à ideia eurocêntrica do progresso constituiu o *modus operandi* do que se chama de “mundo civilizado”.

<sup>127</sup> Inclusive chilenos, como é o caso do regime de exclusividade da indústria do iodo para D. Pedro Gramboni de 1866 a 1870, e após esse período, ainda mantendo contratos em que o chileno detinha direitos sobre a exportação do produto (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, pp. 253-254).

<sup>128</sup> Tantaleán Arbulú aponta Copello e Petriconi como membros de uma vanguarda progressista peruana e precursores de um planejamento de planificação e desenvolvimento peruano (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 211).

Se o período foi marcado com a plena “inserção” (normalmente com formas violentas e sobre aspecto de dominação) das periferias globais no mercado capitalista, a sua crise – desencadeada por uma quebra da bolsa de valores de Londres e, conseqüentemente, de outros centros financeiros europeus e estadunidenses – fez com que os países dependentes fossem ainda mais pressionados, uma vez amarrados devido à política de cunho imperialista vigente de Londres.

Embora fortemente sentida, a crise de 1873 não representou uma ruptura no sistema em que as potências capitalistas agiam nas periferias globais, a Grã-Bretanha não perdeu a hegemonia global, mesmo que tenha sido afetada por uma depressão econômica. A curto prazo, o ritmo capitalista britânico foi desestabilizado a ponto de haver uma quebra do investimento técnico e das exportações manufatureiras – como pode ser observado pela paralisação global de construções ferroviárias –, isso fez com que na década de 1890, potências como os EUA e a Alemanha se aproximassem da posição hegemônica dos britânicos no sistema global. Como apontou Agustín Cueva, “As crises do capitalismo, por si sós, não fazem mais do que produzir efeitos negativos nos débeis do sistema” (CUEVA, 1983, p. 167); uma vez que toda a América do Sul na década de 1870 dependia economicamente do capital britânico, os efeitos da crise nos países já extremamente endividados foram ainda mais brutais do que no velho continente, após 1873, todos os Estados da América Latina foram pressionados a pagarem as dívidas que detinham com os europeus, isso fez com que todo o continente fosse severamente afetado pela crise<sup>129</sup>.

O efeito da crise teve algumas especificações no Peru, Chile e Bolívia. A situação financeira boliviana era diferente dos vizinhos: embora contasse em 1872 com seu único empréstimo da “época de ouro dos empréstimos estrangeiros na América Latina”, a estrutura econômica e política boliviana ainda se baseava na disparidade entre a “colonialista” elite mineira e o funcionalismo público “militar”. O processo de destruição das comunidades indígenas seguia desde 1864 até anos após a crise de 1873 (OPORTO ORDÓÑEZ, 2014, p. 12) atestando a forte presença de estruturas colonialistas no país; mesmo assim, o empréstimo realizado pelo Estado boliviano se tornou insustentável e, em 1875, o país suspendeu o pagamento de sua dívida externa.

A contração da dívida de 1.700.000 libras teve em menos de um ano seu pagamento suspenso e foi assunto pendente até 1880, ano em que ainda restava o pagamento quase integral do montante, 1.666.000 libras (ALMEIDA NETO, 2016, p. 184). Se, até o início da guerra, a

---

<sup>129</sup> Assim como para grande parte da historiografia boliviana a Guerra do Chaco (1932-1935) foi consequência direta da crise capitalista de 1929-1930 (QUEREJAZU CALVO, 1982, p. 21), atesta-se aqui que a Guerra do Pacífico foi consequência direta da crise capitalista de 1873.

Bolívia não tinha condições de arcar com seu único empréstimo<sup>130</sup>, fica extremamente claro que a perda de seu rico território no litoral, somado ao custo da guerra, não apontava um futuro próximo que fosse próspero para o país. A Bolívia não ser um grande devedor como o Peru e o Chile não significou que economicamente o país se encontrava em situação menos alarmante, os governos liberais de Morales, Frías e Ballivián foram governos aliados dos grandes capitalistas chilenos e ingleses e mantiveram um planejamento econômico liberal de endividamento externo muito parecido com os seguidos pelos vizinhos. Além do endividamento, os governos liberais continuaram seguindo a lógica da exploração estrangeira do território do Atacama em detrimento à soberania nacional, não investindo em mudanças estruturais, que de fato valorizassem o bem-estar do povo boliviano. No Peru, a crise de 1873 assumiu um caráter catastrófico por diversos motivos: a pressão para o pagamento da colossal dívida fez com que toda a produção peruana nos primeiros anos ainda tentasse barrar os efeitos da crise, porém, pelos fatores já mencionados anteriormente, se adentrou no pior momento da sua crise, de caráter tipicamente imperialista, e não meramente “fiscal” como alguns autores mencionam.

O efeito da crise a uma primeira vista pode parecer menos dramático para o Chile. No caso chileno, não houve suspensão da dívida externa, porém, não significa que o país não tivesse sido profundamente afetado: no primeiro momento, o governo de Santiago – pela condição de bons empréstimos e uma economia mais dinamizada do que seus vizinhos – conseguiu equilibrar minimamente a balança fiscal, porém, devido seu caráter dependente do capital estrangeiro, em alguns anos o altíssimo número de importações fez com que o país se encontrasse em situação extremamente delicada, do final de 1877 até o início da Guerra do Pacífico

En otras palabras, la crisis del comercio exterior iniciada en 1873 con la caída de los precios y luego de la producción y exportación de los principales productos chilenos, tiene un carácter permanente. Los productos en que se apoyaban las exportaciones del país, factor determinante del crecimiento y estabilidad del resto del sistema, terminaron su ciclo de expansión comenzado cuarenta años antes (CARIOLA SUTTER e SUNKEL, 1982, p. 38).

O avanço do capitalismo financeiro e especulativo – fenômeno tipicamente imperialista – com a fundação dos principais bancos no Chile fez com que o país caminhasse para a inconversibilidade da sua moeda anos antes da Guerra do Pacífico.

No Chile, foram sofridos pesados golpes nos principais setores de sua economia: tanto a quantidade quanto o valor das suas exportações caíram e uma série de empresas quebraram.

---

<sup>130</sup> Ver anexo final I.

Entre 1878 e 1880, a receita do governo chileno estava abaixo dos gastos feitos e a dívida externa só aumentava. A partir de 1874, a depressão agrária foi acompanhada pela recessão nas principais cidades e distritos mineiros do norte, aproximadamente 25 das maiores companhias industriais, construtoras e mineradoras foram fechadas, além de vários bancos entrarem em falência, fazendo inclusive que se esgotassem as reservas bancárias da maior instituição financeira do país, o Banco Nacional do Chile (MARICHAL, 2014, pp. 98-99).

Por mais que houvessem algumas pequenas diferenças nas bases econômicas dos três países, deve-se firmar que a estratégia do endividamento externo fez com que, durante os períodos de crise global, como os acordos de empréstimos internacionais beneficiavam sempre os credores, os governos endividados não tivessem outra alternativa a não ser entrarem em uma aguda depressão econômica para cumprir o compromisso de pagamento – como é o caso chileno nesse momento –, ou cederem diretamente concessões exigidas pelo capitalismo estrangeiro. Após a crise de 1873, ferrovias, minas, terrenos públicos ou qualquer tipo de propriedade estatal foram cedidas como forma de se pagar dívidas cada vez mais incontroláveis; o final do século XIX pode ser encarado como contendo os primeiros exemplos históricos do fenômeno de privatizações em massa na América Latina (MARICHAL, 2014, 113-114), que estão presentes na história do continente até os dias atuais.

Além dos valores máximos permitidos, as taxas e condições dos empréstimos oferecidos à Chile, Peru e Bolívia, que já não eram iguais, foram alterados ainda mais durante as décadas de 1870 e 1880. O número de exportações e as reservas minerais do Peru teriam permitido o país se tornar o maior devedor da América Latina antes da crise de 1873, porém, após o colapso internacional, o país perdeu credibilidade nos círculos dos grandes detentores do capital financeiro; a situação do Chile era diferente, como explica Marichal

Los estados mayores y más prósperos, como los de Argentina, Brasil y Chile, pudieron obtener créditos externos bajo condiciones relativamente costosas pero soportables. Por otra parte, el desembolso de los fondos fue realizado en estos casos con considerable fidelidad a los objetivos buscados, bien fuera en inversiones en obras públicas, contratos de armamentos u operaciones de refinanciación. El caso de Perú era claramente distinto, dado que sus proyectos de obras públicas eran tan costosos que resulta difícil hablar de mesura en sus negocios financieros. Aun así, puede alegarse que el excesivo endeudamiento de Perú fue causado no sólo por planes de desarrollo excesivamente ambiciosos, sino asimismo por una incorrecta apreciación de las perspectivas de crecimiento de la economía nacional a largo plazo (MARICHAL, 2014, p. 109).

O critério estabelecido para o favorecimento do empréstimo aos chilenos em detrimento à Bolívia e Peru é, sem sombra de dúvida, estabelecido de acordo com o que buscasse favorecer o lucro dos detentores do capital. As melhores condições de empréstimo, que favoreciam o Chile, não eram refletidas somente pela “maior estabilidade” política e econômica do país como

se observa. A própria instabilidade peruana não deve ser separada do que representou a presença massiva do imperialismo britânico; todos os artifícios dos ingleses no Peru em nada auxiliou uma estabilidade política no país.

O caso peruano demonstra que o endividamento interno seguia uma lógica de aumento similar ao externo. Em 1851, a dívida interna do país batia os 4.879.607 pesos, já em 1858, chegava a 23.211.400 (BONILLA, 1984, pp. 21-22), isso é, quase quintuplicou em pleno auge do guano, produto abundante no Peru; isso se deve em grande parte, nesse momento, pela fraudulência e corrupção dos setores ligados ao guano, que se tornou o *modus operandi* da classe responsável pela sua produção e exportação no Peru, a partir do momento em que tenta reproduzir o parasitismo e a especulação financeira típica dos grandes capitalistas e banqueiros estrangeiros no continente. O altíssimo endividamento externo e interno do Peru fez com que o país se tornasse cada vez mais suscetível às crises globais do capitalismo, ao mesmo tempo se tornando crescentemente dependente do governo de Londres, como ocorreu nas décadas seguintes.

Ao longo das décadas de 1860 e 1870, devido à crise “fiscal” peruana, a situação “próspera” do Chile fez com que o país se consolidasse ainda mais como o devedor do Pacífico mais confiável para o capital britânico: na prática, para o governo de Santiago eram oferecidos empréstimos com melhores taxas do que para seus vizinhos. É necessário compreender que o termômetro para as melhores ofertas de empréstimos, que supostamente se baseavam na “estabilidade” e “força” dos Estados sul-americanos, na verdade estavam vinculados não à capacidade de arcar integralmente com o endividamento externo a curto prazo, mas sim a possibilidade de que, a longo prazo, a taxa de interesse permanecesse sendo cumprida, mesmo que com a necessidade de um novo endividamento externo; o Chile de fato não tinha condições de arcar rapidamente com os compromissos externos – isso fica claro ao observar a crise chilena antes da guerra –, porém, sua configuração política e econômica se mostrava estável o suficiente para o capital estrangeiro negociar com o governo um aumento de sua influência no país. A crítica de Paz Soldan, sobre o Chile não ter renda própria para responder pela dívida que contraía no final da década de 1870 e começo da década de 1880 (PAZ SOLDAN, 1884, p. 100) é uma análise correta feita pelo autor, porém, desconsidera que o Estado chileno, a partir do momento que se encontrava pressionado por seu endividamento, pudesse realizar a entrega de um maior controle da produção de toda a região tomada da Bolívia e do Peru na Guerra do Pacífico, o que era mais interessante para a Grã-Bretanha do que de fato um pagamento rápido da dívida contraída.

A cobrança das dívidas pelos britânicos se demonstrava de forma mais tensa no Peru e na Bolívia após a derrota no conflito. Com a perda de parte de seu território, o Peru – já extremamente endividado – não teve mais recursos suficientes para cumprir sua parte do acordo com os estrangeiros. Isso fez com que, ao longo das últimas décadas do século XIX, o governo peruano sofresse uma penalização com a obrigação de entregar a administração econômica do país aos conselhos de obrigonistas estrangeiros. A Bolívia, por sua vez, foi obrigada a entregar ferrovias ao controle exclusivo dos britânicos (ALMEIDA NETO, 2016, p. 193). A crise global de 1873 não foi um ponto de cessão da doutrina imperialista, pelo contrário, representou a cristalização do Imperialismo das potências capitalistas nas periferias globais: a suposta “Pax” Britannica, antes e depois da crise de 1873, ao abrir os mercados à força, repartiu o continente africano, manteve o status de colônias na América e reprimiu todo tipo de movimentos nacionalistas.

### 5.1.3 A responsabilidade de Melgarejo e Daza

Parte da historiografia costuma apontar as figuras Melgarejo e Daza como os principais responsáveis pelos fracassos diplomático e bélico bolivianos. Deve-se atentar que muitas das acusações historicamente feitas aos dois ex-presidentes não se mostram tão simples quanto julgam ser. Foram os governos liberais que estiveram no poder nos primeiros anos da década de 1870 na Bolívia. O governo Melgarejo deve ser compreendido como economicamente a antítese<sup>131</sup> do governo Belzu, e não como antítese dos governos civis alinhados à elite mineradora<sup>132</sup>; fazendo com que seja compreensível o porquê das historiografias utilizarem a figura do ex-presidente como a representante do atraso boliviano. Os argumentos contrários à “barbárie” militar exaltavam a indisciplina, o alcoolismo, o analfabetismo e a tirania<sup>133</sup>, já os argumentos contrários ao “entreguismo” sustentam a subordinação de Melgarejo frente a Brasil (BARRAGÁN, 1979, p. 68), Chile (MENDEZ, 1874, p. 2), Paraguai e aos franceses (O’CONNOR D’ARLACH, sem ano, p. 146; 207). Concorde-se aqui que Melgarejo manteve ministros que por anos eram apoiados pela elite mineradora (BARRAGÁN, 1979, p. 71), que o ex-presidente entregou o salitre para o controle do monopólio em um preço muito menor do

<sup>131</sup> Alguns historiadores creem que Melgarejo foi quem cometeu o assassinato de Belzu; independente de ter sido a pessoa que assassinou o ex-presidente, é notável que ambos comandavam forças políticas antagônicas com projetos de país bastante divergentes.

<sup>132</sup> Aramayo afirma que Melgarejo era uma espécie de gênio do mal, com o único objetivo de “devorar y nada mas que á devorar em todo sentido, pues no comprende de outro modo la grandeza de su poder. Su gloria esta fundada en la facultad de hollarlo todo y en no reconocer ningun freno, ninguna superioridad” (ARAMAYO, 1871, pp. 114-115).

<sup>133</sup> Recomenda-se a obra de *El General Melgarejo – Hechos y dichos de este Hombre Celebre* de O’Connor D’Arlach para compreender essa visão anti-militarista.

que o ideal para o governo boliviano (ROSARIO, 2021, p. 17) e que avançou sobre os direitos indígenas pela posse de terra<sup>134</sup>, três táticas de governo extremamente similares ao que fizeram os regimes liberais não-militares da década de 1870.

Se Melgarejo surge como uma incógnita entre as disputas políticas entre belcistas<sup>135</sup> e rojistas<sup>136</sup>, desde o começo do seu governo, todos os departamentos da República fizeram uma série de rebeliões e levantes contra o presidente, especialmente La Paz – historicamente ligada ao movimento belcista; Beltran Saavedra destoa da grande maioria das historiografias, apontando em como o ex-presidente conseguiu sobreviver frente à ameaças externas e internas graças à sua habilidade e visão geopolítica de integração de um enorme território nacional (BELTRAN SAAVEDRA, 2017) com um orçamento muito mais baixo que os vizinhos. Independente do debate sobre a figura de Melgarejo, sustenta-se aqui que as medidas econômicas tomadas pelo ex-presidente não foram de fato revogadas pelos governos seguintes, e sim intensificadas; se Daza é traçado como a continuação direta a Melgarejo (com Morales sendo um curto governo com medidas populares e os governos Frías e Ballivián filho governos civis alinhados à elite mineradora), deve-se compreender que tal linha de raciocínio é obra da historiografia clássica liberal em uma tentativa de retirar responsabilidade dos governos Frías e Ballivián filho.

As críticas a Daza costumam ser similares às feitas a Melgarejo pelos membros da elite mineradora, como exposto por Urriburu:

Aventurero vulgar y re pugnante histrión, fruto es púreo del cuartel de mili tares corrompidos é indisciplinados, nació en Sucre, en la infecta bohardilla del cholo ladino y retrechero [...]

Nieto de un semicretino apellidado Grosolin, de hercúlea musculatura y que tragaba sapos y devoraba la carne cruda en público, al precio de algunas monedas de plata, su desarrollo es de atleta y su fuerza extraordinaria. (URIBURU, 1899, p. 79).

Nota-se que, diferentemente de Melgarejo, as críticas sobre o “entreguismo” não são comuns, porém, outros julgamentos negativos se deram ao longo da historiografia contra Daza, referente à sua capacidade estratégica como general durante o conflito contra o Chile – a qual não será discutida neste trabalho. É ponto chave compreender que Daza, mesmo participando politicamente do governo Frías – inclusive como Ministro da Guerra – governou o país nos anos mais críticos da crise boliviana, encarando um rombo financeiro aumentado nos governos civis liberais, fazendo com que, mesmo que seguindo em grande parte a linha dos governos anteriores, fosse necessário tomar medidas protecionistas para tentar conter a crise: a

<sup>134</sup> Auad Sotomayor chega a categorizar Melgarejo como um assassino de indígenas (AUAD SOTOMAYOR, 2015, p. 31).

<sup>135</sup> Corrente que apoiava historicamente as medidas propostas por Belzu.

<sup>136</sup> Até a década 1860, partido historicamente ligado à liderança do ex-presidente José Ballivián (1841-1844).

assemelhação de Daza a Belzu<sup>137</sup> se deve pela implementação das medidas protecionistas, porém, ocorrem em contextos completamente diferentes.

## 5.2 A DESCOBERTA DE CARACOLES E OS CRESCENTES ATRITOS CHILENO-BOLIVIANOS

### 5.2.1 A prata de Caracoles, Morales e os novos tratados com Chile

A descoberta das minas de Caracoles em 1870, inaugurou uma nova disputa territorial entre Chile e Bolívia: como afastadas da faixa litorânea, os países divergiam sobre as minas de prata estarem acima ou abaixo do paralelo 23°S – ou seja, se o Chile tinha ou não direito de explorar e comercializar as exuberantes reservas argentíferas. A quantidade de prata era tão abundante que se compara o fluxo migratório para Caracoles com a febre do ouro californiano

En los primeros cuatro años se hicieron alrededor de 14.000 peticiones. Caracoles se convirtió en un alborotado campamento minero en el que más de 10.000 seres humanos de los dos sexos, en su gran mayoría chilenos, vivían en casas rápidamente levantadas o en casuchas, tiendas de campaña o cuevas, compitiendo entre sí como empresarios, cateadores, peones, artesanos, arrieros, comerciantes, aguateros, prostitutas, especuladores, etc., etc., etc. Imperaban las leyes del fusil, el revólver y el puñal. El gobierno boliviano designó un subprefecto y un juez, dándoles unos 20 gendarmes para que procurasen mantener el imperio del orden y la legalidad (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 36).

Estima-se que a quantidade de prata era aproximadamente 30% superior à da produção de Cerro Rico de Potosí, sua extração e comercialização foi de extrema importância para Bolívia e Chile na primeira metade da década de 1870, mas nos anos anteriores a guerra a mina já não se mostrava tão lucrativa quanto nos primeiros anos da década. Caracoles deve ser entendida como uma das principais responsáveis pelo crescimento de Antofagasta e por complicações envolvendo os grandes capitalistas estrangeiros.

Uma vez que a produção salitreira da região ainda não representava um alto rendimento nos primeiros anos de 1870, os grandes capitalistas ligados à *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* entravam em conflito para configurar Antofagasta como porto principal para o escoamento da prata, que nos primeiros anos era exportada por Cobija. A figura de Meiggs, por sua vez, projetava a ferrovia que ligaria as minas de prata com Mejillones, ameaçando os interesses da companhia de Antofagasta que se alinhava ainda mais ao governo chileno, que foi seu principal protetor durante a década.

---

<sup>137</sup> Barragán compara Daza à figura de Belzu inclusive no apoio popular que detinha nas camadas subalternas (BARRAGÁN, 1979, p. 405).

A descoberta da prata em Caracoles inaugurou um período de grandes migrações e atividade especulativa<sup>138</sup> no Chile: estima-se que se constituíram cerca de 50 sociedades anônimas em Valparaíso e Santiago ligados à mineração da região (BRAVO QUEZADA, 2000, p. 15), além de um contingente de trabalhadores vindos principalmente da região de Coquimbo<sup>139</sup>. A necessidade de escoamento e abastecimento de Caracoles impulsionou o crescimento de Mejillones e Antofagasta, que a partir de 1872 já se mostravam portos mais estruturados do que Cobija. Historicamente o Código de Mineração boliviano<sup>140</sup>, que favorecia as grandes empresas, não foi alterado, afetando negativamente os pequenos empresários que tentassem a sorte em Caracoles; as tentativas de cobrança de maiores impostos na região de mútua exploração ocorreram desde os primeiros anos da década sem sucesso, os impostos de minerais no Atacama se mostravam mais baixos do que no restante do território boliviano por pressão dos empresários, apoiados pelo Estado chileno<sup>141</sup> (BRAVO QUEZADA, 2000, pp. 34-35).

Devido ao auge da atividade financeira chilena coincidir com o auge da exploração de Caracoles (de 1871 a 1873), é crucial compreender que a região se mostrou muito como centro de especulação capitalista que de fato de produção mineira. Isso fez com que, com a crise mundial de 1873, a região entrasse em decadência<sup>142</sup> que se intensificou ainda mais a partir de 1875, e nos anos que precederam a guerra, a mineração de prata de Caracoles já não se mostrava como lucrativa, uma vez que o custo do transporte e dos gastos para exploração, somados à decadência do preço da prata, fossem muito impactantes para os dois países.

Com a crise mundial, crescia a produção do salitre no Atacama boliviano. O maior investimento técnico no setor minerador do Chile, a influência crescente das empresas chilenas

---

<sup>138</sup> Ressalta-se aqui que Caracoles era um centro de especulação devido aos altos investimentos necessários para sua infraestrutura, principalmente devido ao transporte e a necessidade de água potável, produto escasso na região, fazendo com que as atividades fossem financiadas pelos principais bancos e casas comerciais, controladas pelo capital estrangeiro.

<sup>139</sup> Houve uma forte campanha financiada pelas elites chilenas em vender uma ideia de que a região de Caracoles era tida como um destino de fácil enriquecimento, com apoio dos principais jornais que vendiam a ideia de que era seguro e simples a migração (BRAVO QUEZADA, 2000, pp. 39-43), o que não condizia com a condição precária da região afastada do litoral. Em menor escala, houve também uma migração de mineiros de Potosí para Caracoles (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 47).

<sup>140</sup> As leis de mineração na Bolívia funcionavam principalmente com a concessão de uma ou mais estacas (cada estaca medindo aproximadamente 27.956 metros quadrados) após o descobrimento de minerais no território pelas autoridades bolivianas (BRAVO QUEZADA, 2000, p. 64 e RENOZ, apud TANTALEÁN ARBULÚ, p. 243).

<sup>141</sup> Além da pressão exercida pelos empresários, a falta de infraestrutura e a indecisão sobre o pertencimento de Caracoles na região de mútua exploração dificultava o controle administrativo boliviano, fazendo com que os impostos nunca fossem de fato aplicados com precisão (PEÑALOZA CORDERO, 1984, pp. 27; 37-38.)

<sup>142</sup> As ações da *Compañía Explotadora de Caracoles*, principal companhia da região, teve uma queda de seus valores mais altos alcançados por mês de 5800 pesos para 250 entre dezembro de 1872 e junho de 1873 (BRAVO QUEZADA, 2000, p. 96).

e o contingente numeroso de trabalhadores faziam com que a exploração do salitre se mostrasse cada vez mais favorável para os chilenos e desfavorável para os bolivianos. Embora não sendo o único responsável, a historiografia boliviana desde muito cedo personificou o fracasso do Tratado de Limites de 1866 na figura do presidente boliviano Mariano Melgarejo. Deve-se explicitar, novamente, que parte do poder político-econômico boliviano sempre esteve nas mãos da “alta casta” boliviana – formada pelos grandes mineradores aliados ao Parlamento – e que tal grupo jamais se opôs à política entreguista realizada pelo governo Melgarejo. Após o fracasso completo da odiada figura, Agustín Morales assumiu a presidência do país: diferentemente do governo passado, durante o curto período em que foi presidente, foi proposto uma série de medidas populares, voltadas principalmente para beneficiar na medida do possível classes mais populares, porém, grande parte das medidas foi negada devido ao crescente poder político ganho pelo parlamento pós-melgarejo

Contaban los mineros formalmente, desde 1871, con un periodismo sumiso a sus miras. Era este el vocero de las sofisticaciones encaminadas a cimentar el poderío institucional de la industria minera, subalternizando el Estado ante ella. Como consignas impartidas al Parlamento, señalaban sus lemas la manera de hacer efectivo ese poderío, mediante la legislación. “Leyes buenas, administración conveniente, respeto al empresario son de pronto las necesidades de la minería”, rezaron esos lemas entonces, como rezan ahora mismo. Leyes buenas, administración conveniente, respeto al empresario; ni una palabra, empero, sobre las obligaciones de la minería para con el país (MONTENEGRO, 2016, 167-168).

Montenegro continua seu raciocínio afirmando como a historiografia tradicional boliviana se mostra injusta com Morales<sup>143</sup>: independente dos méritos ou deméritos dessa figura para a historiografia, é evidente como as medidas oficiais do poder executivo boliviano, a partir do ano de 1871, tentaram mudar – a maioria sem sucesso – algumas diretrizes políticas e econômicas da Bolívia, inclusive tentando acabar com o monopólio do salitre; diferentes dos até então regimes que Querejazu Calvo caracteriza como de “mutua e incómoda servidumbre entre Bolivia y Chile” (QUEREJAZU CALVO, 1995, 42).

Durante os anos do governo de Agustín Morales, as relações entre os Bolívia e Chile foram cada vez mais desgastadas pelo regime que desagradava ambos os países. Após a tomada de poder pelo novo presidente, no dia 15 de janeiro de 1871, todos os atos de Melgarejo – incluindo o Tratado de Limites de 1866 – deveriam ser anulados, o que foi questionado e não aceito pelo governo chileno. São negadas duas propostas feitas pelo governo do Chile acerca da região do Atacama: a primeira seria a da troca do guano boliviano de Mejillones pela

---

<sup>143</sup> Se percebe que após a revolução de 1952 e o centenário da ocupação de Antofagasta, a historiografia boliviana passou a ter uma postura muito mais crítica aos governos liberais do século XIX, consequentemente valorizando mais as figuras de Belzu e Morales.

renúncia chilena da participação nos minerais correspondentes à área de exploração mútua, a segunda seria a da compra da região do litoral boliviano por parte do Chile. Após uma série de frustradas tentativas de estabelecer acordos que substituíssem o tratado de 1866, as relações entre os dois países se mostravam mais uma vez à beira do colapso.

Entre as medidas propostas por Morales, o presidente tentou fixar um imposto em 6% da prata exportada em setembro de 1871 e decretou em janeiro de 1872 que todos os depósitos de substâncias inorgânicas deveriam ser propriedade estatal ordenando reverter as estacas concedidas à empresários privados (PEREZ TORRICO, 1986, pp. 22-23; 77); fica claro que durante seu breve governo os grandes empresários – aliados do Estado chileno, que fez uma série de reclamações e protestos oficiais – se posicionaram contra o presidente, que por afetar também os interesses da elite mineira<sup>144</sup> boliviana, foi assassinado em menos de dois anos após ter assumido a presidência.

Poucos dias após a morte de Agustín Morales, os novos governos liberais já demonstravam qual seria o novo rumo da Bolívia: Lindsay Font – designado pelo governo chileno para manter os vínculos diplomáticos ameaçados com a Bolívia –, em missão à La Paz, firmou com Camilo Corral – ministro das relações exteriores boliviano – o Convenio Lindsay-Corral de 5 de dezembro de 1872. Se manteria os limites dos países sendo o paralelo 24°S, a divisão da exploração do guano entre os 23°S e 25°S e os direitos chilenos e bolivianos alfandegários; o 9º artigo ainda afirmava que, convinha aos dois governos continuarem a negociar pacificamente a revisão ou revogação do tratado de 1866, ou seja: “Se tratava, en verdad, de un mero compás de espera mientras se llegaba a un Tratado de límites que diera definitiva solución a la controversia chileno-boliviana que duraba ya 30 años” (CARRASCO D., 1991, p. 67).

O acordo, que não piorava em nada a situação para o Chile, foi aceito por Santiago em janeiro de 1873. Na Bolívia, por sua vez, foi extremamente mal-visto pela sua população, que enxergava neste acordo uma tentativa de reviver a estratégia melgarejanista: em 19 de maio de 1873, a Assembleia Nacional Extraordinária resolveu postergar a decisão até o ano seguinte, fazendo com que essa negociação abrisse caminho para se firmar definitivamente o Tratado de Limites de 6 de agosto de 1874. Mesmo não sendo posto em prática, o protocolo Lindsay-Corral e o tratado de 1874 devem ser entendidos como a postura oficial dos governos Frías e Ballivián

---

<sup>144</sup> Barragán, por exemplo, categoriza a elite mineira boliviana como uma “máfia”, aliada à elite chilena devido ao pertencimento da maioria dos membros de ambas fazendo parte da maçonaria (BARRAGÁN, 1979). Não se adentrará aqui na questão das elites estarem vinculadas ou não à maçonaria, porém, é visível que ambas as elites possuíam interesse comum em derrubar Morales e barrar medidas populares que pudessem fortalecer o Poder Executivo boliviano.

filho, aliados ao legislativo boliviano e à elite mineradora: a entrega das riquezas do litoral nas mãos dos chilenos e do capital estrangeiro, abaixando os impostos para tais grupos e fazendo com que o preço da crise fosse arcado pelas camadas menos favorecidas do país, postura similar às tomadas por Melgarejo<sup>145</sup>.

Com os empresários chilenos pressionando o Estado boliviano pela construção de ferrovias para conectar Caracoles ao Pacífico via Antofagasta, uma série de concessões foram feitas por Frías e Ballivián, que foram tão prejudiciais quanto as feitas durante o governo Melgarejo – inclusive muitas vezes com termos ainda mais nocivos à população, como aponta Montenegro (MONTENEGRO, 2016, pp. 68-69) – pois entregaram todo o controle da região ao monopólio britânico, que tinha como seu bastião, a *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*<sup>146</sup>, além de também controlar o *Banco Nacional de Bolivia*. A prata era insuficiente para a renda do Estado boliviano devido a permissão da exploração de Caracoles dentro do regime liberal; a região de Tocopilla – acima do paralelo 23°S – crescia, aumentando os atritos com os chilenos enquanto o governo boliviano continuava se endividando também com os antigos extratores do guano, como Pedro López Gama e Meiggs (PEREZ TORRICO, 1986, p. 180).

Os governos Frías e Ballivián filho<sup>147</sup>, embora se mostrem como os “quatro anos mais tranquilos da história boliviana”, não mudaram em nada a base liberal pelo qual a Bolívia se sustentava, a elite boliviana continuava a tentar adiar o inevitável

Carente, en su clase directora, del anhelo de la nacionalidad y desposeída sistemáticamente de sus medios de fortalecimiento, llega Bolivia al minuto de crisis de su depauperación, de su anemia, cuando Chile llega a su vez al minuto crítico en que su nacionalidad requiere confirmaciones materiales. A esto se llama “estar preparado para la guerra”. A lo que hizo la casta dominante en Bolivia se llama “estar preparado para la derrota”. Debe recordarse que dos legislaturas rehusaron conceder al Presidente Ballivián los medios con los cuales podía arbitrarse dinero para adquirir barcos de guerra y material bélico (MONTENEGRO, 2016, p. 181).

O Tratado de Limites de 1874 foi, acima de tudo, produto dessa curta estabilidade interna e tentativa de manutenção da situação de dependência que o país se encontrava com o vizinho chileno.

O controle de Caracoles era outro problema que deveria ser resolvido com o tratado de 1874. Após a anulação do tratado de 1866 por parte da Bolívia, toda a região do Atacama

<sup>145</sup> Novamente, se aboliu o direito à propriedade coletiva nas terras rurais em 1874.

<sup>146</sup> Sobre as concessões e a crescente influência da companhia nas decisões dos governos Frías e Ballivián filho, recomenda-se a leitura integral da tese *El Estado oligárquico y los empresarios del Atacama* de Perez Torrico.

<sup>147</sup> Segundo Barragán, os governos liberais fazem parte da “máfia” boliviana que trai a pátria ao se aliarem à “maçonaria” chilena. O autor vai além e afirma que a figura de Ballivián foi o principal responsável pelo fracasso da inclusão da Argentina no Tratado de Aliança de 1873 (BARRAGÁN, 1979, p. 136).

voltava a uma situação de partilha indefinida, em Caracoles, a administração e a maioria dos trabalhadores da indústria argentífera eram chilenos, enquanto a autoridade policial e militar – que correspondia um pequeno número de habitantes – era boliviana. As autoridades políticas tentavam, portanto, caminhar para um regime que limitava o controle dos chilenos, uma vez que a Bolívia ainda detinha poder político na região, porém, o segundo artigo do tratado demonstrava que, até a concretização do pertencimento ou não de Caracoles na área de mútua exploração, a região era considerada pertencente.

No Tratado de Limites de 1874 foi reafirmado alguns pontos do antigo tratado de 1866: a fronteira dos países continuava sendo o paralelo 24°S, o caráter de partilha do guano – incluindo sua exploração, administração e venda – continuava igualitário e a isenção de tarifas na circulação de produtos entre os paralelos 23°S e 25°S se mantinha nos mesmos termos de 1866. O sexto artigo do tratado é uma continuação de uma política de várias décadas que só prejudicava o país boliviano: “La República de Bolivia se obliga a la habilitación permanente de Mejillones y Antofagasta como puertos mayores de su litoral.” (TRATADO de Límites, 1874). O artigo era mais um golpe ao porto de Cobija em detrimento aos portos de Mejillones e Antofagasta, que se encontravam sobre influência chilena. Na prática, o sexto artigo era a comprovação de que a administração boliviana abandonara qualquer tentativa de investimento em um porto autônomo, o que faria com que o governo dependesse economicamente menos do Chile e do Peru. O quarto artigo afirma que:

Los derechos de exportación que se impongan sobre los minerales explotados en la zona de terreno de que hablan los artículos procedentes, no excederán la cuota de la que actualmente se cobra, y las personas, industrias y capitales chilenos no quedarán sujetos a más contribuciones de cualquiera clase que sean que las que al presente existen (TRATADO de Límites, 1874).

A tentativa de fazer com que metade dos direitos de exportação dos minerais bolivianos, além da participação fiscal – ou seja, fazer com que a legislação dos minerais fosse similar à do guano –, proposta pelo Protocolo Corral-Lindsay não foi estabelecida no acordo de 1874. Em troca, os impostos cobrados pelo governo boliviano para as empresas extraírem, transportarem e comercializarem o salitre deveriam permanecer congelados: isso significava a permanência de um modelo liberal que beneficiava a elite do país e não exigia um maior ingresso nacional. Não à toa, embora houvesse uma reclamação chilena por parte dos impostos, o regime de exploração e comercialização era “tolerável”, já que beneficiava muito mais os chilenos e estrangeiros do que o governo boliviano. Na prática, a negociação consistiu na Bolívia abrindo mão do ajuste dos já baixíssimos impostos dos minerais para barrar a participação política chilena na taxaço dos produtos.

Ao mesmo tempo que o congelamento dos impostos cobrados pelo governo boliviano foram tomados em 1879 como justificando a invasão chilena, a historiografia boliviana sustenta o descumprimento do tratado por parte dos chilenos, devido ao segundo artigo, que afirmava que “Todas las cuestiones a que diere lugar la inteligencia y ejecución del Tratado de 6 de agosto de 1874, deberán someterse al arbitraje”, sustentado novamente no *Tratado complementario de limites [de Bolivia] con Chile de 21 de julio de 1875*. Na prática, a partir do tratado, a *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* seguiu tentando fazer com que Antofagasta se tornasse o centro econômica da região e conseguiu uma série de acordos vantajosos desencadeados pelo tratado de 1874. Além das medidas diretas, é importante ressaltar que indiretamente, o enfraquecimento de Cobija em detrimento a Antofagasta – somados à lei que congelava os impostos – enfraquecia a principal concorrência, que era representada pelas modestas e recentes salitreiras de Tocopilla, região acima da zona de mútua exploração: a crise mundial afetava em diversas formas a Bolívia a longo prazo

Mejillones puerto de embarque del guano, se encontraba francamente paralizado debido a la baja de precios en Europa y su población, prácticamente habla emigrado. Cobija por su parte, luego del sismo, languidecía y apenas contaba con 300 habitantes; habla perdido su aparato administrativo y fiscal. Tocopilla adquirió significativa importancia, por la explotación del cobre, y sobre todo a partir de 1876 cuando las salitreras del Toco, que hablan sido concedidas a Henry Meiggs pasan a ser explotadas por el gobierno peruano, que con esta medida, pretendía controlar la producción y el precio del salitre. Pero, Tocopilla con el sismo, había quedado seriamente dañada comprometiendo los intereses de los minero del cobre a lo que se sumaba la baja de los precios del mismo. [...]

Antofagasta en cambio, es una ciudad floreciente que no habla sufrido mayores daños. Era un puerto que servía de drenaje de las riquezas del Atacama, a la vez internaba mercaderías al asiento minero de Caracoles, y por qué no decirlo hacia el interior de la República. La población que la componía unida a la de la Compañía de Salitreras, dinamizaba un activo comercio. Los ingresos aduaneros iban acorde con su importancia de ser ciudad de tránsito hacia el interior. El país poco se beneficiaba de aquella prosperidad. Los recursos que obtenían estaban destinados al pago de una parte de la deuda. Sin fondos que percibir o asignar, el gobierno poco o nada podía hacer (PEREZ TORRICO, 1986, pp. 221-222).

Sustenta-se aqui que, portanto, os “governos mineiros” de Frías e Ballivián filho fizeram com que surgisse uma disputa entre Cobija e Tocopilla X Antofagasta e Mejillones, deixando a situação boliviana cada vez mais instável nos anos que precederam a guerra.

### 5.2.2 Tratado de Aliança Defensiva

Em meio à crise mundial, foi assinado o Tratado de Aliança Defensiva entre Peru e Bolívia de 6 de janeiro de 1873; se propõe aqui analisar o contexto em que foi assinado e seus desdobramentos – principalmente o que diz respeito à postura da Argentina frente ao Chile, Peru e Bolívia. No ano de 1872, após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, a Argentina se

encontrava em relações diplomáticas extremamente conflitantes com o ex-aliado Brasil, chegando a estarem à beira de um novo conflito armado; nesse panorama de iminente guerra entre os dois países, o Chile manifestava pretensões de tomar o território argentino da Patagônia (YRIGOYEN, 1921, p. 59). Dentro dos territórios da Patagônia, os chilenos aspiravam à conquista da região do Estreito de Magalhães, fazendo com que desde 1872, além da ameaça brasileira, os argentinos se preocupassem também com um possível conflito com seus vizinhos a oeste.

Ao firmar o Tratado de Aliança Defensiva, Peru e Bolívia estabeleciam uma obrigação mútua de participar de qualquer conflito armado que envolvesse o aliado. Embora não especificado que a grande ameaça para ambos seria o governo do Chile, fica claro que tal acordo foi firmado tendo em vista a instabilidade do Atacama e a possível tomada da região de Tarapacá pelos chilenos<sup>148</sup> – já que representava uma produção de salitre muito maior que Antofagasta e Mejillones. A postura chilena, desde a ciência de tal aliança, foi muito similar a qual teve durante a época da Confederação Peru-boliviana: os autores chilenos afirmavam que a postura dos vizinhos ao norte “provocava” e ameaçava os interesses chilenos (BARROS ARANA, 1881, p. 37). A entrada ou não da Argentina no Tratado de Aliança Defensiva Peru-boliviano era crucial para todo o desenvolvimento da Guerra do Pacífico.

A historiografia chilena comumente, ao se debruçar sobre o tratado de aliança, apontou dois pontos extremamente questionados pelos peruanos e os bolivianos: a) o de que o tratado não era conhecido pelo governo de Santiago; b) o de que não se tratava de uma aliança defensiva, e sim ofensiva contra o Chile. Ambos os pontos não se sustentam: o primeiro é de uma análise simples, uma vez que a própria historiografia chilena demonstra como o tratado era de conhecimento de Guillermo Blest Gana, ministro chileno em Buenos Aires, meses após ser firmado (BLANLOT HOLLEY, 1918; CARRASCO D., 1991), fazendo com que tanto o Brasil<sup>149</sup> como o Chile estavam cientes do acordo desde, pelo menos, os primeiros meses de negociação peru-boliviana com o governo da Argentina. A reação chilena foi a de não se pronunciar sobre o tratado, pois necessitava se preparar para uma guerra que, caso a Argentina entrasse, certamente causaria seríssimos danos para o país. O segundo ainda é debatido pela historiografia chilena e será tratado após compreender o problema continental que poderia vir se tornar o conflito.

---

<sup>148</sup> Em janeiro de 1873, o Estado peruano já tinha dado início a estratégia do estanco do salitre, que afetava negativamente os empresários britânicos e chilenos da região.

<sup>149</sup> Para uma melhor compreensão sobre o papel brasileiro na Guerra do Pacífico, recomenda-se os capítulos “As relações do Império com as Repúblicas do Pacífico” e “O Império e a Guerra do Pacífico” da obra *O Brasil e a Guerra do Pacífico: aliança estratégicas e relações diplomáticas (1879-1883)* de Rafael Canaveze.

Durante toda a negociação para a entrada de Buenos Aires no acordo, existiu sempre um receio de que, em resposta, o Brasil pudesse formar com o Chile uma aliança em contraponto<sup>150</sup>. As boas relações entre o Império brasileiro e o Chile precedem a existência do tratado peru-boliviano, como pode ser analisado por Aramayo em 1871, quando afirmava que o Brasil, aliado ao Chile, tinha interesse em despojar a Bolívia (ARAMAYO, 1871, p. 209)<sup>151</sup>. O posicionamento de Visconde de Taunay, na principal obra brasileira contemporânea à Guerra do Pacífico, refletia o apoio à visão chilena da época, afirmando que o Tratado de Aliança Defensiva entre Peru e Bolívia, além de ter caráter ofensivo, tentava arrastar a Argentina a um conflito continental (TAUNAY, 1883, p. 18), além de só ser “desvendado” na entrada do Peru na guerra (TAUNAY, 1883, p. 27).

Enquanto o Chile, já ciente da aliança ao norte, esperava a entrega dos blindados que encomendara da Europa, o governo peruano tentava nos primeiros meses avançar cada vez mais as negociações para a entrada da Argentina no pacto de aliança. O conflito parecia cada vez mais próximo e a crença da adesão dos argentinos ao tratado era grande, porém, algumas exigências do governo de Buenos Aires criavam impasses com os bolivianos. Nos anos de 1873 e 1874, embora favorável à adesão, os argentinos mantinham problemas fronteiriços com a Bolívia<sup>152</sup> – sobretudo na região de Tarija e do Chaco –, fazendo com que, mesmo sendo aprovada a entrada pela Câmara de Deputados em Buenos Aires, o Senado argentino considerou que necessitava mais tempo para decidir de fato a adesão do país pela aliança (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 64). Tudo apontava que, cedo ou tarde, o pacto entre os três países seria oficializado, mesmo com os argentinos tendo alegado ao Peru que só cumpririam de fato a aliança com a Bolívia caso o problema dos limites com os bolivianos já tivesse sido resolvido (YRIGOYEN, 1921, p. 94). Ainda sobre o assunto dos territórios, alguns historiadores chilenos afirmam – sem evidências – que após o início do conflito, a Bolívia propôs para os argentinos o território chileno entre os paralelos 24°S e 27°S (BARROS ARANA, 1881, pp. 23-24), porém, como sequer foi oficialmente proposto, é difícil de saber até que ponto existia de fato essa proposta ou se tal afirmação não era mais uma forma de justificar a guerra, supostamente defensiva, por parte do Chile, que sua historiografia nacional tanto sustentava como necessária.

---

<sup>150</sup> Frontaura Argandoña também sustenta que a presença da Argentina na aliança peru-boliviana arrastaria o Equador e o Paraguai para o conflito ao lado dos chilenos (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, p. 213).

<sup>151</sup> Devido ao Tratado de Ayacucho de 1867, em que parte do Acre passou oficialmente a ser controlado pelo Brasil, as relações entre os dois países passaram a serem vistas por grande parte da população boliviana com suspeita e maus olhos.

<sup>152</sup> Como citado anteriormente, o significado exato do *uti possidetis* fazia com que existissem discrepâncias entre os países sul-americanos, inclusive entre a Bolívia e a Argentina.

Já que na História não existe o “e se”, é impossível dizer que o Brasil adentraria o confronto continental caso a Argentina de fato aderisse o pacto e entrasse em guerra contra Chile, porém, é notável explicitar aqui que já existiam negociações de defesa chilenas com o governo brasileiro (YRIGOYEN, 1921, p. 72-73), uma vez que todos os cinco países envolvidos já tinham plena ciência do Tratado de Aliança Defensiva e da tentativa de incluírem a Argentina dentro deste. O Brasil sabia oficialmente da existência do tratado, inclusive tendo essa informação diretamente dada pelo próprio chanceler peruano, Riva Agüero, desde 31 de janeiro de 1874 (NAMIHAS e NOVAK, 2013, p. 73), isso porque o Peru, a ponto que desejava a entrada da Argentina, necessitava diplomaticamente fazer com que Brasil ficasse neutro a todo o custo para evitar um conflito continental.

A chancelaria boliviana não concordava com a obrigação de dar ponto final no assunto referente às suas fronteiras com a Argentina para garantir a entrada do governo de Buenos Aires no pacto. É somente com os argentinos chegando a ponto de ruptura diplomática com Santiago que a Argentina aceitou o abandono de obter Tarija dos bolivianos; no segundo semestre de 1875, a República Argentina estava pronta para adentrar o Tratado de Aliança, pois era de plena ciência de todos que, devido ao altíssimo investimento bélico do Chile, o país estava devidamente preparado para a guerra. Bolívia e Argentina entraram em acordo – pelo menos por hora – sobre seus limites devido a crescente ameaça vinda desde Santiago e Valparaíso.

Paralelamente, o Peru, que nos anos seguintes trabalhava pela adesão Argentina, se viu em uma situação que pouco teria a ganhar com qualquer tipo de conflito bélico que o obrigasse a participar, pois pioraria ainda mais sua já instável situação econômica pós 1873. Lima observava a situação de uma eminente guerra como uma possível catástrofe para seus interesses: o período de 1875 a 1878 foi marcado, portanto, pela tentativa peruana de frear o conflito armado a todo custo, uma vez que o Tratado de Aliança Defensiva, que em um primeiro momento deveria servir para a garantia de paz na região, se mostrou justamente realizando o papel inverso. É crucial compreender que, mesmo o Estado peruano no primeiro momento sendo o principal negociador para a entrada argentina no pacto, grande parte da sociedade peruana não desejava um conflito armado, como se pode perceber analisando a postura da imprensa peruana antes, durante e depois do pacto de aliança com a Bolívia (BASADRE, 2014a, pp. 210-211).

Não se entrará aqui no debate acerca dos motivos que fizeram o Peru, após o segundo semestre de 1875, tentasse a todo custo fazer com que o conflito não explodisse. Se contenta em apontar alguns pontos apresentados pelas historiografias: o despreparo bélico peruano e boliviano, o temor de que o governo brasileiro adentrasse ao lado chileno, o sentimento de

“união pacífica” entre os países sul-americanos, a possível crise econômica que seria causada para o governo de Lima. Inúmeros são os fatores debatidos que podem ajudar a explicar o movimento de frear a entrada da Argentina no pacto. O fato é que, ao ver a relação chilena-argentina se tornar cada vez mais conflitante<sup>153</sup>, a entrada de Buenos Aires no Tratado de Aliança Defensiva culminaria certamente na necessidade do Peru entrar no conflito armado. A tese sustentada pela maioria da historiografia chilena, que aponta o tratado como uma aliança ofensiva, se mostra completamente sem fundamentos. Caso o objetivo do pacto fosse realmente a invasão do território chileno, é completamente inaceitável imaginar que os peruanos evitassem o conflito sobretudo em dois momentos específicos: a) o período antes da chegada dos blindados chilenos encomendados na Europa<sup>154</sup> e b) antes do acordo que “resolveu” o conflito argentino-chileno da região da Patagônia. Dentro dos seis anos que separam o pacto firmado entre Peru e Bolívia do estopim da Guerra do Pacífico, os aliados tinham muito mais chances de obter sucesso, caso a intenção do Peru fosse de fato uma ofensiva sobre território chileno. Toma-se, por exemplo, o incidente envolvendo a apreensão do barco estadunidense *Devonshire* pelos chilenos: em resposta, a Argentina chegou a mandar uma esquadra que penetrou o rio Santa Cruz destruindo “todas las barracas que Chile había mandado construir en territorios patagónicos” (YRIGOYEN, 1921, p. 241), sendo difícil imaginar que, se o objetivo do Peru fosse incitar a guerra contra o Chile, não tivessem aproveitado o momento para iniciar uma campanha ao norte, forçando o governo de Santiago a se preocupar com duas regiões longínquas de seu centro de poder.

Enquanto o Peru fazia de tudo para um não-conflito continental entre os países, as relações exteriores do Chile – tanto com a Bolívia como com a Argentina – pioravam cada vez mais até o ano que antecedeu a guerra. Segundo alguns chilenos da época, como Barros Arana, a Bolívia violava o tratado de 1874 justamente por estar ciente da instabilidade dos chilenos com os governantes de Buenos Aires (BARROS ARANA, 1880, pp. 54-55). Se vendo em uma crítica situação, Santiago estabeleceu um plano para neutralizar um dos possíveis “fronts de batalha” a curto prazo: no final do ano de 1878, o Chile firmou, com os argentinos, o Tratado Fierro-Sarratea, que solucionava – temporariamente – o problema da Patagônia (BRUCE ST. JOHN, 1999, pp. 93; 95, apud NAMIHAS e NOVAK, 2013, p. 74) e permitia que o país se concentrasse somente nos conflitos com a Bolívia. O Tratado Fierro-Sarratea foi o que fez com

---

<sup>153</sup> De agosto de 1876 a abril de 1877 as relações entre os dois países haviam sido interrompidas como apontado por Yrigoyen (YRIGOYEN, 1921, p. 233).

<sup>154</sup> As duas fragatas blindadas encomendadas pelo Chile em 1872 chegaram durante a negociação dos aliados com a Argentina. *Cochrane* foi entregue em Valparaíso em dezembro de 1874 e *Blanco Encalada* em janeiro de 1876.

que a Argentina não tivesse, em momento algum, entrado na Guerra do Pacífico oficialmente. Mesmo após a declaração oficial de neutralidade de Buenos Aires, é possível notar um apelo boliviano para a ajuda argentina, inclusive sustentando que ambos os países possuíam interesses comuns no conflito (GUZMAN, 1879, pp. 88-90). Ao estourar o conflito, há indícios de que, de fato, o governo boliviano reconhecia qualquer estrangeiro que apoiasse a causa boliviana com títulos de nacionalidade (BARROS ARANA, 1880, p. 102).

A iminência da guerra e a recusa da Argentina no tratado de defesa obrigou ainda mais o fortalecimento da relação peru-boliviana: em 26 de outubro de 1878, foi firmado o Tratado de Comercio y Aduanas, que fazia com que ambos adotassem um sistema de livre trânsito de mercadorias. Após o primeiro ano da guerra, ambos os países planejavam estreitar ainda mais os laços com o projeto de se juntarem sobre uma só república, chamada de Estados Unidos Perú-bolivianos, porém, tal projeto foi completamente abandonado a partir da invasão de Lima pelas tropas chilenas. Dentro de menos de um século de vida independente, a Guerra do Pacífico representou pela segunda vez Santiago contra os governos peru-bolivianos aliados.

A situação bélica da Bolívia pouco mudou durante a década de 1870, mesmo sabendo que o conflito com o Chile era quase que inevitável, a fragilidade econômica e a instabilidade política fizeram com que a sucessão de golpes militares fosse tão impactante quanto a ameaça externa que o vizinho ao sul oferecia. Mesmo que o interesse britânico fosse tardio na Bolívia, nos anos que precederam a guerra, o mercado interno e o controle econômico do país se configurava similar ao peruano, afundando o governo boliviano em uma profunda crise econômica, que impossibilitava a Bolívia de se preparar militarmente para o conflito. A situação militar peruana era um pouco menos crítica, ainda que também desesperadora: o estado de indisciplina do exército e da marinha era reflexo da falta de condições materiais para uma força nacional no começo de 1879: ressalta-se aqui que, nos meses de janeiro a abril desse ano, o Peru contava com um exército inferior e menos armado do que o chileno, além da marinha peruana estar em processo de renovar sua tripulação de seus navios, que era composta em sua maior parte por chilenos, que foram dispensados do serviço devido ao conflito com Santiago ser iminente (PAZ SOLDAN, 1884, pp. 108-110). Barros Arana reconhece a dificuldade em que o Peru se encontrava para fortalecer sua esquadra, mesmo depois do início da guerra: em um movimento que julga como desesperado, o autor afirma que Piérola – então presidente peruano – tentou comprar navios de diferentes países como Portugal, Itália, Espanha, Turquia, Dinamarca e China mas não conseguiu (BARROS ARANA, 1881, p. 196) devido não ter no momento o dinheiro necessário e contar com a fama de “má pagador”, impossibilitando o Estado recorrer a um crédito a longo prazo.

A situação chilena era diferente da de seus vizinhos: antes da crise de 1873<sup>155</sup> o Chile já tinha forte esquadra, sabendo da possibilidade de uma guerra iminente com a Bolívia – e/ou com a Argentina – se encomendou, a partir de um empréstimo estrangeiro, as fragatas *Blanco Encalada* e *Cochrane*, além da canhoneira *Magallanes* e o transporte *Tolten*. Isso fez com que a superioridade bélica peruana da década de 1860<sup>156</sup> fosse desbancada, garantindo a supremacia chilena na costa do Pacífico.

A guarda nacional chilena se encontrava mais preparada (ou menos despreparada) que seus vizinhos: em caso de guerra, poderiam convocar um enorme contingente de soldados, para que em poucas semanas, tivesse nas suas linhas de combate chefes e oficiais comandando uma força disciplinada, além de terem realizado nos últimos anos uma série de trabalhos de reconhecimento de terreno e mapeamento de toda a região, realizados por cientistas europeus. O Tratado de Aliança Defensiva de 1873 – posterior à encomenda dos navios chilenos, como se observa – era na verdade uma resposta à ameaça chilena, que estava se armando para um possível conflito, e não o contrário. A aliança peru-boliviana não freou o ritmo do Chile

La alianza limitada a Bolivia y Perú, destinada a salvaguardar la integridad territorial de los dos contratantes, tuvo el efecto contrario. Sirvió para que Chile, además de su codicia por los ricos territorios de Atacama y Tarapacá, se sintiese impulsado a hacer la guerra a ambas naciones para destrozarse el pacto de febrero de 1873, como destrozó la Confederación Perú - Boliviana, 40 años antes, ambos actos en cumplimiento de la imperativa política internacional establecida por Diego Portales y de paso apropiarse del extremo sur de uno de los aliados y de todo el litoral del otro (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 64).

Não se deve imaginar que o Chile tinha um exército e uma marinha comparáveis com os equivalentes das potências capitalistas: Luis Uribe, vice-almirante chileno, afirma que o triunfo do seu país só se deu por causa da precariedade peruana e boliviana (SERRANO DEL POZO, In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015); a diferença entre os três países deve ser vinculada à suas configurações como Estados e à oportunidade de obter melhores empréstimos estrangeiros nas décadas de 1860 e 1870. Afirma-se aqui que a vitória chilena se deu por causa que – diferentemente do ocorrido na Bolívia e o Peru – foi possível o preparo para a guerra, e não devido à explicações genéticas (ZVALETA MERCADO, 1986, p. 53) e/ou “patriotísticas”.

<sup>155</sup> Embora alguns autores, como Fernando Wilson Lazo, sustentam que o movimento de se armar foi um desdobramento de debates parlamentários sobre um fortalecimento defensivo para evitar sofrer danos similares aos enfrentados nos bombardeios espanhóis nos portos chilenos (WILSON L. In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015, pp. 93-94), é indispensável analisar também as relações conflitante que o país tinha com a Bolívia e a Argentina – e o Peru após 1873.

<sup>156</sup> Em 1863, antes da ocupação das ilhas Chinchas pela Espanha, o Peru contava com uma marinha e exército superiores aos chilenos.

### 5.3 O ESTANCO E A NACIONALIZAÇÃO DO SALITRE PERUANO COMO REAÇÃO À CRISE

#### 5.3.1 Governo Pardo, estanco e nacionalização

Com o contrato Dreyfus se mostrando cada vez mais prejudicial ao governo peruano, o Peru estava a beira de um colapso: o guano entrava em decadência<sup>157</sup> e a indústria salitreira a partir do ano da crise mundial já era mais lucrativa que o excremento. A indústria salitreira se encontrava nas mãos dos capitalistas estrangeiros, sem uma legislação que beneficiasse os empresários peruanos e/ou o Estado, praticamente não rendendo nada para os cofres públicos, fazendo com que houvesse tentativas tímidas do governo Balta (1868-1872) de reverter a situação insustentável (BERMUDEZ MIRRAL, pp. 313-314). Mesmo que os peruanos nos primeiros anos da década ainda detivessem grande parte da produção salitreira que utilizava o modelo de paradas, o controle do regime ligado aos métodos mais tecnológicos era bem restrito<sup>158</sup> como se pode analisar no anexo final J no final deste trabalho.

Se a presença dos empresários peruanos na produção do salitre era baixa (menos de 1/3 dos quintais produzidos entre 1870 e 1872), na exportação e na comercialização era ainda mais debilitado, a casa Gibbs controlava o salitre peruano<sup>159</sup>, similar a como controlava o salitre boliviano/chileno. O plano de superação da crise peruana ainda sustentava a importância de uma malha ferroviária<sup>160</sup> que aumentava exponencialmente a dívida externa do país em um efeito de bola de neve financeira

En otras palabras, con la casi excepción del empréstito de 1870, que fue destinado fundamentalmente al pago de los trabajos de Meiggs en la construcción de las líneas ferroviarias del sur y del centro, todos los otros fueron básicamente empréstitos para pagar empréstitos, es decir operaciones especulativas que se realizaron fundamentalmente en el mercado de Londres y de los cuales el Estado peruano recibió un beneficio muy reducido (BONILLA, 1984, p 149).

A malha ferroviária prejudicava ainda mais o comércio interno de diferentes regiões, como também destruía as feiras locais, alterando as rotas comerciais e não estimulando de imediato

<sup>157</sup> O preço do guano continuaria a cair, sendo inclusive ultrapassado pelo açúcar como produto de exportação em valor. Isso não significava que não continuava como um dos principais produtos do país, só não era comparável ao que representou nas décadas passadas.

<sup>158</sup> O modelo de paradas era de baixo investimento técnico e rudimentar, enquanto o ligado às máquinas era tecnologicamente superior, aumentando a rentabilidade do caliche ao produzir salitre.

<sup>159</sup> O mesmo ocorria com outros produtos de natureza similar, como o bórax (BILLINGHURST, 2011, p. 62).

<sup>160</sup> O projeto de construção de ferrovias só foi suspenso a partir de agosto de 1875.

um rápido crescimento no volume de exportações do sul peruano<sup>161</sup> (MILLER, 2020, pp. 69; 78-79; 82). Embora o governo Pardo seguisse em parte os passos de Balta, ainda insistindo nas ferrovias, a medida que o presidente peruano tomou para fazer com que a indústria do salitre passasse a ser lucrativa para o Estado foi um fenômeno inédito.

No fim do governo de José Balta, em meio a uma extrema instabilidade interna<sup>162</sup> e uma dependência sem precedentes do capital estrangeiro, assume a presidência Manuel Pardo. O governo de Pardo foi marcado por uma dívida devido às manipulações financeiras de Dreyfus, que fizeram com que o real preço da crise mundial fosse pago pelo Estado peruano<sup>163</sup>: em 1877, ou seja, após o fim do governo Pardo, o Peru devia uma quantia – questionada pela sua legalidade – equivalente a 18 milhões de pesos para Dreyfus (BONILLA, 1984, pp. 108; 132). Dreyfus, que teoricamente deveria arcar com a dívida externa peruana, acabou sendo quem a intensificou durante o governo de Pardo.

Se Pardo é tido por alguns como expoente do “primeiro programa republicano de ajuste e estabilização” (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 47), é necessário compreender algumas medidas e o contexto do governo do ex-presidente. Pardo era filho de uma influente família que detinha seu poder econômico desde à época colonial: “Como vemos, en Manuel Pardo confluían las sangres del conquistador, del mercader, del burócrata colonial, del aristócrata, del político y del intelectual; él sintetizó lo mejor. de cada uno de ellos.” (MC EVOY, 1994, p. 29). Pardo não representava somente a “ex-realeza”, mas também era membro do círculo de burgueses peruanos ligados à atividade financeira junto da família de sua esposa Mariana Barreda y Osma, tendo nas décadas antes de sua carreira política, estrito laço com os consignatários do guano e os capitalistas britânicos, além de ter sido um dos fundadores do *Banco del Perú* (MC EVOY, 1994, p. 38).

As origens de Pardo não representavam qualquer ruptura com a linhagem de presidentes peruanos, porém, Pardo, desde seus tempos de Secretário da Fazenda em 1865-1866 assumiu uma postura que tinha como objetivo um maior controle das atividades guaneiras para um desenvolvimento nacional, mesmo não rompendo com a tradição liberal

En materia bancaria, Pardo era opuesto a que se legislara sobre los bancos. Creía que el gobierno, en resguardo del principio de libertad, no debía tener ningún rol regulador

<sup>161</sup> O sul peruano durante a Colônia não era tido como uma região central para a Espanha, fazendo com que historicamente a região mantivesse majoritariamente o regime de pequena propriedade e algumas cidades com certa autonomia frente à Lima, porém, com a crescente capitalista na região, uma série de conflitos envolvendo as populações indígenas foram intensificados ao longo das décadas de 1860 e 1870 (FLORES GALINDO, 1976, pp. 6; 14; 57-58).

<sup>162</sup> A instabilidade política e os golpes de Estado fizeram com que o período entre saída de Balta e a entrada de Pardo (isso é, de 22 de julho a 2 de agosto de 1872) contasse com três governos provisórios de curtíssima duração.

<sup>163</sup> Dreyfus, oficialmente é destituído da função de ser pagador da dívida externa peruana em 1876.

—a pesar de que la opinión pública exigía una ley de bancos— y que como máximo los bancos debían publicar periódicamente sus balances y el Tribunal de Comercio comprobar su veracidad. Lo que sí reconocía Pardo era que el interés cobrado era excesivo y desproporcionado; aun así, pensaba que una intervención pública sobre las tasas de interés afectaría la “libertad de industrias” (principio de economía de libre mercado). Por eso, Pardo se inclinaba hacia una libertad de competencia con la entrada de nuevos bancos para abaratar el precio del dinero (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 206).

Ao assumir a presidência, trabalhou pela descentralização do poder político fortalecendo os interesses das elites locais com a *Ley Orgánica de Municipalidade*, que fez com que os conselhos departamentais ganhassem mais controle frente à antiga elite limenha, uma vez que tais conselhos não permitiam como membros do conselho militares, empregados políticos ou judiciais em serviço. Concorde-se com Mariátegui<sup>164</sup> que tal descentralização foi, na verdade, uma “descentralização centralista”, pois reforçava a artificial divisão política da república em conselhos departamentais que contrariava o regionalismo orgânico (MARIÁTEGUI, 2007, p. 175), fazendo com que o poder migrasse para as mãos de membros de elites econômicas ligadas a atividades que barravam um desenvolvimento nacional que incluísse as camadas historicamente subjugadas<sup>165</sup> e na prática, representou uma maior contribuição das camadas populares em benefício ao acesso das elites à vida política e administrativa do Estado (BASADRE, 2014a, pp. 57 e 61). A liberdade e o protecionismo<sup>166</sup> propostos por Pardo não devem ser entendidos como medidas populares, e sim como uma tentativa capitalista – inovadora para o Pacífico Sul, sem dúvidas – de resolução da crise econômica.

Em 18 de janeiro de 1873, foi aprovado o estanco do salitre no Peru. Embora essa medida seja vista por parte da historiografia como um episódio não tão importante que precede à Guerra do Pacífico, julga-se aqui que o projeto de estanco e nacionalização do salitre afetou não somente a economia de todo o país peruano, mas influenciou diretamente o estopim do conflito armado. O segundo – e principal – artigo da lei dizia que

El Estado pagará al contado y en dinero efectivo, dos soles cuarenta centavos por cada quintal de salitre, ó nitrato de soda, cuya ley no baje del noventa y cinco por ciento puesto al costado de la lancha en Iquique o en cualesquiera de los Puertos o Caletas habilitadas de la Provincia de Tarapacá. Si consiguiese vender a más de tres soles diez centavos el quintal aumentará con la mitad del exceso el precio de dos soles cuarenta centavos (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 251).

A lei também proibia a República de atribuir terrenos salitreiros ou do caliche a privados. Mesmo que ainda existisse a exploração do salitre por empresas privadas, o estanco abriu

<sup>164</sup> Que se refere a Pardo como “caudillo civilista” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 163).

<sup>165</sup> A descentralização de Pardo contribuiu, por exemplo, com o fortalecimento do gamonalismo, aumentando ainda mais o “problema índio” e o “problema de la tierra” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 167).

<sup>166</sup> MC Evoy sustenta que o governo de Pardo teve um caráter de dualidade liberal-intervencionista ressaltando a influência do protecionismo espanhol (MC EVOY, 1994, pp. 196-197).

caminho para que a quantidade exportada e o preço fossem controlados diretamente pelo Estado, permitindo a produção por empresas privadas, porém se cobrando taxas cada vez mais altas<sup>167</sup>. A estratégia de Pardo para controlar o salitre tinha também como plano garantir a sobrevida do guano: frear a exportação do salitre, que na época competia como fertilizante diretamente com o guano, automaticamente garantiria um maior valor para o excremento.

Ressalta-se aqui que a estratégia do estanco limitava a produção fazendo com que quem fosse prejudicado fosse primariamente o consumidor estrangeiro e o monopólio estrangeiro, que perdia o controle da exportação. Desde o início da sua implantação o estanco foi problemático para grande parte dos capitalistas ligados à indústria salitreira, os números estabelecidos pela nova legislação do salitre foram alvos de críticas de alguns setores nacionais e estrangeiros no Peru

Buscando una forma de organizar el Estanco que fuera conveniente para todos, el gobierno sometió el estudio de su reglamentación a las personas más competentes del país y del comercio extranjero, con asistencia de los principales productores de salitre. En esas reuniones se dio gran importancia a la cantidad de salitre que debía producirse, accediéndose al punto de vista de los salitreros de que la producción fuese mayor que el promedio de los últimos años.

Como resultado de esos estudios expidió el gobierno el decreto de 12 de julio. Por él se fijó en 4.500.000 qq. al año la cantidad de salitre que el gobierno compraría: cantidad que debía ser distribuida entre los productores a base de la producción hecha en 1872. Los propios industriales presentarían cuadros de producción para establecer el prorrateo o cuotas de venta que correspondiese a cada uno. La administración del Estanco (compra y venta del artículo) se entregaba a una Compañía formada por los Bancos del “Perú”, “Nacional” y “Providencia”, la que, comprado el salitre a los productores, negociaría las ventas al extranjero en el mismo puerto de Iquique (haciendo así innecesarias las transacciones en Valparaíso). Otra cláusula importante era la siguiente: Si algunos productores deseaban vender directamente el artículo al extranjero, podían hacerlo pagando la diferencia entre los precios de compra y venta, disminuida en 10 centavos (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, p. 324).

O estanco foi, portanto, maléfico para os interesses não só dos grandes empresários, mas também dos pequenos (que representavam uma minoria e utilizavam o precário sistema de paradas, normalmente)<sup>168</sup>. As inversões dos grandes capitalistas passaram a se deslocar de Tarapacá para Antofagasta – e em menor medida para a região boliviana de Toco –, porém, com a quantidade e qualidade do caliche ao sul sendo inferior, o novo regime prejudicava consideravelmente os interesses estrangeiros.

<sup>167</sup> As medidas de Balta de 1868 visavam fazer o salitre lucrativo para o Peru, estabelecendo um imposto de 4 centavos de sol por quintal; no ano de 1876, quando dois terços de todo terreno produtor de salitre já era propriedade estatal, os impostos cobrados por quintal do salitre dos produtores independentes chegavam a até 1 sol e 25 centavos. Mesmo com o imposto, permanecer como independente ainda era viável para parte dos salitreiros, que continuam participando da exploração até 1878, ano em que o imposto chegou a 3 soles.

<sup>168</sup> Frontaura Argandoña afirma que o estanco mobilizou os “traficantes do nitrato” para o litoral boliviano (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, p. 200).

Com o estanco não sendo suficiente para salvar os cofres peruanos, em 28 de maio de 1875 foi assinada no Peru a lei de expropriação das salitreiras: o Estado caminhava para uma postura econômica que visava a compra total dos terrenos salitreiros de Tarapacá, permitindo ainda a operação das salitreiras independentes, porém, sobre impostos cada vez maiores sufocando os donos para a venda dos terrenos e aparatos ao Estado peruano. Até o fim do ano, dois terços das oficinas já eram de propriedade do governo. O dinheiro necessário para a compra dos terrenos foi um novo problema para o Peru, além de ser notável que uma série de golpes e lucros indevidos ocorreram nessas operações favorecendo os vendedores de terrenos (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, pp. 334-335).

Se o Peru caminhava para o controle da produção e exportação do salitre, a participação indireta de capitalistas estrangeiros existia ainda via influência dos bancos nacionais<sup>169</sup>, uma vez que é impossível imaginar nesse primeiro momento um controle de todas as atividades produtivas e comerciais sem alguma influência britânica, historicamente exercida no país. Gibbs, que em um primeiro momento parecia sair de cena no Peru com a expropriação das salitreiras, no período de 1876-1878 se tornou consignatário das vendas do salitre peruano na Europa. É crucial compreender que mesmo após o fim da consignação de vendas com Gibbs, o grande capitalista ainda detinha poder sobre o salitre em esfera mundial

La influencia de Gibbs en el mercado del salitre continuó siendo fuerte incluso después de cancelado el contrato de consignación. La casa compró certificados y cuotas externas. Ella compitió por la venta del salitre con sucesivos consignatarios. Graham Rowe descubrió que no podía igualar la fortaleza organizacional de Gibbs en los mercados europeos, la que era una clave del poder de esta casa. El mismo hecho de que ningún consorcio europeo considerara una consignación sin la cooperación de Gibbs indica la autoridad establecida de la firma. Tal como sucedía con Dreyfus en el caso del guano, para tener éxito con el salitre resultaba indispensable una alianza con Antony Gibbs & Sons (MILLER, 2020, p. 66).

A casa Gibbs, como a principal do monopólio britânico do salitre em todo o Pacífico Sul, continuava a lucrar com o Peru, porém, a partir de 1878 não tinha mais motivos para não apoiar explicitamente a chilena *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*. O Peru não rompeu também os laços com Henry Meiggs, que se tornou principal credor do Estado peruano inclusive no plano de compra dos terrenos: enquanto permanecia com as atividades especulativas no Peru, seguia investindo em outras indústrias, inclusive no território boliviano, como é evidenciado ao analisar a compra das salitreiras da região de Tocopilla em 1877.

Mesmo desde a lei de expropriação controlando a grande maioria da indústria salitreira, a quantidade produzida dos independentes ainda era frequentemente maior que a

---

<sup>169</sup>Amayo deixa claro a participação indireta de grandes capitalistas europeus na 17ª nota de rodapé das páginas 152 e 153 de *La Política británica en la Guerra del Pacífico*.

estatal (BERMUDEZ MIRRAL, 1963, pp. 342-343), o que não significava um regime “mais eficiente”, e sim um regime que não se preocupava com a sobrevivência do guano ou com um maior lucro a longo prazo. Em 1878, em acordo com o *Banco de la Providencia*, se funda a *Compañía Salitrera del Perú*, que centralizava ainda mais o controle de todo o salitre de Tarapacá. Se para alguns autores, esse movimento foi a entrega do salitre para o antigo monopólio<sup>170</sup>, é incontestável que das 165 oficinas salitreiras presentes em Tarapacá ao iniciar a guerra, somente 20 não eram propriedade do Estado peruano. Se alguns autores criticam a medida do estanco e estatização do salitre<sup>171</sup>, deve-se ter em mente o que era de fato possível de ser feito no endividado Estado peruano, que enfrentava pela primeira vez na região os interesses do monopólio imperialista.

A política do estanco e nacionalização foi claramente na contramão do adotado pelos países do Pacífico Sul. O pensamento liberal de estruturar os Estados sobre responsabilidade dos setores privados – normalmente estrangeiros – não se resumia somente às atividades produtoras de matérias primas, mas também a outros setores vitais para a sociedade: o Chile, por exemplo, durante todo o século XIX, permitiu que a sua Marinha Mercante Nacional sofresse uma desnacionalização, fazendo com que o uso de barcos estrangeiros fosse cada vez mais comum e incentivado pela sua legislação (VITALE, 2011, p. 316). O período da Guerra do Pacífico não representou uma mudança na postura chilena, a burguesia em vez de investir na aquisição de barcos para o transporte do salitre e cobre e produtos agrícolas, continuava com o plano de utilização de barcos estrangeiros; mesmo tendo condições financeiras – após a tomada dos territórios bolivianos e peruanos – para projetos de nacionalização de diversos setores, o Chile não realizou nenhum tipo de avanço de controle nacional de sua economia, como foi a tentativa peruana.

Frente ao estanco e à nacionalização, o Chile tinha uma postura extremamente contrária: Barros Arana ao discorrer sobre o sistema de monopólio do salitre por parte do Estado peruano exalta o estanco como sendo um “errado sistema econômico” e afirma como o papel do Chile deveria ser o da reversão da medida tomada pelo Peru, deixando claro o objetivo da volta de um regime “muito mais liberal do que havia sido antes” –, tudo isso era motivado por um suposto prejuízo e “expulsão” dos capitalistas europeus que detinham o controle salitreiro no Peru (BARROS ARANA, 1880, pp. 245-248).

---

<sup>170</sup> Devido ao controle dos bancos e casas comerciais estarem sobre controle dos estrangeiros. Tantaleán Arbulú, por exemplo, concorda com essa tese, mesmo sustentando que a estatização abriu possibilidades para uma acumulação capitalista de uma classe dirigente nativa (TANTALEÁN ARBULÚ, 2020, p. 361).

<sup>171</sup> Discorda-se aqui de Miller, que afirma que nesse período “lo que predominó fue la política oficial de expropiación parcial, precios altos y contratos de producción liberales” (MILLER, 2020, p. 67).

A elite “intelectual” chilena da época distorceu os fatos para apontar a monumental dívida externa e a crise dos anos 70 como procedentes de uma “má administração” exclusiva do Peru – o que incluía a adoção do sistema de estanco. Outros setores das elites sul-americanas, ao replicarem os modelos liberais eurocêntricos, compartilhavam de uma defesa incondicional do sistema imperialista: é o caso da mais relevante obra brasileira contemporânea à guerra, em que Visconde de Taunay, ao tratar do salitre, afirmou que o governo peruano “não tem em conta alguma os mais sagrados compromissos e anda sempre em apertadíssimos apuros”, citando as salitreiras de Tarapacá, que “davam bons resultados” sendo as “exploradas na sua maioria por trabalhadores chilenos” (TAUNAY, 1883, pp. 16-17), afirmando o pensamento de que o estanco peruano feria a produção, ao passar o controle da indústria para o Estado. A crise do sistema bancário peruano não foi inaugurada em 1876 como decorrente da nacionalização do salitre, mas é decorrente de uma situação prévia de endividamento externo, além da permanência de medidas liberais frente ao sistema bancário e empréstimos estrangeiros. A estatização do salitre não representou o fim do lucro dos estrangeiros na produção e venda peruana, porém, foi de fato uma ação que diminuiu o controle – e conseqüentemente o lucro – do setor privado britânico; a nova roupagem de “apoio incondicional ao estrangeiro” que o Chile vestia foi conveniente nos anos que precedem a guerra, ao mesmo tempo que também teve seu preço cobrado após a conquista da região peruana.

A estatização peruana do salitre deve ser vista como um dos primeiros florescimentos de interesse nacional que possibilitaria o país gerar uma acumulação de capital, pondo no horizonte um possível desenvolvimento econômico voltado para a qualidade de vida do povo peruano. Converte-se aqui com a visão de Amayo e Vitale sobre a enorme importância da nacionalização do salitre: “A nuestro juicio, las leyes de Pardo y Prado sobre el salitre han sido las medidas nacionalistas más importantes realizadas por un gobierno burgués de América Latina en el siglo pasado.” (VITALE, 2011, p. 396). Em certo ponto, foi a tentativa do Estado peruano de enfrentar o capital estrangeiro e, após a Guerra do Pacífico, todo o projeto da nacionalização que concentrou o básico do aparato produtivo em mãos peruanas foi destruído; enquanto isso, a Bolívia e o Chile viviam em 1878 a pior fase de suas respectivas crises.

Desde os primeiros meses da guerra, o governo chileno, em contato com o grupo de empresários detentores de títulos da dívida peruana, impulsionou a ideia para que o ministro das relações exteriores da Grã-Bretanha de que se pagaria as dívidas peruanas através da exploração do território peruano rico em salitre em guano, sobre regime que imperava no Chile. Se tem, portanto, além de uma proposta de destruir um sistema contrário aos interesses britânicos – a nacionalização do então mais lucrativo produto peruano –, a promessa do

pagamento de parte da altíssima dívida externa do Peru. Paz Soldan, por exemplo, acusa Antony Gibbs de ser um “traidor” da nação peruana, além de promover a guerra do Chile contra a Bolívia (PAZ SOLDAN, 1884, p. 449) e, conseqüentemente, contra o Peru. A partir da crise de 1873, os EUA ganhavam cada vez mais espaço no sistema capitalista globalizado dominado pela Grã-Bretanha; com o andamento da guerra, é notável perceber que havia interesses conflitantes entre os dois países estrangeiros que, mesmo supostamente neutros, se friccionavam no plano de fundo

Foreign interests were heavily involved in the War of the Pacific, and the war was not long in producing ideas of consultation among the main European powers, with a view of limiting the hostilities or their destructiveness. What was felt, if only in a very indistinct way, to be needed was an extension to this new region of the well-tried mechanism of the ‘Concert of Europe,’ which had just been brought to bear on a first-rate crisis, the Russo-Turkish War. A ‘Concert of Latin America’ would no doubt have been even more appropriate, but although neighboring South America governments from time to time made, or contemplated, moves toward mediation, and although Peru in defeat felt that there ought to be a common consensus in Latin America against the vicious ‘European’ principle of territorial seizures, no practical results followed. Argentina was on bad terms with Chile; Brazil’s attitude was ambiguous; no other country could carry any weight. There is no sign of England’s attaching any value to cooperation with them. [...] Near the end of 1881, for instance, when Washington pressure in favor of Peru was strong, [British Minister in Peru from 1874 to 1883 Spenser] St. John found his colleagues at Lima more or less in agreement that Chile was more deserving than Peru, being the only state in that region capable of anything better than anarchy; and Viviani, the Italian, had advised his government in favor of strengthening Chile as a counterpoise to the United States in the Pacific (KIERNAN, 1955, pp. 19-21).

Se compreende por que a suposta “anarquia” peruana representava um cenário muito menos próspero para os interesses britânicos do que o controle chileno da região de Tarapacá. A questão central é que, por mais que o enfraquecimento britânico se mostrasse como algo “positivo”, o desenvolvimento nacional que poderia ser alcançado com o projeto peruano não favorecia muito os EUA; independente do posicionamento, já era certo para todos que, caso a região de Tarapacá fosse conquistada pelos chilenos, o modelo imperialista voltaria a não ter perturbações na região<sup>172</sup> tão cedo. O “processo de transição” da elite peruana para um possível modelo similar ao burguês com interesses nacionais foi interrompido com plena permissão das grandes potências capitalistas.

Lenin, em sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, mesmo especificamente tratando dos Estados imperialistas, afirma que o monopólio estatal – ainda que possa se apresentar como concorrente – não necessariamente age contrário aos interesses dos magnatas do capital bancário, que detinham o controle econômico do sistema capitalista

---

<sup>172</sup> Sudenta-se aqui que, com o controle chileno, a região se tornou novamente um “paraíso fiscal” (TANTALEÁN, ARBULÚ, 2020, p.384) para os empresários, novamente atraindo uma modernização produtiva via capital estrangeiro.

principalmente a partir de 1870 (LÊNIN, 2011, p. 148); não é possível, porém, afirmar com certeza que o estanco abriria caminho para um maior desenvolvimento realmente democrático no Peru. Como Zavaleta Mercado aponta sobre a nacionalização das minas bolivianas de 1952, “una semicolonía, en cambio, puede nacionalizar toda la inversión extranjera sin por eso alterar su dependencia cualitativa” (ZAVALETA MERCADO, 1974, p. 175). É indubitável ter a nacionalização dos recursos como primeiro grande passo para uma integração harmônica de toda a população, é fundamental para um projeto de diminuição da desigualdade social e contrário à política semicolonial imposta pelo imperialismo, porém, é necessário uma série de medidas para dar sequência à luta contra o imperialismo, a qual nunca se terá certeza de que seria ou não seguida pela burguesia peruana.

Por se tratar de um tema tão crucial para os dias de hoje (estatização *versus* privatização), existe um forte debate historiográfico sobre o estanco do salitre peruano ter sido a ruína ou começo da salvação do Peru nos anos que precedem a guerra. Concorde-se aqui que, se o projeto não fosse encerrado devido ao conflito, a situação peruana possivelmente caminharia para uma suavização da crise econômica, isso é, caso a Grã-Bretanha não intervisse de outra forma nos anos seguintes, já que tinha interesses contrários a qualquer ação que ferisse o monopólio privado britânico nas periferias. O indiscutível é que os maiores beneficiados com a tomada chilena da região rica em salitre e guano do Peru foram os grandes capitalistas britânicos, que controlariam em 1890 70% de todas as salitreiras (AMAYO, 1988, p. 182).

O estanco do salitre peruano fez com que surgisse a promessa chilena de “reprivatização” da indústria salitreira do Peru, o que se mostrava muito favorável para os grandes capitalistas ligados à exploração do Atacama; a casa Gibbs, por exemplo, chegou a emprestar um total de cinco milhões de pesos para o governo chileno custear a expedição das forças armadas no território boliviano. Como o pacto de aliança Peru-boliviano já era de plena ciência do Chile, e o exército boliviano era completamente debilitado, os meses que precederam o conflito deixavam cada vez mais claro que, antes da invasão chilena em Antofagasta, o governo peruano já tinha em mente que seus territórios corriam grande perigo de serem tomados pelos chilenos; se o poder de fogo chileno já se mostrava superior ao dos dois aliados, a suposta “neutralidade” dos grandes capitalistas os abandonavam à sua própria sorte. Com a conquista do território boliviano pelos chilenos, o governo de Santiago tentou diversas vezes, ao longo do conflito, fazer com que a Bolívia abandonasse de vez o aliado peruano; as propostas chilenas para a Bolívia chegaram até prometer a entrega de Tacna e Arica aos bolivianos, deixando toda faixa ao sul para o governo Santiago. É evidente que, após a tomada de Antofagasta, Mejillones e Caracoles, a única preocupação chilena – apoiada pelo capital estrangeiro – era a tomada dos

territórios peruanos e a aniquilação do estanco e da nacionalização, uma vez que a Bolívia, por ter seu modelo econômico liberal, dependeria exclusivamente dos chilenos e dos estrangeiros, representando pouca ameaça à integridade dos objetivos de Santiago. A Bolívia não aceitou nenhuma dessas propostas e seguiu – mesmo após ser derrotada – apoiando o Peru. Se discorda aqui, porém, de que a guerra foi feita pelo Chile exclusivamente para a tomada de Tarapacá. A eliminação da parte do controle fiscal das indústrias atacamenhas que a Bolívia dispunha, embora não representasse tanta importância quanto a tomada dos territórios peruanos, tinha um peso crucial em uma economia de um país em grave crise econômica, como era o caso do Chile no primeiro mês de 1879. As situações econômicas do Chile e da Bolívia nos anos anteriores à guerra geram menos debates historiográficos.

### 5.3.2 As crises boliviana e chilena pré-guerra

Embora mais debilitada economicamente que seus vizinhos, antes da invasão chilena, a Bolívia contava com uma modesta infraestrutura no começo do ano de 1879

En el momento de la invasión chilena (febrero de 1879), existían en Bolivia, 450 postas instaladas para facilitar el transporte terrestre, que atendían itinerarios al territorio interior de la República, incluso Cobija, con conexiones a Tacna (Perú), Matogrosso y Pará (Brasil); y Jujuy, la puerta de ingreso a la Argentina (OPORTO ORDÓÑEZ, 2014, p. 8).

Era visível também o avanço nas obras para o funcionamento administrativo das cidades do Atacama. Paralelamente à estruturalização, a Bolívia vivia uma intensificação da crise interna a partir de 1875, devido a uma nova queda do preço do cobre e da prata, fazendo com que o empréstimo contraído anos antes se tornasse impagável, e mesmo assim, seus custos fixos se apresentassem inclusive como mais de 1/5 dos gastos do governo (BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p. 6). Paralelamente, a região do litoral boliviano – historicamente marcada pela ocorrência de abalos sísmicos – sofreu em 9 de maio de 1877 um terremoto e maremoto, causando gravíssimos danos em toda a costa litorânea. No ano seguinte, também ocorreu um surto de malária que se alastrou pelo país. A criminalidade rural e urbana subia e o governo entrou em inconvertibilidade monetária para tentar salvar os bancos bolivianos em 1878, “La situación del país era de sumo pobreza. Nuestros parques se encontraban exhaustos y las poblaciones diezgadas por la peste y empobrecidas por 4 años de escasez y malas cosechas” (BELTRAN SAAVEDRA, 2017).

Com os abalos sísmicos, a estrutura física de grande parte das cidades bolivianas no litoral foi extremamente comprometida, causando um prejuízo sobretudo para o Estado em crise que dependia da taxaço da produço das empresas privadas que operavam na região do

Atacama. A falta de controle boliviano do guano e do salitre nas últimas décadas não se mostrou como enriquecedora do Estado

La riqueza nacional no se había incrementado apreciablemente en el transcurso del siglo. Expresión de esta riqueza o más bien diríase pobreza, era la renta presupuestal que, alcanzando a un millón y medio de pesos en 1825, llegaba escasamente a 1.870.383 bolivianos en 1878, no obstante el endeudamiento de Bolivia, que al finalizar 1878 llegaba a 14.945.539 bolivianos, monto de las deudas interna y externa (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 191).

Se alguns autores sustentam que o fracasso econômico boliviano se deve devido a uma falta de dinamismo econômico, a uma baixa urbanização do país e a incapacidade administrativa dos governos nacionais, sustenta-se aqui que tais “explicações” são decorrente do fato da Bolívia ter sido um país que historicamente não necessitou de um “investimento” imperialista britânico tão forte quanto seus vizinhos no Pacífico Sul. A pequena “urbanização” das cidades litorâneas, em um momento de crise econômica global, foi inclusive o que abriu espaço para que eventos de natureza incontrolável tornassem proporções tão catastróficas: a obtenção de recursos suficientes para o reparo dos danos dos abalos sísmicos, das epidemias e das crises agrárias era intensificado pelo modelo econômico adotado pelo país. Se o Peru viu o estanco e a nacionalização do salitre como uma luz no fim do túnel, para a Bolívia, que não tinha condições de adotar uma medida similar, necessariamente a salvação seria a taxação das empresas que operavam na região do Atacama, o que fez com que cada vez mais o governo boliviano e as empresas privadas entrassem em choque.

A segunda metade da década de 1870 para o Chile foi marcada também por um aprofundamento da crise econômica. Mesmo com as viagens de exploração do Atacama chileno encontrando prata, cobre e guano nas regiões da Quebrada Remiendos e Taltal nos anos de 1876 e 1877 (MEDIDAS OFICIALES, 1877), a baixa dos preços dos produtos não tornaram as regiões tão atrativas para La Moneda. A crise global e a queda do cobre foram golpes sentidos pelo governo chileno, que se mostrava cada vez mais debilitado.

O ano de 1878 para o Chile foi um enorme alarme vermelho no que dizia respeito à estabilidade do então devedor mais confiável do imperialismo britânico no Pacífico. Enquanto a exportação dos produtos chilenos pouco cresceu a partir de 1860, as importações cresciam em um ritmo muito mais elevado; desde 1870, o governo de Santiago já contava com uma balança comercial que começava a se tornar desfavorável, chegando ao ponto crítico do Estado chileno declarar em 23 de julho de 1878 a inconversibilidade da moeda chilena (AMAYO, 1988, pp. 170-175). O país se viu em profunda crise econômica devido ao seu estreitamento com o capital estrangeiro: entre 1875 e 1878, os produtos de exportação chilenos tiveram seus preços afetados

negativamente pelo mercado global, sua posição de “devedor confiável” era então ameaçada<sup>173</sup>. Mesmo que ainda arcando com a dívida externa, o Chile necessitava também de uma saída da crise, que pela sua posição frente ao monopólio britânico foi diferente da nacionalização peruana e da taxaço de privados boliviana.

Barros Arana afirma que a crise decorria de quatro principais fatores: três anos de más colheitas, a baixa do preço do cobre no mercado europeu, a execução de grandes trabalhos públicos e “la pérdida de inmensos capitales em las salitreras del Perú por causa de las leyes de despojo sancionadas por el gobierno de este país” (BARROS ARANA, 1880, p. 116): o primeiro fator era inevitável pois dependia das condições climáticas, o segundo era vinculado a uma economia semicolonial de exportação que dependia exclusivamente do mercado europeu, o terceiro dizia respeito ao investimento da infraestrutura para uma melhoria de caráter nacional, e o último era a ameaça ao projeto liberal que permitia a obtenção de um modesto lucro chileno em território peruano. A inteligência liberal do Chile decretava sua posição de forma extremamente clara nesse pequeno fragmento da obra de Barros Arana, dentre os quatro pilares da crise: o primeiro era incontrolável, o segundo um infortúnio inquestionável, o terceiro era indesejável, mas somente o último era inaceitável; com isso em mente, menos de um ano depois da inconvertibilidade da moeda, o Estado chileno entrou em guerra com o Peru e a Bolívia.

Em plena intensificação da crise econômica, a junta municipal de Antofagasta tentava acionar, frente ao governo boliviano, uma permissão para cobrar um imposto mínimo à companhia, que foi negado algumas vezes pelo legislativo boliviano. Os frequentes abalos sísmicos, que prejudicavam toda a região do litoral, somados a uma cada vez maior necessidade de infraestrutura básica para moradores – escolas, ruas, hospitais, saneamento básico, etc. – castigavam cada vez mais o povo boliviano e chileno que viviam sobre controle da *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*, que desde 1872 tinha privilégio exclusivo do governo para exportar, elaborar e exportar livremente os salitres pelos próximos 15 anos (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 133). A estruturalização de Antofagasta como cidade principal da região boliviana era o objetivo chileno, uma vez que desde o final de 1871, os estrangeiros com

---

<sup>173</sup> Ressalta-se aqui a importância de compreender que uma balança comercial “favorável” em países exportadores não necessariamente resulta em uma estabilidade econômica, como afirma Bonilla, “Uno de los rasgos más significativos de las economías dependientes es, precisamente, el presentar una balanza comercial favorable respecto a las economías metropolitanas. El verdadero problema de las relaciones asimétricas entre metrópolis y colonias no reside pues aquí, sino en el hecho de que a través de una balanza de pagos extremadamente favorable a las metrópolis, éstas no sólo compensan su déficit comercial, sino que captan una alta proporción de los excedentes económicos producidos por las economías periféricas” (BONILLA, 1980, p. 50). O boom econômico do Chile das décadas de 1850 e 1860 não foi invertido para o país superar a situação de dependência, pelo contrário, aumentou essa relação que colapsou na segunda metade da década de 1870.

residência superior a um ano no litoral boliviano que se encontravam sobre “situação econômica confortável” poderiam fazer parte da *Junta Municipal de Antofagasta* (QUEREJAZU CALVO, 1995, p. 84). A possibilidade de estrangeiros obtendo cargos políticos representava uma ameaça a única esfera de poder ainda controlada pela Bolívia no Atacama, a político-administrativa.

Se Antofagasta era controlada pela sua companhia de salitres<sup>174</sup> e a Bolívia dependia da região para sair da crise econômica, é de raciocínio lógico a dependência crescente que a Bolívia tinha com a companhia ao perceber o crescimento da cidade nos últimos anos anteriores à guerra. Ressalta-se aqui que, embora controlasse grande parte de diversas atividades econômicas no litoral boliviano, mesmo com a ligação à indústria de Caracoles, a Cia. de Antofagasta não chegava sequer perto da produção que existia em Tarapacá. No ano que precede a guerra, por exemplo, Tarapacá produzia mais do que cinco vezes do que toda a região boliviana (BERMUDEZ MIRAL, 1963, p. 374), porém, ainda assim era uma fonte de renda considerável para os grandes capitalistas e para o Estado boliviano. Com a nacionalização peruana, Antofagasta era o novo centro de investimentos do capitalismo estrangeiro, que além de controlar praticamente todas as atividades da região, ainda se beneficiava com a atividade especulativa que o progresso tecnológico implantado nas diferentes atividades em Antofagasta permitia.

Sendo assim, politicamente, a região do Atacama era cada vez mais palco de conflitos entre trabalhadores – em sua grande parte chilenos –, grandes capitalistas estrangeiros e autoridades bolivianas. Com Hilarión Daza assumindo a presidência no final de 1876, encarando os trágicos acontecimentos de 1877, a postura do governo boliviano mudou para ser favorável à cobrança de novas contribuições da *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*. No dia 10 de fevereiro de 1878 foi estabelecida uma lei boliviana que fazia com que a cia. fosse obrigada a pagar um imposto de 10 centavos por quintal de salitre exportado; a companhia, baseando-se no tratado de 1874, se recusou a pagar tal imposto, aumentando a intensidade dos conflitos entre as autoridades bolivianas e os moradores chilenos e estrangeiros da região.

A historiografia boliviana sustenta que a contribuição não feria o tratado de 1874 por dois principais motivos: por não ser um imposto, e sim uma “una carga impuesta a un caso específico que no tenía carácter de aplicación general, como es la característica esencial de un impuesto” (BEZERRA DE LA ROCA, 2004, p. 67; BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p. 90;

---

<sup>174</sup> Estima-se que a companhia era proprietária de mais da metade da propriedade urbana de Antofagasta, com o restante sendo propriedade do governo boliviano, que deveria arcar com praticamente todos os serviços de infraestrutura básica (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 129).

PEÑALOZA CORDERO, 1984) e por se tratar de uma contribuição não nacional, e sim municipal (GUZMAN, 1879, pp. 66-67 e BERMUDEZ MIRRAL, 1963, pp. 382-383). Oficialmente, nos últimos dez anos, o Estado boliviano oficialmente utiliza de ambas as sustentações ao alegar que a contribuição foi consequência da destruição das cidades pelos abalos sísmicos ocorridos na região (BOLIVIA, 2014, p. 29). O debate sobre a legalidade da contribuição é um dos principais que ainda sustentam as historiografias sobre o conflito. Julga-se aqui que o Tratado de 1874 de fato levanta certa ambiguidade, porém, o quarto artigo sustenta que as empresas não seriam mais sujeitas a contribuições “de qualquer classe”, sendo, portanto, compreensível o levante da empresa apoiada pelo governo chileno – porém não a ocupação territorial do ano seguinte. Rapidamente, a decisão boliviana de cobrar os impostos foi tida como um projeto similar ao estanco e nacionalização ocorridos no Peru: em discurso na Câmara de Deputados do Chile, José Manuel Balmaceda<sup>175</sup> afirmou que ambas as ações pretendiam “expulsar” os salitreiros chilenos (ORTEGA, 1984, p. 55).

A participação de membros do governo chileno como acionistas da *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* demonstra na prática como funcionava o alinhamento de La Moneda com o monopólio britânico: para citar alguns nomes, temos os ministros Julio Zegers, Alejandro Fierr, Rafael Sotomayor, Coronel Cornelio Saavedra, Enrique Cood, Antonio Varas e Horne Huneeus (ORTEGA, 1984, pp. 44 e 52). Era, portanto, nítido que os grandes capitalistas, apoiados pela elite política chilena, pressionavam o presidente Aníbal Pinto a entrar em um conflito com a Bolívia. Francisco Puelma, importante funcionário da companhia chegou inclusive a atuar como “agente privado do governo” com objetivo de discutir planos de campanha e operações militares, devido ao seu conhecimento da região (ORTEGA, 1984, p. 53). Deve-se ter em mente que o valor do imposto pela Bolívia para a *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta* era baixíssimo, o próprio governo chileno pouco tempo após o término da guerra fixou uma tarifa alfandegária equivalente a 1,60 por quintal de salitre exportado, como apontado por Vitale (VITALE, 2011, p. 388).

Durante 1878, tendo a elite política e econômica chilena a favor da guerra, foi intensificado no Chile um sentimento anti-boliviano popular. Afirma-se aqui, portanto, que, por mais que a guerra tenha “começado” devido um conflito entre Bolívia *versus* *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*, é impossível separar os interesses da companhia do Estado chileno naquele momento. Em dezembro de 1878, o governo chileno já enviava parte da sua frota naval para a região, deixando claro seu repúdio à lei dos impostos. É decretado, na

---

<sup>175</sup> Balmaceda foi Ministro de Relações Exteriores no Chile (1881-1882), Ministro do Interior (1882-1885) e presidente (1886-1891).

Bolívia, no dia 11 de janeiro de 1879, o mandado de prisão de Jorge Hicks, gerente e representante da *Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta*, como devedor de 90.848,13 pesos bolivianos, com isso, Hicks se refugiou na residência do cônsul chileno em Antofagasta; é crucial compreender que Hicks possuía apoio oficial, tanto do Estado quanto da marinha britânica (QUEREJAZU, 1991, p. 147).

Pouco mais de um mês depois do mandado de prisão de Hicks, no dia 14 de fevereiro, teve início a Guerra do Pacífico. Os navios *Cochrane*, *O'Higgins* e o *Blanco Encalada* foram saudados pelos chilenos e algumas poucas centenas de soldados armados tomaram a cidade; os 34 membros da força policial boliviana se retiraram a caminho de Cobija, o prefeito e outras figuras políticas se refugiaram no consulado peruano de Antofagasta. A notícia da ocupação demorou em torno de dez dias para chegar a La Paz, logo após o pronunciamento de Daza, ficou claro que o país necessitava o recrutamento do exército imediatamente, pois o conflito que já era previsto há décadas, teria finalmente começado.

A necessidade de uma modernização para o extremamente precário exército e a praticamente não existente marinha bolivianos era latente. O lado chileno vivia uma realidade diferente: durante a década de 60 e a de 70, o governo de Santiago tinha se armado para ter uma marinha e exército superiores à de seus vizinhos devido aos atritos constantes com a Bolívia e a Argentina. Ao estourar a guerra, o exército aliado contava com os seguintes barcos peruanos: a fragata *Independencia* (1864), o monitor *Huascár* (1865), a coberta *Unión* (1864), a canhoneira *Pilcomayo* (1874), os pequenos monitores incapazes de navegação *Atahualpa* (1869) e *Manco-Capac* (1869); a força terrestre era composta por 2.232 soldados bolivianos que marcharam para o litoral – após o começo da guerra, contou com um reforço de mais 4.500 soldados – e cerca de 3 mil soldados designados a proteger os departamentos de Potosí, Chuquisaca (Sucre) e Oruro, além disso, mais cerca de 3 mil soldados peruanos na região de Iquique e entre 3 mil e 5 mil na região de Lima. O Chile, por sua vez, contava com uma superior força marinha, que incluía as fragatas *Cochrane* (1874) e *Blanco Encalada* (1875), as cobertas *Chacabuco* (1866), *O'Higgins* (1866) e *Esmeralda* (1855) e as canhoneiras *Magallanes* (1873) e *Covadonga* (1859), e um exército que contava com aproximadamente 13 mil homens, além de um reforço de 9 mil soldados após o início do conflito (URIBURU, 1899, pp. 44-46).

## 5.4 A GUERRA COMO INTENSIFICADORA DAS CRISES NACIONAIS

### 5.4.1 Campanhas navais e tomada de Tarapacá

Após o protesto boliviano contra o Chile, devido à invasão de Antofagasta, o Peru enviou a Santiago representantes para uma possível arbitragem, com objetivo de resolverem a questão dos limites – que estavam novamente contestados, devido ao suposto não cumprimento do tratado de 1874 – e dos impostos, sem a necessidade de um conflito armado. Devido ao tratado de 1873, a não resolução dos conflitos via forma pacífica, necessariamente arrastaria o Peru para uma guerra. A situação nas primeiras semanas após a invasão de Antofagasta era tão crítica que o povo chileno rejeitava a presença da missão de paz peruana, o governo de Santiago se mostrou não tendo nenhum interesse em uma negociação que não envolvesse a obtenção de todo território disputado com a Bolívia. Uma série de tentativas de arbitragem foram propostas ao longo da guerra, inclusive envolvendo países europeus e os EUA: após a tomada de Tarapacá, a posição chilena seguiu recusando todas as propostas externas que envolvessem devoluções territoriais, tanto de Antofagasta como também posteriormente de Tarapacá, julgando essas propostas como “desrespeitosas” para Santiago (BARROS ARANA, 1881, pp. 141; 144).

No dia 1 de março, a Bolívia assinou a declaração de ruptura de comunicações com o Estado chileno, nela, se expulsava todos os chilenos, fazendo com que as empresas mineiras pertencentes aos vizinhos ao sul continuassem a cargo de uma administração nomeada pelas autoridades bolivianas, além de empossarem os produtos netos dessas empresas para o tesouro nacional. Com o inevitável combate, a Bolívia também organizou uma campanha para arrecadar recursos extraordinários com um total de 1.674.340 pesos, sendo 600.000 de um empréstimo do Banco Nacional a um interesse que chegava a elevada taxa de 12%, ou seja, ainda maior do que os críticos empréstimos passados contraídos com os principais capitalistas estrangeiros (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 194).

Após as primeiras tentativas de resolução do conflito via diplomacia, no dia 5 de abril de 1879, o Chile declarou guerra contra Bolívia e conseqüentemente contra o Peru. Como já evidenciado, o Peru, diferentemente do Chile, não tinha contado com um investimento para fins bélicos nos últimos anos e, durante o primeiro ano do conflito, foi obrigado a encomendar armamento pela rota que chegava via Panamá, devido ao bloqueio que os chilenos estabeleceram na passagem sul do Oceano Pacífico. Além do bloqueio, os peruanos contavam com uma péssima credibilidade internacional, pois o último grande empréstimo estrangeiro não tinha sido devidamente pago nos últimos anos, as tentativas de encomendar navios de guerra com um pagamento a longo prazo foram quase sempre frustradas, aumentando ainda mais a dificuldade peruana de se armar.

O protocolo inicial de apoio peruano à Bolívia de 15 de abril se apresentava problemático para a economia boliviana<sup>176</sup>, pois exigia que o país boliviano devesse financiar os custos da guerra, se comprometendo a ceder ao Peru, 50% dos direitos aduaneiros das mercadorias estrangeiras que chegassem por Arica e Mollendo, além de 50% dos impostos sobre o salitre após a recuperação do Atacama (PEÑALOZA CORDERO, 1984, pp. 202-203); tal postura foi rapidamente revertida pelos peruanos após evidenciarem que se tornavam o alvo principal do exército chileno na guerra<sup>177</sup>. O conflito se mostrava familiar, com a posição oficial do Chile sendo similar a adotada na guerra contra a Confederação Peru-boliviana em 1836-1839, quando atestavam que a aliança feria os interesses nacionais chilenos, novamente, o foco chileno era o de dominar a costa marítima do Pacífico, crucial para ter uma vantagem decisiva na movimentação, reforço e abastecimento das tropas terrestres.

A primeira fase da guerra foi marcada pela ocupação chilena de todo o território boliviano, na região litorânea, o exército tomou as cidades de Antofagasta, Mejillones, Cobija e Tocopilla sem resistência por parte dos bolivianos. Os conflitos armados começaram com a marcha chilena em direção aos Andes, onde ocorreu a batalha de Calama, mais de um mês após a tomada de Antofagasta e que contou com a “vitória” dos bolivianos<sup>178</sup>, que barraram o avanço dos chilenos no interior do deserto e concentraram na região, juntamente com os reforços que chegavam via San Pedro o que se tornaria a quinta divisão do exército boliviano, batalhão mais enaltecido pela historiografia e memória da guerra no país. Devido à falta de suprimentos e água, essa parte do exército boliviano voltou a se concentrar em Potosí. Meses após a defesa de Calama, ocorriam uma série de conflitos armados, como o combate de Río Grande – pequeno povoado próximo ao rio Salado e a San Pedro – de 10 de setembro, a Batalla de Canchas Blancas<sup>179</sup> de 12 de novembro e o combate de Tambillo de 6 de dezembro.

---

<sup>176</sup> Os acordos comerciais entre Peru e Bolívia eram comumente contestados pelos bolivianos, antes e durante a guerra, como pode ser observado analisando os registros oficiais das chancelarias (FLORES, 1877-1879; FLORES, 1879).

<sup>177</sup> Eram frequentes as tentativas chilenas de fazer com que a Bolívia mudasse de lado prometendo Arica aos bolivianos, isso fez com que em pouco mais de dois meses, o Peru alterasse o protocolo de 15 de abril, não responsabilizando economicamente a Bolívia pelos custos da guerra, com medo de se encontrar sozinho contra Chile e Bolívia. Isso pode ser facilmente demonstrado analisando os três primeiros pontos do documento chileno *Bases propuestas por la República de Chile para repudiar el Tratado secreto de alianza defensiva entre Perú y Bolivia de 28 de mayo de 1879*.

<sup>178</sup> A batalha de Calama é frequentemente revisitada na historiografia boliviana como um grande feito do exército boliviano, mesmo após o conflito a região tendo sido tomada pelos chilenos. É no aniversário do conflito (23 de março) que é comemorado, até os dias de hoje na Bolívia, o Dia do Litoral Boliviano, enaltecendo o papel das forças armadas bolivianas que viriam a se tornar a V División. Mesmo que a cidade de Calama tenha sido ocupada por tropas chilenas, se considera uma vitória pois, para muitos historiadores/as, foi com esse combate que se barrou o avanço chileno que possivelmente visava à tomada de Potosí.

<sup>179</sup> A batalha de Canchas Blancas é enaltecida por grande parte da historiografia boliviana e completamente esquecida pela grande parte da historiografia chilena, que por sua vez nega a existência do conflito.

Simultaneamente, ocorria a Campanha Naval da guerra: como consequência das forças aliadas se concentrarem próximo à fronteira peru-boliviana, o porto de Arica se tornou o segundo mais importante do Peru – somente atrás de Callao – durante essa primeira etapa da guerra. Após a declaração de guerra chilena contra o Peru, a primeira medida tomada pelo governo de Santiago foi ordenar o bloqueio marítimo de Iquique. Nos meses de Campanha Naval, uma série de bombardeios e conflitos entre as marinhas ocorreram, como o combate naval de Chipana (12 de abril), bombardeio chileno a Pisagua (18 de abril), combate naval de Iquique e Punta Gruesa (21 de maio), bombardeio peruano a Antofagasta (26 de maio), combate noturno de Iquique (10 de julho) e a captura do vapor Rímac pelos peruanos (23 de julho). Até o final do bloqueio, no dia 2 de agosto, não havia muita discrepância entre as forças marítimas conflitantes, a frota peruana parecia suficiente<sup>180</sup> e algumas cruciais vitórias fez com que, após o fim do bloqueio, ocorressem ofensivas peruanas em territórios chilenos, como é o caso da expedição até Punta Arenas (região próxima ao Estreito de Magalhães) em setembro. A campanha marítima muda completamente de figura após a captura do principal barco de guerra peruano, o *Huáscar*, no combate naval de Angamos<sup>181</sup>.

Após a perda do *Huáscar*<sup>182</sup> e o triunfo marítimo chileno, se abriu caminho para a tomada de Tarapacá, isso porque a região sul peruana continuava ultra dependente de Lima, com quem praticamente não tinha ligações terrestres. Grande parte dos exércitos das forças aliadas estavam estacionados nas cidades do sul peruano por meses, o que custava fortunas para os cofres públicos de ambos. Com o controle da costa por parte do Chile e os frequentes bombardeios nas cidades litorâneas do Peru, o exército de Santiago desembarcou na cidade de Pisagua (2 de novembro) onde venceu o primeiro confronto da campanha, abrindo espaço para a mobilização de suas tropas via Pacífico. A campanha seguiu com o combate de Agua Santa (6 de novembro), a batalha de Dolores (19 de novembro)<sup>183</sup> e a batalha de Tarapacá (27 de

---

<sup>180</sup> Ainda há um debate sobre em 1879 existir ou não o reconhecimento dos peruanos sobre a inferioridade bélica marítima: o Historiador José Agustín de la Puente afirma que Grau e os agentes peruanos que estavam mais cientes no setor de inteligência e estratégia já tinham plena ciência da inferioridade naval e da futura derrota antes mesmo da captura do *Huáscar* (CAM, 2020, pp. 89-91).

<sup>181</sup> O combate naval de Angamos é provavelmente o conflito marítimo mais revisitado pelas historiografias peruanas e chilenas, frequentemente apontado como o momento em que se decidiu o resultado de toda a Guerra do Pacífico. O almirante Miguel Grau continua sendo até hoje, no Peru, a principal figura de heroísmo ligado à história do país pós-independência.

<sup>182</sup> A figura de Grau, comandante do *Huáscar*, era tão central para o Peru que, somente oito dias após a sua morte, já estava formada em Lima a junta central de donativos para a compra de um novo blindado, que seria batizado com seu nome (COPIADOR, 1879-1881, pp. 93-94).

<sup>183</sup> Dias antes da batalha de Dolores, ocorreu um episódio que fora decisivo para a destituição de Daza: junto de suas divisões militares, Daza partiu de Arica no dia 11 de novembro em direção a Dolores (próximo a Pisagua), onde atacariam as tropas chilenas em uma ação conjunta com o exército peruano, que marchava de Pozo Almonte. Chegando na quebrada do rio Camarones no dia 14, Daza interrompeu a marcha e bateu em retirada,

novembro)<sup>184</sup>, todas vitórias do Chile, que finalmente conquistava toda a região rica em salitre e expulsava os aliados para a região de Arica e Tacna.

A partir do momento que a região rica em guano e salitre foi tomada pelo exército do Chile, grande parte do setor salitreiro rompeu as obrigações que detinha com o governo de Lima: a *Peruvian Guano* (manejada por *Thomson, Bonar y Co.*) por compreender que o sistema de privatização chileno possibilitaria menos contribuições – até então, a companhia era encarregada de pagar parte da dívida externa peruana –, logo após a invasão chilena, suspendeu o pagamento mensal e se negou a cumprir com as contribuições acordadas entre ela e o Peru. Os ingleses que detinham títulos peruanos, em acordo com o governo chileno, negociaram para que os capitalistas estrangeiros pudessem explorar os recursos da região ocupada, fazendo com que logo nos primeiros meses, o Peru – bloqueado maritimamente, em crise econômica e caos político – perdesse grande parte do sustento de toda a sua economia. A crise econômica e os fracassos bélicos se tornaram crise política nos países aliados.

#### 5.4.2 Governo Piérola e a perda de Tacna e Arica

Com a rica região conquistada pelo governo de Santiago, um novo impasse tomou conta a partir do final de 1879 e começo de 1880, as negociações para o fim da guerra tomavam um novo rumo. Os meses que separaram as campanhas de Tarapacá e Tacna-Arica<sup>185</sup> foram marcados pelo então ministro das relações exteriores chileno, Domingo Santo María González (que foi o presidente chileno de 1881 a 1886), iniciando uma tentativa de paz com a Bolívia: Tarapacá sempre foi o maior interesse chileno após o início da guerra e Arica ou Tacna pouco representavam economicamente para o Chile, com isso em mente, a cessão de Arica para a Bolívia – dentro de acordos econômicos favoráveis para o Chile – permitiria tanto a saída boliviana para o mar quanto evitava a existência de uma fronteira conturbada com o Peru. A ideia de um “Estado tapón” (LEÓN WÖPPKE e JARA FERNÁNDEZ In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015) entre Peru e Chile, além de evitar o prolongamento da custosa guerra e retirar um importante porto das mãos peruanas, permitiria evitar uma série

---

abandonando o exército peruano e desencadeando uma importante derrota dos aliados. Os motivos do abandono do plano por parte de Daza continuam sendo debatidos com uma série de posições divergentes dentro da historiografia, não cabe aqui, porém, se aprofundar nesta discussão. Alguns escritos revisionistas sobre Daza foram publicados ao longo dos últimos anos: na revista informativa *Mar Para Bolivia* do DIREMAR, a apresentação do segundo número, feita pelo diretor geral da revista, Juan Lanchipa Ponce e notícia “¡Mentira! Daza no ocultó la noticia de la invasión chilena para carnavalear”, também presente no mesmo número (DIREMAR, 2012), são exemplos dessa corrente revisionista.

<sup>184</sup> Nas batalhas da região de Tarapacá, grande parte das tropas peruanas eram de origem indígena, provenientes de Cuzco (CHOQUE MARIÑO, 2013, p. 71).

<sup>185</sup> No final de dezembro de 1879 e começo de janeiro de 1880, o Chile tomou conta do porto de Ilo e da cidade de Pacocha.

de conflitos que ocorreram entre os governos de Lima e Santiago até o Tratado de Lima de 1929. A Bolívia, porém, recusou as propostas, algumas destas sendo revisitadas nestes últimos quase 150 anos.

É durante esse momento de tentativa chilena de cooptar o governo boliviano que Prado abandonou a presidência peruana no dia 18 de dezembro de 1879 e Daza foi deposto dez dias depois. Com o abandono de Prado, Nicolás de Piérola sobiu ao poder via um levante militar ainda no final do ano de 1879. Como consequência das medidas de Prado e do fracasso de Prado, o Peru vivia uma fragmentação política, com o poder centralizador do Estado decaindo e aumentando as influências das elites locais, incluindo alguns caciques e antigos caudillos. A instabilidade peruana fez com que se abrisse uma brecha entre as contrárias correntes pradistas (ligado aos militares apoiadores de Prado) e o congresso (ligado às elites locais); crítico aos governos de Prado e Pardo, Piérola se mostrava a favor de algumas medidas voltadas para camadas excluídas da vida política do país.

Autodeclarado “protector de la raza indígena” e apoiado por grande parte dessa camada da população, Piérola atuou contra os interesses dos principais banqueiros e implementou medidas que tentavam impedir a fome (BASADRE, 2014b, p. 107 e 109), além de ter suprimido os conselhos departamentais, estabelecendo uma contribuição geral sobre a renda, isentando da contribuição uma parcela subjugada da sociedade (CHAUPIS TORRES In RUBILAR LUENGO e SÁNCHEZ ANDRÉS, 2019, p. 78). Se concordou neste trabalho que Prado foi responsável pela “descentralização centralista”; afirma-se que Piérola foi responsável pela “centralização descentralista”, pois reverteu o aparato que elevava os poderes locais para implementar as medidas populares, retirando em certos aspectos o poder da restrita elite econômica nacional. Taxado pela imagem de um eterno subversivo, foi criticado inclusive pelo ex-presidente Prado como responsável da impossibilidade do Peru receber empréstimos para financiar o armamento, o que, como afirma Basadre, não se sustenta, uma vez que os obstáculos que inviabilizavam os empréstimos peruanos eram decorrentes da crise econômica (BASADRE, 2014a, p. 221), intensificada com a perda de Tarapacá e com a guerra. A postura de Piérola, porém, desencadeou o abandono das forças peruanas resistentes em Arica e Tacna.

Após a Campanha de Tarapacá, até os últimos dias de fevereiro, grande parte do exército chileno encontrava estacionado na região de Ilo e Pacocha. Com o fracasso da negociação de paz, começou a campanha de Tacna e Arica. O primeiro grande conflito da campanha foi o combate naval ocorrido em Arica, em que o monitor Cápac, junto das forças aliadas conseguiram defender a cidade da frota chilena. Com o fracasso da movimentação, a tropa concentrada efetuou um ataque a Mollendo (9 de março), destruindo a cidade que era um

dos postos de abastecimento e de ligação de Callao com Arica e Tacna. Os chilenos seguiram conquistando Moquegua na batalha de Los Ángeles (22 de março) e bloqueando o porto de Callao (9 de abril). Somente Arequipa, que era distante do litoral, ainda se apresentava como um foco de resistência, fazendo com que Arica e Tacna se encontrassem completamente ilhadas pelos chilenos; liquidando qualquer possibilidade de grandes reforços, o Chile se preparava para as mais sangrentas batalhas enfrentadas pelo exército aliado.

A investida do exército chileno seguia agora para tomar as cidades de Tacna e Arica, a batalha do Campo de la Alianza (26 de maio) concentrava as forças do exército aliado que estava no sul peruano e resultou como tentativa de defesa da região. Após a derrota aliada, Tacna foi ocupada pelos chilenos. Com somente Arica restando sobre domínio peruano, a última batalha da campanha marcou o enfrentamento das tropas chilenas contra o que restava do exército peruano, a batalha do Morro de Arica<sup>186</sup> (7 de junho) liquidou as tropas peruanas. Os dois últimos conflitos da campanha são marcados por um enorme número de mortos e prisioneiros dos três exércitos e até hoje são batalhas frequentemente revisitadas pela historiografia aliada, sobre o conflito de Arica, Uriburu relata os horrores vividos

Cabezas separadas de sus mutilados troncos, miembros dispersos. Heridos, martirizados por las congojas de la sed que devora al caído en el combate. — Rostros iracundos de soldados inhumanos y feroces.

Las descargas continuaron, no ya combatiendo, sino asesinando por muchas horas, después de tomada la ciudad y las fortalezas. Cruelles hecatombes realizadas por refinamiento de barbarie.

Refiérese que en el atrio de la Iglesia fueron victimados más de doscientos prisioneros á la voz de ¡Viva Chile! proferida por una banda de foragidos que conducía un jefe que ordenó la matanza y cuyo nombre no ha sido denunciado á la historia, librándose así del estigma y maldición que habría fulminado contra esa hiena humana, pues que así perpetúa el nombre del valiente y noble guerrero, como condena al escarnio de las generaciones el del malvado y el asesino (URIBURU, 1899, p. 156).

Encerrada a campanha de Tacna e Arica, a primeira etapa da guerra chegava ao fim.

### 5.4.3 O preparo para o golpe final e as arbitragens frustradas

Com a tomada de Tacna e Arica, o que restou do exército boliviano no Peru voltou para seu país derrotado. Durante esse praticamente um ano e meio de guerra, a população de diferentes regiões da Bolívia enfrentou a seca e a peste, havendo pessoas morrendo de fome inclusive em centros urbanos como Cochabamba, Sucre e Potosí. Enquanto o povo boliviano enfrentava a imensa crise, o governo continuou pagando indenizações para o Peru pelos gastos

<sup>186</sup> Diferentemente da batalha do Alto de la Alianza, que ocorreu em território que hoje pertence ao Peru, a batalha realizada em Arica ocorreu em solo pertencente ao Chile, portanto, o *Museo de los Combatientes de Arica* peruano está localizado em Lima e é instalado na residência onde nasceu Francisco Bolognesi, coronel peruano morto na batalha e importante herói peruano da guerra.

de alimentação e sobrevivência mínima do exército boliviano durante a permanência deste na região de Tarapacá, Arica e Tacna. Os “donativos patrióticos”, o aumento dos impostos, os empréstimos com bancos nacionais e a suspensão do pagamento de créditos na amortização da dívida interna foram algumas medidas adotadas pelo Peru, que conforme o conflito se desenrolava, se mostrava também esgotado economicamente, entrando novamente em colapso fiscal, vendo a inflação decolar e o povo em situação miserável.

A segunda etapa da guerra, agora não mais envolvendo divisões bolivianas, foi marcada pela expedição Lynch e pela tomada de Lima pelos chilenos. É importante ressaltar que o governo chileno já tinha experiência em ocupação militar de territórios além de suas fronteiras: mesmo que forjando um imaginário “nacional” que abraçava a “herança araucana”, o *modus operandi* da atuação chilena no Atacama foi similar ao que desempenhou na sua fronteira sul. A partir das primeiras décadas da segunda metade do século XIX, o Chile tinha em mente que a conquista de territórios envolvia mais do que um conflito bélico. O conflito militar servia para que, futuramente, fosse introduzida a lógica de “inserção” da nova área sobre a lógica “civilizadora”, como ocorreu em grande parte das terras mapuches, que mesmo resistindo em algumas ocasiões, fossem conquistadas na base da aquisição das terras em compras “irrisórias” (VITALE, 2011, pp. 419-420) por parte do Estado. Desde a década de 1860, rebeliões mapuches ocorriam com frequência ao sul do território chileno, fazendo com que os nativos participassem da Guerra do Pacífico de modo particular: os mapuches aproveitaram a conjuntura da guerra para realizar uma nova onda de rebeliões, devido os militares chilenos sendo obrigados a se descolarem do sul chileno ao norte, para combater os peruanos e bolivianos (VITALE, 2011, p. 424), porém, o sucesso na Guerra do Pacífico foi também acompanhado pelo sucesso na guerra em Arauco.

Durante todo o conflito armado, a prática de saques, incêndios criminosos, estupros e massacre de civis foi comum nos territórios invadidos<sup>187</sup>. A campanha Lynch (4 de setembro a 1 de novembro de 1880) consistiu em parte do exército de Santiago desembarcando no porto de Chimbote (próximo ao paralelo 9°S) e marchando sobre as cidades litorâneas que iam de Paita (paralelo 5°S) e Supe (paralelo 11°S). O principal objetivo foi cobrar impostos de guerra das cidades peruanas sobre ameaças – muitas vezes cumpridas – de destruição de edifícios públicos e particulares, além da destruição da indústria açucareira peruana. A expedição Lynch

---

<sup>187</sup> Sobre a ocupação de Moquegua, Cuzco, Arequipa e Puno, Urriburu ressalta que: “Ancianas, mujeres desvalidas y valetudinarias, gentes que la ley internacional declara neutrales y que no habían emigrado ó extrañándose del suelo por impotencia, comparecían á la orden del jefe chileno y eran notificadas para entregar en dinero ó especies las cuotas señaladas, so pena de expropiar bienes por la fuerza, con pensables, ó en su defecto arrasar las propiedades de los resistentes (URIBURU, 1899, p. 158)”.

contou com a obtenção de 29.050 libras esterlinas, 11.428 pesos em moeda de prata e 5,000 pesos em papel moeda peruana, 2.500 sacos de açúcar, 600 sacos de arroz, uma quantidade boa de algodão, tabaco e outros produtos em espécie, isso tudo com o exército chileno sofrendo somente 3 baixas (BARROS ARANA, 1881, p. 125). O terror da guerra atingia, portanto, regiões muito distantes<sup>188</sup>, que em teoria pouco interessavam ao Chile, que sequer tinham capacidade de se levantar contra o exército; fica evidente que o maior preço da guerra, como sempre, era pago pela população comum.

Mesmo que a grande maioria desses atos não sejam evidenciados pela historiografia chilena, ao se tratar especificamente da ocupação de Lima, Barros Arana discorre sobre os “exageros” das tropas do Chile, utilizando a tomada do bairro de Chorrillos como seu maior exemplo (BARROS ARANA, 1881, pp. 253-254). É notável que os terríveis abusos cometidos pelas tropas foram além da tomada de Lima, porém, ao se tratar dos conflitos nos territórios que seguiram sobre controle chileno após a guerra – Tacna, Arica e Tarapacá –, é comum uma relativização maior por parte chilena. Já a historiografia peruana, além de denunciar as atrocidades das regiões centrais, como os atos cometidos na tomada de Chorrillos, demonstra como a ação foi semelhante à ocupação ocorrida em Tacna e Arica, como se pode ver desde a obra de Paz Soldan (PAZ SOLDAN, 1884, pp. 397-401; 477; 495-496).

Sabe-se que durante períodos de guerra, as estratégias militares se sobressaem a qualquer noção de ética ou respeito ao povo da nação adversária, se deve, porém, analisar o porquê da ocupação de Lima pelo exército chileno. A ocupação de Lima era extremamente custosa para os cofres de Santiago e em nenhum momento obteve pleno apoio popular: grande parte dos chilenos julgava que o bloqueio naval – estabelecido desde 1880 – era o suficiente para vencer o conflito contra o Peru. Por que o governo chileno sustentou a ocupação da capital peruana como necessária para a vitória? Como já evidenciado no trabalho, Lima era crucial para o funcionamento do poder político no Peru, a elite limenha, em constante atrito pelo poder político e econômico de todo o país, era peça chave em tudo que envolvia a Guerra do Pacífico pós batalha de Arica. Ao tratar dos primeiros meses de guerra – isso é, pré-tomada de Arica por parte dos chilenos – Paz Soldan julga como erro fatal do governo peruano optar por um fortalecimento da capital, o que acarretaria o detrimento do auxílio às forças que combatiam o inimigo ao sul

Es cierto que durante esta administracion [el Gobierno del Vice-Presidente La Puerta] logró formarse un respetable ejército de mas de 17,000 hombres, la mayor parte de los cuales estaban armados con rifles traídos de Europa en los cuatro primeros meses

<sup>188</sup> Para um melhor esclarecimento geográfico, a cidade de Paita fica na costa litorânea norte do Peru, se encontrando aproximadamente a 300km da fronteira com o Equador.

de declarada guerra; pero en Lima no se necesitaba tanto ejército, mientras que en el Sur, teatro de la guerra, era urjentemente necesario un refuerzo, cuando ménos, de ocho mil hombres, para asegurar la victoria, y no se hizo así, porque parece que solo se pensaba en defender Lima, como si de la suerte del ejército del Sur no dependiera rigorosamente la de Lima y la del Perú todo (PAZ SOLDAN, 1884, p. 368).

Com o governo Piérola, o Sul foi abandonado por Lima<sup>189</sup>, fazendo com que após a derrota em Arica, a capital se encontrasse cada vez mais encurralada por um inimigo que concentrava forças cada vez mais perto. O autor peruano vai ainda mais longe, afirmando que “el verdadero y único responsable del desastre [de la pierda de Tacna] fué el Gobierno de Lima” (PAZ SOLDAN, 1884, pp. 473-476). Por ser uma capital de um país onde as disputas pelo poder eram tão intensas, Lima exigia a constante presença militar que servia como proteção contra golpes internos, e não necessariamente externos<sup>190</sup>; a tática adotada pelo governo peruano decretou definitivamente o fracasso do exército ao sul e desencadeou a etapa final da guerra, que foi a da ocupação da cidade Lima. Quase que ironicamente, a necessidade de concentrar as tropas no coração do Peru desencadeou o enclausuramento e destruição da capital, pela ocupação chilena e conseqüentemente pela Guerra Civil de 1884-1885.

Durante e após o conflito, o Chile manteve uma postura dupla com a Bolívia em tentativas de negociação de Tacna e/ou Arica para o abandono da legitimidade de recuperar o litoral boliviano. A manutenção da guerra e o não abandono da aliança com o Peru foi a postura da Bolívia durante todo o conflito, mesmo depois da invasão chilena em Lima, isso se deve, para alguns autores, devido a suposição de que o país boliviano nunca tivesse abandonado a esperança da entrada da Argentina no conflito (POPELAIRE, 1927), uma vez que era de ciência de todos que os acordos chileno-argentinos cedo ou tarde seriam rompidos. Desde a invasão de Antofagasta, o Chile trabalhava diplomaticamente para manter a neutralidade Argentina: quase que simultaneamente à declaração oficial de guerra, La Moneda trabalhava em um acordo de fronteiras com a Argentina para resolver a histórica disputa pela região de Magalhães (RUBILAR LUENGO e RETAMAL FERRADA In RUBILAR LUENGO e SÁNCHEZ ANDRÉS, 2019). Alguns militares argentinos que decidiam apoiar Bolívia e Peru iam de forma

---

<sup>189</sup> Para Querejazu Calvo, Piérola abandonou Arica e Tacna para “ganhar tempo” para a defesa da capital, abandonando o exército boliviano devido também a um sentimento de despreço pelo país vizinho (QUEREJAZU CALVO, 1999, pp. 88 e 97). É difícil saber se os motivos pessoais de Piérola de fato o fazia ter antipatia pela Bolívia ou se a posição do presidente era decorrente das derrotas das linhas peruanas e bolivianas.

<sup>190</sup> Mesmo que a maior ameaça ainda fosse interna, é possível evidenciar que desde, pelo menos, 28 de fevereiro de 1880, a municipalidade de Lima já se preocupava com o fortalecimento defensivo da cidade, criando um fundo monetário a partir de 15 de março (COPIADOR, 1879-1881, pp. 171; 187-188; COPIADOR, 1881). Desde o final de 1879 eram comuns leilões promovidos pela municipalidade de Lima para arrecadar fundos para a guerra, totalizando mais de 1218 objetos de luxo – como relójos de ouro, cofres, critais, tapetes importados e alguns quadros e artes referentes ao almirante Grau – doados principalmente por mulheres pertencentes à elite limenha, como parentes de Meiggs e de importantes políticos da época (LIRA, 1879).

voluntária sem vinculação ao Estado, porém, o apoio desse pequeno grupo não foi o suficiente para mudar o resultado da guerra<sup>191</sup>.

A neutralidade brasileira também foi estabelecida próxima à Argentina, o que foi tido como alívio pelos três combatentes (CANAVEZE, 2010, p. 81), principalmente pelos aliados. O Chile, principalmente após a captura do *Huáscar*, tinha plena ciência de que, se nenhum país adentrasse o conflito pelo lado aliado, a guerra seria ganha: isso fica evidente com a preocupação do país em elaborar novos acordos econômicos – de conotação política, como Canaveze também afirma (CANAVEZE, 2010, p. 95) – com o Império brasileiro, fazendo com que no fim da guerra, o Brasil se mostrasse como o principal aliado dos chilenos em todo o continente. Com o Equador, a situação foi um pouco diferente, Chile e Peru disputaram o apoio do antigo aliado dos tempos de Guerra Hispano-sulamericana. Embora o Equador historicamente tenha tido uma série de conflitos armados contra o Peru, o país ainda era dependente economicamente de Callao, impossibilitando o país a ajudar oficialmente o Chile, assumindo postura de neutralidade; a comercialização do país com o Peru, porém, fez que as relações equatorianas com La Moneda tenham sido negativamente afetadas durante o conflito, sendo somente no final da ocupação de Lima que as relações chileno-equatorianas caminhassem novamente para uma estabilidade (TAPIA FIGUEROA In RUBILAR LUENGO e SÁNCHEZ ANDRÉS, 2019).

Desde os primeiros meses da guerra e, principalmente após a tomada de Arica, se seguiu uma série de tentativas de arbitragens internacionais que ocorreram para encerrar o conflito armado: Brasil, Argentina, Inglaterra e os EUA são os principais países que tentaram, sem resultados, mediar o conflito. O Chile, em todas as negociações durante a guerra, não aceitava a devolução de Tarapacá ou do Atacama boliviano. Na Conferência de Arica, que fracassou, realizada em outubro de 1880 com o apoio dos EUA, além de Santiago exigir toda a zona ao sul da quebrada de Camarones, solicitavam vinte milhões de pesos, a devolução das propriedades chilenas, o transporte marítimo *Rímac* que foi capturado pelos peruanos e a desmilitarização do porto de Arica, alegando a retenção de Moquegua, Tacna e Arica até o cumprimento de todos os pontos anteriores; a Bolívia solicitava a devolução de todo seu território conquistado; o Peru exigia o mesmo que a Bolívia, além da devolução dos barcos

---

<sup>191</sup> Sobre a não-participação da Argentina, Uruburu justifica melancolicamente a postura argentina: “pero al gobierno no le es lícito dejarse enternecer hasta enjugar sus lágrimas con el paño ensangrentado de su bandera, arrostrando los horrores de la lucha y atrayendo á su suelo sus injuriosas y vejatorias calamidades (URIBURU, 1899, p. 256)”; já Ballivián relata outra face do papel argentino, o do preconceito étnico e nacional dos argentinos com os bolivianos e peruanos (BALLIVIÁN, 2017, p. 5) que pode ser observado analisando a obra *Recuerdos de viaje y de guerra* de Florencio del Mármol.

*Huascár e Pilcomayo* e uma indenização chilena pelos danos causados durante a guerra (CARRASCO D., 1991, pp. 95-96).

É evidente que os países neutros possuíam interesses próprios na resolução do conflito, o campo de arbitragem se mostrou durante anos como um embate entre EUA, que pendia mais para uma postura pró-aliados, *versus* Europa e Brasil, que pendia mais para uma postura pró-Chile (CASTRO VALDEBENITO e MONTEVERDE SANCHEZ, 2018), porém, as últimas décadas do século XIX não contaram com uma presença enérgica estadunidense devido aos impasses que os norte-americanos mantinham com outros países – como contra a Espanha (LEÓN WÖPPKE e JARA FERNÁNDEZ In CAVIERES FIGUEROA e CHAUPIS TORRES, 2015) – fazendo com que a arbitragem não tivesse sido possível durante os dois primeiros anos de conflito, abrindo espaço para a última etapa da guerra, a invasão chilena em Lima.

#### **5.4.4 Lima ocupada e a destruição dos aliados**

A campanha de Lima começou com a tomada – sem resistência – dos portos de Pisco, Chilca e Curayacu ao sul da capital peruana e a concentração das tropas chilenas próximos ao rio Lurín (atualmente, um dos distritos que faz parte da Província de Lima) dos últimos dias de dezembro até os primeiros dias de janeiro de 1881; durante esse período, houve somente pequenos confrontos desencadeados pelos pequenos grupos que realizavam as tarefas de reconhecimento pela região. A partir do dia 12 de janeiro, a marcha para Lima teve início: de Lurín até o centro de Lima, o exército chileno se chocou com os peruanos nas sangrentas batalhas de San Juan y Chorrillos (13 de janeiro) e Miraflores (15 de janeiro), que concentravam o grosso da resistência limenha. Após a vitória chilena, a cidade de Lima foi ocupada a partir de 17 de janeiro, por um período de mais de dois anos e nove meses.

Além da pilhagem, dos saques e dos “impostos de guerra” cobrados pelo exército chileno nas cidades peruanas durante toda a guerra, após a invasão de Lima, as autoridades peruanas foram obrigadas a pagar, por decreto de 7 de março de 1881, mensalmente a quantia de um milhão de pesos para contribuir e atender os gastos do exército chileno durante a ocupação, permitindo, em caso do não cumprimento, a “destruir en sus propiedades un valor que fuera por los menos tres veces mayor, sin perjuicio del apremio personal” (BASADRE, 2014b, p. 179). Durante a ocupação, a infraestrutura da destruída Lima era insuficiente para a manutenção do exército chileno, que contava com mais de 13 mil homens na capital peruana, causando uma série de problemas sanitários, além de ondas frequentes de violência contra a

população peruana<sup>192</sup>; as instituições estatais peruanas já não tinham mais autonomia para funcionamento

Otro de los problemas en 1881 era el funcionamiento irregular de los servicios del Estado, con excepción de los mercados; los Tribunales de Justicia, por ejemplo, decidieron suspender sus actividades y de esta manera evitar someterse a la administración del régimen enemigo. Frente a la falta de seguridad jurídica por parte de dichas instituciones y para proteger las propiedades de los ciudadanos peruanos, algunas personas decidieron colocar sus pertenencias a nombres de los extranjeros: consistía este en simular transferencia de sus propiedades a nombre de algunos extranjeros, i colocarlas de esta manera bajo el amparo y la protección de los ministros diplomáticos (BARROS, 1979, p. 352, apud ROSARIO, 2021, pp. 79-80).

Piérola, vendo a capital sendo controlada pelo Chile não abandonou a guerra, recuando para o interior peruano para organizar forças de resistência, porém, uma série de setores peruanos, julgando a impossibilidade de resistência pós caída de Lima, se associaram com as forças políticas que o Chile implantava em Lima. Mesmo o Estado peruano desaparecendo como aparato unificador, o Peru continuou em guerra de janeiro de 1881 até outubro de 1883 com uma série de focos de resistências locais, principalmente na sua serra central.

Se o Chile julgava que, somente atacando o coração do Peru fosse possível a vitória no conflito armado – o que parece bem razoável pensando em fins estratégicos –, a experiência trouxe um enorme desgaste populacional e econômico para o governo de Santiago, que teve que arcar com anos de ocupação da longínqua cidade dos reis. Na Bolívia, durante a ocupação de Lima, a população se dividia entre quem era a favor de uma paz com o Chile – proprietários, membros da elite mineira, comerciantes – e quem era contrário – militares, e parte dos membros do poder político, encabeçados pela liderança do general Narciso Campero, presidente da Bolívia de 1880 a 1884.

Um novo caos – dessa vez também sistêmico – reinou sobre todo o Peru a partir da ocupação de Lima. Com a tomada de Lima e a reclusão de Piérola para Ayacucho, Francisco García-Calderón se intitulou presidente peruano simultaneamente à Piérola. Após García-Calderón ser capturado e preso pelo exército chileno em novembro de 1881, Lizardo Montero se tornou seu sucessor, em março de 1882 se estabelecendo em Arequipa até o final da guerra. Com as três figuras sendo contrárias a negociação com o Chile, em 30 de dezembro de 1882, no norte do Peru, Miguel Iglesias se autodeclarou presidente, apoiado pelo Chile, foi responsável pela cessão de territórios e o fim da ocupação chilena e Tratado de Ancón. Após a

---

<sup>192</sup> Grande parte da elite limenha que tinha possibilidade econômica de evacuar a região o fez antes da ocupação chilena, permanecendo na capital principalmente a camada menos favorecida economicamente (BASADRE, 2014b, p. 71).

renúncia de Piérola em novembro de 1881, Andrés Avelino Cáceres<sup>193</sup> se tornou o chefe da resistência na região dos Andes

[a principios de 1883] Cáceres, allá en los Andes, representaba la resistencia indolegable y la lucha "hasta quemar el último cartucho" como dijera Bolognesi. Montero en Arequipa no hacía la guerra; pero tampoco se manifestaba dispuesto a firmar la paz con toda la cesión territorial demandada por Chile, es decir, según dijo García Calderón en su carta a Iglesias, "tenía el firme propósito de no hacer nada por no comprometer su responsabilidad personal". García Calderón se resistía a entregar Tacna y Arica e insistía en viajar a Arequipa y convocar un Congreso. Iglesias estaba sin fuerzas, muchos pueblos lo habían repudiado y su escaso ejército era pagado con su fortuna particular (BASADRE, 2014b, p. 247).

A instabilidade política tomou conta do Peru até o Tratado de Ancón e a fragmentação política do país impossibilitava a resolução do conflito. Após firmar o tratado, os chilenos se retiraram da capital, mas não sem antes saquear os palácios de governo, os quartéis e os edifícios públicos.

A guerra no Peru destruiu a estrutura do Estado e fragmentou o poder em todo o território nacional: “Esta guerra interna, en última instancia, no hacía sino traducir los intereses irreconciliables de los diferentes caciques y caudillos y de sus diferentes clientelas políticas. (BONILLA, 1980, p. 191)”, mesmo assim, algumas figuras políticas ainda mantinham um prestígio e um apoio de diferentes camadas da sociedade peruana, como é o caso de Piérola, que voltando de seu exílio em março de 1884 reafirmou sua agenda popular, “contrária” às classes altas peruanas (BASADRE, 2014b, pp. 164-165). Entre 1884 e 1885, a Guerra Civil Peruana tomou conta do país dividido entre as forças de Cáceres (presidente constitucional reconhecido pela Bolívia, Argentina e EUA) e Iglesias (reconhecido pelo Chile, Brasil e Grã-Bretanha). Mesmo com a vitória de Cáceres e a estabilidade política a partir de 1886, os danos causados pela Guerra do Pacífico e pela Guerra Civil Peruana foram gravemente sentidos em todo o país.

O capital britânico passou a controlar diretamente a economia peruana após a destruição de Lima. Regiões mais distantes da capital também sofreram grandes mudanças econômicas e políticas durante a época: é o caso de Huancavelica que, segundo Henry Favre, teve seu predomínio de regime de médias propriedades destruído, sendo substituído por latifúndios formados por fazendeiros que se apoiaram na proteção dos chilenos contra os guerrilheiros (qualificados, ainda em 1882, como “comunistas”) que resistiam à ocupação no campo (BASADRE, 2014b, p. 276). A situação pós-guerra de Lima e do Peru era a seguinte

---

<sup>193</sup> Os setores pró-guerra bolivianos apoiavam o exército organizado por Cáceres em Ayacucho, que contava com entre 3 e 4 mil homens, apoiados por uma série de comunidades indígenas, como de Acoria, Colcabamba, Huando, Acostambo, Pillichaca, Huaribamba, Pampas, Pasos e Tongos (BASADRE, 2014b, p. 217).

[En Lima] Era fácil ver las ruinas y destrozos en los campos o ciudades que fueron escenario de batallas y combates o estuvieron bajo la ocupación. Faltaban labradores y braceros en las haciendas. [...]

El cuadro de la situación nacional era aún más terrible. El Perú ya no tenía escuadra. Los restos desmembrados de su ejército combatían entre sí. Abrumaban a la Hacienda pública y a la economía privada el empobrecimiento general del país; la fuga o la merma de capitales; la depreciación progresiva del papel moneda que las necesidades de la defensa obligaron a emitir con abundancia; la semiparalización del comercio exterior durante cinco años; la destrucción de los elementos de movilidad en los puertos; la ruina dejada en la agricultura por las batallas y combates [...]

Los bancos nacionales habían liquidado y solo funcionaba uno de poca monta. El billete fiscal era la moneda del pueblo y la que servía de cambio, pues existía escasamente la metálica. Este billete depreciado carecía de respaldo. Sin el amparo de una garantía, era objeto de agio. La deuda interna no tenía cotización, no obstante de que fue servida con regularidad hasta el comienzo de la guerra (BASADRE, 2014b, pp. 300-301).

Na Bolívia a situação era similar: houve a liquidação do seu exército, um grande número de sobreviventes sofreu danos irreparáveis e sua economia sucumbiu em ruínas e voltou a depender da indústria da prata. A recuperação era ainda menos provável, uma vez que, além dos ricos territórios em guano e salitre se encontrarem definitivamente nas mãos do Chile, o país perdia toda a sua faixa litorânea e soberania portuária no Pacífico.

Ressalta-se aqui que o Chile, durante toda a guerra, não possuía uma infraestrutura tão elevada quanto parte da historiografia nacionalista costuma apontar. Barros Arana, como um dos autores do pilar da historiografia clássica chilena, afirmou como os portos do país desde sua independência foram abertos aos estrangeiros de todos os países – principalmente europeus – fazendo com que tenham se diferenciado de seus vizinhos e atingido um “progresso” pela firmeza de seus governantes, que atrelaram a vida do povo ao desenvolvimento industrial, ampliando uma série de estudos técnicos e impulsionando a economia do Estado para a produção agrícola e mineradora (BARROS ARANA, 1880, pp. 12; 15-16). Como já exposto anteriormente, afirma-se aqui que embora houvesse um avanço da tecnologia explorativa industrializada, o Chile do século XIX não deve ser entendido como industrializado: as zonas produtivas do país eram ocasionalmente territórios que serviam apenas para a produção e exportação de produtos para o mercado estrangeiro, com nada mais do que as condições mínimas de sobrevivência do povo chileno. O isolamento das regiões produtivas com os centros urbanos era visível: nenhuma ferrovia conectava a região norte do Chile com Santiago e os trechos que existiam no norte funcionavam somente para o transporte de produtos que seriam exportados para a Europa, como é o caso do trecho *Norte Chico*, que conectava os campos mineiros a pequenos portos como Caldera (SATER, 2007, p. 14).

Mesmo que as forças chilenas fossem de fato mais preparadas que a dos aliados durante os anos da Guerra do Pacífico, deve-se apontar que o exército chileno não se mostrava

em comparação aos exércitos das potências capitalistas. Os exércitos dos países do Pacífico Sul não contavam com militares capazes de operar os sistemas viários e telégrafos; o Chile contava com um insuficiente corpo de médicos, obrigando inclusive o governo de Pinto ter que recrutar estudantes de medicina ou recorrer à marinheiros estrangeiros para o tratamento de seus combatentes (SATER, 2007, pp. 350-351; 356-357). Para Cueva, o Chile estava apenas em um “grau de subdesenvolvimento” diferente do de seus vizinhos mais “atrasados”; no Chile da segunda metade do século XIX – embora modesta – já existia uma “mecanização do campo”, a “medula econômica” do país não se baseava na massa de servos indígenas e sua população urbana era maior do que a dos vizinhos ao norte (CUEVA, 1983, pp. 102-104)<sup>194</sup>, porém, sua sociedade era estruturada fundamentalmente na dependência com as potências do capitalismo globalizado.

O apreço pela ordem e paz tão glorificado pela historiografia tradicional chilena também possui caráter um tanto quanto fantasioso

El llamado Estado "civilista" portaliano se basó precisamente en el poderío del ejército, desmintiendo así el mito de la democracia y del civilismo en Chile. Fue un Estado autoritario que impuso el “orden” a través de destierros y persecuciones a los hombres de pensamiento liberal. Su relativa estabilidad, basada en la expansión de la economía minera y agrícola, fue quebrada por las guerras civiles de 1851 y 1859, echando por tierra otro mito de la historia: el camino pacífico de Chile y el respeto a su institucionalidad (VITALE, 2011, p. 272).

Tampouco a burguesia mineira da segunda metade do século XIX foi “progressista”. Se por um lado o setor dinamizou em parte a economia do país, ampliou as liberdades públicas e limitou os privilégios da Igreja, impediram a realização de tarefas fundamentais como a reforma agrária e o desenvolvimento de uma indústria nacional; a realidade foi que a burguesia mineira reforçou o caráter do país como produtor de matérias-primas, permitiu a entrada sem controle de produtos estrangeiros, fragmentou as forças armadas<sup>195</sup> e desnacionalizou a marinha mercante, reforçando ainda mais a condição de dependência chilena frente ao capital estrangeiro. Com o período de prosperidade chilena vivido até a década de 1870, surgiu um segmento social formado por advogados, parlamentares e altos chefes da administração pública que enriqueceram ao desempenharem os papéis de “gestores” e “patrocinadores” – em sua maioria

<sup>194</sup> Cueva, no trecho citado indiretamente, compara a estrutura do Chile com a do Equador. Deve-se ter em mente que a realidade apresentada do país equatoriano era similar à boliviana e em certa medida à peruana também; tanto o Peru quanto a Bolívia eram países que além de não terem abolido o tributo indígena após as independências, seguiam por décadas dependentes de tal fonte de renda (MARICHAL, 2014, p. 26).

<sup>195</sup> As forças armadas passaram a ter liberdade para realizar parcerias com terceiros e as intendenções contratavam transportes e serviços auxiliares, deixando claro a influência da esfera privada nas forças chilenas, como pode ser analisado lendo alguns escritos militares como *Los abastecimientos militares en la Guerra del Pacífico (1879-1884)* de Pizarro Baraona e *Logística en la Guerra del Pacífico. Conformación del apoyo a la fuerza* de Stein Hermosilla.

fazendo o papel de intermediários e de “testaferros” (VITALE, 2011, p. 328) das empresas estrangeiras –, atuando sobretudo com grandes obras públicas. A Guerra do Pacífico e seus desdobramentos no Chile, devem ser compreendidas não somente como a ação externa do monopólio britânico e a crise de 1873, mas também como um conjunto de ações tomadas pelo Estado frente a esses obstáculos

Lo que llamamos la “política económica” de estos países suele no ser sino el conjunto de medidas que les solicita el núcleo hegemónico. Es claro que esto debe relativizarse. cada sociedad, incluso la más débil y aislada, tiene siempre un margen de autodeterminación; pero no lo tiene en absoluto si no conoce las condiciones o particularidades de su dependencia. En otros términos, cada historia nacional crea un parrón específico de autonomía pero también engendra una modalidad concreta de dependencia. Uno de los aspectos más notables del Chile de aquel momento es la vocación de su crase dirigente de analizar con certeza el tipo de dependencia que imperaba en sus relaciones con el mundo central y, en segundo término, el conocimiento del grado de receptividad de la sociedad hacia la determinación estatal (ZVALETA MERCADO, 1986, pp. 67-68).

A aquisição de todo o território de Tacna à Antofagasta era acompanhada da expectativa da superação da crise econômica vivida antes e durante a guerra, porém, a manutenção das políticas públicas do governo chileno estagnava, a ponto de ebulição, a miserável condição de vida dos trabalhadores da região enquanto o conflito internacional permanecia sem um fim definitivo, acirrando ainda mais as relações dos três países entre si.

## 6 A NÃO-RESOLUÇÃO DE UM CONFLITO

A partir das assinaturas do Tratado de Paz de Ancón (1883) e do Tratado de Valparaíso (1884), o conflito armado entre Chile, Peru e Bolívia se encerrava por ora. Neste último capítulo, se discorrerá brevemente sobre as mais de quatro décadas que separaram o cessar fogo até a assinatura do Tratado de Lima (1929); o período foi marcado por instabilidades diplomáticas e diferentes fenômenos econômicos e políticos internos nos três países que reverberaram durante todo o século XIX. O objetivo desta pequena e última parte é demonstrar como a instabilidade dos anos pós-guerra moldou o caráter de não-resolução do conflito por mais de um século.

Divide-se este capítulo em duas seções: a primeira diz respeito à cessão de territórios, suas consequências nos antigos países aliados e as negociações chilenas com a Bolívia até a assinatura do Tratado de Paz e Amizade de 1904, documento que segue hoje sendo a base chilena para a não cessão de uma saída litorânea para a Bolívia; a segunda seção analisa como o imperialismo se intensificou nos três países até a assinatura do Tratado de Lima, que selou o caráter de “trinacionalidade” para a busca de um porto boliviano no Pacífico Sul.

### 6.1 OS ACORDOS QUE CESSAM O FOGO

#### 6.1.1 A Paz de Ancón e o pacto de trégua

Em meio a instabilidade política peruana, em 20 de outubro de 1883 se firmou o Tratado de Paz de Ancón, estabelecendo a cessão perpétua de Tarapacá para os chilenos, e deixando as províncias de Tacna e Arica em posse do Chile por mais 10 anos<sup>196</sup>, até ocorrer um previsto plebiscito onde a população das províncias votaria para decidir se integrariam o Estado peruano ou chileno. A compensação por cada uma das províncias seria o pagamento de dez milhões de pesos para o país que ficasse sem o território. O tratado desagradava grande parte da população peruana, que além de perder definitivamente Tarapacá, corria risco de ficar sem Arica e Tacna; além da perda territorial, economicamente o tratado não resolvia a situação de crise no país, pois somente uma pequena parte do guano tomado pelo governo chileno durante a guerra voltou a ser revertida para os cofres peruanos<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> A proposta de fazer com que Arica fosse permanentemente cedida para o Chile e que Tacna ficasse sobre domínio peruano (que foi o estabelecido em 1929) foi rejeitada durante as negociações que formalizariam o Tratado de Ancón.

<sup>197</sup> O Chile ainda continuou controlando grande parte da indústria guaneira peruana, incluindo em regiões distantes do sul peruano, como é o caso das Ilhas Lobos, como se pode analisar no 9º artigo do tratado.

Com Iglesias assinando o Tratado de Ancón e se declarando presidente em 1884, se iniciou a Guerra Civil Peruana, entre as forças de Iglesias contra as do general Cáceres. A fragmentação política peruana foi muito além de uma disputa pelo controle do fragmentado Estado peruano pelas elites, sendo também um período de ressignificação do contrato social e da balança de poder por parte de vários grupos subalternos, incluindo diversos grupos indígenas (PANHOCA, 2022b). A postura dos grupos locais pró-resistência comandada por Cáceres, após o Tratado de Ancón, se transformou não mais em combatentes anti-chilenos, e sim combatentes anti-Iglesias, buscando interesses próprios que não necessariamente convinham com o do ex-comandante. A retirada das tropas chilenas só demonstrou a fragilidade da antiga classe dominante peruana frente à ameaça interna

El retiro de las fuerzas chilenas, sobre todo, fue percibido con un particular espanto por la clase propietaria, ya que los soldados chilenos habían sido durante esos años de crisis los únicos garantes de sus bienes, frente al ataque de las masas populares. Ante la desorganización del ejército peruano, las tropas chilenas eran igualmente la única fuerza de contención de la movilización campesina. Es por esto que paralelamente a su retiro, el levantamiento de los campesinos adquiere mayor intensidad y amplitud (BONILLA, 1980, pp. 219-220).

A crise econômica sofrida devido à destruição do país<sup>198</sup> aumentava ainda mais o sentimento anti-oligárquico, que tomava conta de todo o Peru.

O pós-guerra peruano levantava outro grande problema, o de ressarcir os detentores dos bonos peruanos que nessa altura já estavam completamente desvalorizados e não possuíam fundo no guano ou no salitre. Não somente o Peru perdia sua principal fonte de renda como importantes produtos como o açúcar, o algodão, as lãs e os outros minerais estavam debilitados<sup>199</sup> em produção e tinham seus preços no mercado mundial menores do que a década passada (MILLER, 2020, p. 176). A partir de 1887, teve início a era do Contrato Grace, praticamente passando o controle total da economia peruana para os empresários estrangeiros. É crucial compreender que o final do século XIX no Peru foi marcado pelas crescentes disputas entre elites locais e uma baixa nas exportações<sup>200</sup>, fazendo com que os governos necessitassem cada vez mais do apoio das populações distantes de Lima.

O fim da guerra na Bolívia causou consequências políticas diferentes do que ocorrido no Peru. Diferentemente de uma fragmentação política e da ascensão de parte de grupos locais,

<sup>198</sup> Estima-se que em 1885, o valor das importações era mais do que três vezes o valor das exportações peruanas (BASADRE, 1962-1964, VI: p. 2695, apud BONILLA, 1980, p. 223).

<sup>199</sup> A economia da costa peruana, baseada na agricultura, se encontrava tão destruída que muitos capitalistas estrangeiros encerraram suas atividades para se concentrarem somente no Chile, como foi o caso de Gibbs (MILLER, 2020, p. 417).

<sup>200</sup> Mesmo que o período de 1891-1900 se mostrou como uma crescente na exportação, é somente na década seguinte que foi superado o volume de exportação anterior à guerra (MILLER, 2020, pp. 414-415).

no ano de 1884, assumiu a presidência Gregorio Pacheco, um dos principais membros da elite mineradora boliviana, vinculado ao *Banco Nacional de Bolivia*, proprietário da empresa *Guadalupe* e possivelmente o então homem mais rico do país (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 342). A Bolívia, portanto, voltava para um modelo político extremamente similar ao de Frías e Ballivián filho, principais responsáveis pelo desastroso tratado de 1874. As medidas econômicas contidas no pacto de trégua de 1884 são claramente um reflexo de que a elite mineira boliviana não tinha mudado de postura na última década.

Após o Tratado de Ancón, a Bolívia ainda permanecia em estado de guerra com o Chile e tinha em mente uma possível invasão chilena, como aponta Peñaloza Cordero (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 338)<sup>201</sup>; uma invasão chilena, porém, não se mostrava muito viável para La Moneda. Além de já ter conquistado o Atacama e Tarapacá, a expedição chilena exigiria um sério investimento para ser possível a travessia dos Andes em sentido a Sucre ou La Paz; os mais de dois anos e meio da ocupação de Lima desgastavam o exército e a economia chilena, porém, era necessário estabelecer algum vínculo com a Bolívia que atestasse o cessar fogo, mesmo que desde os combates de Arica e Tacna não tivesse ocorrido nenhum conflito considerável entre os dois países. Com Arica agora sobre controle chileno, era uma questão de tempo da Bolívia necessitar negociar uma trégua com La Moneda, o que ocorreu em setembro de 1884.

O Pacto de Trégua entre Bolívia e Chile de 1884 (Tratado de Valparaíso) tem dois pontos cruciais que afetam diretamente as relações dos países durante as duas próximas décadas: a) o tratado estabelecia que, enquanto a trégua durasse – ou seja, não perpetuamente –, a região do Atacama ocupada na guerra se mantinha controlada pelo Chile; b) tornava a relação de dependência boliviana com Arica ainda mais desastrosa para os cofres bolivianos. Os produtos chilenos (naturais ou elaborados no Chile) eram livres de todo direito aduaneiro boliviano e parte do lucro boliviano nas relações comerciais internacionais eram tomadas pelo governo chileno como indenização pela guerra. O pacto de 1884 sufocava economicamente a Bolívia

Las estipulaciones de este pacto engrillaron a Bolivia de tal forma que paralizó toda tentativa de instalar industrias, inundó producción agrícola chilena liquidando la floreciente producción nacional y supeditó a sus imposiciones el comercio exterior. Ese pacto fue un instrumento de asfixia y sometimiento que eliminó todo intento de

---

<sup>201</sup> Tal postura é reafirmada oficialmente pelo Estado boliviano (BOLIVIA, 2014, p. 32).

desarrollo de Bolivia, que se convirtió en un Estado dependiente, humillado y empobrecido (BEZERRA DE LA ROCA, 2004, p.79).

A Bolívia se tornava ainda mais um mercado para os produtos chilenos, fazendo com que os poucos produtos bolivianos que ainda circulavam no país fossem desbancados pela competição chilena que chegava via Arica<sup>202</sup>.

O pacto de trégua não tinha como interesse a resolução de nenhum conflito não-bélico: de 1884 a 1892, as chancelarias bolivianas e chilenas não mantiveram vínculos e pareciam estar em um impasse, a Bolívia não tinha condições de romper as relações com Arica e não tinha forças para uma investida contra os chilenos, já os chilenos se mantinham confortados com essa situação, porém sabiam que qualquer rompimento diplomático com Peru e/ou Argentina, poderia culminar em uma nova guerra de grandes proporções. A partir de outubro de 1892, o Chile enviou representantes para negociar as bases de um tratado de paz.

### 6.1.2 Promessas chilenas e ruptura König

Com a trégua, o setor político boliviano se dividia em duas alas, a *practicista* que tinha como interesse o acesso ao litoral via Arica e a *reivindicacionista* que exigia o antigo litoral boliviano. Ao longo da década de 1880, a Bolívia se aproximou cada vez mais diplomaticamente da Argentina, começando um grande projeto ferroviário que conectaria Jujuy (Argentina) com Oruro e, futuramente com a fronteira peru-boliviana, além de caminharem para uma resolução sobre a região de Puna de Atacama<sup>203</sup>, território fronteiriço entre Bolívia, Chile e Argentina (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 345). O movimento de aliança entre Argentina e Bolívia ocorreu paralelamente ao agravamento dos conflitos chilenos com o Peru e com o governo de Buenos Aires, fazendo com que a partir de 1892, chegando próximo aos supostos plebiscitos de Tacna e Arica, o governo chileno se visse ilhado frente a seus três vizinhos. A solução enxergada por La Moneda foi a de tentar pelo menos uma neutralidade boliviana para o possível futuro conflito, com isso, se retomaram as negociações do acesso ao litoral para Bolívia.

As negociações com a Bolívia foram oficializadas com uma série de tratados bilaterais em maio de 1895: o Chile estava disposto a vender Tacna e Arica para a Bolívia, porém, além

<sup>202</sup> É o caso dos grãos dos vales de Cochabamba e do Norte de Potosí, das indústrias artesanais de bebidas alcoólicas e do açúcar da região de Santa Cruz (BEZERRA DE LA ROCA, 2004, pp. 89-91; 143).

<sup>203</sup> Diferentemente de Tarija, que ao longo da história foi reivindicada pela Argentina, o interesse pela região da Puna de Atacama pelos argentinos foi posterior a guerra. Como as fronteiras da região não se mostravam muito bem definidas em 1884, tanto a Argentina como a Bolívia incluíam a região como pertencente aos territórios nacionais, porém com a ocupação militar chilena de 1887, a Bolívia cedeu aos argentinos o controle da região em troca do abandono argentino de obter Tarija; as negociações duraram desde 1889 até 1893 (BENEDETTI, 2005).

da população boliviana ter sido contrária à medida – pois envolveria abrir mão da região do seu antigo litoral –, envolveria um conflito com o Peru, que politicamente não tinha desistido de tomar a região de volta. Dentre os tratados de maio de 1895, se incluíam: a) um tratado de paz e amizade, que estabelecia os limites dos países como iguais aos estabelecidos em 1884, garantia o pagamento a particulares danificados na região do Atacama e reajustavam as taxas da comercialização boliviana via Arica; b) um tratado de comércio, reafirmando a isenção de taxas nos produtos chilenos importados pela Bolívia e projetando uma nova malha ferroviária que aumentaria a penetração das mercadorias chilenas em diferentes regiões bolivianas; c) o de transferência de territórios, que tinha caráter secreto e afirmava que, caso Tacna e Arica continuassem nas mãos chilenas, seriam entregues à Bolívia e, caso contrário, o Chile se comprometia em ceder a caleta Vítor<sup>204</sup> ou outro território equivalente, em contrapartida, a Bolívia se comprometia em fazer o possível para o plebiscito de Tacna e Arica fosse favorável ao Chile.

Os tratados de maio oficializavam o compromisso chileno de entregar uma saída soberana no Pacífico Sul para a Bolívia. Como apontado no 7º artigo do tratado de transferência de territórios, o descumprimento de qualquer um dos tratados anulava a todos, e o protocolo complementar de 9 de dezembro fortalece a ideia de que, o Atacama só seria de fato cedido para o Chile se o governo de Santiago entregasse o porto construído para a Bolívia. Ao se analisar a obra *La negociación Chileno-boliviana de 1895* de Luis Barros Borgoño<sup>205</sup>, fica claro que a postura oficial chilena era a da entrega do porto (BARROS BORGOÑO, 1897, pp. 40-42) em troca da manutenção da dependência econômica boliviana com o Chile. A desconfiança boliviana e a pressão da corrente *reivindicacionista* fez com que os tratados fossem somente assinados em 30 de abril de 1896, porém, o congresso chileno nunca retificou o tratado de transferência de territórios<sup>206</sup>, fazendo com que a historiografia chilena invalide essa série de documentos.

Os tratados de 1895 não eram tão bem-vistos por grande parte dos governos de Chile e Bolívia; Arica e Tacna não necessariamente seriam cedidas pois os plebiscitos tinham sido adiados, causando uma instabilidade na região e um aumento dos conflitos devido à violenta chilenização, sobretudo contra trabalhadores e populações indígenas (CID, 2013; CHOQUE

---

<sup>204</sup> Ver anexo final K.

<sup>205</sup> A carreira política de Borgoño foi extensa, tendo sido ministro da guerra e marinha do Chile em 1890, 1891, 1892 e 1895, ministro da fazenda em 1901, ministro das relações exteriores em 1894 e 1918-1919, além de ministro do interior e vice-presidente em 1925.

<sup>206</sup> A não-assinatura pelo congresso chileno é um dos pilares que sustenta a postura de alguns historiadores bolivianos, como Frontaura Argandoña, que afirmam que os tratados foram somente uma tentativa do Chile “ganhar tempo” para se acertar diplomaticamente com a Argentina.

MARIÑO, 2013, pp. 82-84; GONZÁLEZ CORTEZ e GUNDERMANN KRÖLL In GONZÁLEZ CORTEZ e RUZ ZAGAL, 2017, pp. 37-70; RUZ ZAGAL e DÍAZ ARAYA In GONZÁLEZ CORTEZ e RUZ ZAGAL, 2017, pp. 89-112). A caleta Vitor muito provavelmente não supriria os anseios do país que historicamente dependia de Arica e a dependência com o Chile poderia aumentar ainda mais devido aos pontos comerciais levantados nos tratados. Entre 1895 e 1900, o Chile se fortalecia economicamente e militarmente, já a Bolívia vivia uma crise política interna e externa: além da disputa entre os liberais de La Paz contra a elite de Sucre, o país entrou novamente em conflito armado, dessa vez com o Brasil na Guerra do Acre (1899-1903), onde grande parte do território boliviano foi perdida.

As relações chileno-bolivianas mudaram drasticamente de figura em 1900, a partir da nota reservada do ministro chileno, Abraham König, a qual rompe com qualquer ideia de obrigação chilena de dispor um porto para a Bolívia

Desde la quebrada de Camarones al sur, hasta el estrecho de Magallanes, todas las poblaciones son chilenas, netamente chilenas, formadas, desarrolladas y sustentadas con nuestros nacionales, con nuestros capitales, con el sudor y esfuerzo del pueblo chileno. En esas poblaciones, incluyendo también el antiguo litoral de Bolivia, no hay casi bolivianos. Conceder, pues, una zona y un puerto en esos lugares, sería entregar a una nación extraña millares de familias chilenas, y esto en plena paz, por pura condescendencia graciosa [...] En tiempo de guerra, las fuerzas de Chile se apoderarían del único puerto boliviano con la misma facilidad con que ocuparon todos los puertos del litoral de Bolivia de 1879. Esto no es un vano orgullo, porque sabido es de todos los que conocen los recursos de mi país, que su poder ofensivo se ha centuplicado en los últimos veinte años [...] la amistad de Chile puede ser en gran manera provechosa para Bolivia, al par que la tirantez de relaciones entre ambos países no daría para ella el mismo resultado (KÖNIG, 1900, apud CARRASCO D., 1991, pp. 121-122).

A postura do início do século XX seguiu a linha da não-obrigação chilena em fornecer um porto para os vizinhos.

### 6.1.3 O Tratado de 1904

Antes da assinatura de 1904, a Bolívia<sup>207</sup>, nos últimos 50 anos, tinha perdido territórios a oeste do Rio Paraguai para o Brasil em 1867, o Atacama para o Chile em 1879, a Puna de Atacama para a Argentina em 1893 e o Acre para o Brasil em 1903. O Acre foi ressarcido via Tratado de Petrópolis com uma quantia tão pequena que se estima que poderia ser levantada em somente um ano, com a extração da borracha deste território (CÉSPEDES, 1968, p. 24); além da pequena indenização, o Brasil se comprometeu a realizar uma construção de ferrovias, tática já familiar para os governos bolivianos que, como já demonstrado, servia para aumentar a introdução de produtos importados. Beltran Saavedra afirma que a partir de 1901, o Chile

<sup>207</sup> O anexo final L mostra o território boliviano durante o período 1900-1901.

tinha um projeto de desmembrar a Bolívia, fazendo com que República fosse repartida entre Argentina, Brasil, Chile e Peru (BELTRAN SAAVEDRA, 2017, p. 230); embora seja difícil comprovar tal plano, é notável que esse período foi marcado por uma série de tratados bilaterais assinados pelo governo boliviano: além dos tratados com a Argentina de 1889 a 1893 – que fizeram com que a Casa Rosada se tornasse a principal aliada boliviana nos anos seguintes<sup>208</sup> –, se assinou tratados de limites com o Peru (1902 e 1909), com o Brasil (1903), com o Chile (1904) e com o Paraguai (1907). Em menos de duas décadas, a Bolívia assinava tratados referentes às suas fronteiras com todos os seus vizinhos.

O Tratado de Paz e Amizade entre Bolívia e Chile foi assinado em 14 de novembro de 1904, anulando o pacto de trégua de 20 anos atrás e estabelecendo a cessão permanente do litoral boliviano para o Chile, além dos territórios de Ascotán, Chilcaya e a bacia do rio Lauca, estabelecendo como permanente a dependência econômica boliviana com os chilenos. O Estado chileno se comprometia em pagar parte das dívidas contraídas pela Bolívia, além de construir uma conexão de Arica para La Paz, com livre direito de trânsito comercial, abaixando ainda mais impostos nos produtos vindos do Chile que tinham a Bolívia como destino. A compensação monetária era muito baixa perto do que os territórios cedidos produziam

En cuanto a las compensaciones, ellas son buen menguadas, ¿Qué son 300.000 libras esterlinas frente a los 106.000.000 de libras que valían sólo las salitreras fiscales bolivianas del Toco?, ¿qué es la construcción de un ferrocarril o el pago de deudas del litoral -totalizaban \$. 6.500.000. – cuando año a año, las rentas que Chile percibía de ese litoral ascendían, en la época del Tratado, a cerca de \$. 10.000.000? (SILES GUEVARA, 1979, p. 51).

Visto como uma “coerção econômica” (SILES GUEVARA, 1979, p. 52) pela historiografia boliviana, o tratado só se tornou público poucos dias antes de ser assinado pelos bolivianos, devido ao seu caráter completamente antipopular.

A historiografia boliviana apresenta o tratado como obra de uma ameaça bélica, econômica e moral (BEZERRA DE LA ROCA, 2004, pp. 196-198), sendo um acordo de uma injustiça sem precedentes históricos (MONTENEGRO, 1987, p. 13). Na prática, os bolivianos afirmam que o tratado não foi cumprido pelos chilenos: se continuou ferindo os direitos privados das salitreiras bolivianas da região de Toco (FRONTAURA ARGANDOÑA, 1968, p. 273), não foi respeitado o livre trânsito de Arica em alguns momentos cruciais como durante a Guerra do Chaco (MONTENEGRO, 1987, pp. 52-53), e, ao longo das décadas, quando a

---

<sup>208</sup> Em 30 de dezembro de 1902, se assinou o Tratado de arbitragem entre Bolívia e Argentina, fortalecendo ainda mais a aliança diplomática entre os países, sendo os argentinos os principais mediadores dos conflitos territoriais bolivianos com o Peru, o Brasil e o Paraguai.

Bolívia exigia uma retratação, a arbitragem prevista pelo tratado foi constantemente negada pelos chilenos (CARRASCO D., 1991, p. 212).

Se concorda aqui que o tratado foi assinado baixo à uma ameaça constante chilena – comprovado como se observa na nota oficial de König –, que aproveitou a situação de fragilidade política e econômica boliviana, causada por instabilidades internas e externas. Oficialmente, o Estado boliviano assume uma postura de não desconhecer a legitimidade do tratado

Bolivia no pretende desconocer ni directa ni indirectamente el Tratado de 1904. Lo que Bolivia demanda es que la Corte Internacional de Justicia juzgue y declare que Chile tiene la obligación de negociar de buena fe un acceso soberano al océano Pacífico en favor de Bolivia.

La demanda boliviana está plenamente sustentada en acuerdos y promesas unilaterales consentidas por Chile, que conforme al derecho internacional generan obligaciones jurídicamente exigibles.

Chile acusa a Bolivia de querer desconocer el Tratado de 1904, en un intento de eludir los compromisos que asumió en numerosas ocasiones con posterioridad a 1904.

Sin embargo, en ninguna parte de la demanda boliviana se pone en duda la validez o vigencia de ese instrumento. Ni la fundamentación factico-jurídica ni el petitorio de la demanda boliviana contienen elementos que den sustento al planteamiento chileno (BOLIVIA, 2015, p. 13).

Mesmo assim, ainda sustentam que o tratado foi assinado devido pressões de índole econômica e política (BOLIVIA, 2015, p. 4). É inegável que a assinatura boliviana dificultaria ainda mais a saída litorânea para a Bolívia, porém, se deve entender o acordo não como uma ruptura do *modus operandi* do governo boliviano, mas sim como pertencente à linha de raciocínio seguida no Tratado de Petrópolis, fruto da política do Partido Liberal e da continuação direta dos tratados de 1866 e 1874.

## 6.2 IMPERIALISMO E MEDITERRANEIDADE

### 6.2.1 A intensificação imperialista na região

Após a Guerra do Pacífico, Peru e Bolívia perderam regiões vitais para seu desenvolvimento econômico, fazendo com que o endividamento externo se tornasse impossível de ser quitado. Do outro lado, o Chile por um curto período viu sua balança econômica parecer estabilizar, porém, devido ao custo da guerra e das promessas de reprivatização do setor salitreiro, em poucos anos o país entraria novamente em crise política. Nos três países que participaram, o imperialismo e o monopólio estrangeiro foi intensificado nos anos seguintes à guerra em diferentes formas.

O Estado peruano em 1887 estava completamente falido, chegando a ter em seus cofres públicos uma quantia de somente 500 libras (MILLER, 2020, p. 176); com a visível incapacidade do governo de manter os interesses dos empresários estrangeiros que ainda tinham bilhetes fiscais baseados no guano e salitre peruano, o *Foreign Office* abertamente entrou em negociação com o país para achar uma saída que favorecesse os capitalistas britânicos. Em outubro de 1888 foi assinado o Contrato Grace entre o governo peruano e o *Comité Inglés de Tenedores de Bonos de la Deuda Externa del Perú*, que foi ressarcido com a liquidação das ferrovias peruanas para *The Peruvian Corporation*, companhia formada pelos antigos detentores dos bilhetes fiscais que agora controlavam as obras que causaram o efeito bola de neve das dívidas peruanas desde o começo da década de 1860.

Novamente o Peru entregava parte de sua economia para o setor privado com o objetivo de conseguir crédito internacional para continuar “em busca do progresso” capitalista. Em teoria, a nova companhia deveria ter sido a salvação peruana, porém, na prática, foi uma demonstração de como insistir nos mesmos erros que o país cometera no passado com Meiggs e Dreyfus

Por ende, no puede considerarse de ningún modo que la Peruvian Corporation haya cumplido su función original: el pago de la deuda de los tenedores de bonos en perpetuo incumplimiento. Las principales ganancias en realidad se conseguían con la especulación en la compra y venta de los bonos a corto plazo, y cualquier capitalista que adquiriese los depreciados bonos peruanos en el decenio de 1880 con la esperanza de ver un ingreso seguro con las concesiones hechas a los tenedores de bonos habría quedado profundamente decepcionado (MILLER, 2020, p. 2000).

Novamente o governo e a população peruana foram prejudicados e os grandes capitalistas lucraram com a atividade especulativa típica monopolista<sup>209</sup>. Rapidamente a *Peruvian Corporation* controlava economicamente o Peru; como apontado por Quijano, entre 1895 e 1914, a empresa, junto de Grace, da *Cerro de Pasco Corporation* e da *Internacional Petroleum Corporation* comandavam praticamente toda a mineração, a extração de petróleo, a agricultura de exportação, o transporte pesado, o serviço bancário, o comércio internacional e o serviço elétrico do país (QUIJANO In MARIÁTEGUI, 2007, p. XVIII).

Na Bolívia, a perda do litoral e a penetração dos produtos chilenos via Arica foram devastadores para a economia. Mesmo que no período de 1880-1902 Tarapacá ainda se mostrava muito mais produtiva que Antofagasta e Tocopilla, com mais de 82% do salitre produzido pelos chilenos estando na região ex-peruana, em 1909 o litoral boliviano já passava dos 50% da produção total do salitre chileno (PEÑALOZA CORDERO, 1984, pp. 214-216).

---

<sup>209</sup> Michael P. Grace chegou a lucrar em torno de 150 mil libras durante os quatro anos de negociação do contrato, além de uma comissão de 3% das ações (MILLER, 2020, p. 201).

Em paralelo à estabilidade da mineração e a tomada do poder político pelos membros ligados à elite mineira, o final da guerra na Bolívia foi também a expansão do regime latifundiário no país. A partir da década de 1880, a *Compañía Huanchaca de Bolivia* (1873) se tornou a principal companhia do país e passou a ser cada vez mais controlada pelo investimento estrangeiro (BONILLA, 1980, pp. 134-136). Para a elite boliviana, os acordos com Chile e Brasil implantaram uma série de ferrovias e pareciam, em um primeiro momento, ser aceitável como preço da perda do litoral (CORREA VERA, 2013, p. 341); a população colapsava em desacordo com os governos civis da virada do século, obrigando a elite boliviana a preferir uma paz com o Chile<sup>210</sup> do que sofrer uma guerra “anticolonial” (UÑO ACEBO, 2013, p. 254).

As oligarquias mineiras e latifundiárias bolivianas assumiam o controle político do país; diferentemente da fragmentação política peruana, a Bolívia passou a se tornar palco de uma briga política entre dois grupos historicamente já estabelecidos na hierarquia econômica e política do país<sup>211</sup>: a elite ligada à prata de Potosí-Sucre e a elite ligada às atividades comerciais e crescentemente ao estanho de La Paz-Oruro. Durante o “Conservadorismo” houve um avanço sobre as terras comunitárias indígenas, fazendo com que a época desencadeasse, em um primeiro momento, a aliança entre a oligarquia do estanho e diversas comunidades indígenas<sup>212</sup>, sobretudo na região de La Paz, contra a oligarquia da prata (MACIEL, 2018). O imperialismo avançava e penetrava a economia nacional “conviertiendo al ‘anémico’ sector burgués ‘em aliado primero, y em lacayo incondicional después’” (MOLINA, 2021, p. 81).

Mesmo que existindo uma disputa política entre dois grupos diferentes a priori, o Partido Conservador e o Partido Liberal não possuíam de fato um projeto que enfrentasse o controle estrangeiro no país. Augusto Céspedes caracteriza ambos como pertencentes à “rosca”

Oligarquía, plutocracia, rosca, son términos frecuentemente empleados en el presente relato, como sinónimos. Pero la palabra clave es rosca, neologismo o americanismo de patente boliviana en el que se clasificó desde 1930 al grupo de nativos y extranjeros que, desde dentro del país, ayudaban al Superestado minero para que lo despojara, a cambio de tener empleos y manejar ciertos negocios.

Sectores en igual función existen en todas partes. La singularidad de la Rosca boliviana consistió en la escasez de disponibilidades financieras y éticas que le cedía el Superestado. El gran explotador minero redujo la plutocracia nacional, cuantitativamente, a círculo tan pequeño, a tan enana minoría de personas en función

<sup>210</sup> Uño Acebo se refere a Aniceto Arce, empresário mineiro e sucessor de Pacheco na presidência, como o maior traidor confesso do país, uma vez que foi sócio de vários empresários chilenos e ingleses em atividades ligadas à suas minas de Pulacayo e Huanchaca, em Uyuni (UÑO ACEBO, 2013, p. 263).

<sup>211</sup> No período de 1884 a 1899, os presidentes bolivianos faziam todos parte do Partido Conservador, após a Guerra Civil Boliviana de 1898-1899, começou o período dos governos do Partido Liberal, até o ano de 1920.

<sup>212</sup> Alianças indígenas eram feitas desde 1885, como se pode observar com a aliança de povos machas, pocoatas, aymaras e condos, crescendo ainda mais na década de 1890 com o objetivo comum de defender o regime coletivo das terras (IRUROZQUI VICTORIANO, 2019, p. 362). Em 1899 estava selada a aliança dos liberais pacenhos com os indígenas, porém, após a vitória, a promessa da devolução das terras comunitárias (atacadas durante o período hegemônico da prata) não foi cumprida, fazendo com que os indígenas fossem também massacrados pela nova elite política da virada do século.

rotativa, que le hizo perder también calidad de oligarquía o de burguesía, degradándola a Rosca deprimida de una nación proletaria (CÉSPEDES, 1968, pp. 9-10).

Mesmo a queda da elite da prata para a tomada do poder político pelo Partido Liberal – que também continha em sua composição advogados, membros da classe média e militares –, na prática, permaneceram dentro da mesma ideia de progresso vinculado ao financiamento externo, continuando uma série de ofensivas frente aos indígenas e implantando um projeto ferroviário<sup>213</sup> que endividou o país nas décadas seguintes, fazendo com que a dívida externa fosse insustentável e suspensa no início da década de 1930 (CONTRERAS In VELÁSQUEZ-CASTELLANOS e PACHECO TORRICO, 2017, pp. 319-320), similar ao que ocorreu no Peru nos anos anteriores à Guerra do Pacífico. Como afirmado por Peñaloza Cordero, “En Bolivia, como en toda América Latina, los ferrocarriles se dedicaron a servir las metrópolis antes que a desarrollar internamente los países” (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 372).

No Chile, a promessa de acabar com a nacionalização das salitreiras foi cumprida, nos primeiros anos após a guerra, a indústria do salitre já estava nas mãos de grandes capitalistas estrangeiros. Com a conquista de Tarapacá, se inaugurou o “reinado” de John Thomas North, o rei do salitre: junto a Robert Harvey, comprou grande parte das oficinas da região por um baixo preço e estabeleceu um monopólio, não somente de toda as atividades ligadas ao salitre, mas também ferroviário<sup>214</sup> e bancário – em associação a casa Rotchschild, grupo bancário mais poderoso do mundo na época (PEÑALOZA CORDERO, 1984, pp. 98; 225). A entrega do salitre para o capital estrangeiro fez com que todo o Norte Grande se tornasse praticamente uma região comandada por grandes empresários, e não pelo Estado chileno (GONZÁLEZ MIRANDA e LEIVA GÓMEZ, 2016); a região surgia com uma ausência de uma política pública de bem-estar social, o número crescente de sociedades anônimas em Londres ligadas à atividades na região não aumentou consideravelmente a riqueza pública do Chile, mas sim criou uma bomba-relógio para La Moneda.

### 6.2.2 A perda do vencedor

A Guerra do Pacífico também trouxe consequências diretas no que diz respeito à formação social dos três países participantes. A necessidade da criação de um sentimento nacional que ocorreu nos países fez com que as camadas excluídas da vida política tivessem

---

<sup>213</sup> Anexo final M.

<sup>214</sup> Ver anexo final N.

desempenhado papel crucial para os interesses nacionais diversos durante o conflito. No caso peruano (e boliviano)

La derrota desnudó el proyecto de nación construido durante gran parte del siglo XIX como un fracaso, demostrando sus múltiples taras, como la desunión de los sectores dirigentes, la improvisación del nuestro sistema defensivo y la endeble capacidad financiera para asumir el cuidado de la integridad territorial; sin embargo, este tipo de lecciones son extraídas de las secuelas (ROSARIO, 2021, p. 89).

Comprender a Guerra do Pacífico como um desdobramento da política imperialista no Pacífico Sul permite analisar que as guerras civis na Bolívia e no Peru não foram meramente resultados da derrota dos aliados (embora tendo sido intensificadas pela destruição econômica dos países), e sim produtos da construção sistemática dos Estados como semicolônias. Os anos seguintes à guerra no Chile demonstram que, mesmo com a vitória, o país viveu situação similar com a Guerra Civil de 1891.

A figura do roto chileno, que tinha sido exaltada durante o conflito contra os aliados, começava a voltar para um esquecimento público no Chile: a conquista do Atacama boliviano e de Tarapacá trouxe uma crescente instrumentalização para a indústria salitreira, porém, devido ao caráter imperialista do investimento, o norte chileno continuou se configurando como uma região que tinha como única função a produção de matérias-primas. O lucro continuava nas mãos dos estrangeiros e, em menor escala, na elite da região de Valparaíso-Santiago, que seguia em processo de entrega do controle da região para privados: o norte chileno viveu nesse período sua radicalização social

With the War of the Pacific (1879–83) and the Chileanization of the nitrate fields, the northern work force would expand even more dramatically, class consciousness would become more acute, and class struggle would intensify. Soon thereafter the reality of the “social question” and industrial conflict would sweep southward from the northern provinces into Chile’s heartland (LOVEMAN, 2001, p. 127).

O Chile seguia não investindo em setores industriais que não eram voltados somente à exportação de matéria-prima. A população do país crescia, o povo se tornava cada vez mais suscetível às baixas internacionais dos preços dos minérios e/ou dos principais produtos agrícolas chilenos. As ferrovias chilenas – inclusive estatais – também seguiam a lógica da indústria salitreira, tendo seus cargos administrativos e técnicos ocupados por estrangeiros, enquanto a remuneração dos trabalhadores chilenos continuava visivelmente inferior (MILLER, 2020, pp. 271-275). A curto prazo, a maioria dos setores produtivos e essenciais para o funcionamento do Estado crescia, porém sistematicamente permanecia estagnada<sup>215</sup>.

---

<sup>215</sup> É possível evidenciar isso observando a influência de setores privados nas forças armadas chilenas (HERMOSILLA, 2018), um dos setores onde mais se investiu ao longo das décadas após a Guerra do Pacífico.

A insatisfação dos trabalhadores chilenos crescia e pressionava cada vez mais o governo de Balmaceda (1886-1891), que tentou aplicar uma política conciliatória que entrava em choque com os interesses britânicos e de seus sócios chilenos, a burguesia criolla, no momento representada diretamente pelo Congresso (VITALE, 2011, p. 470). Como afirma Quiroga Santa Cruz

Los intereses del imperio y la colonia son antagónicos por definición. Los de la burguesía nativa de los países capitalistas neocolonizados y los de la burguesía del país imperialista, comienzan siendo los mismos, a causa de que aquélla se forma como mera intermediaria en la explotación primaria de la riqueza nacional, para ir diferenciándose, a medida que su desarrollo capitalista se hace más orgánico, y terminar entrando en contradicción (QUIROGA SANTA CRUZ, 1979, p. 28).

Como muitas outras tentativas – mesmo que tímidas, que fique bem claro – de enfrentamento ao imperialismo, o projeto de Balmaceda fez com que seu governo fosse cada vez mais contestado pelo monopólio britânico e seus aliados, ocasionando a Guerra Civil Chilena de 1891.

Eleito com uma parcela dos salitreiros apoiando seu governo, o fracasso da sua política de caráter mais protecionista<sup>216</sup> e de conciliação dos interesses dos trabalhadores com os grandes empresários fez com que em 1890, quando o salitre correspondia metade das entradas fiscais do Chile, a primeira greve geral da história do país tivesse início em Iquique

Continued monetary inflation reduced the workers' real income as prices rose, and unemployment even threatened subsistence. Isolated incidents of violence and work stoppages had reflected growing dissatisfaction among the workers between 1884 and 1889. In early July 1890 a strike by dockworkers in Iquique spread to rail and foundry workers, the mines at Huantajaya, throughout the nitrate pampa, north to Pisagua and south to Antofagasta. The workers' petitions varied from one work site to another, but typically they demanded an end to payment in company scrip, monthly cash settlements in silver or the equivalent in currency, freedom of commerce in the nitrate fields and mining camps (an end to monopolies by the company store), and elimination of the arbitrary fines or discounts from their wages which the companies imposed. For the first time in Chilean history workers carried off a "general strike" that threatened production from Tarapacá to the coal fields of Concepción (LOVEMAN, 2001, p. 158).

Sem apoio popular e cada vez mais entrando em conflito com o Congresso, em janeiro de 1891 se deu início a Guerra Civil, com os primeiros conflitos e vítimas sendo trabalhadores da região

---

<sup>216</sup> Balmaceda não assumiu uma postura "anti-imperialista", porém tentou diminuir o controle da *Anglo-Chilian Nitrate & Railway Compan*, uma das sociedades anônimas fundada em 1886 que representava o controle da região norte: "And though certain historians see in Balmaceda a 'decided antiimperialist', Balmaceda never took actions considered universally hostile to foreign investment in Chile. Indeed, in a manner of questionable propriety, he supported the associations of certain of his congressional adherents with foreign interests. On the other hand, Balmaceda's commitment to a program of internal modernization and national development depended upon a continuous flow of nitrate revenues, and he certainly opposed any private program that might artificially restrict nitrate production and hence decrease the government's ability to finance public programs. In this sense, the interests of the large British investors sometimes directly conflicted with those of the Chilean state and the policies of the incumbent government" (LOVEMAN, 2001, p. 156).

do norte chileno (MC EVOY e CID, 2021, 119); similar ao que ocorreu durante a Guerra do Pacífico, ter o controle da região salitreira era ter o controle da economia do país.

Concorda-se com Mc Evoy e Cid quando afirmam que a guerra civil foi um desdobramento violento da expansão chilena realizado nas últimas décadas: o número de mortos foi alarmante, tendo somente na batalha de Placilla mais baixas do que em comparação às baixas chilenas nas batalhas de Chorrillos e Miraflores, em Lima (MC EVOY e CID, 2021, pp. 29; 164). O projeto de nação e a criação de um inimigo comum na figura dos cholos e dos mapuches não mais fazia sentido, mesmo com a vitória em 1883-1884, a permanência dos trabalhadores chilenos do Norte em uma condição de vida sub-humana se assemelhava mais com a realidade dos vencidos do que dos vencedores – que foram os grandes capitalistas estrangeiros e o Congresso chileno. Com a derrota de Balmaceda, o Chile intensificou seu caráter semicolonial: “El carácter monoexportador de la economía chilena, y la inestabilidad característica de una actividad primaria exportadora, sujetas a las manipulaciones de grupos monopólicos extranjeros, acentuaron la inestabilidad económica, financiera y cambiaria del país” (CARIOLA SUTTER e SUNKEL, 1982, pp. 50-51), se em 1878 os britânicos controlavam oficialmente 13,5% da produção salitreira, em 1895, já chegava a 60% (CARIOLA SUTTER e SUNKEL, 1982, p. 87). Mesmo com o fim da Primeira Guerra Mundial, o controle salitreiro ainda permanecia nas mãos estrangeiras, principalmente ao analisar o estatuto da associação de produtores salitreiros do Chile (ESTATUTOS DE LA ASOCIACIÓN, 1921).

Entrando no século XX, simultaneamente à radicalização dos trabalhadores do norte chileno, os plebiscitos de Arica e Tacna continuavam a ser adiados, a tensão entre Chile e Peru crescia cada vez mais. Por décadas, a perseguição dos trabalhadores no norte chileno envolvia também uma suposta ameaça de aliança desse grupo com peruanos, bolivianos e argentinos contra La Moneda (DÉVES, 1989, pp. 69; 161; 181). A diplomacia chileno-peruana foi marcada por períodos de rompimento e de aproximação<sup>217</sup> que, depois de um curto intervalo de tempo, falhava. De 1883 a 1929 a definição oficial das fronteiras entre os dois países não ocorreu, causando uma série de conflitos étnico-nacionais na região de Tacna-Arica, fazendo com que nessas mais de quatro décadas, o sentimento de um novo abrir fogo estivesse sempre rondando o imaginário dos países e de seus povos.

### 6.2.3 1929 e um novo golpe ao sonho boliviano

---

<sup>217</sup> De 1901 a 1905 o Chile não tinha representantes fixos no Peru e vice-versa, após uma tentativa de reaproximação, em 1910 o Chile novamente retirou sua comissão; o Peru fez o mesmo em 1918 (TUDELA In LEGAÇÃO, 1919, pp. 9-10).

Entre 1883 e 1929 ocorreu uma série de tentativas frustradas peruanas e chilenas de resolver a questão de Tacna-Arica, paralelamente, com o tratado de paz e amizade chileno-boliviano se mostrando rapidamente desastroso para a economia boliviana, as décadas de 1910 e 1920 foram marcadas pelas reivindicações peruanas e bolivianas: como antes de 1904 o povo boliviano ainda acreditava no compromisso chileno de ceder Arica como saída marítima, a Bolívia não tinha grandes interesses nos plebiscitos serem favoráveis ao Peru, porém, após o tratado de 1904 e com nenhum avanço sobre a negociação litorânea, o governo boliviano passou a não ter mais motivos para defender o resultado pró-Chile.

A Bolívia percebia que cada vez mais seria improvável recuperar uma saída para o Pacífico, passando a denunciar internacionalmente o suposto descumprimento do tratado de 1904 por parte do Chile, além da sua necessidade de dispor um porto, que La Moneda chegou a afirmar como legítima segundo os antigos acordos de 1895-1896. Passaram a existir reclamações conjuntas peru-bolivianas: em 1920, por exemplo, ao levar a reclamação de descumprimento do tratado, da violência imposta e da permanente ameaça de guerra com exércitos chilenos em mobilização próximo às fronteiras chileno-bolivianas, a Bolívia contou também com o Peru denunciando a ilegitimidade do Tratado de Ancón (CARRASCO D. 1991, pp. 202-203). A possibilidade de uma nova aliança entre Peru e Bolívia ameaçava novamente o Chile.

É possível evidenciar que a partir de 1925 o Chile já caminhava para uma resolução diplomática com o Peru para acabar com o conflito. A resolução e a nova divisão entre Peru e Chile contaram com uma série de propostas<sup>218</sup>, porém o assunto era de difícil resolução, porque além dos interesses dos dois países, existia também o interesse boliviano de obter uma saída litorânea na região de Tacna-Arica. Se o Peru e a Bolívia no início da década pareciam mais próximos de uma aliança, a proposta do secretário de Estado estadunidense Frank. B. Kellogg novamente os afastaria diplomaticamente. Kellogg propunha a região de Tacna-Arica sendo incorporada pela Bolívia, com a cidade de Arica sendo um porto livre para as três nações vizinhas, o que fez com que tal proposta fosse duramente criticada e rejeitada pelos peruanos, que novamente julgavam os bolivianos como “traidores” por se “aliarem ao Chile”. Após anos de negociação, Chile e Peru finalmente decidiram encerrar a disputa por Tacna-Arica excluindo a Bolívia da negociação, com o Tratado de Lima de 1929.

---

<sup>218</sup> Recomenda-se a leitura da seção “Título Segundo - La ofensiva diplomática multilateral de Bolivia” em “La solución chileno-peruana ante organismos internacionales y gobiernos extranjeros. El corredor boliviano” presente no sexto capítulo da obra *Historia de las relaciones chileno-bolivianas* de Sergio Carrasco D.

O Tratado de Lima definia finalmente a fronteira terrestre chileno-peruana, entre as cidades de Tacna e Arica, a primeira devolvida ao país peruano e a segunda permanecendo sobre controle chileno<sup>219</sup>. Tal divisão já tinha sido proposta décadas atrás por uma série de negociações, porém o desgaste que as quatro décadas trouxeram para ambos os países pareceu ter sido o suficiente para chegar a tal acordo. Para a Bolívia, não somente o acordo excluiu a possibilidade de ter sido resolvido o problema de sua mediterraneidade como também foi assinado o protocolo complementar – secreto em um primeiro momento –, que proibia ambos os países de negociarem parte destes territórios com o país boliviano sem a autorização mútua: com o Tratado de Lima, a Bolívia não mais dependia de uma negociação com Peru ou Chile, e sim de uma negociação com Peru e Chile, o que tornava ainda mais difícil seu objetivo que perdura há quase um século e meio.

A partir de 1929 houve uma série de aproximações e rupturas entre a Chile e Bolívia, pois o desejo de uma saída soberana para o Pacífico sempre foi tema central para os governos bolivianos, como expresso pelo chanceler Alberto Ostria Gutierrez em 1941 que afirmava que o fim da mediterraneidade seria a única forma de chegar a um entendimento amplo e definitivo com o Chile (CARRSCO D., 1991, p. 238). As negociações envolvendo a cessão boliviana das águas do Titicaca, de Poopo, Coipasa e do rio Lauca nas décadas de 1950 e 1960, o período de aproximação em meados da década de 1970 eternizados pelo abraço de Charaña, as negociações dos anos 1980 envolvendo o oleoduto e o gasoduto boliviano-chileno, o pronunciamento do Papa João Paulo II de 1988 tentando uma arbitragem internacional e o recente acionamento do Tribunal de Haia são exemplos da tentativa boliviana do acesso ao litoral e da não-resolução do conflito causado pela Guerra do Pacífico.

Estima-se que a Bolívia, ao se tornar independente, tinha 2.348.769 km<sup>2</sup> e perdeu até hoje 1.251.284 km<sup>2</sup>: 491.000 km<sup>2</sup> para o Brasil, 170.738 km<sup>2</sup> para a Argentina, 213.546 km<sup>2</sup> para o Paraguai e 124.000 km<sup>2</sup> para o Chile, que mesmo que pareça menos impactante, configura toda a faixa litorânea que o país detinha<sup>220</sup>. Oficialmente, a Bolívia afirma que, com o Chile firmando acordos de concessões privadas para o funcionamento dos portos de Arica e Antofagasta, o país boliviano continua prejudicado economicamente devido à impossibilidade de escolher operadoras que ofereçam tarifas e condições mais favoráveis, caracterizando um monopólio privado apoiado pelos chilenos (BOLIVIA, 2014, p. 86), demonstrando um problema histórico que precede a perda do litoral e remete a uma dependência portuária desde

---

<sup>219</sup> O anexo final O demonstra a nova fronteira chileno-peruana.

<sup>220</sup> Em 1984, Peñaloza Cordero estimava que a Bolívia teria deixado de lucrar 6.640.513.351 dólares com a perda dos territórios hoje chilenos (PEÑALOZA CORDERO, 1984, p. 249).

os tempos coloniais, além da falta de autonomia econômica capaz de romper com monopólios, estabelecidos desde o século XIX.

## 7 CONCLUSÃO

Primeiramente, se propõe aqui retomar alguns debates apresentados no primeiro capítulo que ainda estão vigentes nas historiografias que tratam sobre a Guerra do Pacífico. Julga-se que as consequências econômicas para o Chile tiveram pontos positivos e pontos negativos: a posse permanente dos territórios trouxe uma possibilidade de enriquecimento sem precedentes para La Moneda, porém, a configuração do Estado chileno fez com que os frutos positivos se concentrassem em uma camada muito pequena da população da região Santiago-Valparaíso, não alterando a condição de vida sub-humana de grande parte do povo chileno, sobretudo os habitantes do Norte Grande e dos habitantes originários da região araucana, que foram ainda mais pressionados pelo exército. É inviável pensar o que aconteceria se o Chile, com a vitória da guerra, utilizasse os recursos adquiridos para um investimento popular que caminhasse contra os interesses do monopólio britânico, uma vez que foi, durante todo o século, o histórico aliado dos grandes capitalistas.

Sobre os territórios bolivianos ainda hoje exigidos, parece inviável a cessão do antigo litoral boliviano a seu antigo dono, principalmente com a posse permanente chilena de Tarapacá e Arica, o que torna os territórios de Arica a Pisagua como muito mais possíveis de uma futura negociação chileno-boliviana. A dependência histórica que o país boliviano tem com o porto de Arica levanta um problema muito difícil de ser resolvido: mesmo que existam pessoas favoráveis a estipular a região da cidade como trinacional, dificilmente essa nova legislação resolveria o déficit financeiro que a Bolívia tem sem todo um corredor soberano que ligasse La Paz ao porto. Se concorda que a mediterraneidade boliviana é insustentável para um desenvolvimento autônomo e soberano dos países latino-americanos e que a mais viável opção para encerrar esse ciclo é a criação do corredor boliviano; o corredor conter a totalidade da cidade de Arica ou somente a região mais ao norte – após instalar a infraestrutura portuária suficiente – é questão mais delicada que deve ser resolvida após o compromisso da cessão da saída marítima para a Bolívia.

Como se pode analisar, historicamente a arbitragem internacional foi incapaz de resolver a demanda boliviana, porém, exalta-se aqui o caráter necessário de esporadicamente serem acionados órgãos internacionais pelo governo boliviano, não por uma questão prática de possível resolução, mas de cumprir com a obrigação de se posicionar oficialmente sobre o caso internacionalmente, fazendo com que a comunidade internacional siga atenta às exigências bolivianas e aos motivos que muitas vezes são ignorados ou desconhecidos por grande parte da população não boliviana. Embora justificada, a tentativa de acordos entre Bolívia e Argentina

para um acesso boliviano ao Atlântico Sul jamais suprirá a necessidade que o país tem com obter uma saída soberana ao Pacífico Sul. Seria necessário um esforço de décadas para alterar a rota comercial La Paz-Arica, porém, é válida a tentativa para amenizar o tamanho da dependência que o país tem com o porto chileno.

A posse territorial chilena do litoral boliviano não foi legítima em 1879, mesmo com o descumprimento boliviano do tratado de 1874, a invasão de Antofagasta foi de caráter ilegal. Atestar que o território é pertencente à uma nação devido à uma “histórica” presença de população é ilógico, além de ignorar a presença boliviana e uma série de povos originários que sempre habitaram a região. A tese inaugurada por Amunátegui é uma fraude e sequer deveria ser sustentada por qualquer estudioso que se propõe a realizar um estudo sério sobre o assunto. Atestar que o Chile foi responsável pelo progresso em toda a região, além de ignorar o fato de que La Moneda atuava apoiada pelo monopólio britânico, fundamentalmente envolve atestar o país como responsável pelo desenvolvimento desigual do Norte Grande. Atestar que a guerra foi uma obra do Chile é um erro injustificável com o povo chileno, uma vez que a guerra foi uma obra de um pequeno grupo de chilenos – que na prática agiam de forma similar ao equivalente peruano e boliviano – acionistas do monopólio britânico.

Mais do que um estudo que buscasse ser concluído expressando um culpado pela tragédia trazida pela guerra, se propôs nesta obra analisar o que desencadeou o conflito armado, e ao analisar criticamente a bibliografia consultada, fica claro que os interesses políticos e econômicos foram muito mais além do que uma disputa territorial entre Chile e Bolívia. As elites políticas e/ou econômicas dos três países, mesmo que vivendo – salvo raras exceções – sobre uma mesma base teórica capitalista liberal, se configuraram ao longo do século XIX com especificações que foram muito mais além do que simples escolhas tomadas pelos representantes dos três Estados.

A súbita valorização da região de Tarapacá e do Atacama boliviano é indissociável do *modus operandi* do capitalismo no século XIX: a decadência da procura europeia por produtos historicamente exportados pelas colônias hispânicas (como a prata e o ouro) abriu caminho para uma ressignificação do valor dos territórios sul-americanos ricos em outros tipos de matéria-prima. Os territórios antes “esquecidos” passaram a desempenhar cada vez mais papéis econômicos centrais para as novas Repúblicas, que ideologicamente ainda se fortaleciam, estagnando o desenvolvimento destas áreas historicamente subjugadas pelos centros comerciais, como Lima, Santiago, Sucre e La Paz.

A ação externa que o financiamento estrangeiro exerceu foi distinta, porém com interesses similares nos países combatentes: ao analisar os resultados do conflito, pode-se

afirmar que os verdadeiros vencedores foram um seleto grupo de grandes capitalistas estrangeiros e uma parcela de seus acionistas chilenos, bolivianos e peruanos. A guerra foi a porta de entrada para uma série de ações que aumentaram o controle econômico estrangeiro nos três países: enquanto o Peru e a Bolívia tiveram parte de seus serviços públicos e fontes de renda tomados por agentes privados, no Chile, não somente a indústria salitreira, mas praticamente todo o Norte Grande foi controlado nas décadas seguintes pelo monopólio que o país ajudou a defender em fevereiro de 1879.

A relação de Chile e Bolívia referente à legitimidade da posse do Atacama desde a década de 1840 não pode ser entendida como deslocada do que foi o aumento da desigualdade social, característica do regime de cunho imperialista que se consolidou ao longo do século XIX. Intensificados ainda mais após o conflito bélico, uma série de conflitos populares eclodiram nas décadas seguintes, como as guerras civis, as greves salitreiras e os ataques às populações indígenas que seguiam perdendo ainda mais controle sobre a própria terra: julga-se que esta obra não necessariamente põe um fim na interpretação aqui proposta, e que a continuação seria naturalmente analisar tais conflitos sobre a mesma ótica, o que se planeja fazer em um futuro próximo.

É importante compreender que os movimentos populares que se chocaram com as elites políticas e econômicas não são uma invenção pós-guerra: desde os tempos pré-colombianos se teve na América do Sul choques entre grupos que subjugavam outros em uma relação de poder desigual. A relação violenta de dominante *versus* dominado precede a chegada dos espanhóis e o capitalismo, porém, é a partir da Guerra do Pacífico que as reações do povo marginalizado passam a ter uma problemática tipicamente nacional. Enquanto a Guerra Hispano-sul-americana foi crucial no século XIX por ser um marco do Americanismo frente à colonização<sup>221</sup>, livrando todo o Pacífico Sul da ameaça espanhola, a Guerra do Pacífico estabeleceu novos limites físicos, políticos e principalmente sociais nos três países: se tornava vital concretizar de uma vez por todas o projeto do novo “ser” chileno, ou boliviano, ou peruano, que afetou diretamente o final do século XIX e começo do XX.

Com as novas formações nacionais, novos heróis e novos vilões foram estabelecidos ao longo destes quase 150 anos: novos heróis nacionais, como o almirante chileno Arturo Prat e o grande-almirante peruano Miguel Grau se juntavam em seus respectivos imaginários nacionais junto a Bolívar, San Martín e O’Higgins como as principais figuras a serem respeitadas pela população. Alguns outros personagens são objetos de revisitações e

---

<sup>221</sup> Colonização no sentido formal do termo, pois como já afirmado neste trabalho, os novos Estados continuaram sobre regime semicolonial

ressignificações históricas, como é o caso com Manuel Isidoro Belzu, Mariano Melgarejo, Hilarión Daza, Manuel Pardo, Nicolás de Piérola e Francisco García-Calderón.

O esforço para compreender o final do século XIX na América do Sul é sobretudo relevante e primordial para analisar as origens dos problemas sociais, políticos e econômicos do continente na atualidade. Fenômenos como a desigualdade social, a falta de estabilidade da estrutura estatal e a formação nacional dos países que, paradoxalmente excluem muitas vezes a maioria de sua população podem e devem ser entendidos como uma construção histórica que é afetada drasticamente durante as primeiras décadas de vida independente dos Estados.

A Guerra do Pacífico ainda continua um tema com possíveis interpretações e análises em diversas áreas das Ciências Humanas. Se optou neste trabalho analisar o assunto como dentro da formação dos monopólios decorrentes da ação capitalista estrangeira na América do Sul, fenômeno típico do século XIX que atingiu não somente Peru, Chile e Bolívia, mas todo o antigo “Terceiro Mundo”. Outras abordagens são possíveis e contribuem com o debate sobre a formação histórica-social do continente: mesmo que ainda hoje no Brasil o tema não seja amplamente estudado, uma série de estudos – sobretudo no Peru, no Chile e na Bolívia – têm contribuído para uma compreensão do que representou esse episódio não somente focando em fatores políticos e econômicos. Espera-se aqui, que este trabalho possa contribuir para as análises críticas futuras relativas ao tema, sobretudo para pesquisadores e pesquisadoras latino-americanos.

## REFERÊNCIAS

- ABELARDO RAMOS, Jorge. **História da Nação Latino-americana**. 3a edição. Florianópolis: Editora Insular, 2014.
- AGUIRRE LAVAYÉN, Joaquín. **Guano maldito**. 5a edição. Cochabamba: Editorial los amigos del libro, 1996.
- ALEGRIA, Fernando. **Lautaro – O jovem libertador de Arauco**. São Paulo: Edições Melhoramentos, ano não informado.
- ALLENDE, Salvador. **Chile: Historia de una ilusión**. Buenos Aires: Editorial La Señal, 1973.
- ALMEIDA NETO, Francisco Barreto de. **Os empréstimos estrangeiros e o aparelhamento das economias sul-americanas (1860 – 1935)**. 2016. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- AMAYO, Enrique. **La Política Británica en la Guerra del Pacífico**. Lima: Editorial Horizonte 1988.
- AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. **La cuestión de límites entre Chile i Bolivia**. Santiago: Imprenta Nacional, 1863.
- ARAMAYO, José Avelino. **Apuntes sobre el estado industrial, económico y político de Bolivia**. Sucre: Impr. de P. España, 1871.
- ARDILES VEGA, Héctor J.; SANTORO CERDA, Wilfredo. Antesala de una delimitación fronteriza regional: hitos del Tratado de 1866. **Revista Taltalia**, Taltal nº 10, pp. 125-140, 2017.
- ARELLANO, Juan Carlos. Discursos racistas en Chile y Peru durante la Guerra del Pacífico (1879-1884). **Revista de Estudos Ibero-Americanos da PUCRS**, Porto Alegre, vol. 38, nº 2, pp. 239-264, julho-dezembro de 2012.
- BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad colonial – Ensayo de Historia comparada de América Latina**. Buenos Aires: Librería “El Ateneo” editorial, 1949.
- BALLIVÍAN, Daniel. **Los Colorados de Bolivia – Recuerdos de um subteniente**. La Paz: Editora do Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, 2017.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2a edição. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- BARROS, Alonso. Revolución Chilena, litoral boliviano: La Patria, la Compañía de Salitres y los prolegómenos de la Guerra del Pacífico en el Desierto de Atacama (1870-1879). **Revista de Anropologia Experimental da Universidade de Jaén**, Jaén, nº 15, pp. 483-520, 2015.

BARROS ARANA, Diego. **Historia de la Guerra del Pacifico (1879-1880)**. Santiago: Librería Central de Servat, 1880.

BARROS ARANA, Diego. **Historia de la Guerra del Pacifico. (1880-1881)**. Santiago: Librería Central de Servat, 1881.

BARROS BORGÑO, Luis. **La negociación Chileno-boliviana de 1895 – Exposición de antecedentes publicada en “el ferrocarril”**. Santiago: Imprenta I Encuadernación Barcelona, 1897.

BASADRE, Jorge. **Historia de la República del Perú (1822-1933) - Tomo 8**. Lima: Editora El Comercio / Producciones Cantabria, 2014.

BASADRE, Jorge. **Historia de la República del Perú (1822-1933) - Tomo 9**. Lima: Editora El Comercio / Producciones Cantabria, 2014.

BELTRAN SAAVEDRA, Abel. **El atraco de la oligarquía chilena al litoral boliviano – La invasión al Perú Fin de la guerra – 1884**. La Paz: [s.n.], 2017.

BENEDETTI, Alejandro. La puna de Atacama como construcción geopolítica (1879-1900) - La redefinición del mapa político argentino tras la Guerra del Pacífico. **Si Somos Americanos - Revista de Estudios Transfronterizos**, Iquique, vol. 7, nº 2, sem paginação, 2005.

BILBAO, Francisco. **La América en peligro**. Buenos Aires: Imprenta y Litografía á vapor de Bernheim y Boneo, 1862.

BILLINGHURST, Guillermo. **Los capitales salitreros de Tarapacá**. Santiago: Biblioteca Fundamentos de la construcción de Chile, 2011.

BLANLOT HOLLEY, Anselmo. Quién descubrió el tratado secreto Perú-boliviano de 1873. **Revista chilena (Matta Vial)**, Santiago, nº 18, pp. 5-23, 1918.

BLOCH, Marc. **Apologia da História – Ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica. In: BELLOTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Simón Bolívar – Política**. São Paulo: Editora Ática, 1983, pp. 74-90.

BOLIVIA, Ministerio de Relaciones Exteriores de. **El libro del mar**. 2a edição revisada. La Paz: [s.n.], 2014.

BOLIVIA, Ministerio de Relaciones Exteriores de. **Bolivia y su demanda marítima – Compromisos y obligaciones de Chile**. La Paz: [s.n.], 2015.

BOLÍVIA DENUNCIA Chile na Fifa por cantos da torcida sobre acesso ao mar. **Globoesporte**, La Paz, 8 de set. de 2016. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/eliminotorias-america-do-sul/noticia/2016/09/bolivia-denuncia-chile-na-fifa-por-cantos-da-torcida-sobre-acesso-ao-mar.html>>. Acesso em: 15 de set. de 2020

BOLLAERT, William. The nitrate of soda and borate districts of Peru. In: SIMMONDS, Peter Lund. **The Technologist - Vol. I**. Londres: Kent & Co., Paternoster row, 1861, pp. 115-121.

BONILLA, Heraclio. **Un siglo a la deriva – Ensayos sobre el Peru, Bolivia y la Guerra**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980.

BONILLA, Heraclio. **Guano y Burguesía en el Perú**. 2a edição. Lima: Instituto de estudios peruanos, 1984.

BRAVO QUEZADA, Carmen Gloria. La Flor del Desierto. **El Mineral de Caracoles y su impacto en la economía chilena**. Santiago: Ediciones Dibam-Lom, 2000.

CAM, Luis Enrique. Entrevista al historiador José Agustín de la Puente. **Revista de Marina**, Callao, n° 3, pp. 86-95, 2020.

CANAVEZE, Rafael. **O Brasil e a Guerra do Pacífico: alianças estratégicas e relações diplomáticas (1879-1883)**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

CARIOLA SUTTER, Carmen; SUNKEL Osvaldo. **La historia economica de chile 1830 y 1930: dos ensayos y una bibliografia**. Madrid: Ediciones cultura hispanica del Instituto de Cooperacion Iberoamericana, 1982.

CARMAGNANI, Marcello. **Estado y Sociedad en América Latina 1850-1930**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

CARRASCO D., Sergio. **Historia de las relaciones chileno-bolivianas**. Santiago: Editorial Universitaria, 1991.

CASTRO VALDEBENITO, Hugo J.; MONTEVERDE SANCHEZ, Alessandro R.. Diplomacy and international management during the War of Saltpeter. 1879-1883. **Revista Espacios**, Caracas, vol. 39, n° 37, pp. 1-7, 2018.

CAVIERES FIGUEROA, Eduardo; CHAUPIS TORRES, Jose. **La Guerra del Pacífico em Perspectiva Histórica – Reflexiones y proyecciones en pasado y en presente**. Arica: Editora da Universidade de Tarapacá, 2015.

CAYO CÓRDOBA, Percy. La Guerra del Pacífico en la Historiografía Boliviana Reciente. **Revista Pontificia Universidad Católica del Perú**, Lima, n° 6, pp. 65-78, 30 de diciembre de 1979.

CÉSPEDES, Augusto. **El Dictador Suicida**. 2a edição. La Paz: Librería y editorial “Juventud”, 1968.

CHOQUE MARÍÑO, Carlos. **Modesto Mena, Un plebiscitario irreductible de Ticnamar**. Arica: Corporación Nacional de Desarrollo Indígena, 2013.

CID, Gabriel. Nacionalizando memorias periféricas: conmemoraciones y nacionalismo chileno en las regiones de Antofagasta y Tarapacá, 1879-1910. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, vol. 17, n° 3, pp. 214-225, setembro-dezembro de 2013.

CIFUENTES ROJAS, Carlos Felipe. **Americanismo y republicanismismo en la acción gubernamental y opinión pública - La crisis del Pacífico sudamericano (1860-1866)**. 2019. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Historia, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Los Andes, Bogotá, 2019.

COGGIOLA, Osvaldo. Trótski e a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Revista Novos Rumos**, Marília, n° 42, pp. 4-23, 2004.

CONTRERAS, Carlos. Introducción; El Patrimonialismo fiscal de la postindependencia; La crisis fiscal, 1873-1895. In: **La economía pública en el Perú después del guano y del salitre: crisis fiscal y élites económicas durante su primer siglo independientes**. 1a edição digital. Banco Central de Reserva del Perú e Instituto de Estudios Peruanos, 2020, pp. 19-146.

CONTRERAS, Manuel E.. El desarrollo del transporte en Bolivia, una aproximación al impacto económico y social de los ferrocarriles y carreteras 1900-2015. In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván; PACHECO TORRICO, Napoleón. **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015) – Tópicos de historia económica, Tomo I**. La Paz: Editora da Fundación Konrad Adenauer (KAS), Oficina Bolivia, 2017, pp. 317-356.

COPELLO, Juan; PETRICONI, Luis. **Estudios sobre la independencia económica del Perú**. 1a edição digital. Banco Central de Reserva del Perú e Instituto de Estudios Peruanos, 2019.

CORREA VERA, Loreto. Del poder a los tratados: desarrollo y ferrocarriles en Bolivia, 1870-1904. **Revista Historia da Pontificia Universidad Católica de Chile**, Santiago, n° 46, vol. 2, pp. 315-341, julho-dezembro de 2013.

CROZIER, Ronald D.. El salitre hasta la Guerra del Pacífico: una revisión. **Revista Historia da Pontificia Universidad Católica de Chile**, Santiago. vol. 30, pp. 53-126, 1997.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global editora, 1983.

DEVÉS, Eduardo. **Los que van a morir te saludan**. 2a edição. Santiago: Ediciones Documentales / America Latina Libros / Nuestra America, 1989.

DIETERICH, Heinz. **Relaciones de producción em América Latina**. 2a edição aumentada. Cidade do México: Ediciones de Cultura Popular, 1985.

ESTATUTOS DE LA ASOCIACIÓN... **Estatutos de la Asociación de Productores de Salitre de Chile - Aprobados por Decretos Supremos No. 970 de 2 de Julio de 1919 y No. 216 de 10 de Febrero de 1921**. Valparaíso: R. Magowan Imprenta y Litografía Inglesa, 1921.

EYZAGUIRRE, Jamie. **Chile y Bolivia – Esquema de un proceso diplomático**. 3a edição. Santiago: Zig-zag, 1963.

FERRADA WALKER, Luis Valentín. La Guerra del Pacífico y la consolidación de los estados nacionales latinoamericanos. Una nueva visión desde el derecho de la guerra y el derecho

internacional público. In: DONOSO R., C.; SERRANO DEL P., G.. **Chile y la Guerra del Pacífico**. Santiago: Editora do Centro de Estudios Bicentenario - Universidad Andrés Bello, 2011, pp. 225-256.

FLORES GALINDO, Alberto. **Arequipa y el Sur Andino**. 1976. 105 f. Monografía (Especialização) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciencias Sociales, Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 1976. Disponível em: <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/166011>. Acesso em: 08 dez. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 5a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GALAZ-MANDAKOVIC, Damir. La deschilenización en el desierto de Atacama durante la postguerra. **Revista Fuentes**, *La Paz*, vol. 12, nº 57, pp. 7-17, agosto de 2018.

GARRIDO, Juan Carlos. “De esas terribles tormentas que se conocen en las haciendas del Perú”.

Nacionalismos populares y pactos poscoloniales durante la Guerra del Salitre, 1880-1890. **Revista Pléyade**, Santiago, nº 23, pp. 149-177, 2019.

GONZÁLEZ CORTEZ, Héctor; RUZ ZAGAL, Rodrigo. **Propiedad de la tierra indígena en el extremo norte chileno - Historia, contexto y casos**. Arica: Ediciones Universidad de Tarapacá, 2017.

GONZÁLEZ MIRANDA, Sergio; OVANDO SANTANA, Cristian. Sama y Camarones: Las fronteras que no fueron entre Perú y Chile. **Revista de Geografía - Norte Grande**, Arica, nº 66, pp. 61-82, 2017.

GONZÁLEZ MIRANDA, Sergio; LEIVA GÓMEZ, Sandra. El Norte Grande durante el Ciclo del Salitre: La política salitrera y la política exterior en la formación de un espacio transfronterizo (Bolivia y Chile, 1880-1929). **Revista Estudios Atacameños, Arqueología y Antropología Surandinas**, Antofagasta, nº 52, pp. 11-29, 2016.

GUIZARDI, Menara; VALDEBENITO, Felipe; NAZAL, Esteban; LÓPEZ, Eleonora. Configuraciones del patriarcado en la frontera chileno-peruana: Reflexiones sobre la Guerra del Pacífico (1789-1883). **Revista Papeles de Trabajo do Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural**, Rosario, nº 38, pp. 121-150, dezembro de 2019.

GUZMAN, Santiago V.. **La usurpacion en el Pacífico – Bolivia y Chile y sus tratados de límites**. Buenos Aires: Imprenta de Pablo E. Coni, 1879.

HOBSON, John A.. **Estudio del Imperialismo**. Madrid: Alianza editorial, 1981.

HOSIASSON, Laura Janina. **Nação e imaginação na Guerra do Pacífico**. São Paulo: Edusp, 2011.

HURTADO G., Hugo. **Formación de las comunidades campesinas en el Perú**. Lima: Editorial Tercer Mundo S.A., 1974.

IBARRA CIFUENTES, Patricio. “Seres aquellos de costumbres depravadas”: cholos e indígenas andinos en los testimonios de chilenos durante la Guerra del Pacífico (1879 – 1884). **Revista Estudios Atacameños, Arqueología y Antropología Surandinas**, Antofagasta, nº 61, pp. 111-133, 2019.

IRUROZQUI VICTORIANO, Marta. “A bala, piedra y palo”. **La construcción de la ciudadanía política en Bolivia, 1826-1952**. La Paz: Editora da Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2019.

KIERNAN, V. G.. Foreign interests in the War of the Pacific. **Revista The Hispanic American Historical Review**, Durham, vol. 35, nº 1, pp. 14-36, fevereiro de 1955.

LEGAÇÃO do Peru. **A questão do Pacífico**. Rio de Janeiro: Oficinas d’a Razão, 1919.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 5a edição. São Paulo: Global editora, 1989.

LONG, W. Rodney. **Railways of South America Part III: Chile**. Washington: United States Government Printing Office, 1930.

LOVEMAN, Brain. **Chile: The Legacy of Hispanic Capitalism**. 3a edição. Oxônia: Oxford University Press, 2001.

LÖWY, Michael. A teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado - Tradução de Henrique Carneiro. **Revista Actuel Marx**, Paris, nº 18, pp. 73-80, 1995.

MACIEL, Douglas Campanini. **O desenvolvimento do capitalismo na Bolívia: do processo de formação do Estado Aparente ao Estado Plurinacional**. 2018. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. 3a edição. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARICHAL, Carlos. **Historia mínima de la deuda externa de Latinoamérica, 1820-2010**. Cidade do México: El Colegio de Mexico, 2014.

MÁRMOL, Florencio del. **Recuerdos de viaje y de guerra**. Buenos Aires: Imprenta de obras de La Nacion, 1880.

MC EVOY, Carmen. **Un proyecto nacional en siglo XIX – Manuel Pardo y su visión del Perú**. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 1994.

MC EVOY, Carmen; CID, Gabriel. **Terror en Lo Cañas – Violencia política tras la Guerra del Pacífico**. Lima: Penguin Random House Grupo Editorial, 2021.

MEDIDAS OFICIALES. **Minerales, guano i salitre de Atacama – Medidas oficiales para el fomento de la industria**. Santiago: Imprenta Nacional, 1877.

MENDEZ, Julio. **Realidad del equilibrio hispano-americano y necesidad de la neutralización perpetua de Bolivia – Primera parte – Atacama y el Chaco**. Lima: Imprenta de “La Patria”, 1874.

MILLER, Rory. **Empresas Británicas – Economía y política en el Perú 1850-1934**. 1ª edición digital. Banco Central de Reserva del Perú e Instituto de Estudios Peruanos, 2020.

MOLINA, Fernando. **La revolución permanente en Bolivia – Ayala, Lora Zavaleta**. La Paz: Plural editores, 2021.

MONTENEGRO, Carlos. **Nacionalismo y coloniaje – su expresión histórica en la prensa de Bolivia**. La Paz: Plural editores, 2016.

MONSALVE ZANATTI, Martín. **Historia económica del sur peruano: lanas, minas y aguardiente en el espacio regional**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2019.

MORENO, Nahuel. Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América. In: **Método de interpretación de la Historia argentina**. Buenos Aires: Ediciones el socialista, 2012, pp. 285-302.

MORÓN, Eduardo. **La experiencia de banca libre en el Perú: 1860-1879**. Lima: Centro de Investigación de la Universidad del Pacífico, 1993.

NAMIHAS, Sandra; NOVAK, Fabián. **Las Relaciones entre el Perú y Bolivia (1826-2013)**. Lima: Fondo editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2013.

NAMIHAS, Sandra. La demanda boliviana contra Chile ante la Corte Internacional de Justicia de La Haya. **Revista Agenda Internacional**, Lima, n° 31, pp. 55-70, 2013.

OBLITAS FERNÁNDEZ, Edgar. **Bolivia y su derecho al Pacífico**. La Paz: Biblioteca Popular Boliviana de Última Hora, 1978.

O’CONNOR D’ARLACH, Tomas. **El General Melgarejo – Hechos y dichos de este Hombre Celebre**. La Paz: Librería editorial “G.U.M.”, [19--?].

OPORTO ORDÓÑEZ, Luis. Indios y mujeres en la Guerra del Pacífico - Actores invisibilizados en el conflicto. **Fuentes, Revista da Biblioteca e Archivo Histórico da Assembleia Legislativa Plurinacional**, La Paz, vol. 8, n° 31, pp. 6-29, abril de 2014.

ORTEGA, Luis. **Los empresarios, la política y los orígenes de la Guerra del Pacífico**. Santiago: FLASCO, 1984.

PALOMINO, Oscar. La participación de los indígenas durante la Guerra con Chile: controversias historiográficas. **Revista Nueva Corónica**, Lima, n° 3, pp. 391-401, 2014.

PANHOCA, Flavio. Um diálogo entre *O que é história global?* e a análise dos sistemas-mundo acerca das causas da Guerra do Pacífico de 1879-1884. In: XV Semana de História Política do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Uerj, 2022. pp. 1400-1415.

PANHOCA, Flavio. A Guerra do Pacífico e a Modernidade Eurocêntrica da segunda metade do século XIX. In: XIX Encontro Estadual de História: Usos do passado, ética e negacionismos. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPUH SC/UEDESC, 2022. n.p.

PAZ SOLDAN, Mariano Felipe. **Narración Histórica de la Guerra de Chile contra el Perú y Bolivia**. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1884.

PEÑALOZA CORDERO, Luis. **Nueva Historia Económica de Bolivia – La Guerra del Pacífico**. 3a edição. La Paz: Editorial los amigos del libro, 1984.

PEREZ TORRICO, Alexis. **El Estado oligárquico y los empresarios del Atacama**. 1986. 263 f. TCC (Graduação) - Curso de Historia, Departamento de Historia, Facultad de Humanidades, La Paz, 1986.

PIZARRO BARAONA, Rafael. **Los abastecimientos militares en la Guerra del Pacífico (1879-1884)**. Santiago: Editora do Ministerio de Defensa Nacional, 1967.

PEPELAIRE, Luis. Las negociaciones confidenciales con Bolivia en 1879. **Revista chilena de Historia y Geografía**, Santiago, tomo 52, nº 56, pp. 5-40, 1927.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. 3a edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Guano, Salitre, Sangre – Historia de la Guerra del Pacífico (La participación de Bolivia)**. 3a edição. La Paz: Librería Editorial “G.U.M.”, 1991.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Aclaraciones Historicas Sobre La Guerra Del Pacifico**. La Paz: Librería Editorial “Juventud”, 1995.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Chile Enemigo de Bolivia antes, durante y despues de la Guerra del Pacifico**. La Paz: Los tiempos del saber, 1999.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Guerras del Pacifico y del Chaco Similitudes y Diferencias**. Cochabamba: Editorial Los Amigos del Libro, 1982.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117-142.

QUIJANO, Anibal. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. In: **Antología esencial: Cuestiones y horizontes - De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO / UNMSM, 2020, pp. 91-145.

QUIJANO, Anibal. “Polo marginal” y “mano de obra marginal”. In: **Antología esencial: Cuestiones y horizontes - De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO / UNMSM, 2020, pp. 147-195.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **Antología esencial: Cuestiones y horizontes - De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO / UNMSM, 2020, pp. 325-369.

QUIROGA SANTA CRUZ, Marcelo. **El saqueo de Bolivia**. 3a edição. La Paz: Ediciones Puerta del Sol, 1979.

RODRÍGUEZ, Simon. **Sociedades Americanas**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990.

ROSARIO, Emilio. **Lima tomada - Vida cotidiana durante la guerra contra Chile 1879-1883**. Lima: MuniLibros Historia - Municipalidad de Lima, 2021.

RUBILAR LUENGO, Mauricio; SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín. “I.- Guerra y construcción nacional” e “III.- La formación de los imaginarios nacionales”. In: **Relaciones Internacionales y Construcción Nacional: América Latina, 1810-1910**. Concepción: Editorial Universidad Católica de la Santísima Concepción, 2019, pp. 13-101; 193-270.

SALAS OLIVARI, Miriam. Convergencia y divergencia en las economías de Perú, Bolivia, Chile e Inglaterra antes de la Guerra del Pacífico, 1810-1879. **Revista Nueva Corónica da Escuela de Historia - Universidad Nacional Mayor de San Marcos**, Lima, nº 1, pp. 1-27, janeiro de 2013.

SALMON, Raul. **¡Viva Belzu! Drama historico en 4 actos**. La Paz: Librería Editorial “Juventud”, 1988.

SANTIVÁÑEZ, José María. **Bolivia i Chile una cuestion de límites**. Cochabamba: Impremta del Siglo, 1863.

SANZ, Mariano José. La Huaneida – Poema satírico político. In: **Poesias**. Lima: Imprenta y librería de S. Pedro, 1897, pp. 195-225.

SATER, William F.. **Andean Tragedy: Fighting the War of the Pacific, 1879-1884**. University of Nebraska Press, 2007.

SCALABRINI ORTIZ, Raul. **Política británica en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 2001.

SILES GUEVARA, Juan. **Ensayo critico sobre “Chile y Bolivia, esquema de un proceso diplomatico” de Jaime Eyzaguirre**. 4a edição. La Paz: Ediciones populares Camarlinghi, 1979.

SOTO CÁRDENAS, Alejandro. **Influencia británica en el salitre – origen, naturaleza y decadencia**. Santiago: Editorial Universidad de Santiago, 1998.

SOTOMAYOR, W. C. A.. **Construção nacional e imaginários desencontrados: As perdas territoriais bolivianas**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2015.

STEIN HERMOSILLA, Pablo A.. **Logística en la Guerra del Pacífico. Conformación del apoyo a la fuerza.** Santiago: *Revista Ensayos Militares*, vol. 4, n° 1, 2018, pp. 25-44.

TANTALEÁN ARBULÚ, Javier. **La gobernabilidad y el leviatán guanero - Desarrollo, crisis y guerra con Chile.** Lima: Banco Central de Reserva del Perú e Instituto de Estudios Peruanos, 2020.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno. **Estudos Críticos Volume 2: História da Guerra do Pacífico.** Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.

TROTSKI, León. Desarrollo social y zarismo en Rusia; El capitalismo ruso; El campesinado y la cuestión agraria. In: **La Revolución de 1905.** Barcelona: Editorial Planeta, 1975, pp. 29-50.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: **A História da Revolução Russa – Volume I – A Queda do Tzarismo.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967, pp. 23-33.

UGARTE, Manuel. **La patria Grande.** Buenos Aires: Capital Intelectual S. A., 2010.

UÑO ACEBO, Liborio. **Chile le debe, por derecho, un territorio marítimo a Bolivia!**. La Paz: C.E.D.P.O.R., 2013.

URIBURU, D. E.. **Guerra del Pacífico – Episodios 1879 á 1881.** Buenos Aires: Editora Compañía Sud-Americana de Billetes de Bancos, 1899.

VALDEBENITO TAMBORINO, Felipe; GUIZARDI, Menara Lube. Las fronteras de la modernidad. El espacio Tacnoariqueño y la nacionalización del Norte Grande chileno (1883-1929). **Revista Estudos Ibero-Americanos - PUCRS**, Porto Alegre, vol. 40, n° 2, pp. 277-303, julho-dezembro de 2014.

VITALE, Luis. Tomo IV Ascenso y declinación de la burguesía chilena (1861-1891) In: **Interpretación marxista de la Historia de Chile - Volumen II (tomos III y IV).** Santiago: LOM ediciones, 2011.

YRIGOYEN, Pedro. **La alianza Perú-boliviano-Argentina y la declaratoria de guerra de Chile.** Lima: Editora Sanmarti y cia., 1921.

ZAVALETA MERCADO, René. **El poder dual en América Latina.** Cidade do México: Siglo Veintiuno editores, sa, 1974.

ZAVALETA MERCADO, René. La Querrela del excedente. In: **Lo Nacional-Popular en Bolivia.** Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1986, pp. 21-95.

**Lido em Biblioteca Histórica de Palacio Municipal (Lima):**

COPIADOR. **Libro Copiador de Notas Generales da Municipalidade de Lima – Año de 1879 à 1880 y 1881.**

COPIADOR. **Libro Copiador de Correspondencia Grupo III 1881 – Lima.**

LIRA, Pedro. **Catálogo de los objetos donados por las señoras de esta capita – Consejo Provincial B. M. de L.** Lima: Imprenta de “El Nacional”, 1879.

***Lido em Archivo y Biblioteca Diplomática del Ministerio de Relaciones Exteriores (La Paz):***

ARANDA, Ricardo. **Colección de los tratados – convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos y políticos desde la independencia hasta el día – Tomo Segundo.** Lima: Imprenta del Estado – Publicación oficial del Ministerio de Relaciones Exteriores. 1890, pp. 317-326; 412-417; 431-440; 455-459.

BERMUDEZ MIRAL, Oscar. **Historia del salitre: desde sus orígenes hasta la Guerra del Pacífico.** Santiago: Ediciones de la Universidad de Chile, 1963.

BEZERRA DE LA ROCA, Rodolfo. **El tratado de 1904 - la gran estafa.** 2a edición. La Paz: Plural editores, 2004.

BOLIVIA. **El libro Azul – La demanda marítima boliviana.** La Paz: Dirección de Informaciones de la Presidencia de la República y Ministerio de Relaciones Exteriores, 2004.

**MAR PARA BOLIVIA.** La Paz: Diremar, n° 2, marzo de 2012

FLORES, Legación. **Legación Flores – Oficios del Ministerio de Rel. Exteriores del Perú – Años 1877, 78, 1879.**

FLORES, Legación. **Legación Flores – Oficios del Ministerio de Rel. Exteriores de Bolivia – Año 1879.**

FRONTAURA ARGANDOÑA, Manuel. **El litoral de Bolivia.** La Paz: H. Municipalidad de La Paz, 1968.

LAGOS CARMONA, Guillermo. Introducción; Capítulo I (El espacio terrestre) da primeira parte; Capítulos I (Los límites con el Perú) e II (Los límites con Bolivia) da segunda parte. In: **Las fronteras de Chile.** Santiago: Editora Zig-zag, 1966, pp. 9-24; 55-74.

MONTENEGRO, Walter. **Oportunidades perdidas – Bolivia y el mar.** La Paz: Editorial los amigos del libro, 1987.

ROJAS, Casto. **La Reintegración Marítima de Bolivia.** La Paz: Imp. Renacimiento, 1927.

SALAZAR PAREDES, Fernando. Capítulo XIV – Documentos de interés para política exterior boliviana. In: **Hacia una nueva Política Exterior Boliviana.** La Paz: CERID / Plural editores, 2000, pp. 523-621.

***Lido em Biblioteca de Ministerio de Economía y Finanzas Públicas (La Paz):***

SOBRADOS MARTIN, Francisco. **La influencia de la minería en las economías de Chile y Bolivia**. Madrid: Ed. Cultura Hispanica, 1953.

*Lido em Biblioteca Municipal Mariscal Andrés de Santa Cruz (La Paz):*

BARRAGÁN, Hugo Roberts. **Gran traición en la guerra del pacífico: dolorosa versión histórica y relación verídica de los hechos**. La Paz: Editorial Offset Boliviana, 1979.

CAJÍAS DE LA VEGA, Fernando. **La provincia de Atacama: 1825–1842**. La Paz: Universo, 1975.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Bolivia y los ingleses: 1825-1948**. La Paz: La Prensa, 2004.

## Apêndice A – Tratados e protocolos lidos para a realização da pesquisa

Establecimiento de relaciones diplomáticas [bolivianas] con Chile de 10 de febrero de 1866<sup>222</sup>.

Tratado de adhesión de Bolivia al de alianza entre Perú y Chile de 11 de junio de 1866.

Tratado de límites entre Bolivia y Chile de 10 de agosto de 1866.

Tratado de límites entre Bolivia y Chile de 6 de agosto de 1874.

Tratado complementario de límites [de Bolivia] con Chile de 21 de julio de 1875.

Declaración de ruptura de comunicaciones [de Bolivia] con Chile y embargo de propiedades de súbditos chilenos de 1 de marzo de 1879.

Tratado secreto de alianza defensiva entre Bolivia y Perú (Resolución del 5 de abril de 1879).

Bases propuestas por la República de Chile para repudiar el Tratado secreto de alianza defensiva entre Perú y Bolivia de 28 de mayo de 1879.

Declaración de guerra de Bolivia a Chile de octubre de 1879.

Pacto de Tregua entre Bolivia y Chile de 19 de septiembre de 1884 [Tratado de Valparaíso].

Tratado de paz y amistad entre Bolivia y Chile de 14 de noviembre de 1904.

Tratado definitivo entre Chile y Perú [Tratado de Lima] de 13 de junio de 1929.

Protocolo complementario y secreto entre Chile y Perú de 3 de junio de 1929.

- In: SALAZAR PAREDES, Fernando. Capítulo XIV – Documentos de interés para política exterior boliviana. In: *Hacia una nueva Política Exterior Boliviana*. La Paz: CERID / Plural editores, 2000, pp. 523-621.

Tratado de comercio y aduanas [entre Perú y Bolivia] de 5 de septiembre de 1864.

Protocolo sobre derechos de aduanas [entre Perú y Bolivia] de 14 de junio de 1867.

Tratado de comercio y aduanas [entre Perú y Bolivia] de 23 de julio de 1870.

Tratado de comercio y aduanas [entre Perú y Bolivia] de 26 de octubre de 1878.

Tratado de comercio y aduanas [entre Perú y Bolivia] de 7 de junio de 1881.

- In: ARANDA, Ricardo. *Coleccion de los tratados – convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomaticos y politicos desde la independencia hasta el dia – Tomo Segundo*. Lima: Imprenta del Estado – Publicacion oficial del Ministerio de Relaciones Exteriores. 1890, pp. 317-326; 412-417; 431-440; 455-459.

Tratado Especial sobre transferencia de territorio [entre Chile y Bolivia] de 18 de mayo de 1895.

- In: BOLIVIA. *El libro Azul – La demanda marítima boliviana*. La Paz: Dirección de Informaciones de la Presidencia de la República y Ministerio de Relaciones Exteriores, 2004.

Tratado de Paz de Ancón [entre Chile y Perú] de 20 de octubre de 1883

Tratado definitivo entre Chile y el Perú para decidir sobre Tacna y Arica de 3 de junio de 1929

---

<sup>222</sup> Há um erro na edição consultada no arquivo: está transcrito com data de 1863 no título, embora tenha sido firmado no ano de 1866.

- In: UÑO ACEBO, Liborio. *Chile le debe, por derecho, un territorio marítimo a Bolivia!*. La Paz: C.E.D.P.O.R., 2013, pp. 132-136; 223-227.

Tratado de Paz i Amistad entre Chile i Bolivia de 18 de maio de 1895

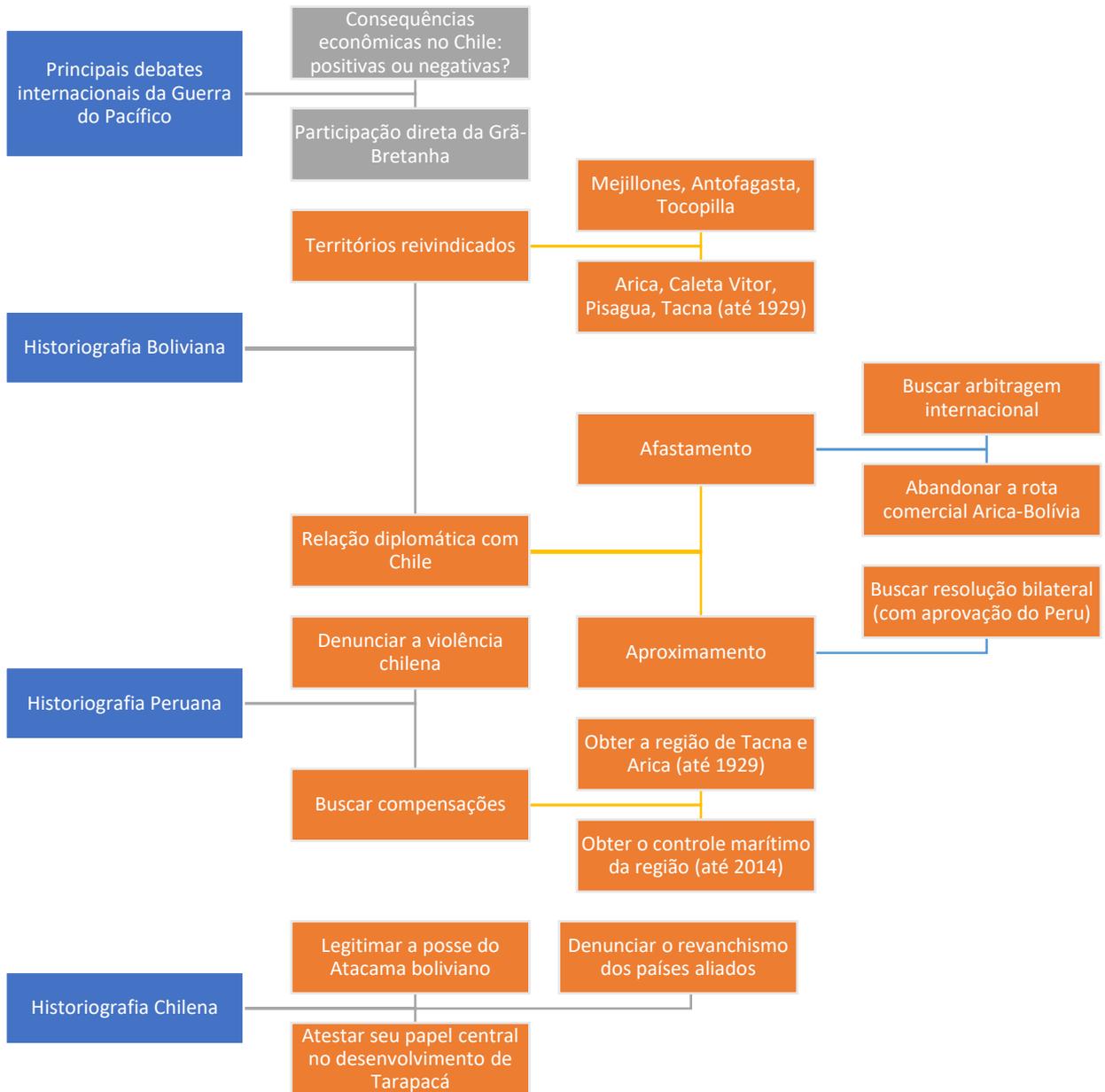
Tratado de Comercio entre las Repúblicas de Chile i de Bolivia de 18 de maio de 1895

Protocolo de 9 de Diciembre de 1895 sobre alcance de las obligaciones contraidas en los Tratados de 18 de mayo.

Protocolo de 30 de abril de 1896 Aclaratorio del de 9 de diciembre de 1895

- In: BARROS BORGÑO, Luis. La negociación Chileno-boliviana de 1895 – Esposición de antecedentes publicada en “el ferrocarril”. Santiago: Imprenta I Encuadernación Barcelona, 1897, pp. 119-142.

**Apêndice B – Fluxograma *Principais Debates historiográficos da Guerra do Pacífico***



## Anexo A – Mapa *Bolivia or Upper Peru; Chili and the United Provinces of South America or La Plata, 1841*

Título: *Bolivia or Upper Peru; Chili and the United Provinces of South America or La Plata*. Published by W. Lizars, Edinburgh. (to accompany) Lizars' *Edinburgh Geographical General Atlas ... 1841*.

Coleção: David Rumsey Historical Map Collection

**Lizars' Edinburgh Geographical General Atlas: Containing Maps Of Every Empire, State, And Kingdom; With A Tabular View Of The Heights Of The Great Mountain Chains, And A Very Copious And Comprehensive Consulting Index. Compiled, Drawn, And Engraved, From The Latest And Most Authentic Sources ... The Whole Engraved Upon Sixty-Nine Plates. Edinburgh: W.H. Lizars, 3, St James' Square; S. Highley, 32, Fleet Street, London; And W. Curry, Jun., & Co., Dublin. 1841. Disponível em <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~299425~90070301: Bolivia-or-Upper-Peru-->**

**[Chili?sort=Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No&qvq=q:Lizars%20c](#)  
[hile;sort:Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No;lc:RUMSEY~8~1&mi](#)  
[=1&trs=2](#) Acesso em 18/12/2021**

(zoom mostrando os litorais boliviano, sul peruano e norte chileno)

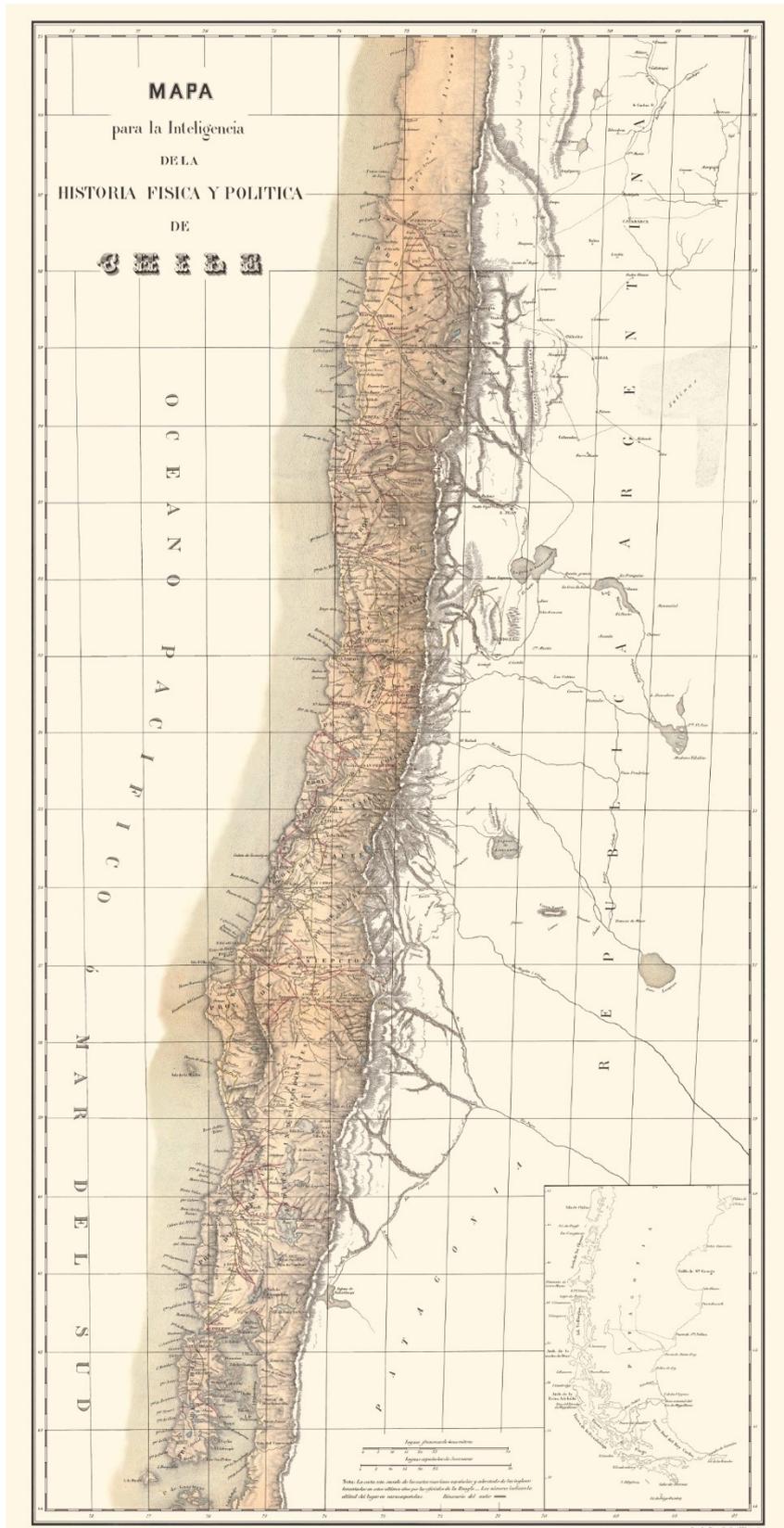


mapa original:





mapa original:



## Anexo C – Mapa Peru And Bolivia (with) City Of Lima, 1856

Título: Peru And Bolivia (with) City Of Lima. Published By J.H. Colton & Co. No. 172 William St. New York. Entered ... 1855 by J.H. Colton ... New York. No. 60.

Coleção: David Rumsey Historical Map Collection

Colton's Atlas Of The World, Illustrating Physical And Political Geography. By George W. Colton. Accompanied By Descriptions Geographical, Statistical, And Historical, By Richard Swainson Fisher, M.D. Complete In One Volume. New York: J.H. Colton And Company, No. 172 William, Corner Beekman Street. London: Trubner And Company, No. 12 Paternoster Row. 1856. Entered ... One Thousand Eight Hundred and Fifty-five, by J.H. Colton And Company ... New York. Disponível em [https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~1708~130067:Peru-And-Bolivia-?sort=Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No&qvq=q:Peru%20and%20Bolivia;sort:Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=7&trs=146](https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~1708~130067:Peru-And-Bolivia-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:Peru%20and%20Bolivia;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=7&trs=146) . Acesso em 18/12/2021.

(zoom mostrando o território litorâneo da Bolívia)



mapa original:







## Anexo E – Mapa Colton's Peru and Bolivia. (inset) City of Lima, 1865

Título: Colton's Peru and Bolivia. (inset) City of Lima. Published By J. H. Colton. No. 172 William St. New York.

Coleção: David Rumsey Historical Map Collection

Colton's General Atlas, Containing One Hundred And Eighty Steel Plate Maps And Plans, On One Hundred And Eight Imperial Folio Sheets, Drawn By G. Woolworth Colton. Letter-Press Descriptions, Geographical, Statistical, And Historical, By Richard Swainson Fisher. New York: J.H. Colton, No. 172 William Street. London: Bacon & Co., 48 Paternoster Row. 1865. Entered ... 1863, by J.H. Colton ... New York. Disponível em

[https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~208769~5003453:Peru-and-Bolivia-?sort=Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No&qvq=q:Peru%20and%20Bolivia;sort:Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=8&trs=146](https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~208769~5003453:Peru-and-Bolivia-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:Peru%20and%20Bolivia;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=8&trs=146) . Acesso em 18/12/2021.

(zoom mostrando o território litorâneo da Bolívia)



mapa original:



## Anexo F – Nuevo mapa de la República de Chile, 1876

Coleção: Sala Medina / Mapas.

Publicação: Valparaíso: Litografía H. C. Gillet, 1876.

Nuevo mapa de la República de Chile 1876 [material cartográfico] Valparaíso: Litografía H. C. Gillet, 1876. 1 mapa: blanco y negro; 37 x 10 cm sobre pliego 39 x 23 cm. Disponível em Biblioteca Nacional Digital de Chile <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/632/w3-article-333454.html> . Acesso em 17/12/2021.

(zoom mostrando a fronteira Chile-Bolívia, em pontilhado)



mapa original:

# NUEVO MAPA de la REPÚBLICA de CHILE 1876

## Almanaque Nacional.

PROVINCIAS de la república, i sus habitantes, segun el censo de 1875. NOMBRE i poblacion de las capitales de cada provincia.

ATACAMA.....	71,498	COPIAPO.....	11,432
COQUIMBO.....	157,977	SERENA.....	12,293
ANTOFAGASTA.....	132,799	SAN FILIPE.....	9,452
VALPARAISO.....	178,523	VALPARAISO.....	97,737
SANTIAGO.....	365,940	SANTIAGO (1).....	150,367
COCHAGUAY.....	147,854	SAN FERNANDO.....	5,177
CURICO.....	92,858	CURICO.....	9,072
TALCA.....	110,388	TALCA.....	17,496
MAULE.....	118,474	CAUQUENES.....	6,013
LINARES.....	118,761	LINARES.....	6,447
ÑUBLE.....	138,871	CHILIAN.....	19,044
CONCEPCION.....	151,470	CONCEPCION.....	18,277
BIO-BIO.....	76,498	LOS ANJELES.....	4,570
ANGOL (territ. de col.).....	20,651	ANGOL.....	3,845
ARAUCO.....	51,307	LEBU.....	5,783
VALDIVIA.....	30,525	VALDIVIA.....	3,872
LLANQUIHUE.....	48,492	PUERTO MONTT.....	2,137
CHILE.....	64,536	ANGUD.....	4,396
MAGALLANES (territ. de col.).....	1,144	PUNTA ARENAS.....	915

(1) La poblacion de la ciudad de Santiago se descompone asi:  
Dentro del Camino de Cintura..... 129,807  
Fuera del id. id. .... 20,569

NOMBRE i poblacion de los principales puertos de la República.

CALDERA.....	En la prov. de Atacama...	3,082
CHARAL.....	id. id. ....	3,064
CARIZAL BAJO.....	id. id. ....	1,042
HUASCO.....	id. id. ....	353
COQUIMBO.....	id. Coquimbo...	5,077
QUAYACAN.....	id. id. ....	1,330
TONGOL.....	id. id. ....	533
VALPARAISO.....	id. Valparaiso...	97,737
CONSTITUCION.....	id. Maule.....	6,542
TOME.....	id. Concepcion...	3,539
TALCAHUANO.....	id. id. ....	2,495
CORONEL.....	id. id. ....	5,658
LOTA.....	id. id. ....	4,642
LEBU.....	id. Arauco.....	5,783
CORRAL.....	id. Valdivia...	627
PUERTO MONTT.....	id. Llanquihue...	2,137
ANGUD.....	id. Chilo.....	4,396
PUNTA ARENAS.....	Territorio de Magallanes.	915



## LITOGRAFIA

Calle Aduana N° 50

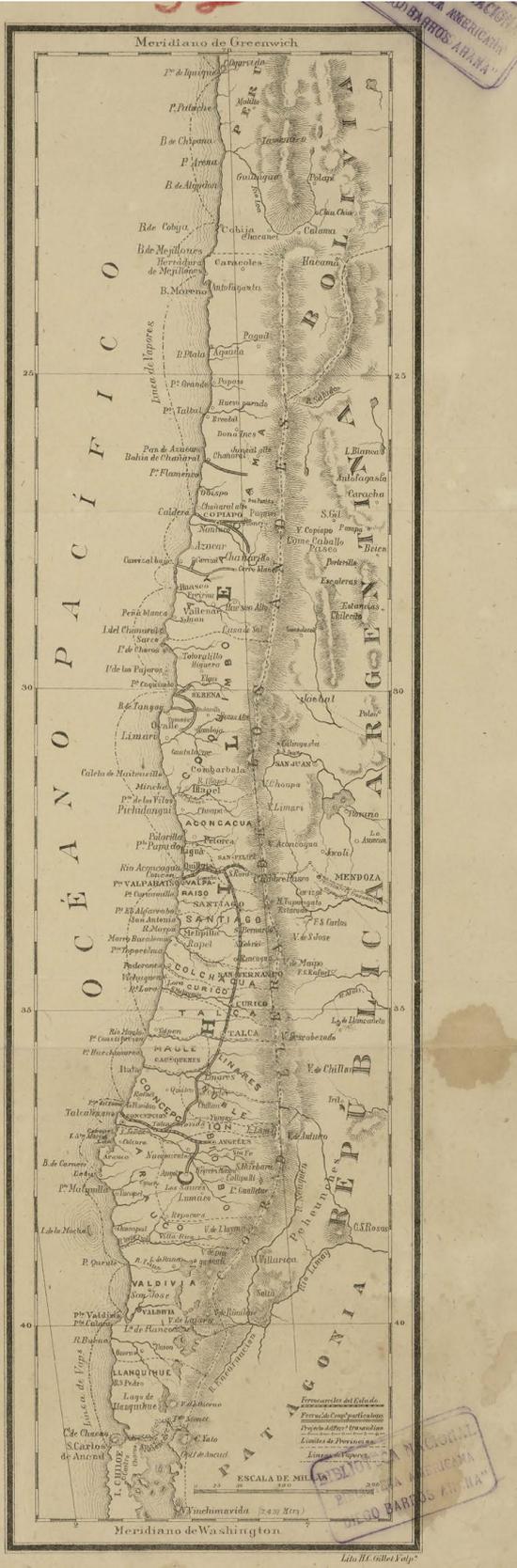
## H. C. GILLET

ESPECIALIDAD PARA:



Impresiones de todas Clases

FABRICA DE LIBROS EN BLANCO



ESCALA DE MILAS 200 Kilometros  
Lito H. C. Gillet Y Cia.  
PUNTA ARENAS

## Anexo G – Tabela de empréstimos externos a governos latino-americanos emitidos na Inglaterra, 1822-1825

Reprodução de: MARICHAL, Carlos. Historia mínima de la deuda externa de Latinoamérica, 1820-2010. Cidade do México: El Colegio de Mexico, 2014, p. 36.

Fecha y prestatario	Valor nominal (£)	Precio	Tasa de interés		Banqueros
			Nominal	“Real”*	
1822					
Colombia	2 000 000	84	6	7.1	Herring, Graham & Powles
Chile	1 000 000	70	6	8.6	Hullet Brothers
Perú	450 000	88	6	6.8	Thomas Kinder & Co.
1824					
Perú	750 000	82	6	7.3	Fry & Chapman
Buenos Aires	1 000 000	85	6	7	Baring Brothers
Colombia	4 750 000	88.5	6	6.8	B.A. Goldschmidt & Co.  Fletcher, Alexander & Co.
Brasil	1 200 000	75	5	6.7	Thomas Wilson & Co.
México	3 200 000	58	5	8.6	B.A. Goldschmidt & Co.
1825					
Brasil	2 000 000	85	5	5.9	N.M. Rothschild & Sons
México	3 200 000	88	6	6.7	Barclay, Herring & Co.
Perú	616 000	78	6	7.7	Thomas Kinder & Co.
Federación Centroamericana	163 000	73	6	8.2	Barclay, Herring & Co.

\*El interés nominal se establece por el contrato, pero el “real” se calcula con base en el precio de colocación. Fuentes: Charles Fenn, A Compendium of the English and Foreign Funds, Londres, 1838-1883; J.F. Rippy, British Investments in Latin America, 1822-1949, Minneapolis, 1959; Irving Stone, “The Composition and Distribution of British Investment in Latin America, 1865-1913”, tesis doctoral, Columbia University, 1962; London Times, 1822, 1824, 1825; Annual Register, 1822, 1824, 1825.

## Anexo H – Tabela de empréstimos externos a governos latino-americanos, 1850-1873

Reprodução parcial de: MARICHAL, Carlos. Historia mínima de la deuda externa de Latinoamérica, 1820-2010. Cidade do México: El Colegio de Mexico, 2014, p. 71.

Nación	Número de préstamos	Valor nominal total (miles de £)	Objetivos		
			Militares (porcentaje)	Obras públicas (porcentaje)	Refinanciamiento (porcentaje)
Argentina	7	13 488	20	68	11
Bolivia	1	17 000	-	100	-
Brasil	8	23 467	30	13	57
Chile	7	8 552	37	51	12
Colombia	2	2 200	-	9	91
Costa Rica	3	3 400	-	100	-
Ecuador	1	1 824	-	-	100
Guatemala	2	650	-	77	23
Haiti	1	1 458	-	-	100
Honduras	4	5 590	-	98	2
México	2	16 960	70	-	30
Paraguay	2	3 000	-	80	20
Perú	7	51 840	10	45	45
Santo Domingo	1	757	-	100	-
Uruguay	1	3 500	-	-	100
Venezuela	2	2 500	-	30	70

Fuentes: Corporation of Foreign Bondholders, Annual Reports, 1873-1880; C. Fenn, A Compendium of the English and Foreign Funds; Irving Stone, "The composition and distribution of British Investments in Latin America, 1865-1913".

## Anexo I – Tabela de moratórias e renegociações das dívidas latino-americanas depois de 1873

Reprodução de: MARICHAL, Carlos. Historia mínima de la deuda externa de Latinoamérica, 1820-2010. Cidade do México: El Colegio de Mexico, 2014, p. 100.

País	Préstamos en suspensión de pagos	Valor nominal deuda no redimida (miles de £)	Fecha de moratoria	Renegociaciones y arreglos de las deudas
Bolivia	6% 1872	1 654	1/1/1875	1880 - acreedores reciben £793 000 depositadas en el Banco de Inglaterra
Costa Rica	7% 1872	2 362	1/4/1874	1885 - £2 000 000 en bonos nuevos para los tenedores; venta de ferrocarriles y tierras
Guatemala	5% 1856	73	1/2/1875	1882 - ajuste no aceptado por el Congreso. 1887 - £887 000 en bonos nuevos para cancelar bonos viejos
	6% 1869	469	1/4/1875	
Honduras	5% 1867	79	1/4/1873	Honduras seguía en suspensión de pagos al inicio del siglo xx
	10% 1867	901	1/1/1873	
	7% 1869	2 177	1/3/1873	
	10% 1870	2 243	1/1/1873	
Paraguay	8% 1871	957	15/6/1874	1885 - deuda reducida a £800 000; 2 000 000 de hectáreas entregadas a los acreedores
Perú	5% 1869	265	1/1/1876	1890 - acreedores británicos reciben valores de la Peruvian Corporation, nueva propietaria de ferrocarriles, tierras y minas
	6% 1870	11 142	1/1/1876	
	5% 1872	21 547	1/1/1876	

Santo Domingo	6% 1869	714	1/1/1873	1888 - £770 000 en bonos nuevos para acreedores
Uruguay	6% 1871	3 165	1/8/1876	1879 - se renuevan pagos de la deuda

\* No se incluyen aquí los incumplimientos y ajustes de los gobiernos anteriores a la crisis de 1873: Colombia (1860), Venezuela (1866), Ecuador (1868), México (1867). La información acerca de estas deudas puede encontrarse en los informes anuales de la Corporation of Foreign Bondholders. Fuentes: Corporation of Foreign Bondholders, Annual Reports, 1873-1890, 1895, 1905; Charles Fenn, Compendium of the English and Foreign Funds ; Hyde Clarke, "On the Debts of Sovereign and Quasi-Sovereign States, Owing by Foreign Countries", Journal of the Statistical Society, junio de 1878; Carlos Marichal, Historia de la deuda externa de América Latina, Madrid, 1988, p. 124.

## Anexo J – Tabela das facultades produtivas das máquinas salitreiras e facultades produtivas do sistema de paradas de 1870 a 1878

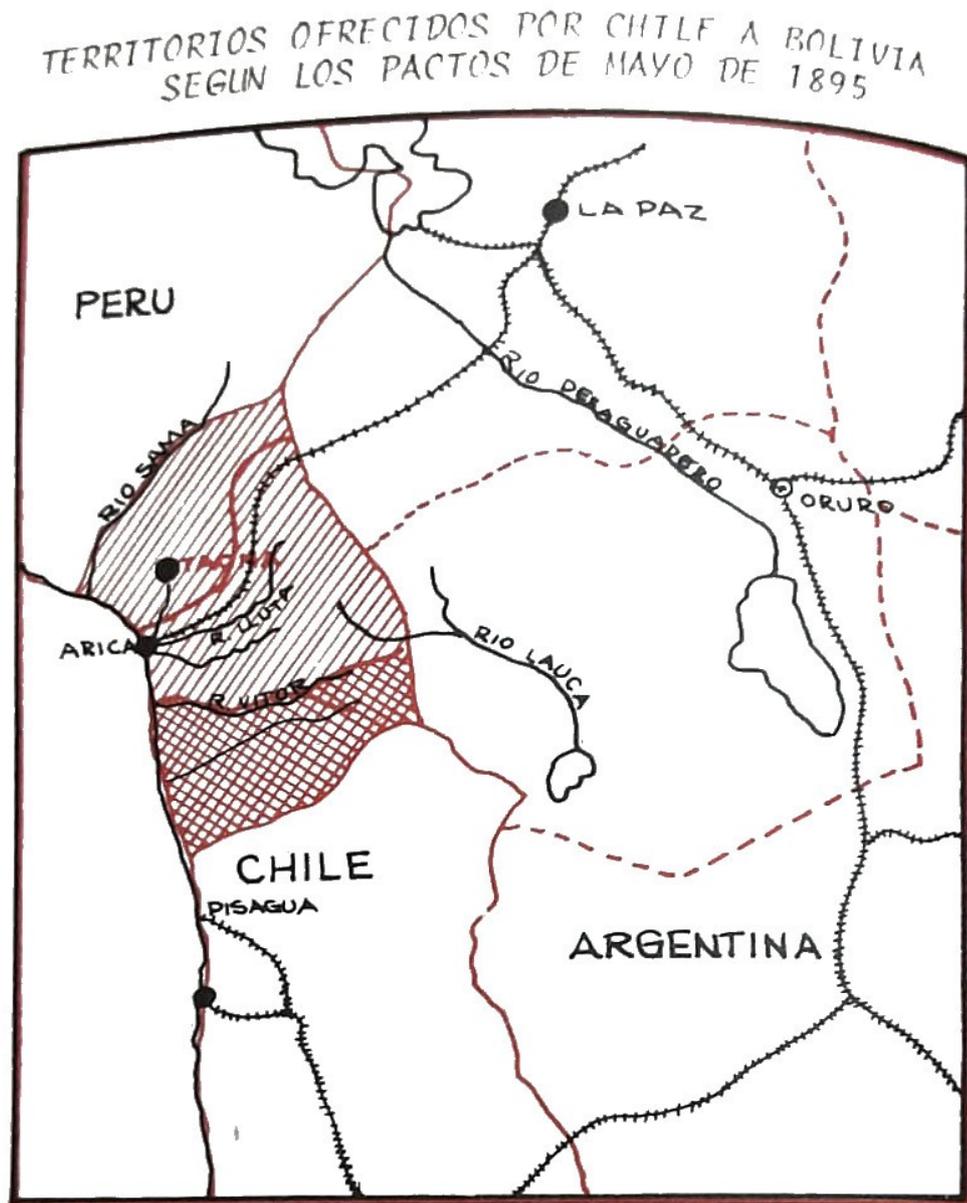
Reelaboração a partir da reprodução parcial de: BILLINGHURST, Guillermo. Los capitales salitreros de Tarapacá. Santiago: Biblioteca Fundamentos de la construcción de Chile, 2011, pp. 15-17.

Nacionalidade dos capitais	Quintais produzidos por ano pelo sistema de máquinas de 1870 a 1872	Quintais produzidos por ano pelo sistema de máquinas de 1872 a 1874	Quintais produzidos por ano pelo sistema de máquinas de 1874 a 1878	Quintais diários produzidos entre 1870 e 1872 pelo sistema de paradas
Peruano	930.000	6.655.000	9.583.000	5.025
Chileno	800.000	2.350.000	3.120.000	190
Inglês	700.000	1.700.000	2.200.000	-
Alemão	650.000	890.000	1.250.000	90
Francês	120.000	120.000	-	180
Italiano*	-	-	210.000	240
Boliviano	-	-	-	770
TOTAL	3.200.000	11.715.000	16.363.000	6.495

\* Para a coluna referente aos quintais diários produzidos entre 1870 e 1872 pelo sistema de paradas, o autor também inclui capitais austríacos, sendo italianos e austríacos uma unidade sem divisão nesta coluna.

**Anexo K – Mapa Territorios ofrecidos por Chile a Bolivia según los pactos de mayo de 1895**

Reprodução de: SILES GUEVARA, Juan. *Ensayo critico sobre "Chile y Bolivia, esquema de un proceso diplomatico" de Jaime Eyzaguirre*. 4a edición. La Paz: Ediciones populares Camarlinghi, 1979, p. 46.



- - Límites Internacionales.
-  - Territorios de Tacna y Arica ofrecidos por Chile a Bolivia, según Artículo 1.
-  - Territorios en que hipotéticamente, se habría construido el puerto para Bolivia, al fallar el Art. 1 (Art. IV).
- ..... Límites interdepartamentales

## Anexo L - Mapa Peru and Bolivia, 1901

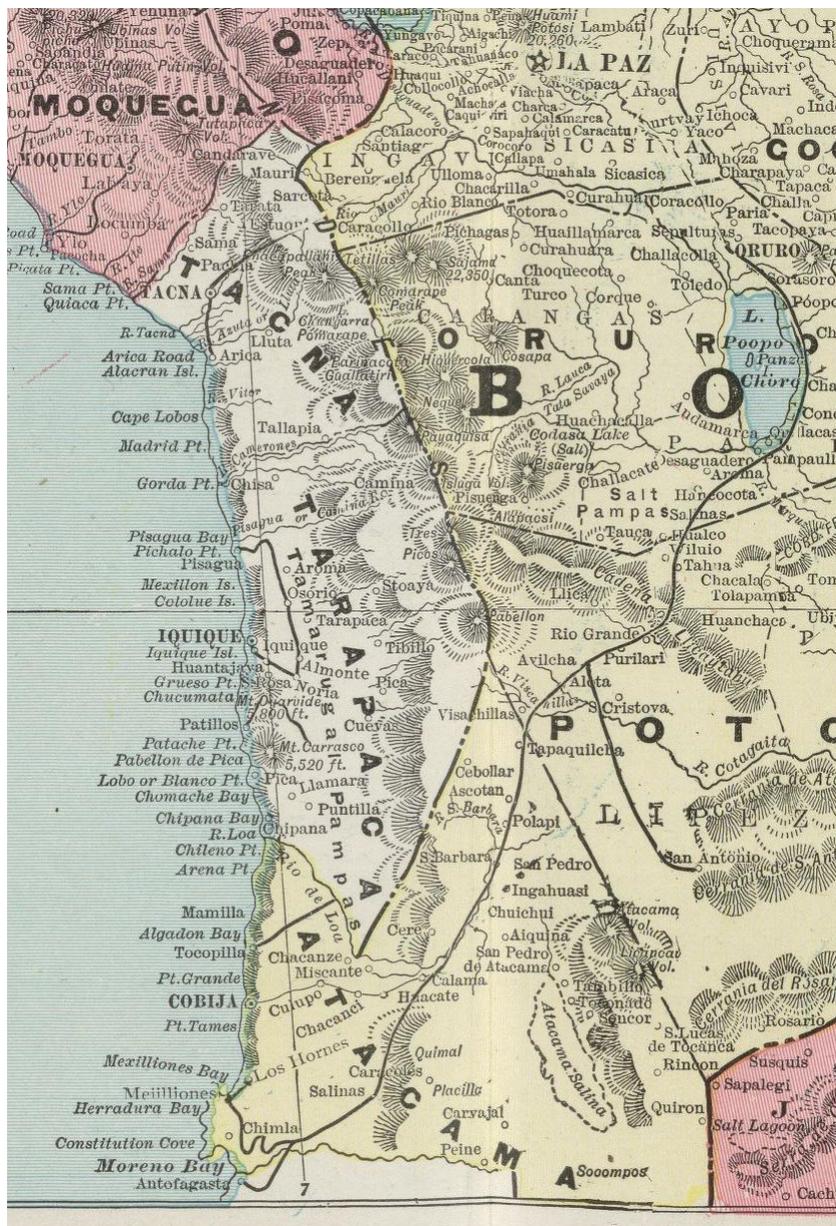
Título: Peru and Bolivia.

Coleção: David Rumsey Historical Map Collection

Cram's Standard American Railway System Atlas Of The World. Accompanied with a Complete and Simple Index of the United States ... Maps Of The United States Are The Largest Scale And Clearest Print Of Any Atlas Maps Published. Foreign Maps Are Compiled Largely From Charts Of The Royal Geographical Society, And Are Geographically Correct. Published by George F. Cram, 61-63 Plymouth Place, Chicago, Ill. 130 Fulton Street, New York. 1901. (on verso) Copyright Secured By George F. Cram, 1901. Disponível em

<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~213483~5501029:Peru-and-Bolivia#>  
Acesso em 19/11/2022

(zoom mostrando o Atacama ainda pertencendo a Bolívia e Tarapacá, Arica e Tacna não pertencendo ao Peru)



mapa original:



Anexo M – Mapa Antofagasta (Chile) & Bolivia Railway Company, Ltd., 1930

Reprodução de: LONG, W. Rodney. *Railways of South America Part III: Chile*. Washington: United States Government Printing Office, 1930, p. 115.

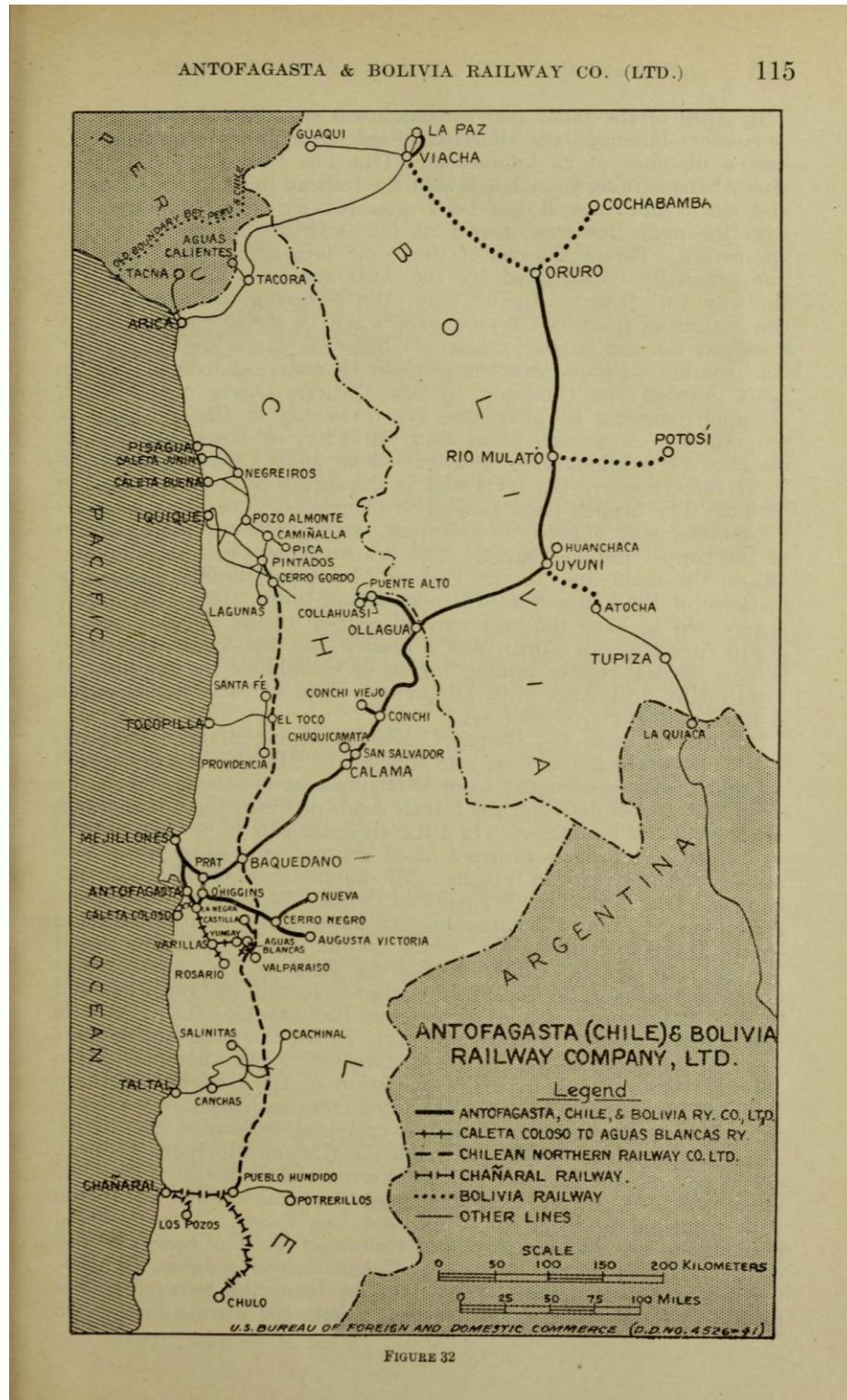


FIGURE 32

**Anexo N – Tabela de capitais ferroviários chilenos classificados por nacionalidade  
(1912-1927)**

Reprodução de: LONG, W. Rodney. Railways of South America Part III: Chile. Washington: United States Government Printing Office, 1930, p. 10.

Year	State railways	Private railways					Grand total
		Chilean	English	German	North American**	Total	
	Pesos	Pesos	Pesos	Pesos	Pesos	Pesos	Pesos
1912	723,894,930	47,365,611	689,816,904	9,734,832	-----	746,917,347	1,470,812,277
1913	1,022,018,504	62,444,109	674,978,712	4,166,664	-----	741,589,485	1,508,103,363
1914	701,136,174	86,112,859	675,391,629	-----	-----	790,504,488	1,491,640,662
1915	1,045,188,813	112,029,525	618,778,680	-----	-----	730,808,205	1,775,997,018
1916	1,071,580,866	116,843,826	685,604,046	-----	11,246,676	813,694,548	1,885,275,414
1917	1,154,221,959	81,938,355	542,984,172	-----	14,087,826	636,325,353	1,790,547,312
1918	1,208,453,160	72,467,454	537,632,946	-----	14,528,790	624,629,190	1,833,082,350
1919	1,182,692,670	71,580,780	627,380,583	-----	14,729,094	713,690,457	1,896,383,127
1920	1,322,608,062	94,503,753	476,048,352	-----	14,729,094	585,281,199	1,907,889,261
1921	1,333,389,267	101,796,738	458,621,610	-----	14,729,094	575,147,442	1,908,536,709
1922	939,658,392	103,458,155	457,479,564	-----	14,729,094	575,666,813	1,515,325,205
1923	832,766,283	127,024,848	589,755,774	-----	38,088,252	754,868,874	1,587,635,157
1924	473,462,691	133,111,919	573,333,198	-----	38,088,252	744,533,369	1,217,996,060
1925	428,148,817	124,993,722	583,666,302	-----	53,948,966	762,608,990	1,190,757,807
1926	897,247,428	113,285,416	628,215,794	-----	59,703,702	791,204,912	1,683,723,246
1927* **	856,376,086	173,632,210	782,783,984	-----	50,415,021	1,006,831,215	1,863,207,301

\* According to Anuario Estadístico de la República de Chile. These data do not coincide with figures shown in Estadística de los Ferrocarriles en Explotación but are used because they were available over a period of years.

\*\* Does not include Chuquicamata Railway.

\*\*\* Does not include 315,716 pesos of Italian capital invested in Ferrocarril Yungay, Barrancas, and Pudahuel.

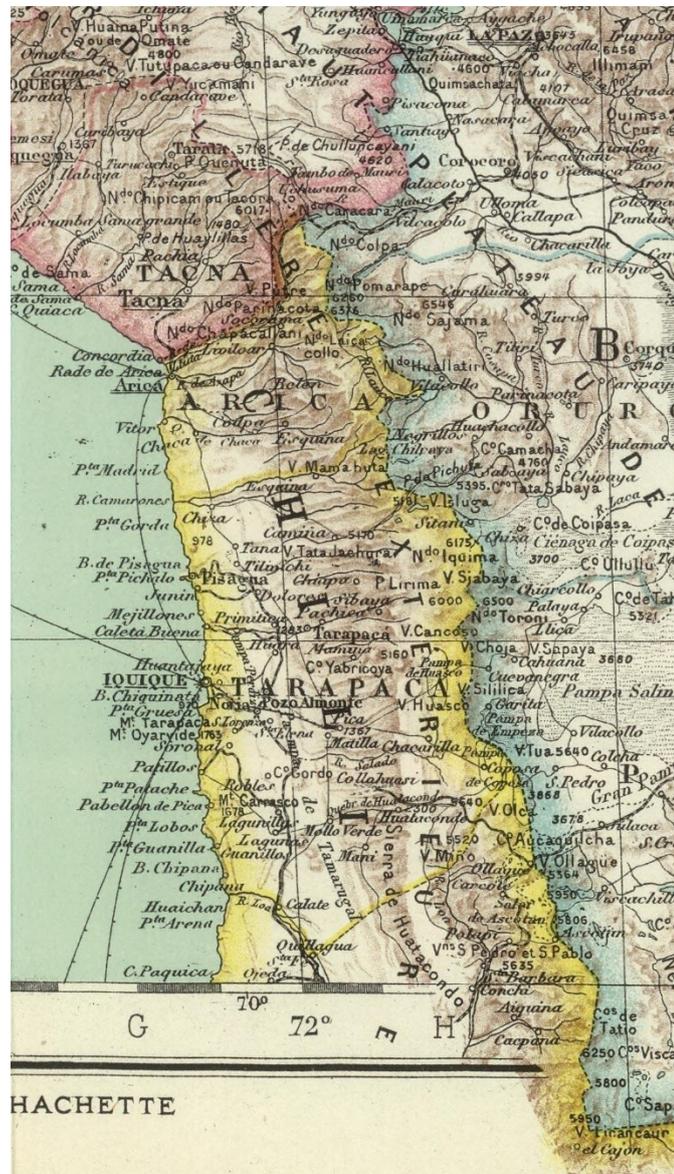
## Anexo O – Mapa Perou, Bolivie, 1931

Título: Perou, Bolivie. Carte 73. Dresse par Victor Huot. 11-31. Imp. Dufrenoy. Librairie Hachette. Grave par E. Delaune, la lettre par Er. Dumas Vorxet.

Coleção: David Rumsey Historical Map Collection

Vivien de Saint-Martin & Schrader, Atlas Universel de Geographie. Dresse sous la Direction de F. Schrader d'apres the sources originales et les documents les plus recents. Nouvelle Edition. Cet Atlas Publie sous Auspices du Ministere de la Guerre comprend 80 Cartes Gravees sur Cuivre et Tirees en Lithographie et un Index Alphabetique des Noms Contenus dans l'Atlas. Librairie Hachette. Disponível em [https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~36568~1201123:Perou.-Bolivie-?sort=Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No](https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~36568~1201123:Perou.-Bolivie-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No) Acesso em 19/11/2022

(zoom mostrando as fronteiras após 1929)



mapa original:

